

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 16 • Número 1 • Janeiro - Julho 2023

Latinidade - Janeiro - Junho 2023



DOSSIÊ

Identidade: Construção de Significados

Maria Teresa Toribio B. Lemos



RESENHA

Como “Não” Fazer Um Golpe de Estado no Brasil

João Cláudio Platenik Pitillo

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas
Volume 16 • Número 1 • Janeiro – Julho 2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Mário Sérgio Carneiro

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais – CCS

Diretor

Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

Jaime Antunes da Silva

Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Janeiro-Julho 2021 – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
 Nucleas, 2023.
 v. ; il.
 332 p.

 Semestral
 Inclui bibliografia

1. América Latina – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATINDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ
Carlos Juárez Centeno – UNC
Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey
Katarzyna Dembiczyńska – CESLA
Lená Medeiros de Menezes – UERJ
Johannes Maerk -Ideaz Institute – Viena
Mauricio Mota – UERJ
Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
Tania Maria Carvalho Netto – UERJ
Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Liberales – UW
Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná
Maria Luzia Braga Landim – UESB

Conselho Consultivo

Raimundo Lopes Matos – UESB
Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ
Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC
Eduardo Antonio Parga – UGF
Fernando Rodrigues – USS
Alexandre Dumans – UCAM
Maria Medianeira Padoin – UFMS
Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov. Moscou
Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou
Adalberto Santana – UNAM
Irina Vershinina – Inst. Latinoamericano/Universidad Lomonosov
Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica

Ana Luiza da Silva Vieira Novo – Bolsista PIBIC – NUCLEAS/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



CAPES

Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Beneficiário de auxílio financeiro da
CAPES – Brasil
Programa de Apoio a Projetos
Institucionais com a Participação de
Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Linha Editorial	03
Apresentação	07
DOSSIÊ	
Identidade: Construção de Significados <i>Maria Teresa Toribio B. Lemos</i>	09
RESENHA	
Como “Não” Fazer Um Golpe de Estado no Brasil <i>João Claudio Platenik Pitillo</i>	17
Migrantes Cearenses no Sul do Espírito no Século XIX <i>Ademildo Gomes</i>	25
Desafios para a esquerda sindical no século XXI com as novas configurações do mundo do trabalho por plataformas digitais <i>Alberto Dias Mendes</i>	49
La CONMEBOL y su rol en la política sudamericana <i>Carlos Juárez Centeno</i> <i>Adrián Tuninetti</i>	73
A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro <i>Versus</i> A Crise da Economia Escravista Cafeeira. <i>Célio César de Aguiar Lima</i>	101
Tuberculose em Nova Friburgo: Uma Breve Perspectiva Histórica <i>Cristina Leite Garcez</i>	121

Los Procesos Migratorios en América Del Sur con Especial Referencia Al Ámbito Mercosur Y Estados Asociados 147
Un Panorama Actualizado

Cristina Retta

O Contraponto à Representação Negativa da Vivência LGBTQIAPN+ na Mídia Através de RuPaul's Drag Race 159

Eduardo Bianchi

Felipe Giorgi Redivo

O Lugar e Não Lugar das Ideias: O Caso do Federalismo Argentino, na Primeira Metade do Século XIX. 187

João Pedro Leal Moço

Los procesos de integración en América Latina y su relación con el Sur Global: 2015-2020 199

Adolfo Alberto Laborde Carranco

Johannes Maerk

Escravidão, economia de mercado e comércio na Província do Rio de Janeiro durante o Século XIX 249

João Ozório Rodrigues Neto

Cristiane Silveira Cunha

Carlos Alberto Bastos de Maria

La creación de un nuevo espacio intercultural en el nuevo mundo: Treze Tílias (Dreizehnlinden) - un municipio austro-brasileño en Santa Catarina 285

Johannes Maerk

Selina Gusenbauer

Narrativas e Noções de Identidade e Territorialidade Nos
Desenhos e Relatos de Crianças da Comunidade Quilombola
de Abacatal no Pará

305

Luana Camila da Silva Rosario

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2023 vol.1 reúne artigos de latinoamericanistas preocupados em divulgar a cultura política e os problemas que envolvem as sociedades. Apresenta temas especiais sobre memória, patrimônio cultural, estado e sociedade, enfatizando a cotidianidade como desigualdades e discriminações, além das exclusões. São estudos interdisciplinares que se destacam pelo pluriculturalismo. Confirmam o interesse pelas práticas culturais e representações simbólicas, sobretudo às que respondam às permanências econômicas, políticas e sociais e suas ressignificações.

A resenha do livro de Francisco Carlos Teixeira Silva e Karl Schurster, “Como Não Fazer Um Golpe de Estado no Brasil”, publicado no Rio de Janeiro/Recife, pela EDUPE em 2023, é uma obra reveladora e demonstra como o golpismo produzido pelos setores mais reacionários de nossa sociedade ao longo do século XX, continua vivo ainda nos dias atuais.

Francisco e Karl lançam mão de exemplos externos para conceituar o “bolsonarismo”, movimento que desde o início, via em Jair Bolsonaro um retorno da Ditadura de 1964, um paradigma crucial para os setores conservadores e reacionários.

A resenha foi realizada pelo Professor João Claudio Platinik, Pós Doutor do PPGH/UERJ e vinculado ao NUCLEAS.

O Dossiê *Los procesos de integración en América Latina y su relacion com el Sur Global* de autoria dos Professores Adolfo Alberto Laborde Carranco, Pós-doutor do Departamento de Estudios Mexico-Estados Unidos, Arizona, EUA e Johannes Maerk, do Instituto IDEAZ, Viena, oferece aos leitores riqueza de fontes históricas e discussões críticas de uma variedade de autores que se debruçam sobre a temática.

Os artigos revelam a profundidade das pesquisas realizadas e a preocupação com os problemas que assolam o mundo contemporâneo e atualidade da Revista *Latinidade*

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T. Dantas
Organizadores

DOSSIÊ

Identidade: Construção de Significados

Maria Teresa Toribio B Lemos

A partir dos estudos de Michael Ignatieff e as novas abordagens sobre o Poder Simbólico, a versão essencialista da história é construída como verdade imutável.

Assim, entende que a identidade é *relacional* e se vincula às condições sociais e materiais, reiterando que social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas que se complementam para a manutenção das identidades.

As identidades não são unificadas e trazem em seu interior contradições que precisam ser negociadas e que oferecem possibilidades aos indivíduos para assumirem suas posições de identitárias.

Estudos historiográficos assinalam a complexidade que os envolve, especialmente quando se percebe a diferença. Henrique Ubieta (2009) utiliza o simbólico para explicar o sentido de identidade [...] *La identidad es un término que no sólo reconoce algo que existe en sí. Sino como lo sentimos y lo asumimos colectivamente* [...]. Complementando o autor, Woodward (2000), afirma que a identidade é marcada por meio de símbolos e a diferença é sustentada por meio da exclusão¹, donde se conclui que as identidades não são unificadas e que as contradições no seu interior precisam ser negociadas. Nesse contexto, entende-se porque as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas², considerando que os

¹ Woodward, Kathryn, A identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual, p.9, RJ, Vozes, 2000.

² -Idem, p. 11.

sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. As identidades são contestadas e muitas vezes precisam ser reconstruídas.³

Entre as diversas abordagens destacam-se os conceitos apresentados por Manuel Castells (2001), que focalizam a questão da identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado”.⁴

Esse conceito permite compreender porque um indivíduo pode adotar identidades múltiplas, bem como essa pluralidade, que consiste numa “fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social” (idem, p.22). Também alerta para a necessidade de se estabelecer distinção entre identidade, papéis e conjunto de papéis. Para Castells, as “identidades constituem fontes de significado para os próprios indivíduos ou grupos sociais originados por eles, e construídas por meio de um processo de individuação” (ibidem).

Outro aspecto assinalado consiste na construção de identidades formadas a partir de instituições dominantes, especialmente quando os grupos sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Assim, as identidades são fontes significativas para esclarecer o significado dos papéis e o processo de autoconstrução e individualização que as envolvem (ibidem).

Donde se conclui que as identidades organizam significados, enquanto os papéis organizam funções. Castells define *significado* como identificação simbólica, por parte do

³ -Ibidem

⁴ Castells, Manuel. O Poder da Identidade. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2001, p. 22.

indivíduo ou grupo social, da finalidade da ação praticada por ele, e o significado se organiza em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço (ibidem).

Por esse enfoque teórico, o fenômeno da identidade é compreendido por uma série de operações e não se reduz a um conjunto de traços fixos, como essência de uma etnia, de uma nação ou pelas maneiras que grupos e religiões estáveis se imaginam e constroem relatos sobre a sua origem e desenvolvimento, como cada membro ou grupo se apropria, modifica e expressa os repertórios de bens e mensagens disponíveis nos circuitos e relações transnacionais e regionais, gerando novas formas de segmentação.

Em *Cultura Popular e Modernidade* de Eduardo Kingman Garcez assinala as características fundamentais da estrutura da cultura popular na modernidade e enfatiza as diferenças entre a cultura artesanal e as outras práticas culturais da sociedade, ressaltando os processos de educação como fatores intervenientes para o avanço da capacitação técnica entre os setores subalternos da sociedade. Além de discutir a sociabilidade comum e os espaços onde se expressam as práticas de intercâmbio e consumos culturais comuns, portanto onde as identidades se fortalecem.

O processo identitário também é revelado, segundo Maria Teresa Toribio B. Lemos, como marcas de coesão de um grupo social durante a realização de práticas culturais como rituais e manifestações religiosas. A autora acentua como as representações simbólicas que permeiam as festividades em homenagem aos Mortos, no México, contribuem para construção e manutenção da identidade da comunidade e integram a cosmovisão de grande parte da população mexicana, especialmente onde predomina a mestiçagem ou comunidades indígenas.

A construção de novas identidades na América Latina e os processos de mestiçagens de Mariluci Guberman são discutidos pela autora a partir da questão do canibalismo estudado pela paródia de Rubén Darío que aborda o tema como parecendo ser a decadência do Canibal. Guberman destaca, no Brasil, como o canibalismo pode ser satírico, através da ironia, contida em uma crônica de Machado de Assis. Também destaca a perda da tradição devoradora do Canibal, uma das marcas da cultura indígena, ao integrar-se à cultura europeia e africana, transformando-se na Mestiça, o elemento primordial da diversidade latino-americana.

Em relação à integração e construção das identidades, Nilson Alves de Moraes apresenta a colonização na América Latina como um empreendimento complexo e diferenciado nas diferentes regiões, segundo os objetivos imediatos a serem desenvolvidos. Moraes trata a colonização como um sistema fundado na unidade integradora dos setores articulados ao centro de poder e desintegradora do ponto de vista das classes subalternas. Tal relação promove uma integração onde as identidades se definem. O autor demonstra que esta análise só é possível quando ela enfatiza a sua identidade cultural e suas relações com o sistema e o mercado simbólico mundial formado ou articulado pelo capitalismo.

O tema é desenvolvido por Diana Araujo Pereira ao estudara a criação literária ou ensaística em constante diálogo com os processos históricos e sociais que demarcam, permitem e até mesmo incentivam a criação de conceitos e teorias que valorizam a hibridação.

Em relação ao enfoque sobre o Estado, a autora russa Marianna Grigorievna Abramova exemplifica com a história do movimento de libertação revolucionário cubano e sua experiência de construção de uma sociedade baseada nos princípios da autêntica independência e justiça social.

Abramova assinala que o modelo de socialismo escolhido por Cuba é uma tentativa de levar à prática a idéia nacional, adequada às realidades internas e externas e à construção da identidade nacional baseada no Socialismo. E ressalta que a dignidade mencionada por Jose Martí, destacado pensador, jurista e filósofo cubano se concretizou no modelo nacional de Estado Socialista de Fidel Castro.

Pensar o tema através dos conflitos agrários e a violência foi como Luiz Henrique Nunes Bahia e Maria Cristina Leal analisaram as questões sobre identidade e diferença. Para aqueles estudiosos aquelas questões se imbricam e decorrem de um processo historicamente determinado, cujas marcas vêm do período colonial. Para eles esse processo resulta em um modelo de desenvolvimento calcado na elevada concentração da terra, na exclusão social, no desemprego, na fome, na miséria, na desigualdade de distribuição de renda e no êxodo rural de populações camponesas pobres e trabalhadores rurais sem-terra, portanto os excluídos, os diferentes. E assinalam que se antes eram expulsos recorrentemente do campo, hoje com o MST, estão organizados para reagir e lutar pela reforma agrária. Por outro lado, a importância das ocupações pelos trabalhadores rurais sem terra no sentido de fazer andar a reforma agrária do governo federal é inquestionável. Esses grupos unidos procuram reconstruir novas identidades para obterem o reconhecimento necessário para sua sobrevivência.

Estudos recentes de Fernando Báez sobre a *destruição cultural da América Latina* destacam a construção de novos conceitos para explicar a trajetória da *destruição da cultura latinoamericana*. O autor historiciza o saque da cultura americana, apontando as causas do *etnocídio*, desde o assassinato da memória, exemplificando com a estátua da deusa Coatlicue, detentora da vida e da morte dos homens.

Essa estátua foi encontrada em 1790 e levada para o pátio da Universidade do México. Naquela ocasião, após uma rápida análise sugeriu-se que deveria ser novamente enterrada para que sua presença não despertasse a recordação da religião antiga entre os *indígenas insensíveis à bondade do cristianismo*.

Em 1804, o barão alemão Alexander von Humboldt, após examinar aquela arte indígena, mandou que a enterrassem. Apenas em 1982 o governo mexicano permitiu que fosse exposta ao público. O mesmo ocorreu com a descoberta da Pedra do Sol, um gigantesco monólito com um calendário asteca, encontrada na Plaza Mayor, e guardada na Catedral Metropolitana. Só a pressão popular conseguiu que a Pedra do Sol fosse levada para o Museu.

Assim como a estátua de *Coatlicue* e a Pedra do Sol, a memória coletiva e os imaginários astecas foram arrancados da história dos antigos mexicanos.

A História da destruição cultural das sociedades americanas estava apenas no início, a Igreja prossegue com o processo de dessacralização da religião nativa, impondo a ressacralizar da vida espiritual através evangelização e da força da Inquisição.

A destruição continua com as violências exemplificada com os butins ao longo dos séculos e culminando com o saque nazista no século XX. O autor aponta o horror do Holocausto, a aniquilação sistêmica de milhares de judeus e, sobretudo, o memoricídio, quando *milhões de bens culturais tangíveis e intangíveis foram destruídos em expurgos inimagináveis*.

A destruição cultural da América Latina pode ser entendida como um etnocídio e memoricídio premeditados para mutilar a memória histórica e atacar a base fundamental da identidade das populações. Com essa estratégia perderam-se 60% do patrimônio tangível e intangível da região. Além da

transculturação que produziu uma operação bem sucedida de alienação

A identidade cultural latinoamericana não é uma unicidade, mas um conjunto das diversas identidades culturais existentes e produzidas numa dada região, em que o sentimento de pertencimento do mesmo espaço geográfico, socioeconômico, linguístico e cultura denominadas de América Latina é um elemento integrador. Um sentimento de riqueza e afeto diante da consciência de que cada país deste vasto continente é a um só tempo multiétnica e pluricultural. A identidade cultural latino-americana produz uma unidade na diversidade, uma integração tanto das identidades como das sociedades, mas não permite a existência de uma cultura única.

A identidade social deve ser compreendida pela capacidade de compreensão, de atuação, e pela percepção que as pessoas de um determinado grupo social têm a respeito de si mesmas, de seus grupos de referência e pelas orientações que ela imprime à sua vida. A identidade social envolve também as experiências e a consciência que ela possui do pertencimento a um determinado coletivo humano. Desta forma, compartilha e manipula um referencial social e humano comum. A identidade social ou individual está profundamente imbricada.

O estudo da identidade ganha sentido estratégico numa conjuntura de intensas e tensas mudanças sociais. O debate sobre identidade se amplia, em sua complexidade, quando considerado essência do poder simbólico e estrutura fundamental dos conceitos produzidos sobre nação e território.

O processo de exclusão produzido pelo modelo social e produtivo de colonização permitiu que a questão da identidade cultural ressurgisse, na segunda metade do século XX, como estratégia discursiva e social de resistência à globalização, revelando possibilidades e a capacidade de organização e

mobilização dos grupos locais. Essa identidade constitui instrumento de coesão e mobilização dos diferentes grupos sociais. Em uma conjuntura orientada pelos valores e interesses dos projetos identificados com a lógica da globalização, a identidade cultural aponta um novo contexto, que se expressa na ideia de um mundo sem fronteiras.

A identidade cultural na América Latina tem sido determinada pelos movimentos e contexto internacional que modificam as forças internas. Os processos sociais e culturais regional enfatizam a resistência à dominação externa e a imposição dos seus valores, hábitos e modos de ser. m a importância da diferença e do pluralismo e principalmente fazem de processos sociais, como a mestiçagem e o hibridismo, condição essencial dessa identidade que se recusa a ser subordinada.

América Latina é um lugar social, que produz espaços identitários preenchidos por símbolos e significados diferentes entre os povos locais, que demonstram a “domesticação” simbólica, relacional e produtiva de um continente que desconsiderava a lógica histórica e cultural européia, permitindo que fossem produzidas marcas para constituir e reconstituir o *novo continente* para os locais, para aqueles que estavam em outros continentes ou falavam de um lugar diferente do latino-americano.

Prof^a Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos das Américas - LEPAS/PPGH/UERJ

RESENHA

Como “Não” Fazer Um Golpe de Estado no Brasil

SILVA, Francisco Carlos Teixeira, SCHURSTER, Karl. Como Não Fazer Um Golpe de Estado no Brasil, Rio de Janeiro/Recife, EDUPE, 2023.

João Claudio Platenik Pitillo

Os eventos que foram produzidos no Brasil depois de confirmada a eleição do Presidente Lula da Silva por parte dos seguidores de Jair Bolsonaro, o candidato derrotado, chamaram a atenção de todos que acompanhavam uma das eleições mais disputadas da história recente do país. Bloqueios de estradas, destruição de torres de energia, acampamentos nas portas dos quartéis do exército e uma série de manifestações por todo o Brasil, questionavam a vitória de Lula e solicitavam um golpe de Estado para impedir a derrota de Jair Bolsonaro.

Essas manifestações ganharam contornos violentos em muitos lugares, com ataques a policias e aos apoiadores de Lula da Silva por parte dos “piqueteiros”, que se automeavam “patriotas”. Embalados por uma profusão de notícias falsas, esses “patriotas” chegaram a ponto de tentar invadir a sede da Polícia Federal e por fim, plantaram uma bomba em um caminhão tanque de combustível que iria abastecer aeronaves no Aeroporto de Brasília. Isso, sem falar nos inúmeros atos de vandalismo e agressões realizados por esses manifestantes enquanto tentavam fechar as principais rodovias do país, em um plano para colapsar o abastecimento da população.

Esses atos antidemocráticos eram na maioria das vezes dirigidos por lideranças “bolsonaristas” que faziam dos acampamentos nos quartéis catalisadores de queixas e teorias das mais absurdas possíveis, sobre um suposto plano para fraudar o processo eleitoral e garantir a vitória de Lula da Silva. Onde Jair Bolsonaro era tratado como mártir, que se sacrificava pela “liberdade” do povo brasileiro, que por ora estava sendo suprimida, já que o vencedor “*in contest*” teria sido Jair Bolsonaro. Sem nenhuma prova sobre a tal fraude ou qualquer outro indício de ilegalidade, as acusações mesmo vazias, serviam para turbinar a ira e o desagrado dessa parcela da população, que via no movimento golpista de 1964, um modelo a ser repetido para impedir a posse do Presidente eleito Lula da Silva.

Transformados em antros de golpismo, fascismo e todos os tipos de reacionarismos, os tais acampamentos dos patriotas, serviam para manter a mobilização viva no período que as suas lideranças falavam ser o mais crítico, que era o resultado do segundo turno da eleição e a posse do eleito (30/10/22 a 08/01/23). Nesse momento, os questionamentos passaram para a fase da “ação direta”, quando foi idealizada a “Festa de Selma”, nome código dado ao movimento que seria feito em Brasília para instigar um golpe de Estado, que poderia iniciar com uma GLO (ato presidencial de garantia da lei da ordem), ou até mesmo um Estado Sítio, como muitos solicitavam para manter Bolsonaro no poder, respondendo assim, ao suposto vício no processo eleitoral.

Os atos do dia 8 de Janeiro, quando apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, vindos de todo o país, atacam as sedes dos Três Poderes em Brasília e promovem a maior destruição de patrimônio público já vista nesse país. Além de uma violência gigante, direcionada a tudo fizesse menção a democracia. Esses atos que foram planejados para ser o

estopim do golpe ganharam projeção mundial, tamanho o seu alcance e a sua contundência. Entretanto, por mais que tenham alcançado grande projeção, não foram suficientes para mudar o resultado da eleição e atirar o país em um antro de perversidade.

“A resenha do livro *“Como Não Fazer Um Golpe de Estado no Brasil”* de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schuster poderia parar por aqui, se o que estava por traz da odiosa manifestação reacionária, não fosse um intricado planejamento de golpe de Estado, que tinha o patrocínio de setores poderosos da Economia Nacional, como industriais, comerciantes fazendeiros e uma gama de funcionários civis e militares (de alta patente), incluindo nesse grupo setores do Judiciário Executivo e Legislativo.

A trama muito bem descrita na obra em referência, mostra com o uso de táticas do uso de notícias falsas (fake news) em uma escala industrial, direcionada aos golpistas, questionava as urnas eletrônicas, falavam de um plano externo contra Bolsonaro e por ultimo, lançavam mão de pautas de costumes em um ritmo messiânico. Onde a “esquerda” era tratada como imoral, criminosa e corrupta pela própria natureza. Isso a partir de um movimento “salvacionista”, repleto de moralistas sem moral, que se arvoravam “salvadores da pátria, da família e das tradições judaico-cristãs”. Esse movimento escabroso tinha ainda os que visavam simplesmente o lucro, isto é, a turma do “status quo”.

Francisco e Karl lançam mão de exemplos externos para conceituar o “bolsonarismo”, movimento que desde o início, via em Jair Bolsonaro um retorno da Ditadura de 1964, um paradigma crucial para os setores conservadores e reacionários. Visto como uma atualização do fascismo brasileiro, o Governo Bolsonaro se equivale a outras experiências mundas a fora, como Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orbán na

Hungria e Rodrigo Duterte nas Filipinas. Todos esses governos não poderiam existir sem um movimento de massas ao seu redor, que os legitimassem. Sendo assim, os pesquisadores em questão, fazendo uso da História do Tempo Presente, situam o movimento de 8 de Janeiro como parte desse processo internacional de expansão do fascismo a partir da ceara partidária/eleitoral.

A observação dos eventos que confluíram no movimento conhecido como EuroMaidan, em 2014 na Ucrânia, são vistos pelos autores como um ponto de partida interessante para se aproximar do nosso “8 de Janeiro”, não pelo caráter fascista, mas pela negação da política como espaço de discussão pública dos problemas nacionais, isto é, a violência e o autoritarismo são vistos como supressores necessários para se evitar a pluralidade e a contradição necessária para o equilíbrio dialético entre as forças políticas que disputam a direção do Estado a partir das liberdades universais.

O negacionismo e falsificação da História são dois problemas correntes, já que essas correntes desde o início do Governo Bolsonaro estiveram muito presentes entre seus apoiadores, criando conspirações e incitando eventos completamente afastados da realidade. Os adeptos dessas práticas nada “republicanas” tiveram o seu auge durante a pandemia de COVID-19, onde a medicina e a ciência como um todo, foram repudiadas e questionadas a partir de teorias falsas, propagadas em massa pelas redes sociais. Esse negacionismo científica foi um ótimo campo de teste para o que estava por vir na esfera política – eleitoral. E foi exatamente o que aconteceu, a partir de notícias falsas e teorias fantásticas, o resultado das eleições foi negado e uma massa mobilizada para resistir contra os “usurpadores” da verdade.

Essas mobilizações populares tinham não só o objetivo de se contrapor as ameaças de destruição dos valores (cristãos),

assim como, mostrar que a “maioria” ali organizada suprimia todas as instituições públicas, que deveriam imediatamente se subordinarem a uma vontade que não havia sido sagrada em voto popular, isto é, os que se faziam presentes em praça pública, passavam automaticamente a terem a autorização para conduzirem a política do país, assim como, julgar a partir de informações das redes sociais o ter o processo eleitoral, a despeito de todas as regras instituídas anteriormente.

A ligação de Bolsonaro e Trump não marcou apenas o campo filosófico, a retórica contra a vitória de seu oponente, levou Donald Trump a incentivar uma verdadeira cruzada contra o resultado das eleições que sagraram Joe Biden vencedor. A insistência de Trump em não reconhecer o resultado das eleições, levou a uma massa de seus seguidores a invadir o Capitólio em 6 de janeiro de 2021, data que o Congresso estaria reunido no local para reconhecer a vitória de Joe Biden. A obra *“Como “Não” Fazer Um Golpe de Estado no Brasil”*, localiza na Invasão do Capitólio o movimento inspirador do “8 de Janeiro”, que ao contrário do seu antecessor nos Estados Unidos, daria certo por ter a anuência de setores das cúpulas das forças armadas. Esse foi o roteiro estabelecido.

A evolução do “8 de Janeiro” contou justamente com essa “Operação Cavalo de Tróia”, onde militares das três formas e os militares estaduais, esse último grupo, responsável pela Segurança Pública, integrado ideologicamente em sua grande parte com o bolsonarismo (fascismo), fazia corpo mole diante de qualquer ato violento para se recuperar a eleição de Bolsonaro. O maior ensaio para isso foi a complacência com que as polícias estaduais trataram os bolsonaristas que bloqueavam estradas e rodovias Brasil a fora. E também, a maneira acolhedora, com que os militares trataram os acampamentos diante de seus quartéis, área sempre tratadas como se segurança máxima.

Esses eram os “salvo condutos” que os golpistas do “8 de Janeiro” possuíam, a certeza de estarem sendo apoiados por parlamentares, militares e até mesmo por juízes e desembargadores. Foi com essa percepção que marcharam em direção à Praça dos Três Poderes. E foi justamente a convicção da anuência dos militares com o movimento golpista que os levou a invadir os palácios, diante da letargia das forças públicas os golpistas acreditaram realmente estarem fazendo parte de um movimento grandioso, onde Bolsonaro seria aclamado o grande líder e a fraude eleitoral provada.

As terríveis cenas mostram a segurança ruir e os invasores transformarem as sedes dos Três Poderes em um recreio fascista, de ódio e mentira. Faltavam então, o estabelecimento do caos total e decisão de que não se poderia prosseguir com o resultado da eleição, diante de tamanha comoção. Todos os dispositivos golpistas esperavam que acuado, o Presidente Lula da Silva ativasse uma GLO, onde os militares, muitos deles parte do movimento golpista, tutelassem mais uma vez a política brasileira, colocando assim, em risco a posse do Lula, trazendo para a discussão a validade ou não das eleições e o quanto que a pseudo vitória de Lula pesaria para que se restabelecesse a estabilidade política.

A relativização do processo eleitoral estaria então sendo discutida por militares, que mais uma vez foram chamados para resolver um problema causado por civis e em tese, fruto da “podridão da política”. E os militares, limpos e impolutos, pairando acima dessa pendenga, julgariam o destino dos votos e da pátria, essa era a armadilha mortal que estava sendo preparada a nossa democracia (frágil e deficitária, mas, ainda assim, uma democracia). Uma série de atos sediciosos, que passavam pelo Governador de Brasília e o seu Secretário de Segurança Anderson Torres, que havia sido o Ministro da

Justiça de Bolsonaro, mostram como o caminho ficou livre para os golpistas atuarem.

A ação fraca e vacilante dos militares que tinham o dever de defenderem os palácios mostra as ações veladas no sentido de não reprimir de maneira efetiva a ação dos golpistas. Indicativo de cumplicidade de parte das altas esferas militares na tentativa de “putsch”. Toda essa argumentação se comprovou com a “minuta golpista” achada na casa de Anderson Torres demonstra todo o roteiro do golpe passando inclusive por um arcabouço jurídico. Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster mostram de maneira clara como esses pontos foram se desenrolando de maneira conexa e como os agrupamentos militares entorno de Bolsonaro estavam ativos e na coordenação de tais fatos, quando não direta, indiretamente.

A base parlamentar de apoio a Bolsonaro também é mostrada na obra, como agente de propaganda do golpismo e do fascismo, que cresceu e se desenvolveu durante o Governo Bolsonaro, tendo nas comemorações do 7 de Setembro os seus dias de ensaio geral para o golpe, já que a máquina golpista e negacionista começou a trabalhar no primeiro dia de Governo Bolsonaro, elaborando mentiras e questionamentos, que ativaram parte significativa da população em um antro de dúvida e medo. O trabalho sistemático nas redes sociais e a cooptação de setores neopentecostais da sociedade ajudaram na mobilização das massas, assim como, garantiu uma indústria do voto gigantesca, digna da República Velha.

Com o uso bem pontuado da História do Tempo Presente, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, dois historiadores tarimbados, desvendam por completo o roteiro da tentativa de Golpe de Estado de 8 de Janeiro em Brasília. “Como Não Fazer um Golpe de Estado no Brasil”, revela os meandros do movimento golpista que visava derrubar o

Presidente de Lula da Silva e recolocar o Brasil baixo a uma tutela militar. Com apoio de setores poderosos do agronegócio, empresariado, comerciantes e funcionários públicos de altos escalões, a “Operação Selma” tinha a intenção de atirar o país em uma conjuntura tenebrosa, onde o fascismo seria a ordem do dia.

A leitura dessa obra recheada de informações é tenebrosa, mas ao mesmo tempo reveladora, quanto a demonstrar como o golpismo produzido pelos setores mais reacionários de nossa sociedade ao longo do século XX, continua vivo ainda hoje. Talvez seja essa a pior constatação que a pesquisa de Francisco e Karl nos ofereça, o perigo está longe de ter passado. De maneira fácil e contundente a obra dos historiadores em questão nos oferece o cronograma do retorno do fascismo à esfera política nacional. E a leitura da obra em questão (o livro tem 151 páginas) é necessária para todos que queiram entender como o “8 de Janeiro” se tornou um plano viável e quase exitoso, sendo importante o desmantelamento de toda a sua cadeia de comando, para que não seja restaurada.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira, SCHURSTER, Karl. Como Não Fazer Um Golpe de Estado no Brasil, Rio de Janeiro/Recife, EDUPE, 2023.

Migrantes Cearenses no Sul do Espírito no Século XIX

Ademildo Gomes¹

IHGES

Resumo

A seca ocorrida entre 1877 e 1879 nas províncias nordestinas estimulou um movimento migratório de indivíduos e famílias em direção às diversas provinciais do Brasil, dentre elas, o Espírito Santo. Em 1888-89 uma nova seca, embora menos arrasadora, provocou uma outra onda de migrantes, sobretudo cearenses. Trabalhadores que foram chamados de “retirantes da seca” ou “flagelados do Ceará”. Devido às leis restritivas à escravidão e às queixas dos fazendeiros pela falta de braços para as lavouras, muitos cearenses foram estabelecidos na região sul capixaba, principalmente nas fazendas de Castelo, na época, distrito de Cachoeiro de Itapemirim.

Palavras-chave: migrantes, cearenses, fazendas, sul do Espírito Santo

Resumen

La sequía ocurrida entre 1877 y 1879 en las provincias del nordeste estimuló un movimiento migratorio de individuos y familias hacia las distintas provincias de Brasil, entre ellas Espírito Santo. En 1888-89 una nueva sequía, aunque menos

¹ Ademildo Gomes. Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de Estudos dos Movimentos Migratórios do Espírito Santo (LEMM). Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Bolsista da CAPES.

devastadora, provocó otra oleada de inmigrantes, principalmente de Ceará. Trabajadores que fueron llamados “rescatistas de la sequía” o “flagelos de Ceará”. Debido a las leyes que restringían la esclavitud y a las quejas de los agricultores sobre la falta de manos para la agricultura, muchos cearenses se establecieron en la región sur de Espírito Santo, principalmente en las haciendas de Castelo, entonces distrito de Cachoeiro de Itapemirim.

Palabras clave: Migrantes, Cearenses, Hacienda, Sur de Espírito Santo.

Abstract

The drought that occurred between 1877 and 1879 in the northeastern provinces stimulated a migratory movement of individuals and families towards the various provinces of Brazil, among them, Espírito Santo. In 1888-89 a new drought, although less devastating, provoked another wave of migrants, mainly from Ceará. Workers who were called "drought retreaters" or "flagellates of Ceará". Due to restrictive laws on slavery and complaints from farmers about the lack of manpower for farming, many people from Ceará were established in the southern region of Espírito Santo, mainly on farms in Castello, in season, district of Cachoeiro de Itapemirim.

Keywords: Migrants, People from Ceará, Farms, South of Espírito Santo.

As fontes

As fontes para a elaboração do texto são os jornais sul capixabas, o *O Cachoeirano* (1877-1923) e o *O Constitucional* (1885-1889), localizados na Homeroteca Digital da Biblioteca Nacional; os registros de nascimento de Castelo, de 1891-1920, localizados no Cartório de Castelo de Tabelionato de Notas e

Registro Civil; o relatório do presidente do Espírito Santo, Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa do Espírito Santo de 29 de outubro 1878, disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e o Relatório da Comissão de Medição e Discriminação de Terras do Rio Preto e Castelo de Cachoeiro de Itapemirim, 1888-1890, localizado no Fundo de Agricultura do APPEES.

Quanto à linha metodológica, destaca-se a perspectiva da micro-história. Conforme Jacques Revel, tal abordagem “se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, complexas e móveis” (REVEL, 1998, p. 23). Contudo, para extrair, de modo crítico, as informações oferecidas pelos jornais e documentos governamentais, representantes de esferas de poder, será considerada a análise do discurso, que segundo Norman Fairclough (2001), é hoje uma metodologia amplamente utilizada nas teorias análises sociais. Nesta abordagem a grande referência é Michel Foucault devido a relação que o autor estabelecer entre discurso e poder.

Para Foucault (1996), o discurso é um bem que coloca desde sua existência a questão do poder. Dessa forma, ele é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. Contudo, garante o autor: enquanto algumas partes do discurso parecem abertas, sem restrição prévias e disponíveis a todos, há outras regiões que não são igualmente abertas e penetráveis; “algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas)” (FOUCAULT, 1996, p. 37). Daí a necessidade de se analisar com acuidade os interesses políticos e as estratégias de poder que estão nas entrelinhas dos discursos.

A formação dos núcleos coloniais de imigrantes europeus no Espírito Santo

Durante muito tempo, a historiografia colocava a Capitania do Espírito Santo como um território isolado das principais correntes comerciais do país, tais como São Paulo e Rio de Janeiro (MARIANO, 2019). A ideia de estagnação econômica² se baseava nos fatores tais como: a crise na produção agrícola para exportação; o isolamento territorial³ provocado pela chamada “barreira verde”⁴ de proteção das minas que, desde o século XVII, deixou as terras capixabas habitadas por tribos indígenas hostis, que dificultavam à expansão da fronteira agrícola para o interior; por fim, a falta de colonizadores qualificados que cultivassem as abundantes terras (MARIANO, 2019).

Antônio Silva Pontes, o primeiro a governar o Espírito Santo no século XIX (1800-1804), assumiu como seu principal projeto “reanimar a quase extinta capitania capixaba”, pouco povoada, com escassa produção, e isolada das capitanias vizinhas. Para isso, além de dedicar-se à construção de vias de

²Para Estilaque Ferreira dos Santos, durante o período colonial, o Espírito Santo experimentava uma estagnação econômica que se transformava num círculo vicioso (SANTOS, 2005, p. 48).

³ Enaile Flauzina Carvalho ressalta que o interesse em manter o Espírito Santo como barreira natural para impedir o contrabando de ouro das Minas Gerais, ocorreu apenas durante o Setecentos, o que não impediu o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitanias, tanto por meio do Rio Doce, como por caminhos terrestres. (CARVALHO, 2008, p. 39-40). Tal contatação revela que a capitania capixaba não estava tão isolada como normalmente se afirma.

⁴Estilaque Ferreira dos Santos utiliza o termo “cinturão protetor” para referir-se a esse suposto isolamento do Espírito Santo. Segundo o autor, o fato de o Espírito Santo ter se convertido num cinturão protetor das minas, grande parte do seu território permaneceu fechada à colonização, por ser habitada por tribos indígenas que dificultavam à expansão da fronteira agrícola para o interior (SANTOS, 2005, p. 48)

comunicação, também se empenhou na questão do povoamento com a ideia de formação de núcleos populacionais no vale do Rio Doce, caminho que levaria até os núcleos populacionais mineiros (QUINTÃO, 2014). Na visão de Estilaque Ferreira Santos (2005), a proposta de Pontes, foi “uma ideia pioneira no sentido da imigração estrangeira para o Espírito Santo”.

Francisco Alberto Rubim⁵ que governou a capitania capixaba entre os anos 1812 e 1816, descreveu o Espírito Santo como um território dotado de terras férteis, porém incultas por causa da falta de colonizadores. Visando a solução desse suposto “vazio demográfico” o presidente propunha que as terras da capitania fossem concedidas em sesmarias aos colonos que as pudessem cultivar. Desse modo funda, em 1813, a primeira colônia de imigrantes do Espírito Santo com portugueses das Ilhas dos Açores que se instalaram cerca de 18 quilômetros de Vitória, às margens do rio Santo Agostinho, na localidade que passou chamar-se Viana. (OLIVEIRA, 2008).

Iniciativa mais concreta voltada para a imigração foi tomada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz⁶, presidente do Espírito Santo na década de 1840. Couto Ferraz reconhecia a excelente posição geográfica da província e a fertilidade de suas terras, porém, lamentava o seu atraso caracterizado pelas terras

⁵Francisco Alberto Rubim era natural de Lisboa, Portugal. Foi nomeado Governador da Capitania do Espírito Santo pelo Príncipe Regente em 1812, cargo que desempenhou até 1819 (SCHEINER, 2017, p. 9)

⁶José Pedreira do Couto Ferraz nasceu no Rio de Janeiro no dia 17 de maio de 1818, de família pertencente a elite imperial. Foi deputado para a Câmara Provincial do Rio de Janeiro em 1844, Vice-presidente da província do Rio de Janeiro em 1845, em 1846 assumiu a presidência da província do Espírito Santo, foi eleito deputado geral pelo Espírito Santo, em 1848 e 1850. Em 1848 retirou-se do governo do Espírito Santo para assumir o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro em 1848, vindo a falecer no próprio Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1886 (BEDIAGA, 2017, p. 385).

incultas. Na opinião do presidente, o que tiraria a província capixaba da condição de "atrasamento" frente às outras províncias seria a introdução de "braços livres e industriais" para a agricultura (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – APEES, 1848). Com esse objetivo, Couto Ferraz criou a colônia de Santa Izabel, em 1847, com os imigrantes alemães. A partir daí os movimentos migratórios no Espírito Santo intensificaram-se com o surgimento de vários núcleos coloniais, como veremos adiante.

Gilda Rocha afirma que, entre 1847 e 1881 entraram nas terras capixabas 13.828 imigrantes formando as colônias de Santa Izabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1856) e Castello (1880). Entre 1882 e 1887 entraram 1.375 imigrantes. E de 1888 a 1896 entraram 21.497, como podemos ver na tabela 1. Entre os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo na última fase indicada por Rocha, a maioria era composta por famílias procedentes de diferentes lugares da península Itálica, que vieram em projeto que contava com a iniciativa financeira dos governos capixabas impulsionados, sobretudo, pela expansão do café (DADALTO, 2017).

Tabela 1: Entrada de Imigrantes de 1847-1896.

Anos	Número de Imigrantes
1847-1881	13.828
1882-1887	1.375
1888-1896	21.487

Fonte: ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n], 2000. 76-124.

A política de criação de núcleos coloniais, se espalhou pelo Brasil no contexto em que as elites políticas e rurais formadas,

principalmente por fazendeiros intensificam a busca por agricultores estrangeiros, diante das pressões pelo fim da escravização e também quando se colocava em pauta a questão do “branqueamento da raça”. Nesse período, como vimos, se promulga a Lei Euzébio de Queiroz proibindo o tráfico internacional de cativos e a Lei de Terras (1850). Como alternativa, procurava-se povoar as terras devolutas com a introdução de camponeses, sobretudo europeus, em pequenas propriedades agrícolas (FRANCESCHETTO, 2014). Depois, procuraram introduzir esses imigrantes e migrantes nas lavouras para substituírem o trabalho dos negros.

Além dos quatro núcleos coloniais indicados por Rocha, no final do século XIX outros oito foram criados nas diversas regiões capixabas, principalmente próximos aos percursos dos rios, a saber: Afonso Cláudio (1889) no sul do Estado e Costa Pereira (1890); Antônio Prado (1887), Accioli de Vasconcellos (1887) e Moniz Freire no vale do Rio Doce (1892); Demétrio Ribeiro no vale do Piraquê-Açu (1891); Santa Leocádia (1888) e Nova Venécia (1892) no vale do rio São Mateus, esses últimos na região norte do Espírito Santo (APEES, 1995; FRANCESCHETTO, 2014).

Migrantes e migrantes para as fazendas

No século XIX aconteceu no Espírito Santo um verdadeiro caldeamento cultural ou “caldeirão capixaba” (VASCONCELLOS, 2022), formado por uma diversidade de etnias. Descendentes de portugueses, alemães, italianos,⁷

⁷Sobre a imigração italiana no Espírito Santo, dentre outros, ver PAULA, Sérgio Peres. *Fazenda do Centro. Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo Coleção Canaã, vol. 15, 2013; CELIN, José Lázaro. *O Espírito Santo na Rota da Grande Imigração*. Sinais da presença italiana no Vale do Rio Caxixe,

pomeranos⁸, austríacos, suíços, sírios e libaneses,⁹ chineses, japoneses, entre outros, compuseram esse caldeamento, resultado de processos imigratórios em diferentes momentos, agregando-se ainda a presença população indígena que se tornou minoritária em decorrência do processo de colonização e dos negros escravizados e libertos, africanos e crioulos, marginalizados por causa da herança ideológica do escravismo.

Na década de 1890 a imigração de massa atingiu seu auge, com a entrada de mais de 20 mil imigrantes. No final da mesma década, a imigração em massa cessou, mas o movimento migratório continuou em pequenas escalas ao longo da primeira metade do século XX (SALETTTO, 2014). Apesar das reclamações dos imigrantes contra a falta de recursos do Estado, como as ressaltadas pelos viajantes, especialmente as do Cônsul italiano Carlo Nagar, no ano de 1895 (APPES, 1895) sobre as dificuldades os imigrantes italianos, o principal obstáculo para manter a imigração foi, de fato, a crise do café a partir de 1896 (FRANCESCHETTO, 2014).

Franceschetto (2014), recorrendo aos microfilmes contendo dados sobre os imigrantes que entraram e saíram do Porto e das hospedarias de Pinheiros e Ilha das Flores do Rio de Janeiro, até 1932, cedidas pelo Arquivo Nacional ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, localizou os imigrantes que haviam tido como destino o Espírito Santo. Por meio do

Castelo (ES). Tese de Doutorado em Geografia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.

⁸Sobre a imigração pomerana no Espírito Santo, ver MANSKE, Cione Marta Raasch. *A venda pomerana no Espírito Santo: o lugar sociopolítico, econômico e identitário (1851-2021)*. Tese de doutorado em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

⁹Sobre a imigração de sírios e libaneses no Espírito Santo, ver SANTOS, Adilson Silva. *Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890-1930)*. Tese de Doutorado em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

cruzamento de fontes o autor organizou uma tabela com o número de imigrantes que chegaram às terras capixabas no século XIX e início do século XX. Parte da tabela está exposta abaixo:

Tabela 2: Entrada de imigrantes no Espírito Santo de 1812-1930

Período	Número de Imigrantes
1812-1814	250
1840-1850	166
1851-1860	2.222
1861-1870	942
1871-1880	11.583
1881-1890	8.629
1891-1900	23.093
1901-1910	831
1911-1920	600
1921-1930	1.347
Total:	

Fonte: FRANCESCETTO, 2014. p. 71.

Como podemos observar, o período de maior entrada de imigrantes no Espírito Santo é de 1871 a 1900. Depois o número volta a crescer levemente entre 1921 e 1930. Um fator comum nos relatórios ao longo do período imperial é a afirmação que o processo de colonização era fundamental para a prosperidade do país. Para o presidente José Fernandes da Costa Pereira (APEES, 1861) “colonizar o país era dar-lhe vida” e garantir o futuro da nação, tanto do ponto de vista do trabalho e como da moral, pela imigração europeia e a introdução de homens civilizados que substituíssem os cativos.

O presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior pensava numa solução, que, na sua visão, tiraria os nacionais da ociosidade, nessa perspectiva, argumentou que a colonização nacional era praticável e vantajosa para o país. Na

visão do presidente, não era justificável a miséria em que vivia o brasileiro como resultado da indolência. Para Costa Pereira, a solução mais plausível para a situação social dos nacionais seria torná-los proprietários, porque a propriedade territorial poderia corrigir o vício e tornar os nacionais laboriosos.

Contudo, Costa Pereira não dava crédito às colônias constituídas de nacionais, porque para o presidente, essas não tinham “a disciplina e a regularidade” da Europeia”. Por isso, propunha que, em vez de colônias, o melhor, seria vender ao “brasileiro pobre” que quisesse se dedicar à lavoura um terreno a preço módico e a prazo, mas ficando o imóvel alienado e podendo ser tomado caso os pagamentos não fossem cumpridos. Porque, assim pensava o presidente, “em geral, entre nós repele-se o freio da sujeição e o trabalho obrigatório como se fosse uma ignomínia” (APEES, 1961, p. 86). Tal condição é o indício da falta de credibilidade no trabalhador nacional.

Na prática das elites políticas capixabas, o que prevalecia era o dogma da hierarquia racial, que colocava o branco europeu no topo como laborioso e marginalizava as populações nacionais, sobretudo, os negros, vistos como ociosos e atrasados (DALTA; BENEDUZI, 2020). Sendo assim, grande parte dos imigrantes europeus obteve terras logo que chegaram ao Espírito Santo, situação contrária aconteceu com os libertos e descendentes. Esses não somente foram entregues à própria sorte (DADALTO, 2020), mas tiveram que lidar com os estigmas morais herdados da escravização. Como afirma Soprani (2015, p. 81) “o projeto das elites não era mesmo o de valorizar este tipo de trabalhador”.

Apesar dessa preferência pelas imigrantes europeus, as secas nordestinas, e necessidade de acolher os retirantes nas terras capixabas e a suposta falta de mão de obra nas lavouras,

fez com que muitos cearenses fossem destinados às fazendas, sobretudo naquelas da região sul capixaba. A seca ocorrida entre 1877 e 1879 nas províncias nordestinas, estimulou um movimento migratório de indivíduos em situações miseráveis em direção às provinciais, dentre elas o Espírito Santo. Em 1888-1889 uma nova seca provocou uma outra onda de migrantes, sobretudo cearenses, para outras províncias (DIAS, 2019). “O Ceará foi uma das províncias abastecedoras do sudeste cafeeiro” (SALETTTO, 1996, p. 175) de modo especial, do Espírito Santo. Segundo Dayne:

Na província do Ceará o impacto foi mais forte, o que pode ser verificado pelo expressivo volume de óbitos registrados e pelos movimentos migratórios. Mais do que um fenômeno natural, o desastre teve consequências sociais, econômicas e culturais, uma vez que alteraram as relações das pessoas com as migrações e a morte (DAYANE, 2019, p. 178).

Rafaela Domingos Lago (2020), na análise historiográfica sobre Vitória, ressaltou a participação de sergipanos na demografia da região. Já no sul do Espírito Santo, destacaram-se os fluminenses e os cearenses na constituição demográfica de diversos distritos no século XIX. Devido às duas secas supracitadas, muitos nordestinos, sobretudo cearenses, emigraram para o Espírito Santo em busca de sobrevivência, como também, acesso à terra e ao trabalho (LAGO, 2020). Como retirantes da calamidade pública que assolava suas terras, muitos chegaram desnutridos, seminus e doentes, outros desembarcaram já falecidos. O presidente da província do Espírito Santo Dr. Manoel da Silva Mafra, em seu Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo do dia 29 de outubro 1878, apresentou com detalhes a situação dos retirantes aportados no porto de Vitória.

O novo êxodo a que foram forçados os nossos irmãos de algumas províncias do Norte, a quem a seca e consequentes desgraças tem flagelado constituíram uma verdadeira calamidade pública[...] Não foram os últimos os Espírito Santenses nesse filantrópico empenho. Pouco depois de assumir a administração da Província comunicou-me o Exm. Sr. Presidente do Conselho que tinham expedidas ordens para que todos os vapores que do Norte partissem com emigrantes aqui tocassem para deixá-los e que providenciasse para recebê-los [...] Como se esperava, número cada vez maior de retirantes e não convinha a salubridade pública, em razão de milhares de pessoas, adventícias na cidade, que desembarcaram seminuas e pela maior parte doentes, alguns mortos e outros moribundos, mandei construir para os que tivessem vindo um barracão em Itacibá, fora e próximo desta capital onde quer pelo espaço, que pela água próxima e pela ventilação ficariam acomodados (APEES, 1878, p. 35).

Além das providências mais urgentes, o presidente Mafra, também nomeou comissões em Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Cruz e São Mateus, que se encarregassem da acomodação provisória e alimentação dos fossem destinados àquelas localidades. Mafra ainda recomendou que os retirantes fossem colocados a serviço dos particulares e fazendeiros e inseridos nas colônias formadas nas regiões. De acordo com o presidente, entraram na Província no dia 6 de março de 1878 4.032¹⁰ retirantes, cujos destinos são indicados na tabela abaixo:

¹⁰ O presidente Dr, Manoel da Silva Mafra indica 4.837 retirantes cearenses, porém contabilizando os números que o mesmo presidente apresentou para cada destino, o total dá 4.032, não 4.837.

Tabela 3: Destino dos cearenses no Espírito Santo em 6 de março de 1878

Destinos	Quantidade de retirantes
São Mateus	1.399
Santa Cruz	507
Itapemirim	801
Guarapary	153
Viana	490
Serra	274
Cariacía	412
Santa Leopoldina	46
Santa Izabel	22
Nova Almeida	20
Linhares	14
Assentaram no Exército	27
Assentaram na Polícia	33
Na Companhia de Menores	17
Em tratamento na Santa Casa	11
Na capital em diversos ofícios	374
Faleceram	233
Total:	4.032

Fonte: APEES. Relatório apresentado ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório Apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo do dia 29 de outubro 1878. Vitória: Typografia da Actualidade. Rua Duque de Caxias nº 19, 1878, p. 35-36. Disponível em <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/MANOEL%20DA%20SILVA%20MAFRA%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf> (10 de agosto de 2022).

Imigrantes e migrantes para as fazendas

Inicialmente esses retirantes foram enviados para os destinos indicados na tabela 3 com a ideia de fosse que fossem acolhidos e ajudados de acordo com as suas mais urgentes necessidades, tais como vestuário, alimentação, tratamento

médico etc. Pois havia desembarcados, *seminus* e alguns, praticamente moribundos (APEES, 1878). Contudo, a partir da década de 1880 a política migratória no Espírito Santo sofreu uma profunda metamorfose, pois, com o inevitável desmantelamento do sistema escravista todas as energias governamentais se voltaram para a necessidade de suprir de braços as fazendas cafeeiras, principalmente as do sul da província, nesse objetivo entraram também os retirantes cearenses.

Nelson Noze, Maria Silva Bassanezi e Eni Samara asseveram que, na província, além da existência de áreas praticamente desabitadas, havia, no final do século XIX, falta de braços devido às leis abolicionistas e aos surtos epidêmicos de febre amarela, varíola e cólera. A força de trabalho encontrava-se concentrada praticamente na produção de café, do açúcar, da aguardente, poucos se dedicavam ao cultivo dos gêneros de primeira necessidade. Tal situação levou às autoridades política a investirem na imigração internacional e a absorverem os retirantes ou “refugiados das secas” nordestinas (NOZOE; BASSANEZI; SAMARA, 2003).

O principal núcleo colonial criado na última fase migratória indicada por Gilda Rocha foi o Núcleo Costa Pereira em 1889, situado no território de um antigo aldeamento indígena, o “Aldeamento Imperial Afonsino”, distante 145 quilômetros da capital Vitória. O núcleo se estendia até o território de Minas Gerais e podia ser dividido em mil lotes de 25 hectares. A população era composta quase exclusivamente por brasileiros, porque os imigrantes para lá enviados, cansados de esperar a indicação dos lotes preferiram empregar-se como meeiros nas grandes fazendas (APEES, 1995).

O Núcleo Costa Pereira fazia parte do projeto de direcionar os imigrantes e migrantes para as fazendas cafeeiras sul

capixabas. De acordo com o chefe da Comissão de Medição e Discriminação de Terras do Rio Preto e Castello do município de Cachoeiro de Itapemirim, José Alvares de Souza Coutinho, em 28 de dezembro de 1889 podiam ser colocados nas fazendas da região cerca de 3.000 imigrantes e no Núcleo Costa Pereira estavam disponíveis 311 lotes (APEES, 1888-1890).

Para acomodar os imigrantes e migrantes que chegassem à região foi construído um edifício na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. O prédio foi inaugurado em 1890 com a denominação de Hospedaria de Imigração na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Conforme o chefe da Comissão Rio Preto e Castello, entre outubro e dezembro, transitaram na hospedaria de Cachoeiro de Itapemirim 95 imigrantes, sendo 44 cearenses (migrantes). Destes, inicialmente, apenas 30 haviam sido destinados às fazendas. No entanto, a grande procura por parte dos fazendeiros e as vantagens que esses ofereciam fez com que todos preferissem às fazendas, pelo menos de modo transitório até conseguirem lotes (APEES, 1888-1890).

Em um relatório de 1890 José Alvares Coutinho apresenta a descrição completa do Núcleo Costa Pereira, segundo a qual o Núcleo abrangia uma área com capacidade para mais de mil lotes. No período, contava com 325 lotes dos quais 41 haviam sido distribuídos as famílias, sendo 241 indivíduos, 114 nacionais cearenses e paraibanos e 127 espanhóis (APEES, 1888-1890).

Ponto interessante do relatório de Coutinho é que o chefe da Comissão menospreza a prepotência dos espanhóis e tece elogios à dedicação e ao sucesso dos cearenses, demonstrando que os nacionais possuíam mais habilidade para o desenvolvimento de trabalhos agrícolas eficientes e prósperos que os europeus. Essa postura, parece fugir um pouco a regra, pois em geral a tendência era exaltar a competência dos

imigrantes europeus e denunciar a incompetência, o marasmo e a ineficiência dos trabalhadores nacionais (APEES, 1888-1890).

Conforme o jornal *O Constitucional*, no dia 22 de dezembro de 1888 chegaram 40 famílias imigrantes (221 pessoas) em Cachoeiro de Itapemirim. Para o dia 25 se esperava a chegada de 155 imigrantes e, no final do mesmo mês, a chegada de mais 700 italianos. Os imigrantes seriam distribuídos entre os fazendeiros que tivessem feito suas solicitações ao chefe da comissão de medição e demarcação de terras de rio Preto e Castello, José Alvarez de Souza Coutinho. Muitos desses foram destinados às fazendas cafeeiras de Castello (O CONSTITUCIONAL, 1888)

De acordo com o mesmo jornal, no dia 1º de janeiro de 1889, chegaram em Cachoeiro de Itapemirim 380 imigrantes. A maior parte novamente foi destinada ao território castelense. Segundo periódico, até essa data o município de Cachoeiro de Itapemirim havia recebido 950 imigrantes. Todos estabelecidos nas lavouras particulares da região. E ainda, no dia 05 de janeiro do mesmo ano, também havia chegado 28 retirantes cearenses que foram destinados às lavouras de Castelo (O CONSTITUCIONAL, 1889).

Os livros de batismo de Cachoeiro de Itapemirim, localizados na Paróquia São Pedro (Catedral), indicam a expressiva presença de cearenses na região sul capixaba no final do século XIX. Destaca-se, porém os que foram destinados às fazendas castelenses. Na tabela 4, a partir da origem dos pais e padrinhos nos registros de nascimento do distrito Estação do Castelo de 1893 a 1897, pode-se verificar algumas localidades de procedência dos cearenses e onde foram estabelecidos no território de Castelo. Somente os livros 3 e 4 de batismo ofereceram as origens dos pais e dos padrinhos. Se os outros livros tivessem essas informações, certamente teríamos dados

mais expressivos da diversidade étnica e da população cearense em Castelo.

Tabela 4: Identificações étnicas dos habitantes de Castelo a partir da procedência dos pais nos livros de batismo de Cachoeiro de Itapemirim, 1893-1897.

Nome da Criança	Ano	Local	Procedência dos pais
Antônia	1893	Santo André	Ceará
Boza	1893	Santo André	Ceará
Lindolpho	1893	Santo André	Ceará
Generoso	1893	fazenda Areão	Madrinha: Ceará; Pai: Minas Gerais; Mãe: Cachoeiro
Conrado	1894	fazenda Areão	Ceará
Massimino	1894	Estrela do Norte	Ceará
Manoela	1894	Santo André	Sobral- Ceará
Francisco	1894	Santo André	Ceará
Maria	1894	Santo André	Ceará
Domingo	1894	Santo André	Canindé- Ceará
José	1894	Santo André	Ceará
Joana	1894	Estação do Castelo	Aracati – Ceará

Fonte: PARÓQUIA SÃO PEDRO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Catedral). Livros de Batismo 3 e 4, 1893-1897.

Quando se analisa os registros de nascimento do distrito da Estação do Castelo, de 1891 a 1920 percebe-se, de forma clara e expressiva, a multietnicidade histórica de sua população. Os registros civis é uma fonte ainda pouco usada nas pesquisas históricas, porém, nos oferecem informações fundamentais para uma historiografia local (LAGO, 2020). Utilizamos os registros civis de nascimento do Cartório da Estação do Castelo de 1891 a 1920, tanto para a análise demográfica do distrito, como para demonstrar a diversidade

étnica de sua população, como pode-se observar por meio da tabela 5 abaixo indicada:

Tabela 5: Migrantes na Estação do Castello a partir das procedências dos pais nos registros de nascimento de 1891 a 1920.

Ano	Total de Registros	Cearenses	Fluminenses	Baianos	Mineiros	Rio-grandenses
1891-1900	482	2	1			
1900-1907	446		2	1		
1907-1912	482					
1912-1915	441	9	9		2	1
1915-1917	489	6	15		8	
1917-1918	514	2	12	1	1	
1918-1920	503	2	3		4	

CARTÓRIO DE CASTELO DE TABELIONATO E REGISTROS CIVIS.
Livros de Registros Civis de nascimento 1, 2, 3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 do Distrito Estação do Castello, Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, 1891-1920

Considerações finais

A pesquisa teve como recorte temporal o período de 1891 a 1920, primeiramente porque foi a partir de 1891 que o distrito de Castelo começou a registrar civilmente seus habitantes, e finalizamos em 1920, para termos a ideia da demografia castelense no início do século XX. Foram localizados, durante esse período, 3.357 registros, dos quais 21 eram de famílias cearenses. Certamente, muitas outras famílias retirantes se encontravam espalhadas por outros municípios e

distritos do sul do Espírito Santo, compondo a cartografia social da região.

O número de habitantes cearenses parece pouco expressivo, contudo, é importante lembrar que nem todos os registros indicavam corretamente a procedência dos pais. Além disso, como garante Revel (2000) quando reduzimos a escala de observação e passamos a dar atenção aos pequenos grupos, as ambições dos historiadores tornam-se mais modestas, pelo menos de imediato, mas essa perspectiva é fundamental para uma reconstrução social.

Considerações finais

Se para Márcia Regina Batista (2019), os migrantes cearenses que chegaram no Espírito Santo, fugindo das secas nordestinas dos séculos XIX e XX, contribuíram para a formação do distrito de Aracê, podemos dizer que essa população também contribuiu para a formação de vários distritos da região sul capixaba, dentre eles, o distrito Estação do Castelo.

A formação da sociedade castelense contou com efetiva participação dos cearenses. Essa afirmação é sustentada a partir dos discursos e documentos analisados. Embora formassem um grupo pequeno, em comparação com os europeus, e na disputa do poder simbólico da terra, tenham sido invisibilizados, os cearenses, no desenvolvimento de sua micro-história, deixaram suas marcas culturais impressas, de forma indelével, na historiografia da região sul capixaba.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848. Arquivo Público Estadual - XDOD - Biblioteca Digital, s.d., 1848, p. 27-28. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/LUIZ%20PEDREIRA%20DO%20COUTTO%20FERRAZ%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf> (Acesso 25 de julho de 2022).

APEES. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia (23 de maio) da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1861. p. 67-68. Disponível em <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/JOS%C3%89%20FERNANDES%20DA%20COSTA%20PEREIRA%20JUNIOR%20E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia%20.pdf> (Acesso 20 de julho de 2022).

APEES. Relatório Apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo do dia 29 de outubro 1878. Vitória: Typografia da Actualidade. Rua Duque de Caxias nº 19, 1878. Disponível em <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/MANOEL%20DA%20SILVA%20MAFRA%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf> (10 de agosto de 2022).

APEES. Fundo Agricultura. Diretoria Central de Terras e Colonização. Livro 32. Registro da Correspondência do chefe da Comissão de Terras de Cachoeiro de Itapemirim com o inspetor Especial e Diversos Funcionários. Datas 1888-1890 (notação 55).

APEES. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória. O Estado do Espírito Santo e a imigração italiano (fevereiro 1895). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995. Disponível em <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/O%20Estado%20do%20Espirito%20Santo%20e%20a%20Imigracao%20Italiana.pdf> (Acesso 21 de julho de 2022).

CARTÓRIO DE CASTELO DE TABELIONATO E REGISTROS CIVIS. Livros de Registros Cíveis de nascimento 1, 2,

3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 do Distrito Estação do Castello, Comarca de Cachoeiro de Itapemirim. Castello, 1891-1920.

O CONSTITUCIONAL, ano III, n. 34, 24 dez. 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (Acesso de agosto de agosto de 2022).

O CONSTITUCIONAL, ano III, n. 37, 13 jan. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. (Acesso 4 de agosto de 2022).

PARÓQUIA SÃO PEDRO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Catedral). Livros de Batismo 3 e 4. Cachoeiro de Itapemirim, 1893-1897.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Marcia Regina. A ocupação do Distrito de Aracê, Domingo Martins, (1888-1920). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_10721_Disserta%20E7%20E3o-%20Revisada%20ap%20F3s%20a%20defesa.pdf. (Acesso 20 de agosto de 2022).

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do Império brasileiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). In: Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/ZLzJBF6qXSWq6zSnDVTpBdF/?format=pdf&lang=pt> (Acesso 5 de julho de 2022).

CARVALHO, Enaile Flauzina. Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo, 1790 a 1821. Dissertação de Mestrado em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

DADALTO, Maria Cristina. Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2017, p. 189-200. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/Nz6tddxNymzXPJcw6fZhNHp/?format=pdf&lang=pt> (Disponível em 1 de julho de 2022).

DADALTO, Maria Cristina; BENEDUZI, Luis Fernando. Nós, o outro e os outros: a constituição multiétnica capixaba no caldeirão cultural do Espírito Santo. Brasil. Diaspore 12, 2020, p. 93- 112.

Disponível em
<https://edizionicafoscari.unive.it/media/pdf/books/978-88-6969-396-0/978-88-6969-396-0-ch-09.pdf> (Acesso 2 de agosto de 2022).

DAYANE, Julia Carvalho Dias. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). In: Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 27, n. 2 [38], jul./dez. 2019, p. 175-194. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/edivaldo,

+Mortalidade+e+migra%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o+EMEN
DA+OK%20(1).pdf (Acesso 14 de agosto de 2022).

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCESCHETTO, Cilmar, Imigrantes Espírito Santo. Base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 34-50. Disponível em https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf (Acesso 18 de agosto de 2022).

LAGO, Rafaela Domingos. A Inserção de libertos no imediato pós-abolição no Espírito Santo, (1889-1910). In: Revista Ágora, v. 31, n. 2, e-2020310206, 2020, p. 1-33. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/katiasmott,+Artigo_Rafaela_Domingos_Lago.pdf (Acesso 5 de setembro de 2022).

MARIANO, Fabiene Passamani. A festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. Tese de Doutorado em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível file:///C:/Users/User/Downloads/TESE_Fabiane_Mariano%20(2).pdf (Acesso 11 de agosto de 2022).

NOZOE, Nelson; BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; SAMARA, Eni de Mesquita. Os refugiados da Seca: emigrantes cearenses, 1888-1889. Campinas: NEHD, NEPO, CEDHAL, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira. História do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Estrada de Ferro e Territorialidade no Espírito Santo da Primeira República. In: Revista Ágora, Vitória, n. 20, 2014, p. 84-109. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/revistaagora,+5. +Artigo+ Leandro+para+%C3%81gora%20(2).pdf (Acesso 10 de julho de 2022).

REVEL, Jacques (Org.) Jogos de Escala. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-39.

SALETTTO, SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e a pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SALETTTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. In: FRANCESCETTO, Cilmar, Imigrantes Espírito Santo. Base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 34-50.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. In: Revista Dimensões. n. 17. Dossiê: Estado, sociedade e poder, 2005, p. 47-68. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2422/1918> (Acesso 10 de agosto de 2022).

SCHEINER, Livia Maurício. Redes de Poder e Elites Locais: O Espírito Santo nos quadros do Império Luso-Brasileiro. In: XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os preconceitos: História e Democracia. ANPUHR, 2017, p. 1-16. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502841845_ARQUIVO_RedesdaepoderESnosquadrosdoImperiolusobrasileiro-revisto.pdf (Acesso 15 de julho de 2022).

SOPRANI, Soprani. Laboriosos e Morigerados ou indolentes e vadios. As múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo (Dissertação de Mestrado em História). Vitória: UFES, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufes>.

br/bitstream/10/3536/1/ DISSERTA%3%87%c3 %83O%20c% c3% b3pia%20final%20impress%c3%a3o%20e%20site%20Ufes.pdf
(Acesso 23 de agosto de 2022).

VASCONCELLOS, João Gualberto. O caldeirão capixaba. In: PICOLI, Bianca Pavan; DADALTO, Maria Cristina, RÉGIS, Maria Rita de Cássia Sales, MARLOW, Sérgio Luiz. Identidade em Construção. Percursos individuais e coletivos no Espírito Santo. Serra: Milfontes, 2022.

Desafios para a esquerda sindical no século XXI com as novas configurações do mundo do trabalho por plataformas digitais

Alberto Dias Mendes*

Resumo

O sistema neoliberal entrou em colapso a partir da última década do século XX. O desemprego em massa resultante da crise do capitalismo, aliado ao advento da internet e popularização do uso dos dispositivos móveis, como o celular, obrigou milhares de pessoas a se submeterem a trabalho em condições precárias para manter a sobrevivência. No Brasil, essa nova categoria de trabalhadores e trabalhadoras aumentou exponencialmente a partir da pandemia de Covid-19. O presente trabalho busca refletir e compreender a nova configuração da classe trabalhadora, os (as) entregadores (as) de aplicativos. Buscamos, por meio do diálogo entre a história e as ciências sociais, identificar que desafios a mobilização dessa significativa parte da classe impõe para as organizações sindicais.

Palavras-chave: trabalhadores(as) de aplicativos; sindicatos; mundo do trabalho; breque dos apps; plataformas digitais.

Resumén

El sistema neoliberal colapsó en la última década del siglo XX. El desempleo masivo resultante de la crisis del capitalismo, combinado con la llegada de Internet y la popularización del uso de dispositivos móviles, como los teléfonos móviles, obligó a miles de personas a someterse a trabajos en condiciones precarias para mantener su supervivencia. En Brasil, esta nueva categoría de trabajadores y trabajadoras ha aumentado exponencialmente desde la pandemia de Covid-19. El presente trabajo busca reflexionar y comprender la nueva configuración de la clase trabajadora, los repartidores de aplicaciones. Buscamos, a través del diálogo entre la historia y las ciencias

sociales, identificar qué desafíos impone la movilización de esta parte significativa de la clase a las organizaciones sindicales.

Palabras clave: trabajadores de aplicaciones; sindicatos; mundo de trabajo; las aplicaciones se rompen; plataformas digitales.

Abstract

The neoliberal system collapsed in the last decade of the 20th century. The massive unemployment resulting from the crisis of capitalism, combined with the advent of the Internet and the popularization of the use of mobile devices, such as mobile phones, forced thousands of people to submit to jobs in precarious conditions to maintain their survival. In Brazil, this new category of workers has increased exponentially since the Covid-19 pandemic. The present work seeks to reflect and understand the new configuration of the working class, the application distributors. We seek, through the dialogue between history and social sciences, to identify what challenges the mobilization of this significant part of the class imposes on union organizations.

Keywords: application workers; unions; working world; apps break; digital platforms.

Introdução

O sistema neoliberal alcançou sua exaustão na virada do século XX para o XXI. O resultado foi o colapso que se abateu sobre os países centrais de economia capitalista, principalmente Estados Unidos, o epicentro da crise. Os efeitos foram devastadores nos países que não havia reservas em caixa. No Brasil, o então presidente Lula denominou de “marola”, com repercussão internacional, em função de ter, inclusive, injetado recursos financeiros com pagamento de dívidas dois anos antes para minimizar o caos económico mundial que

havia iniciado em 2001. O capitalismo, porém, se reinventa. Segundo Teotônio dos Santos, quando há crises de projeção mundial, duas saídas se apresentam aos países, “socialismo ou fascismo” (2018).

O presente artigo faz parte do aprofundamento de pesquisas sobre a nova configuração da classe trabalhadora no século XXI e os desafios impostos à esquerda latino-americana para organizar esse contingente cada vez menos disposto ao caminho da coletividade. O individualismo, próprio do capitalismo, vem sendo reforçado pela sedução do empreendedorismo, com a falsa sensação de independência, ser dono(a) do próprio negócio e não ter horário fixo. O imediatismo da sobrevivência obriga à submissão a um trabalho sem direitos e sem perspectivas de um envelhecimento seguro.

Com a pandemia, essa situação se viu agravada. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde reconheceu a gravidade da situação sanitária no planeta. A humanidade ainda não sabia como enfrentar a terceira crise sanitária mundial no intervalo de cem anos. Se o século XX foi “breve”, da *Era dos Extremos*, das guerras, Mundiais e localizadas, segundo Hobsbawm (1995), o século XXI parece prometer muitas surpresas a incrementar as disputas econômicas e bélicas em nível mundial.

No primeiro ano, cerca de 5,4 milhões de pessoas vieram a óbito em decorrência da Covid-19, em um total de 281 milhões de casos da doença, de acordo com a *John Hopkins University & Medicine*. Novas variantes continuaram a desafiar a vida, como a *Ômicron*. No Brasil, mais de 600 mil pessoas haviam perdido suas vidas. Graças à ciência e ao serviço público o desastre não foi pior. Estudos revelaram que nos países cujos governos foram negligentes em relação às medidas de combate

à pandemia, negacionistas como Estados Unidos e Brasil, tanto o número de casos como de óbitos foram maiores¹.

Analisada por um ponto de vista sócio-histórico, a crise sanitária, pode ser compreendida, como uma forma devastadora da crise civilizatória imposta pelo ritmo de desenvolvimento econômico mundial, com um extrativismo indiscriminado e sem sustentabilidade, onde se barbarizam as relações humanas, naturalizam-se a violência, a tortura e o preconceito (Mendes, 2021). Não há possibilidade de comparação com precedentes históricos se alcançamos a chamada revolução “4.0”, com uma ciência tão avançada ao ponto de criar vacina em tempo razoável para impedir uma catástrofe.

A situação brasileira era ainda mais dramática, pois se deve acrescentar a pobreza menstrual, com meninas em idade de menstruar que não possuem recursos para adquirirem absorvente e as violências contra a população originária, como constatou pesquisa realizada em parceria com a Escola Joaquim Venâncio, da Fiocruz:

Esse problema consiste tanto na falta de conhecimento acerca dos cuidados necessários com a menstruação, quanto na falta de recursos para lidar com a menstruação. Esse é um problema que muitas vezes passa despercebido e não gera interesse da sociedade, mas é sofrido por muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social, tanto no meio rural, quanto nas grandes cidades. Por falta de instrução, muitas mulheres não têm o conhecimento básico sobre o próprio funcionamento do corpo, sobre cuidados ginecológicos, sobre medicamentos e muito menos têm acesso a

¹ Ver *El País*, 07/07/2020 e *Congressoemfoco.uol.br*, com.28/01/2021. Ver ainda *Covid Performance Index* do Lowy Institute.

*Alberto Dias Mendes: Doutor em história. Pesquisador do Nucleas/Uerj. Professor Unigama. (diasmendes.alberto@gmail.com).

absorventes e produtos de higiene pessoal. (Gonçalves, apud Barbosa e Evangelista, 2021)

A população pobre encontrava-se em situação de miserabilidade acentuada, inimaginável e inaceitável. Os dados sobre a relação capital X trabalho apontavam um aumento exponencial do desemprego e, o(a) trabalhador(a), quando em ocupação, em estado precário de proporções assustadoras. As condições desumanas de existência levam, inevitavelmente, à avaliação na qual se naturalizou a morte e degradação humana, ou seja, vive-se um pandemônio econômico e social. Por essa ótica, propomos compreender a pandemia como uma catástrofe inserida em um contexto global da exploração capitalista².

O olhar sobre a situação da classe trabalhadora mostra sua precarização ou, na definição de Standing (2013), o “precarizado”. Farei um recorte que compreenderá um contingente específico da classe que vive do trabalho, cuja dinâmica socioeconômica na qual estavam mergulhadas empurrou atividades com menor exigência de formação profissional e acadêmica, a entrega de mercadorias a partir de pedidos por meio dos aplicativos digitais, os “*apps*”.

A situação brasileira na pandemia

O “estado de calamidade” foi reconhecido pelo governo brasileiro no dia 20 de março de 2020, por meio do Decreto legislativo nº6, com efeitos até o dia 31 de dezembro daquele

² Atente-se para não generalizar. Há países com níveis de justiça, igualdade e democracia que impele alguns autores a associá-los como comunistas. É preciso um rigor conceitual maior para assim defini-los. Acredito que estejam no caminho do socialismo. Heinz Dietrich cunhou o termo “socialismo do século XXI” ao se referir à Venezuela de Chávez. Para maior discussão, ver Guimarães, J., 2005 e Leite, J. C., 1999.

ano. Nada era certo naquele momento, muito menos de quanto tempo seria necessário para superar a crise. As declarações da presidência da República foram desastrosas, demonstrando negligência, mitigando as consequências da Covid-19 e atribuindo falsa dicotomia entre a “economia e a vida”. Uma forte pressão social fez o governo ceder e aplicar políticas públicas como o auxílio emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade. Conforme afirmou Mendes (2021, p.60),

A des-organização espacial das grandes cidades, fome, miséria, renda pelo trabalho informal, escassez de água potável foram alguns dos fatores que demonstraram a degradante situação em vivia o povo em diversos países, principalmente os mais dependentes, o que dificultava (em alguns casos impossibilitava) o cumprimento das orientações da Organização Mundial de Saúde. A situação agravava-se com a falta de vontade política de alguns governos em investir em melhorias sanitárias para evitar a propagação do vírus.

O caso brasileiro enquadrou-se, drasticamente, no enunciado acima, com o agravante de ter o próprio chefe de governo comandando uma legião de negacionistas. Afrontou-se a ciência e promoveu-se o caos social, com atitudes que sabotavam as principais orientações de segurança como o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento físico. O governo já havia sido acusado, inclusive, de flertar com o nazismo (*Isto é*, 24/01/2020).

O Brasil vinha apresentando, desde o golpe de 2016, indicadores sociais desfavoráveis como aumento da taxa de desemprego, elevado endividamento público e alarmantes níveis de fome e miséria. Segundo dados do IBGE, no terceiro trimestre de 2021, registraram-se 13,5 milhões de pessoas desempregadas e 5,1 milhões de desalentados. Faz-se mister explicar que as metodologias utilizadas pelo órgão federal

modificaram e consideraram desempregadas as pessoas que estão buscando emprego e em condições de trabalhar (o que Karl Marx chamou de “exército de reserva”). Já os desalentados são as pessoas que desistiram de buscar emprego por perderem as esperanças em consegui-lo³.

Com a imperiosa necessidade sanitária de fechamento do comércio, escolas, universidades e algumas indústrias, o governo federal, comprometido com o capital especulativo, desenvolveu uma narrativa falaciosa de que era preciso escolher entre a economia ou a vida. Como os governos estaduais e municipais estão mais próximos do cotidiano da população, o presidente da República tentou deslocar a responsabilidade da crise para os governadores e prefeitos, como se ele mesmo não fosse o responsável máximo do país.

O fechamento completo das cidades tornou-se medida extremamente necessária diante do número de óbitos que cresciam em grandeza exponencial e foi implantado por vários governadores e prefeitos. Em março de 2020 foi registrado o primeiro óbito por Covid; em abril o número saltou para 2.906 e, em agosto já eram mais de 100 mil mortos pela Covid-19, com quase 4 milhões de casos registrados, sem contar as subnotificações⁴. Foi nesse momento do *lockdown* que entraram em cena personagens há muito tempo invisibilizados: os(as) entregadores(as) por aplicativos ou entregadores(as) por “apps”. Confinada em sua própria residência, parte considerável da população, principalmente a classe média, se viu sem outra alternativa senão lançar mão da compra virtual, buscando evitar o contágio do vírus. Descortina-se, então, uma situação social até aquele momento

³ Para tornar a questão ainda mais complexa, há os universitários, “donas de casa” e “empreendedores” que não são considerados desempregados. Não foi nosso objetivo discutir essa metodologia ou conceitos.

⁴ Dados coletados pelo autor. Fonte: John Hopkins University.

encoberta pela rotina acelerada de um mundo onde tudo “é pra ontem”.

A calamidade pública era maior do que se imaginava. O país vive algo semelhante ao que enunciou Josué de Castro (1980), “metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme com medo da que não come”. O fosso de miserabilidade que se tornou o Brasil jogou milhares de jovens para a mais vil atividade econômica, aquela que não oferece direitos, mas suga toda a capacidade intelectual e física do ser humano. Até mesmo alimentação é negada àqueles cuja atividade inclui entregar comida para outrem⁵.

A precarização do trabalho e a invisibilidade da categoria de entregadores

O trabalho que realizam os(as) entregadores (as) tem, ainda, pouco reconhecimento social mesmo que parte considerável da sociedade utilize os serviços rotineiramente. É bem possível que, ao ser perguntada sobre como uma comida ou uma mercadoria chegou até ela, uma pessoa diga o nome da loja ou o aplicativo que utilizou para efetuar a compra. O nome da pessoa que fez a entrega, dificilmente, será lembrado, mesmo que tenha sido em mãos. O valor da compra, por outro lado, é facilmente lembrado, ou de forma dramática se o comprador julgou muito elevado ou para indicar a uma amiga, caso o custo tenha sido irrisório. O fetiche da mercadoria torna o trabalho humano e o trabalhador invisíveis à própria sociedade em que ele vive.

As contradições, entretanto, surgidas no seio do sistema capitalista, altera a lógica criada pelo próprio sistema. Com o *lockdown*, a sociedade se reinventa, não apenas em seus

⁵ Informação dada por Paulo Lima em entrevista a programa no *Youtube*.

hábitos, mas em algo que é vital, no trabalho humano. No período que compreendeu os meses de fevereiro e setembro de 2020, o número de cadastros de entregadores cresceu 84,1%, segundo pesquisa realizada pela *startup* “Eu Entrego”. A Associação Brasileira do Setor de Bicicletas – Aliança Bike – também possui relatório detalhado sobre essa atividade e o perfil dos trabalhadores na cidade de São Paulo. Em nível nacional, os indicadores sustentam que as grandes metrópoles são os espaços de maior concentração de trabalhadores que fazem entregas: São Paulo (56%) está em primeiro, seguido do Rio de Janeiro (12%) e depois Minas Gerais (6%), o que, somado, representa 74%.

A atividade de entregador encontrou maior projeção por causa das plataformas virtuais, uma forma atual de exploração da mão-de-obra com baixo custo para o capital e nenhum direito para quem trabalha. Ela, no entanto, tem precedentes históricos. Assolados por uma grave crise econômica pela má administração durante o regime militar, o Brasil da década de 1980 conheceu a “moça” que vendia bebida láctea ou aquela que vendia perfumes. Enganados com a propaganda do “milagre econômico”, a população nordestina, principalmente homens, circulavam pelas ruas de várias cidades do sudeste, batendo de casa em casa para vender redes, mantas e todo tipo de utensílio doméstico. Havia, ainda, o vendedor da famosa enciclopédia Barsa e o(a) fotógrafo(a) que garantia o registro das famílias, principalmente aquelas que não possuíam máquina fotográfica, considerado item de luxo naquela época.

Nenhuma dessas atividades foi extinta. Ao contrário, permanecem e algumas com mais intensidade, o que pode ser explicado, certamente, pelas características que lhes dão causa, como o desemprego, a precariedade do trabalho e a sensação de “liberdade” em relação à administração do tempo e do próprio negócio. Esse elenco de características apresentadas são as

mesmas identificadas nos atuais entregadores por aplicativos, com formas mais sofisticadas de exploração, como salientou Abílio:

Ao trabalhador são transferidas as decisões sobre duração e distribuição da jornada, propriedade e modos de uso dos instrumentos de trabalho. Entretanto, esse gerenciamento de si está subordinado as formas de controle e determinações das empresas. As estratégias de sobrevivência do trabalhador são incorporadas a gestão e incluem a busca permanente pela melhor remuneração e os arranjos cotidianos pela segurança, pela melhor avaliação — que garante melhor acesso ao trabalho — , pela busca das bonificações. (2020, p. 585)

Além de relações subalternas transfiguradas em falaciosa ideia de “empreendedorismo”, os(as) entregadores(as) submetem-se a exaustiva jornada de trabalho, submetendo o corpo ao extenuante tempo que pode chegar a mais de 14 horas por dia, em alguns casos. O mais valor, entretanto, extraído pelos proprietários de aplicativos não é distribuído proporcionalmente ao trabalhador, o que pode ser considerado superexploração da mão de obra⁶. As condições precárias da existência humana alcançaram um grau de degradação tão aviltante, que fez a servidão parecer um privilégio, conforme afirmou Antunes (2018):

No capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova fase de subsunção real do trabalho ao capital. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico organizacional- informacional eliminará

⁶ O conceito de superexploração está no sentido que foi desenvolvido por Ruy Mauro Marini (1979).--

de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobranter, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro (n.p).⁷

Antunes toca no ponto nevrálgico do novo modelo de acumulação capitalista, imperialista neoliberal e selvagem, no qual o avanço tecnológico é utilizado com avareza para extração da mais-valia relativa em nível exponencial⁸. Entre as operadoras de aplicativos, somente a *Apple* e a *Google* faturaram cerca de 111 bilhões de dólares em 2020, dinheiro gasto pelos consumidores. Isso significou meio trilhão de reais, aproximadamente, um aumento de mais de 32% ao ano anterior⁹.

A pergunta a ser feita é por que a classe que trabalha e é explorada não se organiza e busca se libertar do sistema que a mantém aprisionada. A resposta não é simples e envolve uma multiplicidade de elementos. A questão não é nova, muito menos particular das sociedades capitalistas. Esse é um dos problemas mais discutidos no seio da esquerda mundial, com imensuráveis possibilidades de saídas. A partir do século XIX, com as proposições de Marx e Engels, o socialismo passou a ser uma perspectiva para as transformações que resultem no fim da exploração. Com a primeira experiência socialista a partir da União Soviética, foi possível uma melhor leitura sobre se realmente o socialismo seria “a” saída para os problemas da classe trabalhadora e camponesa. Um século se passou e ainda estamos diante de dilemas semelhantes, por vezes com maior complexidade.

⁷ A obra consultada está em formato digital que não possui número de páginas. No mesmo arquivo em pdf, entretanto, pode-se localizar a citação na página 43.

⁸ Sobre mais-valia relativa ver Marx, 2011. Ver também Bamberger, 2012 e Harvey, 2011.

⁹ Pesquisa da *Sensor Tower*.

As revoluções técnico-científicas contribuíram para tornar mais complexo ainda o debate sobre a temática. Na América Latina, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos introduziram, na década de 1960, a Teoria Marxista da Dependência como método para compreensão da história e do desenvolvimento do capitalismo na região e suas contradições, em contraponto aos teóricos reformistas.

A contradição capital x trabalho no caso dos entregadores

No século XIX, o bom Karl Marx havia dito que "a história das sociedades é a história da luta de classes". A frase é parte integrante do famoso Manifesto Comunista e atravessou o tempo, eternizada pelos movimentos de esquerda. Quando o Muro caiu e, em seguida, levou com ele a antiga União Soviética, os conservadores se adiantaram na pregação do "fim da história", uma alusão de Fukuyama aos escritos de Marx. Não demorou muito e os devaneios do intelectual da direita teve que jogar no lixo o que havia escrito. O mundo voltou à convulsão social e tornou mais evidente que uma pequena parte da humanidade detém mais da metade de toda riqueza mundial enquanto a maioria divide a pequena parte do que ela mesma produz¹⁰.

A pandemia agravou mais ainda a situação das camadas sociais baixas. Ela permitiu, entretanto, que se pudesse descortinar uma realidade até então invisibilizada pela veloz e repetitiva rotina da sociedade do consumo (Bauman, 2008), dos *e-commerces*.

Uma pesquisa realizada pela Aliança Bike permite uma visão parcial de universo de trabalhadores precarizados em busca do mínimo para sua sobrevivência. A Associação

¹⁰ Segundo pesquisa da Oxfam, 1% da população mundial detém mesma riqueza que os 99% restantes.

identificou, só na cidade São Paulo, um contingente negros e jovens da periferia que se esforçam, diariamente, para levar aos lares a dignidade que tanto lhes custa. E não se está falando de muita coisa, mas tão somente da quantidade de refeições diárias a fim de não entrarem para a estatística da fome e da miséria.

O estudo foi realizado entre aqueles que utilizam a bicicleta como meio de transporte, o que é chamado ciclologística. Ela está associada à mobilidade urbana e à diminuição de emissão de CO2 na atmosfera. Segundo a pesquisa, 27% se declararam negros, 1% são mulheres, a maioria é jovem na faixa etária de 18 e 22 anos.

Entre os indicadores que mais chamaram atenção está o de que são, em esmagadora maioria, jovens de periferia. Isso não os faz melhor ou pior, mas é indicativo de uma tendência social do capitalismo dependente, ou seja, o sistema empurra detonados grupos sociais para determinadas atividades com menor custo e maior taxa de exploração, conseqüentemente maior lucro concentrado.

O número baixo de mulheres na atividade de entrega é bastante relevante, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho em relação ao gênero. A questão abre uma série de debates que podem ajudar a compreender melhor a categoria e sua organização. Não foi possível, entretanto, identificar, com precisão, os motivos do baixo percentual feminino na categoria. A tabela abaixo mostra os dados por horas de trabalho e a relação com a remuneração¹¹:

¹¹Fonte: Aliança Bike.

Quantidade de horas trabalhadas por dia	Quantidade de entregadores	Média dos rendimentos mensais
Até 5 horas	19	466,2
De 6 a 8 horas	78	752,9
De 9 a 12 horas	132	1105,8
Mais de 12 horas	15	995,3
Total Geral	244*	936

*26 entrevistados não responderam o rendimento mensal.

A renda média dessa juventude corajosa varia em torno de um salário mínimo mensal para uma jornada de 9 horas até 12 horas diárias. Para garantir as "bonificações", como já abordado, essa carga horária pode chegar até 14 horas e, mesmo assim, como no caso demonstrado, não se chega a perceber um salário mínimo nacional. Quando comparada a renda ao gasto com a cesta básica, é possível perceber o tamanho da perversidade. Em 2021, o valor da cesta chegou em algumas capitais, a R\$700,00 para família mononuclear. O preço da cesta aumentou em mais de 30% de 2020 para 2021. Vejamos a tabela a seguir do Dieese (Nota à Imprensa, 2021, p.3):

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos

Custo e variação da cesta básica em 17 capitais - Brasil - novembro de 2021 Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
Florianópolis	710,53	1,40	69,83	142h07 m	15,43	15,16
São Paulo	692,27	-0,22	68,04	138h27 m	9,63	10,03
Porto Alegre	685,32	-0,83	67,35	137h04 m	11,31	11,07
Vitória	668,17	-0,42	65,67	133h38 m	11,31	10,15
Rio de Janeiro	665,60	-1,22	65,42	133h07 m	7,17	5,71
Campo Grande	645,17	-1,26	63,41	129h02 m	11,92	9,52
Curitiba	638,96	-0,15	62,80	127h47 m	18,25	16,75
Brasília	631,95	-1,88	62,11	126h23 m	6,78	10,36
Goiânia	599,64	1,33	58,93	119h56 m	6,36	7,57
Belo Horizonte	594,97	-0,64	58,47	118h59 m	4,65	7,71
Fortaleza	580,36	2,91	57,04	116h04 m	8,49	7,61
Belém	550,64	2,27	54,12	110h08 m	9,93	13,18
Recife	524,73	8,13	51,57	104h57 m	11,79	13,34
Natal	521,08	3,25	51,21	104h13 m	13,58	14,41
João Pessoa	508,91	3,62	50,02	101h47 m	7,10	11,89
Salvador	505,94	3,76	49,72	101h11 m	5,61	3,65
Aracaju	473,26	1,96	46,51	94h39m	4,44	4,86

Segundo os dados colhidos pelo Dieese (2021), a variação foi alta e o percentual despendido em relação aos salários chegou até 69,83% em alguns casos. Itens essenciais da cozinha brasileira como arroz, feijão e café tiveram aumento inexplicável. O café teve aumento de 23% (Recife) e, em 2021, o preço saltou dos cerca de R\$10,00 o pacote de meio quilo, para R\$20,00 nas prateleiras dos supermercados. Uma alta de 100%. O feijão e o arroz também tiveram alta semelhante¹².

Em relação ao sistema financeiro, uma engrenagem completamente improdutiva, os números saltam para dez dígitos, ou seja, em trilhão de reais. Os dados demonstram um lucro colossal dos bancos, enquanto o setor produtivo teve refração no mesmo período. A tabela a seguir mostra como aumentou o patrimônio dos gigantes brasileiros:



A rede Itaú continuou sendo a maior do setor, seguida do Banco do Brasil. O Banco Bradesco manteve uma margem de

¹² De acordo com o MST, o preço do arroz aumentou por mera especulação das empresas intermediárias que compraram todo estoque dos produtores.

lucro abaixo da Caixa Econômica. O capital financeiro e bancário representa uma das maiores fontes de acumulação de riqueza sem nenhuma produtividade para a sociedade. Por outro lado, reforçamos, a miséria e a fome cresceram no país, sem que os mesmos bancos abrissem mão de parte de seus lucros.

Falta comida na mesa da população, mas, como dizem as sábias palavras, "nem só de pão vive o homem". Em plena pandemia, não se agregou às necessidades básicas o auxílio saúde. Mesmo com excelente serviço realizado pelo SUS, o sistema não é suficiente para atender aos 210 milhões de brasileiros, muito menos em tempos de crise sanitária como a que enfrentamos. Se acrescentarmos outra área essencial que é educação e também moradia, podemos imaginar o drama de uma família de assalariados como, por exemplo, de entregadores de aplicativos. Quando relacionamos esses dados àqueles que mostram o lucro que tiveram as empresas, torna-se incompreensível, para qualquer ser humano digno, essa desigualdade estratosférica.

A organização da nova categoria

Em de julho de 2020, as vozes isoladas da indignação gritaram em uníssono. Organizados por meio das redes sociais e mecanismos próprios, construídos a partir da dinâmica do trabalho, a “categoria” de entregadores de aplicativos decidiram dar um “basta” à exploração que vinham sofrendo. Uma greve geral dos entregadores foi convocada pelas redes sociais, conhecida como “#brequedosapps”. A paralisação atingiu toda a cidade de São Paulo.

Novos protagonistas entraram em cena. Não tinham partidos nem sindicatos e não se tratava do mesmo movimento das “jornadas de 2013”. Pediam direitos, reivindicavam

aumento no valor das horas extras e da remuneração, pagamento de refeição, distribuição pelas empresas de máscaras e álcool em gel. Não chamavam de greve, mas “breque”, que significa “freio”, mas é uma parada momentânea das atividades. O *breque* representou muito mais, segundo Santana e Braga (2020):

Ao participarem do movimento de paralisação das entregas, esses trabalhadores e essas trabalhadoras precários transformam-se na ponta de lança da resistência das classes subalternas aos desdobramentos deletérios da difusão do assim chamado “uberismo” no país: um regime de mobilização e controle da força de trabalho que se apoia na espoliação radical dos direitos trabalhistas via a “plataformização” do trabalho, isto é, a submissão dos trabalhadores ao despotismo da “nuvem algorítmica” monopolizada por *startups* capitalizadas por fundos de investimentos de risco. Em síntese, um modelo de exploração do trabalho que se serve de tecnologias digitais para espoliar direitos trabalhistas. Trata-se de um regime de acumulação que vem amadurecendo há uma década, mas, que ganhou visibilidade com o sucesso de empresas globais como a Uber. E no momento atual marcado pelos riscos e pelas incertezas trazidas pela pandemia do novo coronavírus, os entregadores e as entregadoras decidiram se rebelar contra o despotismo e a exploração inerentes ao uberismo. (Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequesdosapps-enfrentando-o-uberismo/>).

A mobilização dos entregadores, as “classes subalternas”, é um momento da luta de classes. Ela deu maior visibilidade a uma categoria que permanecia despercebida pela sociedade, preocupada apenas com as mercadorias que eram entregues, mas não com quem entregava. Ao mesmo tempo, ela também traz uma questão, a que propus encontrar respostas, porque não houve vínculo com nenhum sindicato ou central sindical, principalmente em um momento de maior disputa de narrativas políticas.

Partindo de uma reflexão que desce aos sinais pormenores, como diria Ginzburg, proponho deslocar nossa lente para um dos principais integrantes do movimento. Uma personalidade despontou no seio dessa luta, o entregador Paulo Lima, conhecido também como Paulo Galo. Dotado de uma consciência herdada, segundo ele, do pai e consolidada no meio do *Hip Hop*, Galo tem estilo próprio e não poupa críticas nem aos próprios irmãos (como chama os outros entregadores) quando se trata de conscientização. Ele salienta, entretanto, que compreende o poder ideológico do capitalismo em fazer a maioria pensar que o entregador é "empreendedor". Assim, a pessoa não consegue se identificar como classe trabalhadora, muito menos lutar para eliminar a exploração que sofre.

Paulo Galo amadureceu no *Hip Hop*, com leituras de Malcom X, Martin Luther King e Alex Harley. O mais importante, ele diz, é a identidade que deve ser criada entre os entregadores, de se sentirem trabalhadores. Ao ser convidado para ser candidato a vereador, recusou e afirmou que é “o punho cerrado que faz a caneta tremer”. Galo afirmou não acreditar em “herói” ou em luta isolada. Segundo ele, é pelo trabalho coletivo que virão as conquistas. Tudo é conquistado e não existe dívida. O punho cerrado do entregador à frente do movimento tem significado de encorajamento, de vitória, de um chamado.

O movimento fez uma segunda greve no dia 25 de julho daquele mesmo ano. Entre os organizadores, estava o Coletivo de Entregadores Antifascistas, do qual participou Paulo Galo. Setores ligados à direita tentaram vincular a imagem dos antifascistas com partidos ou sindicatos, mas não tiveram êxito. Como afirmaram Santana e Braga (2020):

Trata-se de um tipo de mobilização capaz de encorajar a reflexão sobre a criação de identidades coletivas das classes subalternas e fortalecer suas iniciativas autônomas, ainda

que não seja capaz, ao menos a essa altura, de produzir um modelo de organização alternativo às formas tradicionais existentes. Na realidade, mesmo quando bem-sucedidas, essas greves evidenciam a fragilidade política inerente ao atual momento de crise do mundo do trabalho. Afinal, trata-se de uma experiência coletiva ainda em formação e em disputa, plasmando e sendo plasmada pela hegemonia neoliberal. Marcadamente inorgânica, a mobilização dos/as entregadores/as parece evoluir por meio de uma linguagem que pendula frequentemente entre a confiança inspirada na ação direta e a descrença em qualquer tipo de vitória mais duradoura de suas investidas. Não haveria de ser diferente: essa ainda frágil cultura política só poderia mesmo florescer no interior de fronteiras demarcadas pelo colapso da confiança nas formas tradicionais de solidariedade classista.

A paralisação dos entregadores, o “brequedosapps”, pode ser interpretada como uma movimentação de um setor que quer ser reconhecido pela importância que tem na cadeia produtiva brasileira. O perfil dos entregadores pode levar a possíveis representações. O fato de serem, em sua maioria, negros, jovens e de periferia, é significativa no cenário político e social brasileiro. Os estudos possibilitaram inferir que havia um clamor vindo da população e sem intermediário. O advento da internet tornou possível o retorno do diálogo direto com a massa, independente do local geográfico em que cada pessoa esteja, numa relação direta entre emissor-receptor.

A história dos movimentos sociais e sindicais demonstra que é preciso, entre outros fatores, ter capilaridade, estar integrado ao movimento, emergir dos próprios atores sociais a necessidade de constituição de uma organização coletiva. O processo, por sua vez, é dialético, e não surgem atores novos nem interesse sem mobilização. Na literatura marxista, se diz que são necessárias condições objetivas e subjetivas para a luta. As objetivas são a própria realidade. As subjetivas dizem respeito à consciência. As duas se desenvolvem em contínua

relação dialética, sendo possível, a partir de uma delas fazer avançar a outra, a considerar o momento certo de intervir.

Conclusão

A lógica da relação capital X trabalho teve alterações significativas no Brasil nesse início de século XXI. O ritmo de crescimento do capitalismo dependente impôs cada vez mais produção a baixo custo, com superexploração do trabalho humano. O avanço tecnológico não aboliu o trabalho humano, mas os capitalistas souberam torná-lo mais palatável para o capital, pois é por meio dele que se extrai valor. A dinâmica desse processo de mundialização das trocas e reorganização do comércio e serviços nas cidades trouxe novos atores e novas formas de exploração que necessitam, com urgência, ser compreendidas pela esquerda para atuar com eficácia.

A nova configuração da classe trabalhadora, por meio de plataformas digitais, trouxe enormes dificuldades para as organizações sindicais. Ainda não foi possível criar um sindicato de entregadores, menos ainda uma Central Sindical ou Federação, o que apontou para a necessidade imperiosa de que a esquerda socialista repense sua própria atuação e se reinvente. O desafio é imensurável, mas precisa ser enfrentado sob pena de manter o sentimento da “classe em si” e a uma contínua negação da “classe para si” (Marx; Engels, 2005).

É possível que surja, conforme indicamos, iniciativas de criação de organismos maiores, a partir da dinâmica das lutas que estão em curso. O Coletivo de Entregadores Antifascistas pode ser o embrião de instituições mais amplas de representação desse segmento.

Referências

Abílio, L. C. (2021 o 0). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 579-597.

Agnitio. Los servicios por aplicativo y los derechos laborales. Lima Peru. <https://agnitio.pe/articulo/los-servicios-por-aplicativo-y-el-derecho-laboral/>, acesso em

Angeles, L. (07 de julho de 2020). A triste sorte dos presidentes negociacionistas da covid-19. *El país*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/a-triste-sorte-dos-negacionistas-da-covid-19.html>.

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial, np.

Bauman, Z. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Brasil. (18 de março de 2020). Decreto Legislativo nº 6/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm.

Canal Meteoro Brasil. (20 setembro de 2021). O Entregador Rebelde. [Arquivo de video].

Canal Tutamèia Tv. (13 de outubro de 2020). Tutamèia entrevista Ricardo Antunes. [Arquivo de video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=5cLEZXwzCPk>.

Castro, J. D. (1980). Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). rev. *Rio de Janeiro. Antares*. 22.

Dieese (07 de dezembro de 2021). Nota à Imprensa. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>.

Dulce Pandolfi e Paulo Fontes (hospedeiro).(20202- presente). Rádio Cidadania - Episodio 11- Paulo Galo (Entregadores Antifascistas). [Podcast]. Spotify. <https://open.spotify.com/episode/2E0RLAHrmhG509pkISf366?si=sQoPpojuRXK6gamnhGXvQ&nd=1>

Érica *et all*. (2021). A América Latina frente à pandemia da COVID-19. Rio de Janeiro/Recife: Edupe. E-book.

Estado De Minas. (02 de abril de 2021). Pandemia aumenta o numero de trabalhadores informais e condições precárias. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/04/02/internas_economia,1253230/pandemia-aumenta-o-numero-de-trabalhadores-informais-e-condicoes-precarias.shtml.

Fundação Perseu Abramo. (01 de dezembro de 2020). A estreita relação entre o trabalho informal e a Covid. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2020/12/01/a-estreita-relacao-entre-o-trabalho-informal-e-a-covid/>.

Guimarães, Juarez (2005) *et al*. Socialismo no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção Socialismo em Discussão).

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX*. Editora Companhia das Letras

Johns Hopkins University & Medicine. (20 de dezembro de 2021). Coronavirus Resource Center. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

Leite, J. C. (1999). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais de Michael Löwy (org.). *Lutas Sociais*, (6), 175-177

Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Mendes, A. D. (2021). *Pandemia, Cuba e a revolução solidária*. Boletim do Tempo Presente, 9(2), 59-74.

Redação Paraná. (12 de março de 2020). Coronavírus vira pandemia. Brasil de fato. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/03/12/coronavirus-vira-pandemia>.

Santana, M. A. & Braga, R. (01 de julho de 2020). #Brequedospapps: enfrentando o uberismo. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedospapps-enfrentando-o-uberismo/>.

União Geral dos Trabalhadores. (13 de outubro de 2020). Pesquisa mostra que trabalho informal eleva contágio e morte por Covid-19 no Brasil. Disponível em:

Latinidade

<http://www.ugt.org.br/index.php/post/26029-Pesquisa-mostra-que-trabalho-informal-eleva-contagio-e-morte-por-Covid-19-no-Brasil>.

La CONMEBOL y su rol en la política sudamericana

Carlos Juárez Centeno

Adrián Tuninetti¹

Universidad Nacional de Córdoba

Resumo

Este artigo analisa e descreve a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) como um órgão regional relevante como resultado da globalização e da transnacionalização. A seguir, serão examinadas as ações desta organização desportiva regional durante a pandemia do coronavírus Covid-19, através das suas decisões relativas às competições de futebol. Neste sentido, observar-se-á que, apesar dos riscos sanitários para os Estados nacionais, o espetáculo desportivo esteve muitas vezes acima das decisões governamentais com o único propósito de continuar a disputar as competições para que, desta forma, o futebol continue a ser um negócio altamente lucrativo.

¹ -Carlos Juárez Centeno es abogado por la Universidad Nacional de Córdoba y especialista en Derechos Humanos por la Universidad Complutense de Madrid, profesor titular regular en el área de Estudios Internacionales del CEA-FCS-UNC, profesor titular de Derecho Político Cátedra A de la Facultad de Derecho UNC y director de la Maestría en Relaciones Internacionales del Centro de Estudios Avanzados de la Facultad de Ciencias Sociales UNC. Investigador Categoría 1. Correo electrónico: cjuarezcenteno@gmail.com

-Adrián Tuninetti es abogado por la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Córdoba. Magíster en Relaciones Internacionales por el Centro de Estudios Avanzados de la Facultad de Ciencias Sociales UNC. Profesor Asistente Facultad de Ciencias Sociales UNC. Adscripto en la Facultad de Derecho UNC. Correo electrónico: adriantuninetti@gmail.com

Palavras-chave: relações internacionais- globalização-atores internacionais- organizações esportivas internacionais- CONMEBOL.

Resumen

El presente artículo analiza y describe a la Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL) como un organismo relevante de carácter regional producto de la globalización y la transnacionalización. Seguidamente, se examinará el accionar de esta organización deportiva regional durante la pandemia de coronavirus Covid-19, a través de sus decisiones en materia de competencias futbolísticas. En ese sentido, se observará que, a pesar de los riesgos sanitarios para los Estados nacionales, el espectáculo deportivo estuvo muchas veces por encima de las decisiones gubernamentales con el sólo objeto de continuar disputando las competencias para, de esa forma, el fútbol continúe siendo un negocio altamente redituable.

Palabras clave: relaciones internacionales-globalización- actores internacionales- organizaciones deportivas internacionales- CONMEBOL.

Abstract

This article analyzes and describes the South American Football Confederation (CONMEBOL) as a relevant regional body as a result of globalization and transnationalization. Next, the actions of this regional sports organization during the Covid-19 coronavirus pandemic will be examined, through its decisions regarding football competitions. In this sense, it will be observed that, despite the health risks for the national States, the sporting spectacle was many times above

government decisions with the sole purpose of continuing to compete in the competitions so that, in this way, football continues to be a highly profitable business.

Key words: international relations- globalization- international actors- international sports organizations- CONMEBOL.

Introducción

Con la irrupción del fenómeno de la globalización, el correlativo desarrollo de la tecnología y la consiguiente complejidad de los fenómenos internacionales, especialmente a partir de la década de los años 70 y principios de los 80 del siglo XX, el papel del Estado comenzó a ser cuestionado como el único habilitado para operar en la esfera internacional, surgiendo de esta forma nuevos actores internacionales que empezaron a jugar un rol fundamental².

En este sentido, si bien el Estado nación sigue siendo el principal elemento de actuación en la escena internacional, en la actualidad comparte el poder internacional con una pluralidad de actores y organizaciones, como lo señalan diversos autores (Held et al, 2002: 24; Barbé, 1995: 18). Esta nueva configuración en el escenario global ha favorecido una progresiva descentralización del poder que solía concentrar el Estado en el sistema westfaliano, merced a los fenómenos de transnacionalización y globalización, surgiendo nuevos actores que alinearon una nueva geografía del poder (Sassen, 2007).

Como bien lo señalan Vallés y Martí i Puig

² Entendiendo como actor internacional a “*todo grupo social que, considerado como una unidad de decisión y actuación, participa eficaz y significativamente en aquellas relaciones definidas previamente como fundamentales para la estructuración y dinámica de una determinada sociedad internacional*” (Calduch, 1991).

“hace menos de cincuenta años, la descolonización de las posesiones europeas en África, Asia y Oceanía (1948-1970) hizo que todo el planeta quedara organizado como un sistema de Estados. Unas décadas más tarde y cuando se inicia el siglo XXI, esta visión ha entrado en crisis. Hasta el punto de que es posible hablar de una ‘revolución copernicana’: la política ya no gira en torno al Estado y se desarrolla en un ámbito más amplio en el que el Estado constituye una pieza más” (2015: 131).

Consecuencia de esta realidad, emergió un variado elenco de sujetos con una capacidad de acción cada vez mayor en el tablero mundial, entre ellas, las organizaciones internacionales, las empresas transnacionales, los movimientos de liberación, el individuo, etc. Por lo tanto, se ha dado un proceso de cambio desde una sociedad internacional en la que los Estados gozaban de exclusividad de acción en las relaciones internacionales -o westfaliano-, hacia una sociedad global más dinámica, compleja e incierta, en la que la distribución del poder no puede ser comprendida en términos político-militares ni reducida al ámbito estrictamente estatal: *“La sociedad internacional es hoy planetaria, mundial y universal, comprendiendo a todos los Estados y a toda la humanidad”* (Del Arenal, 2001: 32).

El sistema internacional se caracteriza entonces por la existencia de actores transnacionales, categoría que incluye a grupos y organizaciones no conformadas por Estados, esto es, entidades que operan transnacionalmente, pero que no tienen a gobiernos o a sus representantes formales como miembros, por ejemplo, grupos religiosos, empresas multinacionales, como así también entidades deportivas internacionales. De esta manera, las denominadas organizaciones deportivas internacionales adquirieron una dimensión global. Entre las más importantes se pueden mencionar el Comité Olímpico Internacional (COI) y la Federación Internacional de Fútbol

Asociado (FIFA) que han ido ganando preponderancia internacional hasta ser consideradas como organismos que completan el mapa de actores de la política internacional.

Dentro de este contexto, el deporte ha alcanzado en las últimas décadas una difusión e importancia mundial motivado por los fenómenos de la globalización y la transnacionalización, fundamentalmente, a través de los denominados *mega eventos deportivos*³, eventos que se han erigido como los acontecimientos transculturales más trascendentales de la posmodernidad.

El deporte contemporáneo puede entenderse como una actividad que va mucho más allá de lo estrictamente lúdico y ha pasado a ser considerado como

“un fenómeno físico, social, económico y cultural, construido dinámica e históricamente, presente en la mayoría de los pueblos y culturas, independientemente de la nacionalidad, lengua, color, credo, posición social, género o edad y que en la actualidad se ha popularizado globalmente y redimensionado su sentido por las lógicas contextuales de los procesos de mercantilización, profesionalización y espectáculo” (Marchi Jr., 2015: 59).

El contexto globalizador ha creado un deporte cuyas notas características son la comercialización y la profesionalización desde la salida de la Segunda Guerra Mundial, alcanzando niveles sin precedentes durante la actual “segunda” globalización postindustrial (Markovits y Rensmann, 2010: 43-106). En cierto sentido, el fútbol es un microcosmos de este

³ Al hablar de mega eventos deportivos, se hace referencia específicamente a los Juegos Olímpicos y a las Copas Mundiales de Fútbol Masculino de la FIFA. Sin dejar de señalar que existen otros que podrían considerarse como tales entre ellos, la Fórmula 1, el circuito tenístico anual, etc.

sistema más amplio que llamamos sociedad mundial (Luhmann, 1997).

De lo expresado en los párrafos anteriores se desprende la importancia global del deporte y del fútbol en particular, por lo que en el presente trabajo en primer lugar se pretende caracterizar a la Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL) como un actor relevante en la escena regional sudamericana, desde los postulados de la globalización y de la transnacionalización. En segundo término, se describe su alcance político explorando sus decisiones durante la pandemia de Coronavirus Covid-19 que tuvieron impacto al interior de los Estados y que llevaron a continuar disputando sus competencias, tanto a nivel clubes como en el ámbito de las selecciones nacionales, cuya máxima expresión fue la realización de la edición de la Copa América 2021 en Brasil, a pesar de los graves riesgos sanitarios que esto podría acarrear como así también haciendo caso omiso a diferentes estallidos sociales que se estaban produciendo en diversos países de la región, hechos que permiten comprender la relevancia que ha adquirido esta organización en los últimos tiempos en Sudamérica.

Globalización y Nuevos Actores Internacionales

Como se ha señalado, producto del fenómeno de la globalización y de los procesos de transnacionalización, comenzó a ganar terreno en el tablero mundial una nueva realidad internacional por medio de la cual se desarrolló una creciente complejidad e interdependencia y una pérdida de la hegemonía del Estado nación como actor monopólico en la escena global. Siguiendo a Ulrich Beck, se entiende a la *globalización* como “*los procesos en virtud de los cuales los Estados nacionales soberanos se entremezclan con actores*

transnacionales y sus respectivas probabilidades de poder, orientaciones, identidades y entramados varios" (Beck, 1998: 15). Por lo tanto, puede ser caracterizada como un proceso global y totalizador que se ramifica en muchas dimensiones, además de la económica, entremezclándose con los Estados nacionales, creando múltiples círculos sociales, redes de comunicaciones, relaciones de mercado y modos de vida que traspasan las fronteras territoriales estatales.

En síntesis,

“la globalización ha supuesto importantes cambios en la naturaleza del poder y en la distribución y difusión del mismo (...) desvalorizándose el componente territorial del poder, aumentando el protagonismo y el control de unos pocos Estados y actores transnacionales, y proporcionando nuevas oportunidades a Estados no centrales y a actores transnacionales secundarios” (Del Arenal, 2001: 39).

Así, la sociedad internacional de las últimas décadas puede caracterizarse como transnacional y no exclusivamente interestatal⁴, ante la emergencia de un variado elenco de actores con capacidad de actuación cada vez mayor. Es por ello que uno de los rasgos propios del sistema internacional actual es la existencia de múltiples actores transnacionales, categoría que incluye a grupos y organizaciones no conformadas por Estados que operan transnacionalmente, pero que no tienen a gobiernos o a sus representantes formales como miembros.

⁴ Al decir de Del Arenal, son cuatro las características básicas de la sociedad internacional:

- 1. La existencia de una pluralidad de miembros.*
- 2. Un grado de aceptación de reglas e instituciones comunes.*
- 3. La existencia de un elemento de orden.*
- 4. El hecho de que estas relaciones sociales configuran un todo complejo que es más que la suma de sus partes* (Del Arenal, 1994: 431-432).

De acuerdo con Joseph S. Nye (1991: 178), las causas de estos fenómenos radican en “*la interdependencia económica, los agentes transnacionales, el nacionalismo de los Estados débiles, la difusión de la tecnología y cambiantes temas políticos*”, dando como resultado una sociedad internacional crecientemente compleja, heterogénea y fragmentada; que es universal, políticamente no estructurada e interdependiente (Cf. Del Arenal, 1994: 432).

Richard Haass explica que la estructura de poder actual carece de polos de poder diferenciados y se caracteriza por estar “*dominada por docenas de actores que tienen y ejercen diversos tipos de poder*” (2008: 66). El poder, entonces, es más difuso y está más distribuido entre actores estatales y transnacionales. Para el autor ya no hay un actor internacional que tenga todos los recursos de poder y explica que sobre los Estados ahora están las Organizaciones Internacionales, las organizaciones regionales, las organizaciones supranacionales, compañías globales, medios de comunicación globales, entre otros. Y dentro del Estado, las Organizaciones No Gubernamentales, movimientos sociales, partidos políticos organizados que condicionan su poder, además de actores en el margen de la legalidad que también, eventualmente, pueden afectar su poder como pueden ser las milicias (Haas, *op. cit*, 2008: 67).

Esta mirada de los fenómenos transnacionales que han surgido en las últimas décadas del siglo pasado y que se han consolidado en el nuevo milenio, plantean salir del modelo estrictamente estatocéntrico para pasar a un modelo multicéntrico, que permita explicar la realidad internacional al no estar dominada solamente por las relaciones entre los Estados y la preocupación por la seguridad nacional-si bien continúa siendo la más importante- sino que hay un conjunto amplio y diverso de relaciones que incorpora a actores transnacionales, es decir, de carácter no estatales y que tienen

como eje a otros temas que también son importantes en la agenda internacional. Este enfoque de la modernización, cuyo basamento se encuentra en los preceptos de la globalización, aumenta el nivel de interdependencia y cooperación entre los Estados y que, como consecuencia, la fuerza militar es menos utilizada para resolver las cuestiones internacionales por ser un instrumento que ya no es útil para los nuevos tiempos que corren. Dentro de este contexto, los actores transnacionales son por lo tanto más diversos e importantes (Conf. Jackson y Sorensen 2003: 116).

Como ya se expresara, las organizaciones deportivas internacionales han adquirido poder en la escena internacional producto de la globalización cultural, como una de las dimensiones de este proceso multifacético. Visiblemente se manifiesta en el alcance geográfico, en la intensidad, en la velocidad y en la profundización de las relaciones culturales, a través de la cual los cambios, los debates y las innovaciones en un lugar se transfieren a otro (Conf. Held et al., 2002: 405). El poder cultural del deporte en general, y del fútbol en particular, se despliega a través de organizaciones que crean, transmiten, reproducen y reciben prácticas o mensajes culturales (Held et al. *Op. Cit.*, 2002:406).

Las organizaciones deportivas internacionales a través de esos movimientos de las ideas, penetran al interior de los Estados y socavan su autonomía al permitir que organizaciones de tipo privadas obtengan beneficios, concesiones y prerrogativas. Dentro de este contexto globalizador y transnacional, es que en las últimas décadas han adquirido gran importancia planetaria y, en el ámbito de Sudamérica, este fenómeno se ha visto plasmado en la actuación y la preponderancia adquirida por la CONMEBOL, como organismo encargado de dirigir los destinos de la actividad futbolística en esta región.

La Conmebol, el Undécimo Estado del Fútbol Sudamericano

El fútbol es uno de los deportes más populares del mundo y practicado por hombres, mujeres y niños en cualquier rincón del planeta. La Copa Mundial de Fútbol de la FIFA, la máxima cita futbolística, ha atraído un interés sustancial de los medios de comunicación y de socios comerciales, ya que es un gran evento mediático, tal como la misma entidad declara: “*Ningún otro deporte se ha convertido en tan pocas décadas en un producto televisivo universal: el balompié y la evolución de su transmisión por televisión es una historia de triunfos*” (FIFA, 1997).

La Federación Internacional de Fútbol Asociado es la organización que tiene a su cargo los destinos del fútbol internacional. Esta entidad se fundó en París el 22 de mayo de 1904, por los representantes de las asociaciones de fútbol de Francia, Bélgica, Dinamarca, Países Bajos, España, Suecia, Suiza y con Alemania comprometiéndose a unirse⁵ (FIFA, s.f.). La iniciativa de fundar se plasmó por la discordancia de estas asociaciones con la *Football Association* (FA)⁶ respecto al manejo de este deporte. En el acto fundacional, se nombró

⁵ La Federación Alemana declaró ese mismo día de la fundación la intención de unirse al organismo mediante un telegrama.

⁶ La FA es la *Football Association*, la federación inglesa de fútbol que fue fundada en Londres el 26 de octubre de 1863, luego de escindirse de la esfera del “*rugby-football*”, convirtiéndose en la primera asociación en torno al fútbol. Esta tuvo como primer objetivo darle reglas que sean válidas para el incipiente deporte que se expandía velozmente por el suelo inglés y terminó de erigirse como el primer órgano gubernativo del deporte.

primer presidente del organismo al francés Robert Guérin⁷ y se establecieron los primeros Estatutos de la FIFA⁸.

La FIFA es un organismo internacional que, según el Art. 1 de su Estatuto es “...una asociación inscrita en el registro comercial de acuerdo con los arts. 60 y ss. del Código Civil Suizo” (FIFA, 2019), y que tiene presencia en todo el planeta a través de objetivos tales como el mejoramiento constante del fútbol mundial, regulando y organizando las competencias de este deporte, creando sus reglamentos y la promoción de valores que rijan la actividad.

La entidad está organizada en base a las diferentes confederaciones por cada continente, existiendo en la actualidad seis: la CAF (*Confédération Africaine de Football*); la CONCACAF (*The Confederation of North, Central America, and Caribbean Association Football*); la CONMEBOL (*Confederación Sudamericana de Fútbol*); la OFC (*Oceania Football Association*); la AFC (*Asian Football Confederation*) y la UEFA (*Union des Associations Européennes de Football*).

Dentro de estas asociaciones, se afilian las diferentes federaciones de fútbol que representarán a cada país o territorio en las diferentes competencias oficiales que regule la FIFA. En la actualidad, el número de asociaciones afiliadas se eleva a 211 (FIFA, s/f). Con sólo ver ese número se puede inferir la enorme importancia que tiene este organismo a nivel

⁷ Secretario del departamento de fútbol de la asociación francesa, la *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* y también periodista del periódico *Le Matin*.

⁸ Se determinaron los siguientes puntos: el reconocimiento recíproco y exclusivo de las asociaciones nacionales representadas y presentes; la prohibición a los clubes y jugadores de jugar simultáneamente para diferentes asociaciones nacionales; reconocimiento por las otras asociaciones de la suspensión de un jugador anunciada por una asociación; y la disputa de partidos de acuerdo con las Leyes del Juego dictadas por la FA.

internacional, ya que posee más miembros que la propia Naciones Unidas, que reconoce 193 Estados.

Como puede observarse, la CONMEBOL (acrónimo usado en los comunicados cablegráficos: Confederación Sudamericana de Fútbol —igualmente en portugués: *Confederação Sul-Americana de Futebol*—) es la que tiene a su cargo regir los destinos de las competencias futbolísticas en el ámbito de Sudamérica. La FIFA reconoce que la CONMEBOL es la Confederación que rige y dirige el fútbol en Sudamérica (Art. 3, apartado 1, Estatuto de la CONMEBOL).

Según el Art. 1 de su Estatuto, la CONMEBOL es “una Asociación Civil de Derecho Privado, sin fines de lucro, constituida por las asociaciones nacionales de fútbol de Sudamérica (Asociaciones Miembro), miembros de la *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA)” (CONMEBOL, 2020: 6).

Se fundó el 9 de julio de 1916, con motivo de la realización en Buenos Aires del primer Campeonato Sudamericano de Selecciones⁹ que se disputó precisamente en Argentina por iniciativa del gobierno argentino como uno de los tantos eventos en conmemoración del centenario de la independencia del país (Mason, 1995: 52)¹⁰. Fue la primera confederación regional del mundo, antecediendo por casi 40 años a la europea (fundada en 1954), la asiática (del mismo año) y la africana (de 1957); la de Oceanía es aún más reciente, de 1966 (Alabarces, 2018: 191). CONMEBOL es el organismo confederado más

⁹ Campeonato que luego desde 1974 se denominó como “Copa América”, nombre que posee actualmente, siendo la competencia más antigua de selecciones del planeta.

¹⁰ Eran tiempos de confederaciones deportivas dirigidas por filántropos y ex deportistas dedicados *ad honorem* a la difusión de los valores del deporte, que se extendió hasta la década de los setenta del siglo XX en que llegó a la FIFA el brasilero João Havelange, momento en que se expandió el modelo de un fútbol mercantilizado y super profesionalizado.

pequeño que está unido a la FIFA, ya que sólo cuenta con diez miembros, los países sudamericanos, pero paradójicamente están excluidos de ella los tres territorios restantes que están ubicados en Sudamérica como son Surinam, Guyana¹¹ y la Guyana Francesa¹².

En la actualidad tiene su sede en la ciudad de Luque, a las afueras de Asunción en Paraguay. Se instaló allí en el año 1998, luego de no tener una sede fija. Esta decisión fue adoptada por unanimidad por sus miembros y fue gracias a la iniciativa del entonces presidente de CONMEBOL, el paraguayo Nicolás Leoz. Llegó a la presidencia en 1986, luego de ser el vicepresidente del peruano Teófilo Salinas desde 1980, gracias a la alianza con los presidentes de la Asociación de Fútbol Argentino (AFA), Julio Humberto Grondona y de la Confederación Brasileña de Fútbol (CBF), Ricardo Texeira¹³ (Alabarces, 2018: 232).

Leoz consiguió mudar la sede a su país y el gobierno paraguayo le concedió al edificio de la entidad un estatuto extraterritorial, a través de la N° 1070 de junio de 1997¹⁴. El Estatuto de la institución rezaba en el inciso 3 del Art. 1 que “Su sede permanente está radicada en la ciudad de Luque (Gran

¹¹ Estando estos integrados a la CONCACAF.

¹² Este territorio podría afiliarse a la CONMEBOL ya que los estatutos de la FIFA se lo permiten al admitir la integración de regiones que aún no tengan declaradas su independencia, siempre y cuando sean aceptadas como federaciones miembros por parte de las confederaciones a las que por términos geográficos pertenezcan, según lo establecido en el Artículo 11.6 del Estatuto de la FIFA: “con la autorización previa de la federación miembro del país del que dependa, la federación de fútbol de una región que aún no haya obtenido su independencia podrá solicitar su admisión en la FIFA” (FIFA, 2019).

¹³ Presidente de la CBF entre 1987 y 2012, y yerno de João Havelange, presidente a su vez de la FIFA entre 1974 y 1998.

¹⁴ Disponible en: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/2634/ley-n-1070-concede-a-la-confederacion-sudamericana-de-futbol-csf-la-inviolabilidad-de-su-local-permanente> Acceso el 16/08/2023.

Asunción), República del Paraguay, la cual junto a sus bienes, archivos, documentos y papeles es inviolable, de acuerdo con lo dispuesto en la Ley N° 1070, de 19 de junio de 1997, del Poder Legislativo de la República del Paraguay” (CONMEBOL, 2014: 4). Dato que puede ser considerado como el fundamento de su poder en el ámbito sudamericano. La inmunidad del edificio de la CONMEBOL era similar a la protección jurídica que son objeto las embajadas gracias a esa ley¹⁵ y que sólo fue derogada en el año 2015 para poder realizar allanamientos relativos a la causa de corrupción denominada FIFA-Gate que estalló ese año en el seno de la entidad rectora del fútbol mundial.

Esta ley hacía que fuera imposible para cualquier juez, local o internacional, ingresar a la sede para revisar cualquier documento que estuviese en ella, como así también todos los bienes de la CONMEBOL. Sólo se dejó sin efecto por parte del Senado de Paraguay para poder allanar el edificio en el marco de la investigación impulsada por la Justicia estadounidense derivada del escándalo de corrupción del FIFA-Gate (Fernández Araya y Soto Acosta, 2018: 169) en el que las más altas autoridades de la institución estuvieron implicadas¹⁶. Esto visibiliza el peso con la que se trataba a esta organización de fútbol.

¹⁵ Afirmaba en su Art. 3 que “*la inviolabilidad dispuesta en esta Ley tiene el mismo alcance que la establecida en las secciones 3 y 4 de la Convención sobre los Privilegios e Inmunidades de las Naciones Unidas, ratificada por Ley Número 11 del 19 de febrero de 1952*”.

¹⁶ De todos ellos, Grondona murió antes del escándalo de 2015; Leoz fue obligado a renunciar a la Confederación y se le otorgó prisión domiciliaria hasta su muerte en 2019. Teixeira, renunció a la CBF en 2012, pero no fue condenado. Juan Ángel Napout, ex presidente de la Asociación Paraguaya de Fútbol y ex presidente de la CONMEBOL fue condenado a nueve años de prisión. Además, Eugenio Figueredo, también ex presidente de la entidad, fue acusado de los mismos cargos, gozando actualmente de libertad condicional. Todos ellos fueron los grandes responsables de la corrupción del fútbol sudamericano, especialmente vinculada a la venta ilegal de derechos televisivos.

CONMEBOL durante la pandemia de Covid-19: el negocio no puede esperar.

Con la declaración de pandemia por parte de la Organización Mundial de la Salud en marzo de 2020¹⁷, el fútbol también se vio afectado. En ese contexto de parálisis, la FIFA como órgano rector del fútbol, tiene la responsabilidad y la obligación de ofrecer asesoramiento y recomendaciones a las federaciones miembro, a fin de mitigar las consecuencias de los problemas causados por la COVID-19 y garantizar que se dé una respuesta homogénea (FIFA, 2020).

Si bien la FIFA no puede imponer a las federaciones miembro cuándo volver a las actividades y ellas deben seguir las instrucciones dadas por las autoridades sanitarias nacionales, la entidad declara que el principio rector que debe guiarlos es el de la *preservación de la salud*.

En el ámbito sudamericano, la CONMEBOL decretó la paralización de todas las actividades bajo su organización producto de la expansión de las consecuencias de la pandemia de Covid-19, siendo la primera confederación de fútbol en tomar esta decisión (CONMEBOL, 2021: 9). Las limitaciones a sus actividades producidas por la pandemia, hizo que sus federaciones miembros como así también los clubes hayan presentado dificultades para hacer frente a los gastos corrientes de estas instituciones, es por ello que la CONMEBOL destinó unos USD 11 millones en asistencia financiera a federaciones y clubes (CONMEBOL, 2021: 19).

¹⁷ El 11 de marzo de 2020 el Director General de la Organización Mundial de la Salud (OMS), el eritreo Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunció que el virus del coronavirus denominado como Covid-19 es una pandemia. Disponible en: <https://www.who.int/es/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> Acceso: 02/09/2023

Según lo informado por la institución, además en el año 2020 se entregaron USD 14 millones que fueron destinados a más de 30 asociaciones regionales y a más de 415 clubes a través del Programa Evolución. Asimismo, se aportaron unos USD 6 millones para los gastos de laboratorio de las pruebas de COVID-19 (CONMEBOL, 2021: 65), demostrando de esta forma la influencia que tiene esta entidad a nivel regional así como su poderío económico.

Una vez restablecidas las actividades futbolísticas de los clubes, con la reanudación de la Copa Libertadores como así también la Copa Sudamericana a mediados de abril de 2020, se implementaron protocolos estrictos y pasillos sanitarios para que las delegaciones se pudiesen mover entre los diez países de la región sin necesidad de cumplir las cuarentenas obligatorias al ingresar a los respectivos Estados¹⁸.

La necesidad de reiniciar las competencias se debió a que la entidad había percibido el dinero de los derechos de televisión para todo el año 2020, unos USD 350 millones a través de un acuerdo con el grupo IMG-Perform rubricado en 2017, cuando le adjudicó por medio de una licitación la venta de los derechos televisivos para el período 2019-2022 por un total de USD 1400 millones, a esto deben agregarse unos USD 35 millones provenientes de los patrocinadores¹⁹.

Las excepciones al fútbol sudamericano para que el negocio no se detenga han sido cada vez mayores. Es por eso que se dieron varias situaciones fuera de lo común durante la pandemia. Cabe mencionar entre ellas, en primer lugar, la disputa de partidos sin la asistencia de público a los fines de

¹⁸ Disponible en https://www.clarin.com/deportes/argentina-aprobo-protocolo-conmebol-equipos-haran-cuarentena-libertadores_0_1OghIhPbf.html Acceso: 21/08/2023

¹⁹ Disponible en: <https://www.cronista.com/columnistas/La-TV-y-la-burbuja-de-la-Conmebol-20200810-0002.html> Acceso: 20/08/2023.

cumplir los calendarios establecidos para las competencias. Asimismo, obligó a varios clubes a disputar sus encuentros a pesar de tener diezmado su plantel por casos de coronavirus²⁰, se cambian sedes por la situación sanitaria²¹ o en otras ocasiones se disputan encuentros previstos en medio de protestas sociales que arreciaban en los países sede de la competencia, como fue durante los primeros meses de 2021 en Colombia²². De igual manera, en algunos países como Argentina, la presión de la CONMEBOL llevó a la disputa de encuentros futbolísticos inclusive en horarios de restricción horaria de circulación, para poder cumplir con los requerimientos horarios de la programación televisiva²³.

A partir del momento en que se reanudó la competencia luego de la paralización a principios de 2020, la CONMEBOL empezó a sondear la posibilidad de adquirir dosis de vacunas anti Covid-19 para inmunizar a los planteles, dirigentes y delegaciones que tomarían parte de la postergada Copa América 2020. Pero el mercado global de vacunas no existe aún, sino que sólo pueden acceder a ellas los Estados nacionales, no así empresas o entidades privadas, sin tener el respaldo de estatal.

²⁰ El caso de River Plate que debió jugar frente al club Junior de Barranquilla con sólo 10 jugadores y un futbolista de campo improvisado al arco, ya que todos los arqueros estaban contagiados y la CONMEBOL no permitió inscribir a futbolistas de divisiones inferiores.

²¹ Disponible en <https://es-us.noticias.yahoo.com/final-recopa-sudamericana-jugar%C3%A1-brasil-183203362.html?guccounter=1>
Acceso: 23/08/2023

²² Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202105/554032-partidos-copas-colombia-crisis-conmebol.html>. Acceso: 20/08/2023.

²³ La restricción de circulación hasta las 20 hs. en el área metropolitana de Buenos Aires hizo que CONMEBOL solicitara a la AFA a interceder ante el gobierno argentino y finalmente se disputaron partidos dentro del horario restrictivo a pedido de la entidad sudamericana y por requerimiento de los horarios televisivos acordados.

Las vacunas que pretendía la CONMEBOL eran aquellas provenientes de China, ya que entendía que eran las más accesibles en cuanto a tiempo y forma de entrega de las dosis necesarias. Pero la entidad, al estar enclavada en Paraguay, país que no tiene relación con China, por ser el único de la región que reconoce como independiente a Taiwán, impedía que pudiese obtener las vacunas directamente de ese país. De esta forma el gobierno uruguayo intercedió ante las autoridades chinas para el envío hacia Montevideo de 50.000 dosis de la vacuna del laboratorio chino *SinoVac BioTech*,²⁴, convirtiéndose así en el primer actor no estatal regional en obtener vacunas contra el Covid-19 en América Latina. Como nunca antes, se puede sostener que la CONMEBOL actúa como el undécimo Estado del fútbol sudamericano.

Copa América 2021 a toda costa.

En este contexto pandémico, la entidad tenía previsto realizar una nueva edición de su torneo más tradicional, la Copa América, esta vez con la novedad de una doble sede en Argentina y en Colombia durante 2020. Pero debido a las restricciones gubernamentales y la paralización global del deporte, se decidió suspender la competencia. Finalmente, durante los primeros meses de 2021, la organización sudamericana avanzó con su idea de llevar a cabo la edición frustrada el año anterior, fundamentalmente porque ya había obtenido el dinero proveniente de los derechos de televisión,

²⁴ En Montevideo recibió el cargamento el presidente de la CONMEBOL, Alejandro Domínguez, junto al embajador chino en Uruguay. Este declaró: “Esto representa un antes y un después en las relaciones entre China y la Conmebol en general, y entre China y la Copa América en particular”. Disponible en: <https://www.oncediario.com/notas/31345-vacunas-conmebol-sinovac-alejandro-dominguez-asociacion-uruguay-de-futbol-china> Acceso 01/08/2023

como así también de los patrocinadores. Razón por la cual, a principios de 2021 se llevaron adelante los trabajos necesarios para iniciar la competencia durante el mes de junio en las sedes originales de Argentina y Colombia.

El comienzo del torneo estuvo en duda hasta último momento, en virtud de que el gobierno colombiano había anunciado que quería trasladar la disputa de este para el mes de noviembre de 2021, alegando que la situación política y social que se estaba viviendo allí hacían imposible la organización del campeonato, propuesta que no fue aceptada por CONMEBOL y decidió retirar a este país de la organización y dejar solamente a Argentina. Pero el gobierno argentino en vistas a los rebrotes de contagios y las altas cifras de muertes derivadas del Covid-19, decidió igualmente retirarse de la organización del evento.

En medio de esta incertidumbre sobre la realización del campeonato, la CONMEBOL no estaba dispuesta a una nueva suspensión o aplazamiento, y decidió confirmar la realización durante el mes de junio en el país con las peores cifras derivadas de la pandemia en toda la región: Brasil. El anuncio se realizó luego de una reunión de urgencia del Consejo Directivo de la entidad²⁵, debido a los motivos expresados en el párrafo anterior.

La CONMEBOL lo anunció en medio de las polémicas suscitadas a nivel continental por la obstinación de las autoridades del fútbol sudamericano en querer realizar la competencia a pesar de la crisis sanitaria regional, que lejos está aún de ser superada. El apuro para la realización de la Copa América, o de los torneos continentales, responde evidentemente a una necesidad económica, aunque no es la

²⁵ Disponible en: <https://www.conmebol.com/es/brasil-sera-sede-de-la-conmebol-copa-america-2021> Acceso 22/08/2023.

única y no necesariamente la más importante. La entidad encontró en Brasil el clima perfecto para realizar la competencia: se trata de un país que cuenta con la infraestructura necesaria para la realización de eventos de esta característica, ya que ha sido sede grandes eventos deportivos en los últimos años como la Copa Mundial de la FIFA de 2014 y los Juegos Olímpicos en Río de Janeiro en 2016²⁶.

No obstante la confirmación de la CONMEBOL, como así también del apoyo del gobierno brasileño, se suscitaron una serie de acontecimientos que continuaron poniendo en duda el arranque del torneo. El primero de ellos, la negativa de varios futbolistas -especialmente los brasileños- a disputar el evento en medio de los rebrotes de contagios y de la crisis sanitaria que evidenciaba Brasil, aunque finalmente no se pusieron de acuerdo para boicotear la competencia. Asimismo, en el orden interno de Brasil, a días de arrancar el campeonato estalló un escándalo de acoso sexual y moral contra el presidente de la Confederación Brasileira de Fútbol, Rogério Caboclo, que terminó en la destitución de su cargo²⁷ y en la asunción de su vice, Antonio Carlos Nunes, un excoronel vinculado a la última dictadura brasileña²⁸. La situación tomó ribetes políticos al ser rechazada por parte de algunos gobernadores de estados

²⁶ Pero además de ello, encontró un aliado político que no puso objeciones para organizar el evento a contrarreloj: un presidente como Jair Bolsonaro, negacionista de la pandemia, y que pretendía utilizar la competencia como una plataforma para recuperar su imagen desgastada producto de su política sanitaria para enfrentar la crisis del coronavirus con más de cuatrocientos mil muertos en su país, como así también los graves problemas políticos internos que enfrenta debido a casos de corrupción y la caída de su popularidad como lo demuestran los altos índices de reprobación a su gestión.

²⁷ Disponible en https://www.dobleamarilla.com.ar/rosca/caboclo-fue-apartado-de-la-presidencia-de-la-confederacion-brasilena-por-60-dias-mas_a60de6538299b50255d4f6f62 Acceso 22/08/2023

²⁸ Disponible en <https://www.alterfutbol.com/articulos/antonio-carlos-nunes-un-militar-al-mando-del-futbol-en-brasil/> Acceso 25/08/2023

brasileños en ser sede del evento que cuentan con estadios construidos para la Copa Mundial de 2014 como el de Natal, en el estado de Río Grande do Norte y en otros casos, no se consideró realizar como en el estado de Sao Paulo. Finalmente, para dirimir esta situación tuvo que intervenir el Supremo Tribunal Federal (STF) de Brasil, que finalmente decidió por autorizar la competencia²⁹.

La organización de la Copa América en Brasil respondió a la obligación de la entidad de cumplir con los contratos firmados con los patrocinadores y la televisión. Los derechos televisivos fueron adjudicados a la cadena televisiva estadounidense Univisión para el público hispanohablante en Estados Unidos por alrededor de USD 180 millones³⁰. Es por eso que, a pesar de todas las complicaciones acaecidas, la Copa América 2021 se disputó de manera normal y bajo estrictos protocolos impuestos por CONMEBOL. Una vez más, esta entidad pudo torcer el brazo a un país como Brasil y obtener su cometido: que la Copa América se disputa a toda costa, sin importar las crisis sociales o sanitarias, todo en vistas a que el negocio no se detenga.

Conclusiones

Como corolario, se puede afirmar que como efecto de la globalización y el transnacionalismo, en las últimas décadas se ha consolidado el poder de actores que no son los tradicionales en el ámbito de las relaciones internacionales, tanto a nivel global como a nivel regional. Entre estos, se han destacado

²⁹ Disponible en <https://www.pagina12.com.ar/347410-la-corte-suprema-de-brasil-autorizo-la-copa-america-pese-a-l> Acceso 22/08/2023

³⁰ Producto del éxito que tuvo la edición de la Copa América Centenario que se disputó en Estados Unidos, le dejó una recaudación récord de USD 500 millones y es por eso que la cadena televisiva compró los derechos de transmisión de esta edición para EE. UU.

aquellos que tienen a su cargo el destino de las organizaciones deportivas y que se han hecho lugar en la escena política internacional y, en el caso del análisis de este artículo, regional.

Es decir que, lo que ha cambiado en las últimas décadas en virtud del fenómeno globalizador es cómo se ha moldeado un deporte cuyas pautas de juego, de trabajo, de empresa y de dinero, dejaron de ser estrictamente de carácter internacionales, para convertirse en un fenómeno que es transnacional, que ha llevado a la alteración y reajuste de todas las dinámicas asociadas al deporte en general, pero al fútbol en particular de manera contundente.

La consolidación de la influencia de estos actores no tradicionales internacionales, como la FIFA, el Comité Olímpico Internacional o la CONMEBOL, ha sido posible por el fortalecimiento del negocio derivado del deporte que busca la maximización de las ganancias obtenidas para esas organizaciones, sus patrocinadores y las cadenas televisivas que transmiten las competencias. En el caso de CONMEBOL, según datos de la misma entidad,

En este sentido, pensar a las organizaciones deportivas como la FIFA, el COI o CONMEBOL en el ámbito regional sudamericana, con una visión y mirada transnacional, permite comprender el accionar de estas como entidades que han ganado preponderancia e importancia en el escenario global, vinculándose con los Estados y construyendo su imagen a través del deporte más popular del planeta, como lo es el fútbol³¹.

Esta difusión tanto geográfica como social del fútbol es un fenómeno que ha ganado preponderancia gracias a la globalización. Como es sabido, entre los principales sociólogos

³¹ Esa popularidad que hace que según la propia entidad unas 265 millones de personas practiquen el fútbol entre jugadores y jugadoras, más 5 millones entre árbitros, funcionarios y dirigentes (FIFA, 2007).

que han estudiado esta temática (Bourdieu, 1990; Horne, Jary y Tomlinson, 1987; Giulianotti, 2004/2005) el deporte es un hecho propio de la modernidad y que permitió la racionalización de la violencia.

El sistema internacional ha reconocido en los últimos tiempos una creciente influencia de estos actores no tradicionales, mediante el fortalecimiento de un fenomenal negocio que ha llevado a estas instituciones, que tienen el monopolio del gobierno del deporte mundial o regional, a presionar a los Estados para obtener ganancias para sí mismos, sus patrocinadores y la televisación del deporte. En el caso de la CONMEBOL, ese crecimiento se vio reflejado en su economía interna. Según datos de la misma entidad, sólo durante el año 2020 en medio de la pandemia, el resultado anual de ingresos ascendió a un total de USD 343,760 millones (CONMEBOL, 2021: 18). Esto permitió que durante la pandemia de Coronavirus la entidad aprobara una ayuda financiera a sus federaciones miembros de USD 11,29 millones (CONMEBOL, 2021: 19).

Con sólo observar estos números es posible dimensionar su peso en la escena política y, sumado a ello, el manejo del deporte más popular en la región sudamericana, ha consolidado una autonomía jurisdiccional de esta entidad. Es decir, ha generado sus propias reglas, se ha estructurado en base a ellas y tienden a prescindir de la injerencia de regímenes estatales. Como todo organismo ha organizado y desarrollado órganos internos que crean esas normas y reglas con el objeto de regir el fútbol. Estas decisiones internas son aplicadas por las diez asociaciones nacionales y entre todos construyen un régimen de regulación de carácter transnacional.

A través de ese engranaje normativo, la CONMEBOL se protege a sí mismo a través de la amenaza de la desafiliación de las asociaciones nacionales que no acaten sus normativas, en

casos de posible injerencia de las autoridades gubernamentales locales o en situaciones en las que se intente acudir a tribunales de justicia ordinarios para dirimir controversias. A través de este mecanismo, la entidad se estructuró y se consolidó como un régimen de carácter transnacional en la que están presentes y son protagonistas actores de diversa naturaleza, especialmente de carácter económicos, cuyo poder en muchos casos se impone a los Estados, condicionando sus políticas.

Esa intención de apoliticidad de las organizaciones deportivas que se ha señalado en otros trabajos (Juárez Centeno y Tuninetti, 2020), es una de las capas en las cuales éstas se apoyan y que ha llevado a que, en este caso la CONMEBOL, a pesar de las múltiples crisis tanto sanitarias como sociales vividas durante la etapa de pandemia en nuestra región decidiera organizar el campeonato más rentable -la Copa América- para sus arcas a toda costa, poniendo sus ganancias, las de sus patrocinadores y de las empresas de televisación por encima muchas veces de políticas estatales. Como lo sostiene Ulrich Beck (2010), si se pretende comprender al fútbol como fenómeno, hay que tener una noción amplia y sistémica de esta maquinaria, donde abarca no sólo lo comercial y económico, sino también lo político, social y las dimensiones culturales ya que disociarlas todas, tornará imposible la mirada del mundo cosmopolita actual.

La CONMEBOL logró su cometido que va mucho más allá de la realización de un torneo que le permitió cumplir los acuerdos firmados con sus patrocinadores y la televisación. Ha utilizado la crisis pandémica como una oportunidad de consolidarse como un actor con aspiraciones geopolíticas, con capacidades y nexos a nivel internacional y que en algunos casos llega más lejos que los mismos gobiernos, al obtener vacunas para sus integrantes o lograr obtener excepciones a las normas relativas a la pandemia a las que el resto de la

ciudadanía no podía acceder. Además del dinero que obtiene por los derechos televisivos y las publicidades, se juega en estos eventos la continuidad y la expansión de un modelo de organización deportiva y de acumulación de poder en Sudamérica.

En definitiva, el fútbol demuestra una vez más que el negocio y los intereses de los grandes conglomerados financieros, han llevado a que estas entidades deportivas tengan una impronta cada vez más significativa en la política internacional.

Bibliografía

-Alabarces, Pablo (2018). “Historia mínima del futbol en América Latina” / Pablo Alabarces -- 1a. ed. -- Ciudad de México, México: El Colegio de México.

-Barbé, Esther (1995). “Relaciones Internacionales”. Editorial Tecnos, 1° ed. Madrid.

-Beck, Ulrich (1998). “¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización”. Barcelona: Paidós.

- Beck, Ulrich (2005). *The Cosmopolitan State: Redefining Power in the Global Age*. En *International Journal of Politics, Culture & Society*, 18, 143-159. doi:10.1007/s10767-006-9001-1.

-Bourdieu, Pierre (1990). “*Programme for a sociology of sport*”, en P. Bourdieu *In Other Words*. Cambridge: Polity.

-Calduch, Rafael (1991). “Teoría general de la organización internacional”- En: *Relaciones Internacionales*. Madrid: Edit. Ediciones Ciencias Sociales.

-CONMEBOL (2014). Estatuto de la Confederación Sudamericana de Fútbol. Recuperado 16/07/2021. Disponible en:
<https://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2020/Estatutos-2014.pdf>

-CONMEBOL (2020). Estatuto de la Confederación Sudamericana de Fútbol. Recuperado 15/07/2021. Disponible en:

<https://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2020/Estatutos-Conmebol-2020-esp.pdf>

-CONMEBOL (2021). Memoria 2020. 74° Congreso Ordinario de CONMEBOL, 2021. Disponible en:

<https://www.conmebol.com/sites/default/files/docs2021/Memoria-2020-es.pdf>

-Del Arenal, Celestino (1994). “Introducción a las Relaciones Internacionales”. Madrid: Tecnos.

-Del Arenal, Celestino (2001). “La nueva sociedad mundial y las nuevas realidades internacionales: un reto para la teoría y para la política”. Disponible en:

<https://www.ehu.es/documents/10067636/10664763/2001-Celestino-del-Arenal-Moyua.pdf/bab55d27-64de-47f7-b3d3-0cf111044c18>

-Fernández Araya, Josué y Soto Acosta, Willy (2018). “La FIFA: ¿del “*fair play*” a una estructura de crimen organizado?”. En Política global y fútbol: el deporte como preocupación de las ciencias sociales / Willy Soto Acosta, editor; Rodrigo Soto Lagos [y otros veintiocho]. -- Primera edición. -- Heredia, Costa Rica: CLACSO, IDESPO, Universidad Nacional. Pp. 155-182.

-FIFA (1997). “Fútbol y Televisión - una historia de gran éxito”. Recuperado 10/07/2021. Disponible en:

<https://es.fifa.com/news/futbol-television-una-historia-gran-exito-76069>

-FIFA (2007). “*FIFA Big Count 2006: 270 million people active in football*”. Recuperado 24/07/2021. Disponible en:

<https://resources.fifa.com/image/upload/big-count-estadisticas-520058.pdf?cloudid=mzid0qmguixkcmruvema>

-FIFA (2019). “Estatutos de la FIFA. Edición junio 2019”. Recuperado 10/07/2021. Disponible en:

<https://resources.fifa.com/image/upload/fifa-statutes-5-august-2019-en.pdf?cloudid=ncteibnpru6dnvuodvmt>

-FIFA (2020). “La FIFA ofrece apoyo económico inmediato a las federaciones miembro como respuesta a la COVID-19”. Recuperado 22/07/2021. Disponible en: <https://es.fifa.com/who-we-are/news/la-fifa-ofrece-apoyo-economico-inmediato-a-las-federaciones-miembro-como-respues>

-FIFA (s.f.). “Federaciones y confederaciones”. Recuperado 06/07/2021. Disponible en: <https://es.fifa.com/associations/>

-FIFA (s.f.). “*Who we are: general secretary*”. Recuperado 14/07/2021. Disponible en: <https://es.fifa.com/who-we-are/general-secretary/>

-Giulianotti, Richard, Robertson, Roland (2004). “*The globalization of football: a study in the glocalization of the serious life*”. En *The British Journal of Sociology*, 55(4), pp.545-568.

-Giulianotti, Richard (ed.) (2004). “*Sport and modern social theorists*”. Basingstoke: Palgrave.

-Giulianotti, Richard (2005). “*Sport, a critical sociology*”. Cambridge: Polity.

-Haas, Richard (2008). “La era de la no polaridad. Lo que seguirá al dominio de Estados Unidos”. En *Foreign Affairs*. Vol. 8. N° 3, 2008. Pp. 66-78.

-Held, David, McGrew, A., Goldblatt, D. y Perraton, A. (2002). *Transformaciones globales. Política, economía y cultura*. México: Oxford University Press.

-Horne, John, Jary, D. y Tomlinson, A. (eds) (1987). “*Sport, Leisure and Social Relations*”. Londres: Routledge & Kegan Paul/ *Sociological Review Monograph* No. 33.

-Jackson, Robert y Sorensen George (2003). “*Introduction to International Relations. Theories and Approaches*”. Oxford: Oxford University Press.

-Juárez Centeno, Carlos y Tuninetti, Adrián (2020). “La FIFA como actor internacional y sus acciones en materia de

Derechos Humanos”. En Anuario XIX, Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales. Facultad de Derecho, Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba: Advocatus.

-Luhmann, Nicklas (1997). Globalization or World Society: How to conceive of modern society? *International Review of Sociology: Revue Internationale de Sociologie*, 7(1), 67-79.

-Marchi Jr., Wanderley (2015). “*O esporte em cena: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico*”. En *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport*, Curitiba, v. 5, n. 1. Pp. 46-67.

-Markovits, Andrei S. y Rensmann, Lars (2010). “*Gaming the World: How Sports Are Reshaping Global Politics and Culture*”. Nueva Jersey: Princeton University Press.

-Mason, Tony (1995). *Passion of the People? Football in South America*. Londres: Verso.

-Nye, Joseph S. (1991). “La naturaleza cambiante del poder norteamericano”. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

-Organización de las Naciones Unidas (2003). Resolución 58/5, “El deporte como medio de promover la educación, la salud, el desarrollo y la paz”, aprobada por la Asamblea General el 3 de noviembre de 2003. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/RES/58/5>

-Sassen, Saskia (2007). “Una sociología de la globalización”. 1° Ed. Buenos Aires: Katz.

-Vallés, Josep M y Martí i Puig, Salvador (2015). “Ciencia Política. Un manual. Nueva Edición Actualizada”. Barcelona: Ariel.

A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro *Versus* a Crise da Economia Escravista Cafeeira.

Célio César de Aguiar Lima¹

Univeridade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O artigo tem por objetivo trazer a baila a atuação dos Comissários de Café, que eram “atravessadores” por comprar o café do produtor por preços baixos e revender ao exterior fazendo com que a Agro Exportação dependesse restritamente deles. Porém com a chegada das ferrovias o caminho entre o “produtor” e o “porto” se encurtou, favorecendo ao próprio produtor a oportunidade de ir até a capital negociar o café, obtendo melhores lucros e dependendo menos dos Comissários. Ainda ressalta e destaca que a ferrovia chega a uma região defasada, com o esgotamento do solo e pouca produção cafeeira, com fazendeiros endividados e conseqüentemente uma crise entre os comissários de café.

Palavras -Chave: Comissários – Ferrovias – Cafeicultura – Crise

Resumen

El artículo tiene como objetivo sacar a la luz las acciones de los Comisionados del Café, que eran “intermediarios” para comprar café al productor a precios bajos y revenderlo en el exterior, haciendo que Agro Exportação dependiera

¹ Doutorando em História no PPGH – UERJ, Mestre em História Social pela Universidade de Vassouras, Graduado em Teologia, Ciências Sociais e História, Autor de livros, artigos e documentários sobre História Ferroviária do Vale do Paraíba. E-mail: professor.aguiar@hotmail.com

estrictamente de ellos. Sin embargo, con la llegada de los ferrocarriles, el camino entre el “productor” y el “puerto” se acortó, dándole al propio productor la oportunidad de acudir a la capital a negociar el café, obteniendo mejores ganancias y dependiendo menos de los Comisionados. También destaca y resalta que el ferrocarril llega a una región obsoleta, con suelos agotados y poca producción de café, con agricultores endeudados y en consecuencia una crisis entre los comisionados cafetaleros.

Palabras clave: Comisionados – Ferrocarriles – Cafetalería – Crisis

Abstract

The article aims to bring to the table the performance of the Coffee Commissioners, who were "middlemen" for buying the coffee from the producer for low prices and reselling abroad making Agro Exportação depend strictly on them. However, with the arrival of the railways, the path between the "producer" and the "port" was shortened, favoring the producer himself the opportunity to go to the capital to negotiate coffee, obtaining better profits and depending less on the Commissioners. He also points out that the railroad reaches a backward region, with the depletion of the soil and little coffee production, with indebted farmers, and consequently a crisis among the coffee commissioners.

Keywords: Commissioners - Railways - Coffee – Crisis

No início da década de 1880, a sociedade brasileira foi palco de uma série de transformações profundas, que vinham ocorrendo desde a Independência, mas que nesse momento eclodiram com intensidade, transformando, substancialmente, sua face. Com a Revolução Industrial e a implantação plena do

capitalismo, a princípio na Inglaterra e em seguida em outros países da Europa Ocidental, os mecanismos do sistema colonial passaram a ser questionados, uma vez que constituíam entraves à nova ordem econômica em expansão.²

Assim, assistiu-se, no decorrer do século XIX, à liquidação do estatuto colonial, que se fez, entretanto de forma lenta, permeada de avanços e retrocessos, tendo como momento culminante a década de 80. A ruptura do Pacto Colonial e a conseqüente derrubada dos monopólios constituíram a primeira etapa desse processo, dando lugar à implantação do Estado Nacional e permitindo a estruturação de uma economia mercantil com maiores possibilidades de acumulação interna. Entretanto, o escravismo, que representava a base do sistema colonial, manteve-se inalterado.

Nessa perspectiva, o século XIX representa, para a formação econômica brasileira, um momento de transição, em que coexistem estruturas ainda coloniais ao lado de novas formas de exploração, portadoras de características capitalistas.³ Inserida nessa problemática expandiu-se à lavoura cafeeira escravista, atuando como um fator de reorganização econômica do país.

Aparentemente, essa expansão reproduziu os mecanismos fundamentais das atividades agrícolas de exportação do período colonial. Graças ao café, aquela estrutura momentaneamente abalada, devido às transformações sofridas pelo país no início do século, conseguiu se refazer e prosperar por algum tempo. Entretanto o desenvolvimento da economia cafeeira encerrava em si uma contradição: se por um lado, prolongava a permanência de fatores coloniais; por outro,

² PRADO JÚNIOR, Op. Cit. Pág. 124.

³ Idem. Pág. 126.

promovia um crescimento econômico capaz de gerar condições para sua própria superação.

O bom funcionamento e a dinamização da economia cafeeira estavam condicionados a alguns elementos básicos, que podiam ser definidos como: abastecimento regular do mercado de escravos, abundância de terras, boas condições para a realização do produto.⁴ A extinção do tráfico africano em 1850 colocou o primeiro empecilho para a manutenção do trabalho escravo, visto que provocava um declínio da oferta de mão-de-obra e elevava demasiadamente seus preços, eliminando assim uma condição indispensável para manter a rentabilidade do sistema.

Numa fase em que a lavoura cafeeira se expandia, esse problema era ainda mais seriamente sentido, tornando premente a busca de soluções alternativas. Pensar que o próprio crescimento vegetativo da população escrava poderia resolver esta questão, constituía algo ilusório. Na verdade, esse crescimento apresentava-se negativo em virtude do alto índice de mortalidade e da desproporção numérica entre homens e mulheres em (detrimento dessas últimas) o que impunha limites para a reprodução.⁵ Descartada essa primeira alternativa novas saídas passaram a ser buscadas.

O deslocamento de contingentes de escravos empregados em atividades de subsistência, urbanas ou domésticas para a grande lavoura apresentava-se como uma maneira de poupar uma mão-de-obra escrava cada vez mais encarecida e empregá-

⁴ **MELLO**, João Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Campinas, 1975 (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas), Pág. 53.

⁵ **MARTINS**, Ismênia Lima. *Os problemas de mão-de-obra da grande lavoura fluminense; O tráfico intra-provincial. (1850 – 1878)*. Trabalho apresentado ao Ciclo de Estudos Fluminenses, Niterói, s. d., Pág. 05. Apud: **FERREIRA**, Op. Cit. Pág. 17.

la apenas nos setores mais lucrativos.⁶ Vinculada a esse mesmo objetivo, processou-se a introdução de técnicas no setor de beneficiamento do café, o que sem dúvida auxiliava na liberação de mão-de-obra para a produção e, ao mesmo tempo, propiciava um crescimento da produtividade.⁷ A abertura de estradas de ferro também atuou nesse sentido, dispensando mão-de-obra empregada na condução das tropas e conservação dos caminhos.⁸ Cabe ainda considerar a importância do tráfico inter e intra-provincial, como forma de deslocamento da mão-de-obra das áreas declinantes para aquelas em expansão.⁹

O emprego conjugado dessas medidas resolvia temporariamente o problema, retardando a crise total da grande lavoura, mas não conseguia impedir a alta contínua dos preços dos escravos e a conseqüente elevação dos custos de produção, o que dificultava o processo de acumulação de capital. Simultaneamente, a economia cafeeira, pautada em uma cultura extensiva, provocava um esgotamento progressivo do solo, o que exigia o abandono das velhas plantações em busca de novas terras.¹⁰

Nessas circunstâncias, a exigência de uma reserva abundante de terras virgens constituía uma condição vital para a manutenção da dinâmica da cultura cafeeira. Todavia esse fato encerrava um problema: à medida que o café ganhava novas terras, registrava-se uma interiorização da produção, que

⁶ **SOARES**, Sebastião Ferreira. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/IMPES, 1977 (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 2), Pág. 19.

⁷ **MARTINS**, Ismênia Lima. Op. Cit., Pág. 09.

⁸ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1º de agosto de 1854, Pág. 07. Apud: **MARTINS**. Op. Cit., Pág. 09.

⁹ **MARTINS**. Op. Cit., Pág. 10.

¹⁰ **GENOVESE**, Eugene. *A economia política da escravidão*. Trad. Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro, Pallas S. A., 1976. (América: Economia e Sociedade) Pág. 77 – 90.

implicava num aumento das distâncias para o embarque do produto e na elevação dos fretes. A introdução dos caminhos de ferro, nessas condições, desempenhou um papel de relevo, pois permitiu um barateamento dos custos de transportes e atuou como reforçadora da ordem escravista, possibilitando a incorporação de novas áreas e a reprodução das condições necessárias ao sistema.¹¹

Merecem ainda ser discutidas as possibilidades de realização do produto, pois seria uma alternativa para atenuar as dificuldades da lavoura cafeeira. Entretanto, as condições do mercado externo (possibilidades de absorção da oferta, concorrência de outros produtores) impunham limites para um crescimento considerável dos preços de forma a compensar o aumento dos custos da produção.¹²

Finalmente, o esquema de funcionamento da economia cafeeira, baseada na dominação e exploração do comércio sobre os fazendeiros, através dos comissários, possibilitou uma transferência das rendas geradas na agricultura, acarretando uma descapitalização da mesma. Esse fato foi profundamente sentido e se constituiu em agravantes às inúmeras dificuldades que sofria a lavoura cafeeira.

Resumindo, podemos dizer que os cafeicultores deparavam-se com os seguintes problemas: impossibilidade de obter escravos a preços lucrativos, crescentes limitações para incorporar terras virgens, elevação dos custos de produção, descapitalização devido a sistemática de financiamento. Acrescenta-se a isto a impossibilidade da elevação do preço do café no mercado externo a níveis que compensassem tais problemas.

¹¹ **COSTA**, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. Corpo e Alma do Brasil. Pág. 172 – 173.

¹² **MELLO**, João Manoel Cardoso de. Op. Cit., Pág. 62.

Em última análise, a insurgência de grande parte dessas dificuldades refletia a incapacidade do escravismo de adequar-se à racionalidade da empresa capitalista de produção, calcada no trabalho livre. Tratava-se de produzir para um mercado competitivo, onde a procura de produtos tropicais aumentava continuamente. Atender a esse objetivo tornava-se cada vez mais difícil, em face da baixa produtividade da economia escravista, conseqüência da desqualificação da mão-de-obra, do seu desinteresse pela produção e da dificuldade de introdução de técnicas em larga escala.

Entretanto, até surgirem os primeiros sintomas da crise, a expansão da lavoura cafeeira escravista gerou grandes capitais e abriu perspectivas para um amplo desenvolvimento econômico. Graças a ela, a segunda metade do século XIX pode ser caracterizada como uma fase de crescimento do comércio exterior, diversificação das possibilidades de investimentos de capitais em novos setores econômicos, dando lugar ao desenvolvimento de manufaturas e dos serviços, que por sua vez se fazia acompanhar da ampliação do quadro ocupacional, intensificando a divisão social do trabalho.¹³

Face essas novas perspectivas, a grande imobilização do capital em escravos não era mais racional e freava a acumulação e o desenvolvimento econômico.¹⁴ Essa expansão, inicialmente desencadeada no intuito de reforçar a economia escravista cafeeira, acabou por se opor a ela gerando as condições para a emergência do trabalho livre.¹⁵

¹³ IANI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, Retratos do Brasil, 42, Pág. 89 – 90.

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *El modo de producción esclavista colonial em América. Modo de Producción em América Latina*. Córdoba, Siglo XXI, Argentina Editores, 1974. Cuadernos Pasado e Presente, 40, Pág. 225 – 226. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 44.

¹⁵ MELLO. Op. Cit. Pág. 82.

Os problemas ocasionados pela carência e altos custos da mão-de-obra escrava, com as conseqüentes limitações, à acumulação, somadas às limitações estruturais das formas de trabalho escravista, colocavam em risco a continuidade desse processo de expansão econômica que se fazia as custas dos recursos gerados pelo café. Assim a economia escravista cafeeira ia gradativamente perdendo as possibilidades de sustentar o crescimento econômico desencadeado por ela própria. A crise do café escravista não encontraria saída mantendo-se escravista, mas engendraria condições para o surgimento do capitalismo.¹⁶

A ocorrência dessas transformações no interior da estrutura econômica provocaria reflexos no nível político, promovendo mudanças institucionais, concretizadas com a Abolição e a República¹⁷.

Na realidade, o edifício imperial construído para outros tempos já não dava conta da complexidade das forças em expansão. Modificar-se para se adaptar às novas condições implicaria em atingir as próprias bases do regime, descaracterizando-o completamente.¹⁸ Nessa perspectiva, esses eventos nada mais foram do que a adaptação da superestrutura político-jurídica às novas necessidades econômicas. Transpondo todas essas considerações para o nível histórico concreto nos deparamos com a crise do Vale do Paraíba.

Desde a década de 70, mas principalmente em 80, as lavouras do Vale do Paraíba encontravam-se decadentes e enfrentavam de maneira dramática o problema da substituição da mão-de-obra. A baixa produtividade da lavoura devido ao envelhecimento dos cafezais e do esgotamento do solo, o

¹⁶ Idem. Pág. 75.

¹⁷ PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma História da República* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

¹⁸ COSTA, Op. Cit. Pág. 297.

desaparecimento das matas virgens e, principalmente o envelhecimento e o aumento dos preços do trabalho escravo colocavam o fazendeiro em situação extremamente precária.¹⁹ Sofrendo com tantos males, a maioria das propriedades havia atingido um estado de insolvência sem precedentes.²⁰

Para complicar ainda mais esse quadro, a primeira metade dos anos oitenta apresentou-se como um momento de baixa dos preços do café no mercado internacional. Configurada a situação de crise que atingia o Vale do Paraíba, cabe indagar as conseqüências desse fato para aqueles elementos que atuavam como seus financiadores, os comissários de café.

As Contradições Encerradas na Política Comissária

Num primeiro contato com o assunto pode-se perceber facilmente a extensão do papel do comissário. Apesar de sua atividade básica estar centrada no comércio, sua atuação se expandia para além desse setor, penetrando na esfera da produção.²¹ Na verdade, o comissário não se comportava somente como um intermediário entre o ensacador e o produtor. Suas relações com os fazendeiros não eram apenas laços de natureza mercantil de alugador de capitais e vendedor de mercadorias, senão liames muito mais profundos. O comissário exercia uma verdadeira tutela econômica sobre o fazendeiro, concedendo-lhes recursos para iniciar ou expandir

¹⁹ STEIN, Stanley. Op. Cit., Pág. 187.

²⁰ LAERNE, C. F. Van Delden. Op. Cit., Pág. 187.

²¹ De acordo com o Código Comercial a figura jurídica do comissário deveria limitar-se a receber os produtos dos comitentes, e realizar sua venda mediante uma comissão de 3%. Em princípio o termo comissário vincula-se aqueles que se incumbiam do transporte de gêneros, não sendo atribuída a ele nenhuma função relativa ao fornecimento de capital. **Brasil. Coleção de Leis do Império.** Código Comercial, Lei nº 556, de 25/06/1850, Tomo XI, Parte I, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1905. Cap. IV, Tit. VII, Pág. 56 – 64. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 53.

suas plantações, comprar escravos e bens necessários a sua subsistência, além de opinar no que diz respeito as principais decisões econômicas a serem tomadas.

Dessa forma, o comissário ultrapassava os limites de sua função básica e passava a controlar os pontos extremos do processo produtivo, dominando os investimentos e a comercialização. A ocupação de posto tão importante permitia ao comissário estilizar para si a maior parte dos lucros auferidos e, ao mesmo tempo, diminuir os riscos inerentes a tal função, que ficava por conta do fazendeiro.²² Entretanto, as vantagens dessa situação encerravam em si inúmeras contradições.

Sendo o comissário essencialmente um comerciante, seus negócios deveriam funcionar segundo os padrões inerentes desse ramo. As transações efetuadas entre os diversos segmentos que se ocupavam da comercialização do café realizavam-se em curto prazo. As compras e vendas efetuadas entre exportador, ensacador e comissário eram pagas praticamente a vista ou com prazos bastante limitados. Assim, o giro fazia-se rapidamente até atingir as mãos dos comissários.²³

Nesse momento, a situação encontrava-se substancialmente alterada. Em geral, os adiantamentos feitos consistiam em um fornecimento de fundos para serem atendidas as operações anuais das diferentes carpas, dos auxílios para o período da colheita e, às vezes, para a compra de escravos, ou a formação de novos cafezais. Isso consumia grandes empates de capitais que só seriam desenvolvidos em

²² FRANCO. Op. Cit. Pág. 165.

²³ JORDÃO, Carlos Augusto Miranda. A ação do comissário no comércio do café. In: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1934, Vol. 01, Pág. 398 – 399.

longo prazo. Assim, “as inversões obedeciam à proporção aritmética, ao passo que as devoluções eram geométricas”.²⁴

A conseqüência mais direta desse estado de coisas era o enorme montante de capital com que era obrigado a trabalhar o comissário, já que esse era a única forma de continuar a ter condições de manter como financiador e conseqüentemente ampliar a produção, o que em última instância garantia a lucratividade do negócio. Via-se o comissário, dessa maneira, envolvido num ciclo vicioso. A alta lucratividade advinha de sua intervenção no processo produtivo acarretava, em contrapartida, uma lentidão dos giros de seu negócio. Essa situação também era comprometedora para o fazendeiro, já que a condição para que ele pudesse obter capital era se colocar na dependência de um comissário e permitir que o mesmo usufruísse uma importante parcela dos seus lucros.

Esse fato, sem dúvida, promovia uma transferência de rendas em favor do comércio e, em última instância, acarretava uma descapitalização da lavoura cafeeira. Assim, a prática comissária tinha um caráter autodanificador, pois solapava as bases de sustentação de sua existência. Uma análise apressada desse quadro pode dar a idéia de que a participação do capital comercial na esfera produtiva, através do comissário, tenha significado o domínio pleno do capital sobre a produção e a subordinação formal do trabalho ao capital, estabelecendo relações de produção capitalista.

No entanto, é importante não esquecer que o comissário não possuía uma prática revolucionária que fizesse dele um representante da nova ordem capitalista. Na verdade, ele se mostrava plenamente identificado com a estrutura escravista da qual, em última instância, dependia sua sorte, e de onde extraía seus lucros. Nesse sentido, a sua prática não pretendia

²⁴ TAUNAY. Op. Cit. Pág. 139.

alterar as relações de produção, mas, ao contrário, reforça-las, o que sem dúvida, a partir de certo ponto começava obstar acumulação e limitar o desenvolvimento das forças produtivas.²⁵

Os Reflexos da Crise da Economia Escravista Cafeeira Sobre as Contradições da Prática Comissária

Colocava-se aí o primeiro grande empecilho para a reprodução dos padrões de negócios do comércio comissário – a pedra angular – um grande montante de capital, estava fadada a cada vez ser mais diminuída, dificultando a tarefa do comissário de controlar os pontos extremos do processo produtivo e de conceder financiamento à lavoura. Em contrapartida, os fazendeiros, premidos pelas dificuldades advindas da crise da economia escravista cafeeira, passavam a exigir maiores adiantamentos aos seus comissários.

²⁵ João Manoel Cardoso de Mello, ao caracterizar a economia escravista cafeeira como capitalista, partiu da justificativa de que o capital comercial ao estabelecer a empresa cafeeira invadiu a órbita da produção, indo muito além do simples domínio direto da produção e subordinando formalmente o trabalho ao capital (Pág. 35). Argumenta ainda esse autor que seria o comissário de café o elemento responsável por todo esse processo (Pág. 48). Nesse sentido, o comissário se constituiria num agente do capitalismo.

Várias observações podem ser feitas a esse respeito. Em primeiro lugar, Marx, referindo-se às condições nas quais se observa uma subordinação formal do trabalho ao capital, explícita que somente quando o escravo deixa de ser um instrumento de produção pertencente ao seu senhor para transformar-se num trabalhador assalariado do ex-escravocrata é que temos a ocorrência desse fenômeno. (MARX, K. *El Capital*), Cap. VI, Inédito. Trad. Pedro Scaron, Buenos Aires, Ediciones Signos, 1971. Pág. 1.

Por outro lado, o próprio estudo empírico da atuação do comissário não nos permite vê-lo como um representante da ordem capitalista em expansão. Na verdade, o controle da produção pelo capital mercantil através do comissário justificava-se como forma de permitir a exploração comercial. Apud: FERREIRA, Op. Cit. Pág. 57.

Sofrendo com a desvalorização de suas propriedades, contando cada vez menos com a garantia dos escravos para obter hipotecas, os problemas dos senhores escravistas de café agravavam-se continuamente, o que os levava a aumentar suas exigências face aos comissários.

Contudo, tornava-se cada vez mais difícil para o comissário atender a seus clientes, já que seu próprio capital se via diminuído e os bancos, temendo arriscar seus recursos, passavam a revestir a concessão de empréstimos ou de desconto de títulos de maiores quantias. Assim, a situação do comissário começou a deteriorar-se; os bancos fechavam-lhes as portas e os fazendeiros, por não obterem mais adiantamentos, afastavam-se dos seus aliados, na maioria das vezes sem saldar seus antigos compromissos.²⁶

Mediante tantas pressões financeiras, os comissários faziam repetidos apelos aos seus comitentes: “...Aos melhores fazendeiros que precisam de dinheiro, tenham paciência, não sobrecarreguem seus comissários, por enquanto. Saquem somente o que for absolutamente indispensável, mandando ao mesmo tempo o café equivalente ... Sacar a vista e sempre a vista, exigir dos comissários novos e repetidos sacrifícios sem mandar café é realmente um abuso e um perigo. Os comissários não têm moinho de moer dinheiro, nem os bancos têm obrigação de acompanhar em suas imprudências os que quiserem exceder os recursos habituais.”²⁷

Paralelamente, os registros de contratos da Junta Comercial do Rio de Janeiro demonstram uma preocupação,

²⁶ **ARTHUR**, Guimarães. O comissário como banqueiro de café no interior. In: *O café no Segundo Centenário da sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1932. V. 01, Pág. 461.

²⁷ A Baixa do café. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 de maio, 1881, Pág. 04. Apud: **FERREIRA**, Op. Cit. Pág. 63.

por parte dos comissários, em estabelecer cláusulas que limitassem ou proibissem adiantamentos à lavoura.

A partir de 1879, a firma Miranda Jordão e Cia., uma das mais tradicionais comissárias de café, começou a propor limites para adiantamentos e, em 1892, estabeleceu como cláusula em seu contrato: “A sociedade não deverá como regra geral fazer adiantamentos a seus comitentes procurará restringi-los ao mais possível. Em todo caso não poderá adiantar a qualquer comitente quantia superior a dez contos de réis”.²⁸

Tal atitude foi seguida por inúmeras outras firmas, em maior ou menor escala: Henrique Costa Reis e Cia, Câmara, Cunha e Bastos, Correa da Silva, Joppert Furquim e outros. Henrique Costa Reis estabeleceu em seu contrato:

“Não serão feitos adiantamentos aos comitentes da casa, senão modestas quantias somente àqueles que ofereçam necessárias garantias”.²⁹

Esse estado de coisas atingiu um clímax com a extinção do trabalho escravo, na medida em que se eliminou a principal garantia – os escravos – para a concessão de créditos à lavoura do Vale do Paraíba. Isto impediu o retorno dos capitais concedidos anteriormente, o que sem dúvida provocou enormes prejuízos e levou à ruína grandes firmas de capital e crédito.³⁰ Nesse sentido, todos os comissários eram unânimes

²⁸ A. N. Rio de Janeiro. Livros de Registros de Contratos de Firmas da Junta Comercial, Rio de Janeiro. 1892, 1. 260, reg. 36.914 (manuscrito) Apud: FERREIRA, Op. Cit. Pág. 63.

²⁹ A. N. Rio de Janeiro. Livros de Registros de Contratos de Firmas da Junta Comercial, Rio de Janeiro. 1886, 1. 900, reg. 29.948 (manuscrito) Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

³⁰ JORDÃO. Op. Cit. Pág. 399.

em identificar a Abolição e a Proclamação da República como os principais responsáveis pelo seu enfraquecimento.³¹

Na realidade, esse tipo de posição se vincula muito à concepção tradicional de que a Abolição teria sido a causadora da crise do Vale do Paraíba e a responsável pela queda da monarquia. Contudo, esses dois eventos nada mais foram do que reflexos, ao nível institucional, das transformações econômicas e sociais ocorridas no país na segunda metade do século XIX. Em verdade, as dificuldades que atingiam os senhores escravistas do vale do Paraíba e os seus respectivos comissários foram anteriores a esses eventos, mas sem dúvida eles atuaram aprofundando ao máximo essas dificuldades. Pode-se dizer ainda que a Abolição, abalando os grupos escravocratas que tradicionalmente serviam de suporte ao trono, antecipou a queda do Império.³²

É preciso notar também que Abolição afetou apenas os setores que se mantinham apegados ao trabalho escravo e estes, na década de 80, constituíram a parcela menos dinâmica do país, pois os setores mais progressistas, ligados às forças em expansão, já se preparavam para a utilização do trabalho livre.³³

Os comissários do café, plenamente identificados com a ordem escravista imperial, sempre se comportaram de forma a preservar a dita ordem e não de transformá-la. Ligados aos cafeicultores, e sendo em muitos casos os próprios, teriam de sofrer, sem dúvida, com as mudanças em curso na sociedade.

³¹ JOPPERT, O. F. O Segundo Centenário do Café, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1927. Edição Comemorativa do Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 5ª seção, Pág. 03.

³² COSTA. *Op. Cit.* Pág. 297.

³³ COSTA. *Op. Cit.* Pág. 298.

Formas Alternativas de Enfrentar a Crise – Os Órgãos de Atuação Política dos Comissários.

O primeiro passo dado nesse sentido constitui-se na elaboração de um programa inicial, que, em acordo com o Ministro da Agricultura, estabeleceu critérios e incentivos para impulsionar a industrialização voltada para a economia do setor agrário.

Todos os anos, durante o mês de outubro ou novembro aconteceriam no Rio de Janeiro uma exposição geral de café brasileiro, compreendendo as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, onde o governo imperial cederá o transporte gratuito e outros fatores a todos os produtos destinados à exposição. As companhias de estrada de ferro venderão as passagens a preços reduzidos às pessoas que desejarem visitar a exposição.³⁴

Seriam expostos anexadas a exposição de café, uma exposição de desenhos de modelos e máquinas agrícolas e aconteceriam simultaneamente conferências sobre questões econômicas relativas ao café.³⁵

Após cada exposição anual, as amostras expostas serão divididas por séries e enviadas para a Europa e América do Norte a fim de serem expostas com o apoio dos cônsules brasileiros.³⁶

O projeto apresentado nos mostra claramente que a maior preocupação do centro recaiu, nessa primeira etapa, sobre o papel das exposições de café como meio de atenuar a crise da lavoura cafeeira. O sentido dessa medida visava fazer propaganda do nosso produto a fim de obter uma elevação dos

³⁴ Centro da Lavoura e do Comércio. *Le café du Brésil na Palais Industriel; Concours Agricole, Paris, 1883*, Pág. 61. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

³⁵ Idem

³⁶ Idem

seus preços. Na concepção do Centro, a baixa do café brasileiro era fruto da ausência de uma propaganda organizada “que tivesse por fim, não só restaurar o crédito do nosso produto nos mercados onde de ordinário é vendido com falsa declaração de procedência, ma a um tempo alargar a área de consumo por meio de esforços apropriados e abrir-lhes novos mercados, em algum dos quais o café nunca penetrou, e em outros não logrou ainda ocupar o lugar que tem direito”.³⁷

Além desse caráter propagandista, as exposições possuíam ainda outras justificativas. A possibilidade de serem apresentadas diversas amostras da produção nacional e estrangeira permitiria a comparação dos inúmeros tipos e qualidades de café, e uma avaliação do progresso da cafeicultura. Assim as exposições justificavam-se também como incentivos para melhorar a cultura cafeeira.³⁸

Em 1882, o Centro da Lavoura e do Comércio (C. L. C.), mobilizou seus membros e elementos afins, com o objetivo de elaborar um novo plano geral de ação. Nessas circunstâncias, estabeleceu-se as principais questões que passariam a nortear a linha de ação do C.L.C., que foram as tarifas de Estrada de Ferro, Redução de direitos de exportação para os produtos agrícolas do país, Tratados de comércio com países que interessassem ao Brasil, prêmios de animação à agricultura e propaganda dos respectivos produtos, meios práticos de promover a imigração estrangeira, reforma da lei hipotecária e penhor mercantil de produtos e valores agrícolas.³⁹

³⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas. Relatório. 19/01/1882, Pág. 74. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

³⁸ Exposição de Café. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1881, Pág. 01. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

³⁹ Centro da Lavoura e do Comércio. *Jornal do Comércio*, 12 abril, 1882, Pág. 01. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

Uma primeira observação do programa apresentado faz perceber que quatro dentre os sete tópicos estão vinculados a uma proposta de melhorar as condições de comercialização do produto. Vejamos em especial as Tarifas da Estrada de Ferro.

Dentre as várias idéias defendidas pelo Centro, uma das mais bem aceitas na questão auxílio à lavoura era a revisão das tarifas ferroviárias. O objetivo de tal medida visava baratear o transporte dos produtos agrícolas, principalmente daqueles que tivessem de percorrer grandes distâncias. Alegava-se que o alto custo do frete reduzia os lucros do produtor, a ponto de não tornar compensatório o trabalho. O Barão de Rio Bonito afirmava que a lavoura cafeeira estava gravada de tal sorte de despesas que o transporte de Ubá à Corte chegava ao mercado acrescido de mais de 70% do seu valor.⁴⁰

Nessas circunstâncias, os membros do C. L. C. aprovaram as seguintes decisões e as encaminharam ao Legislativo.

1. “Entende a assembléia que uma parte da indústria agrícola ameaçada em sua existência, carece da redução dos preços de transporte de seus produtos, como elemento de sustentação de sua existência.

2. Entende a Assembléia que muitos produtos agrícolas de grande consumo no país que não suportam as taxas atuais de transporte pelas vias férreas, devem ser animadas em sua produção e distribuição por meio de uma tarifa especial e modicíssima”.⁴¹

Num momento em que os custos da produção cafeeira se elevavam devido ao encarecimento da mão-de-obra e ao desgaste dos solos, a tentativa para obter a diminuição dos

⁴⁰ Centro da Lavoura e do Comércio. *Jornal do Comércio*, 15 novembro, 1881, Pág. 01. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

⁴¹ Centro da Lavoura e do Comércio. *Jornal do Comércio*, 16 abril, 1882, Pág. 06. Apud: FERREIRA. Op. Cit. Pág. 64.

fretes apresentava-se como uma alternativa para compensar as perdas sofridas.

Bibliografia

ARTHUR, Guimarães. O comissário como banqueiro de café no interior. In: *O café no Segundo Centenário da sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1932. V. 01.

FERREIRA, Marieta. *A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro*. UFF, 1977. Dissertação de Mestrado em História.

GUIMARÃES, Arthur. O Comissário como Banqueiro do Produtor de Café no Interior. In: *O Café no Segundo Centenário de Sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1934.

JORDÃO, Carlos Augusto Miranda. A ação do comissário no comércio do café. In: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1934, Vol. 01.

LACERDA WERNECK, André P. *Auxílios à lavoura pela mobilização territorial e agrícola*. Rio de Janeiro: Typographia da Empresa Democrática, 1886.

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. *Revisando a “transição para o trabalho livre”*: a experiência dos africanos livres. P. 391 IN: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII - XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. *Império do Café: a grande lavoura do Brasil, 1850 a 1890*. São Paulo: Atual, 1990. Série História em documentos.

MARTINS, Ismênia Lima. *Os problemas de mão-de-obra da grande lavoura fluminense: O tráfico intraprovincial. (1850 - 1878)*. Trabalho apresentado ao Ciclo de Estudos Fluminenses, Niterói: s. d.

SANTOS, Horácio A. *Breves considerações sobre nosso café*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger e Filhos, 1881.

SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo> Ed. Alfa - Omega, 1976.

VALVERDE, Orlando. *A Fazenda de café Escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio. Instituto Brasileiro do Café, 1973.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1974.

SANT'ANNA, Sônia. *Barões e Escravos do Café: Uma história privada do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Tuberculose em Nova Friburgo: Uma Breve Perspectiva Histórica

Cristina Leite Garcez¹

Univeridade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho visa percorrer os caminhos históricos da tuberculose, partindo inicialmente de um âmbito global para, posteriormente, chegar ao regional. Neste caso será contextualizado o tema dentro do “universo” social da cidade de Nova Friburgo, interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo central é possibilitar a compreensão sobre as formas pelas quais os doentes com tuberculose foram tratados, tendo como principal foco a perspectiva histórica do problema. A análise se pautará em uma revisão de literatura sobre o assunto, além de contar com pesquisa realizada a partir de jornais que circulavam no município friburguense em fins do século XIX e primeira metade do XX. Alguns destes jornais foram digitalizados e outros não, porém ambos foram mantidos pela Fundação João VI (mantenedora de um acervo documental expressivo na cidade). A ideia é perceber de que forma os debates e convívios com pacientes com TB se processaram no município em questão.

Palavras – chave: Tuberculose, Nova Friburgo, Perspectiva histórica.

Resumen

Este trabajo pretende recorrer los caminos históricos de la tuberculosis, partiendo inicialmente de un ámbito

¹ Mestranda em História Política pelo PPGH- UERJ

global y posteriormente alcanzando el nivel regional. En este caso, el tema será contextualizado dentro del “universo” social de la ciudad de Nova Friburgo, en el interior del Estado de Río de Janeiro. El objetivo central es posibilitar la comprensión de las formas en que se trató a los pacientes tuberculosos, teniendo como foco principal la perspectiva histórica del problema. El análisis se basará en una revisión de la literatura sobre el tema, además de apoyarse en investigaciones realizadas con periódicos que circularon en la ciudad de Friburgo a finales del siglo XIX y primera mitad del XX. Algunos de estos periódicos fueron digitalizados y otros no, pero ambos fueron mantenidos por la Fundación João VI (que mantiene un importante fondo documental en la ciudad). La idea es comprender cómo se produjeron los debates y las interacciones con los pacientes con tuberculosis en el municipio en cuestión. Palabras clave: Tuberculosis, Nueva Friburgo, Perspectiva histórica.

Abstract:

The present work will seek to follow the historical paths of tuberculosis starting from a more global scope and, later, reaching the regional one, which in this case will be the contextualization of the theme within the social "universe" of the city of Nova Friburgo, in the interior of the State of Rio de Janeiro. The main objective is to make it possible to understand the ways in which tuberculosis patients were treated, with the main focus on the historical perspective of the problem. The analysis will be based on a literature review on the subject, in addition to relying on research carried out on newspapers that circulated in the city of Fribourg at the end of the 19th century and first half of the 20th century, some digitized, others not, but both maintained by the Fundação João VI (keeper of an expressive documentary collection in the city). The idea

is to understand how the debates and interactions with TB patients took place in the municipality in question.

Keywords: Tuberculosis, Nova Friburgo, Historical perspective

1- A tuberculose e um breve panorama histórico da doença

Tísica ou tuberculose. Ambas denominações tratam da doença que afeta os pulmões, ocasionada pela bactéria *Mycobacterium Tuberculosis*, e que possui um alto grau de contágio, visto que o ente infeccioso se espalha no ar quando alguém contaminado tosse, fala, cospe ou espirra. É muito comum a percepção de que tal enfermidade reside apenas no passado, como se fosse praticamente impossível que alguém morra tuberculoso nos dias de hoje. Entretanto, a tuberculose ainda assola milhares de pessoas no mundo. Por vezes, a detecção do problema é dificultada, pois não há apresentação imediata dos sintomas, caindo doentes apenas quando o sistema imunológico sofre uma queda.

A tuberculose é ainda uma triste realidade. É estimado que “em 2019, no mundo, cerca de dez milhões de pessoas desenvolveram TB e 1,2 milhão morreram devido à doença” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 11). Concentrando a análise no Brasil, é possível perceber que houve considerável crescimento dos casos de contaminação nos últimos anos, em especial a partir de 2016, podendo ser identificado que “os maiores coeficientes de incidência de TB (acima de 51 casos/100 mil hab.) são observados nos estados do Rio de Janeiro, Amazonas e Acre” (Idem, p. 14). É relevante ressaltar que, contudo, que os últimos dados levantados pelo Ministério da Saúde trazem a informação de que o quantitativo de doentes por TB voltou a ter leve decréscimo neste atual período

pandêmico. O panorama descrito nos revela que a tuberculose não é uma doença enterrada no passado. Suas origens históricas podem, inclusive, nos revelar diversas perspectivas, sobretudo a partir de aspectos sociais que a circundam. Dentro do painel histórico, os males epidêmicos podem ser traduzidos como fenômenos engendrados no grande mecanismo que são as sociedades, revelando, desta forma, seus meandros e suas estruturas. Uma epidemia possui o potencial de evidenciar diversas questões histórico-sociais, como por exemplo as relações de poder. E a partir da construção de memórias e identificação de dados sobre as doenças, torna-se possível preenchermos lacunas que tanto nos trazem a percepção quanto a compreensão de todo um alinhado histórico que chega até nós.

A enfermidade atravessou os tempos, passando pelos gregos, pela medievalidade, modernidade chegando aos dias atuais. Várias foram as explicações – até mesmo de natureza religiosa -, as possíveis soluções e as escolas de tratamento. Hipócrates na Grécia da era clássica, considerado o pai da medicina, desenvolveu muitos de seus entendimentos acerca dos problemas que acometiam o corpo humano a partir do pressuposto de que era necessário distanciar o olhar sobre os males físicos do universo religioso e místico. Dentro desta perspectiva, o pensador acabou observando diversas doenças que presenciava em seu tempo, incluindo a tuberculose. Apesar de os gregos confundirem muitas vezes os sintomas físicos com outras patologias, não há como não evidenciar a relevância dos estudos e pontuações realizadas pela *escola hipocrática*² para

² Perspectiva médica inaugurada na Grécia Antiga por volta dos séculos V e IV a.C, na qual a forma de encarar o tratamento e cura para doenças refugava o mágico. A personalidade central desta “escola” foi Hipócrates que via na medicina um caminho de ir do diagnóstico ao prognóstico, buscando sempre se ater aos fatos.

os períodos posteriores, visto que fazem parte de toda uma construção histórica na área medicinal e que, por consequência, p Todavia, foi ao fim da modernidade e despertar da era contemporânea, a partir dos novos tempos industriais e o florescer de uma mentalidade herdeira do renascimento, que o olhar sobre o mal dos pulmões começa a tomar novos contornos. Até então, grande parte das medidas curativas da TB ainda possuíam grandes ligações com a escola grega de Hipócrates. Mais ao fim do século XVIII algumas mudanças começaram a ser percebidas no trato da doença, como a questão do clima, que já era vista como parte do tratamento contra a moléstia.

Na virada dos setecentos para os oitocentos, a percepção passou a ser de que os ares mais amenos das áreas rurais, associados a uma boa alimentação e repouso, eram fundamentais para uma melhora do doente tuberculoso, e não mais o clima seco. Em uma análise mais simples, é possível afirmar que a intenção, na realidade, era reforçar a imunidade do enfermo para que, assim, ele pudesse obter significativa evolução rumo a uma possível cura. Apesar das dúvidas ainda pairarem sobre a tísica, os avanços científicos ao longo do século XIX foram inúmeros, frutos de posturas racionalistas e da sensibilidade do ‘pensamento das luzes’. O mundo médico também teve, ao longo do século XIX, o acompanhamento de ideias higienistas. Entre as suas vertentes de pensamento estava a ideia de que o ambiente sujo e os “miasmas” que emanavam da terra geravam doenças. Esse pensamento teve forte influência no Brasil neste período, sendo um dos tradutores dessa corrente o médico José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). A relação que este estabelecia entre as doenças e a questão do clima e das águas era uma das bases de seu trabalho, identificando simultaneamente a necessidade de ser criar ambientes higiênicos para a prevenção de doenças.

Nesta direção, “a chamada “topografia médica” também entra nesta teoria médica, apontando que a saúde (ou falta dela) em uma população dependia das condições do solo e das águas, complementando as de temperatura e umidade” (FAURE, 2017, p. 18). A tuberculose, então, irá se encaixar no rol de doenças de que se desconhecia a origem, creditando-se, então, suas causas aos ambientes não propícios à saúde. As noções sobre como tratar e quais situações possibilitariam o surgimento da moléstia foram gradativamente passando por progressos, mesmo que em muitos casos de forma incerta e com questionamentos. Fato importante para ser adicionado no âmbito da medicina no início do século XIX foi o surgimento do hospital como o espaço correto para o tratamento dos males que acometiam os indivíduos. A tísica estava entre as enfermidades que mais matavam. Grande parte dos relatos literários, por exemplo, trazem histórias de doentes que, de alguma maneira, acabaram ficando eternizados por suas características melancólicas ou sensíveis. Possibilitou avanços na compreensão e no tratamento da TB.

Dentro do universo de pesquisa historiográfica existem diversas fontes que permitem ao sujeito que analisa, um amplo material para enxergar os fenômenos históricos. Exemplo desta afirmação é a literatura, cujas perspectivas autorais podem trazer elementos empíricos da realidade que se quer compreender. Dentro de uma análise mais objetiva é possível perceber que, ao trazermos para as doenças inúmeras interpretações, a consequência pode ser justamente o surgimento de estereótipos (romantizados, por vezes), fantasias e estigmatizações. Assim, as moléstias podem até mesmo virar um tabu, ou simplesmente imagens pejorativas no imaginário social. A busca por explicações para os males de saúde, em diversos momentos da história, levou o homem a procurar respostas sociais às patologias existentes, emergindo,

desta feita, questões como: “a origem da doença identificada nas condições ambientais; a fuga dos lugares infectados; a estigmatização e a busca de ‘bodes expiatórios’; recorrência às explicações religiosas, às práticas rituais, entre outros” (BRIGGS, 1958, pp. 03-05).

Durante bastante tempo nos meios romantizados dos oitocentos, a TB foi, de alguma maneira, percebida como uma das formas preferidas para se “dar um sentido à morte” (SONTAG, 2007, p. 03). Uma outra comparação feita à época era a de que a tísica era uma doença relacionada à paixão. As metáforas estavam impregnadas da “imagem do amor doente” (Idem, p. 07); o artista era consumido pela TB, assim como a paixão também trazia a consumação. Essa perspectiva sofreria fortes mudanças à medida em que avançavam as explicações acerca da doença. O nascer de uma mentalidade atrelada à geração médica higienista trouxe uma visão diferente sobre os *fimatosos*. As péssimas condições em que viviam milhares de trabalhadores, em especial nas capitais do Brasil, por exemplo, acabaram sendo alvo das medidas de controle social com fins de colocar um ponto final nos problemas referentes à saúde pública. A pobreza, consequência direta dos altos níveis de desigualdade social, tornava os operários vulneráveis a certos tipos de mazelas, a exemplo a tísica. Como destacou Gonçalves, “o estado corporal (magro, fraco, pálido, “tuberculoso”) denunciava uma condição social (de pobre, de descuidado)” (GONÇALVES, 2000, p. 30).

2- A tuberculose em Nova Friburgo: o clima, as duchas hidroterápicas e os sanatórios

Do período da romantização até o da estigmatização, os doentes tuberculosos durante muito tempo foram orientados a recorrer a certos métodos de tratamento. Uns vistos como fundamentais e bem aceitos pela comunidade médica, outros que, por vezes, eram contestados e debatidos. No primeiro caso está a indicação de deslocamento do paciente com TB para lugares de clima mais frio e ameno. Nova Friburgo, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, fica a uma altitude em relação ao nível do mar de 985 metros. Tal fato conferia a esta localidade um destino positivo para o tratamento da doença, sendo vista, assim, como “cidade salubre” (DUARTE, 2009, p. 69). Destarte, tal fato começou a atrair pessoas que procuravam os ares de montanha, tanto para cuidar de problemas, como a tísica, quanto para simplesmente fugir do clima quente durante o verão. O que rondava o imaginário social era que o clima montanhoso, por ser mais aprazível e aparentemente mais limpo, teria o poder de barrar os miasmas, funcionando como um “filtro” para aqueles que fugiam do calor, das doenças ou que apenas queriam contribuir para uma possível cura da TB.

Em 1837 já se tem a notícia de que existiam hospedarias na Vila de Nova Friburgo (o local ainda não havia sido elevado à categoria de cidade), para receber pessoas com a doença, como exemplifica o anúncio do *Jornal do Commercio* de 1837.

Faz-se ciente ao respeitável público, que na Villa de Nova Friburgo, ou Morro Queimado, se formou um estabelecimento de hospedaria para receber todas as pessoas que ali quiserem utilizar os bons ares, restabelecer sua saúde. O estabelecimento tem as necessárias proporções, mesmo para as famílias. A quem convier dirija-se na dita vila, à casa de Midilino Francisco de Oliveira (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1837, s.p.).

O anúncio exposto acima foi veiculado, inclusive, em mais algumas edições do Jornal. A umidade própria dos trópicos, segundo o médico francês José Francisco Sigud³, era considerada danosa à saúde, sendo capaz de produzir elementos tóxicos no solo e ocasionar, conforme acreditava-se à época, em inúmeras moléstias. “Porém, poderiam alcançar salubridade através da amenização dos efeitos de seu clima, a partir das medidas higienistas” (PROENÇA, 2017, p. 18). Nova Friburgo apresentava um clima arejado, bem ventilado, já que a altitude favorecia a existência desta realidade. O solo, por consequência, também era visto como saudável e livre do acúmulo de toxidades, fato que também proporcionava uma pureza nas águas.

Tais condições, na visão dos médicos do século XIX, contribuíam notoriamente para que os doentes tuberculosos pudessem conseguir uma melhora significativa em seu estado, ou talvez até mesmo a cura (mesmo esta última sendo mais difícil). Não apenas Friburgo foi vislumbrada como local para tais fins, mas também outras cidades na região Serrana do Estado do Rio e São Paulo. Os ares friburguenses eram identificados quase como um “sanatório natural” (PROENÇA, 2017, p. 19). Por conta disso, muitas famílias começaram a abrir suas casas para indivíduos tísicos. A construção da linha férrea, na segunda metade dos oitocentos, que ligava o município à Capital, contribuiu significativamente para que mais indivíduos viessem para cidade em busca de uma cura para TB, apesar de ser importante ressaltar que não apenas a “*peste branca*” era a moléstia que se procurava tratar no ambiente friburguense. Assim, a cidade passou gradativamente

³ Médico francês, era bacharel em Letras e iniciou seus estudos na *Faculté de Médecine de Montpellier* (França). Veio para o Brasil fugindo das guerras e perseguições bonapartistas, sendo, inclusive um dos fundadores do Jornal do Commercio citado nesta pesquisa.

a montar uma estrutura hoteleira interessante para o momento, passando a ser refúgio para inúmeras pessoas, como foi o caso do chefe de polícia da Capital durante o governo de Floriano Peixoto, Dr. Xavier da Silveira. O Jornal *A Capital* de 12 de janeiro de 1892 trouxe a pequena nota destacando que “o Sr. Dr. Xavier da Silveira, digno chefe da polícia desta capital, vae passar, *por motivo de saúde*, alguns dias em Nova Friburgo” (JORNAL A CAPITAL, 1892). Um outro personagem que despontou no cenário friburguense do XIX foi o médico Carlos Ébole, nascido em Nápoles em 1832. Após vir para o Brasil, acabou se tornando “médico de partido”, isto é, ele era contratado por câmaras municipais ou particulares para tratar os doentes. O uso da água como agente medicinal tornou a prática hidroterápica uma verdadeira “febre” naquele período. A administração de duchas e massagens no corpo do enfermo compunham as técnicas utilizadas por este procedimento. Nessa sequência, Anne Thereza Proença (2017) nos indica:

Este tratamento hidroterápico realiza-se sobre três pilares: utilização da água fria, provocação de suores e a preferência por um local montanhoso, para a realização das recomendadas caminhadas íngremes, de tempo frio e seco. Esta preferência acompanha o discurso higienista (...) outros métodos auxiliares, utilizados juntamente ao emprego das duchas, são o exercício muscular, massagem e o regime alimentar (PROENÇA, 2017, p. 01)

A descrição acima nos indica a associação da hidroterapia ao clima de montanha, e Friburgo era o local perfeito para tais práticas. Inúmeros doentes tísicos escolhiam o local em busca de melhoras em suas condições. Assim, Ébole e Dr. Fortunato Corrêa inauguram o Instituto Sanitário Hidroterápico, s.p.). A Marinha do Brasil também fez uso em Nova Friburgo das duchas terapêuticas situadas no espaço de Ébole. Em 1889 a

força militar instalou na cidade uma enfermaria que trataria de marujos doentes. A grande maioria que subia a Serra para se tratar tinha beribéri, embora este centro de cuidados tenha recebido muitos marinheiros com tísica. Com o fim do Instituto Sanitário, a Marinha buscou adquirir o espaço, mas sem sucesso, visto que a população local não apreciou tal empreitada.

Ao longo dos anos, a forma de se encarar o tratamento de doentes começou a passar por modificações e o olhar sobre o enfermo vinha se transformando ao longo do século XIX. A medicina que trabalhava com a percepção classificatória das doenças, isto é, com a categorização dos sintomas a partir apenas da lógica da observação médica das queixas dos pacientes, começa a ceder espaço a um novo panorama de análise sobre estes. Isto significa o surgimento de técnicas de estudos baseadas em forma mais contundente na anatomia humana, a fim de se localizar as lesões para se descobrir a razão das doenças. Essa perspectiva foi somada à percepção de que agentes externos deixavam os indivíduos vulneráveis e doentes. Desta forma, a medicina passou a ter o profissional da saúde trabalhando não apenas com o paciente e suas queixas, ou com a morte (no caso dos estudos anatômicos), mas também se dedicando a todo um corpo social. A partir daí surge a medicina das epidemias, por instância, na qual o controle social passa gradativamente a ser importante

Após a falência do Instituto Sanitário Hidroterápico de Carlos Ébole, a corporação tentou, sem sucesso, adquirir o imóvel para a criação de um sanatório. Porém, no início do século XX, apesar das tentativas de barrar esta empreitada, finalmente a cidade ganha um Sanatório Naval, sendo a aquisição concretizada pelo então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Alencar. A ideia nunca foi bem vista pela população, visto que a vinda destes marinheiros para o

município poderia trazer não apenas a perturbação da paz, mas também a disseminação da doença. Mas não poderia haver espaço melhor, pois Friburgo contava com o clima perfeito. Em “22 de março de 1910 a União adquiriu do Conde de Nova Friburgo uma propriedade localizada na cidade de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, que foi incorporada à Marinha, para instalação de um hospital de 2ª Classe, que seria o futuro Sanatório Naval” (FERREIRA, FRUTUOSO, 2016, p. 05).

À época, o presidente do país, Nilo Peçanha, veio ao dia da inauguração do novo espaço em junho de 1910. O sanatório mantido pela Marinha em Copacabana, na Capital do país, fora transferido para o antigo “barracão”, como era vulgarmente chamada a Casa de caça do Conde de Nova Friburgo. A propriedade abrangia uma área próxima a 200 alqueires. Havia um grupo ligado à figura política de Galdino do Valle Filho (político local e dono do periódico “A Paz” de considerável importância em Nova Friburgo) e uma forte empolgação com a empreitada da Marinha na cidade, pois acreditava-se que a economia do município ganharia forte fomento. O próprio Galdino era ligado politicamente ao presidente e as matérias do jornal acima citado traziam grandes elogios e demonstração de empolgação com o Sanatório. Em matéria impressa no dia 14 de agosto de 1910 no jornal “*A Paz*” anuncia este entusiasmo:

Estamos certos que o Sanatório Naval veio contribuir com um contingente considerável de engrandecimento de Friburgo (...). Por toda parte reina a ordem a higiene e um cunho acentuado de bem-estar e alegria nas fisionomias dos nossos disciplinados marinheiros (JORNAL A PAZ, 1910, p. 02).

A continuação da matéria traz a informação de que se encontravam naquele mês um total de 35 doentes com enfermidades várias, sendo apenas uma única ocorrência de falecimento, “o qual foi devido a tuberculose” (JORNAL A PAZ,

1910, p. 02). É claro que questões relacionadas à política e o poder da imprensa devem ser levadas em consideração. Não havia unanimidade de aceitação em relação ao Sanatório Naval na cidade. O que de fato interessa a este trabalho é a informação de que Nova Friburgo, ao longo dos anos, passou a ser destino para aqueles que queriam se tratar de problemas de saúde dos mais variados e, no início do século XX, a instalação de um Sanatório de responsabilidade da Marinha abriu a possibilidade para que marujos e demais oficiais tuberculosos conseguissem no ar das montanhas um local de tratamento.

No ano seguinte, em 1911, a Marinha começa a desenhar a ideia de abrir uma enfermaria dentro do espaço do Sanatório destinada exclusivamente aos marinheiros acometidos pelo bacilo de Koch. A ideia não agradou parte da população e o mal estar empreendido em torno da situação repercutiu no jornal *A Paz* de 13 de agosto de 1911, quando é transcrito na íntegra parte do discurso do dono do periódico, Galdino do Valle. Este acusou de segundas intenções um tal Sr Giffoni que havia solicitado, junto ao governo do Estado e da União, o impedimento da implantação da ala para tísicos no sanatório. O questionamento falava da falta de humanidade em não querer se permitir tal ação por parte da Marinha. De acordo com o periódico:

O Sr. Galdino do Valle: - Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Nova Friburgo aprovou, na última de suas sessões uma indicação solicitando a intervenção do Sr. Ex., o Sr. Presidente do Estado junto ao Governo da União, com o fim de impedir que o Ministério da Marinha coloque no Sanatório Naval daquela cidade uma enfermaria destinada aos marinheiros afetados da terrível moléstia – a tuberculose. (...) Tenho, entretanto, motivos para acreditar que ela visa segundas intenções (JORNAL A PAZ, 1911, p. 01).

Esse conflito de interesses nos revela que a vinda de tuberculosos para cidade não era algo tão bem recebido por todos. As visões romantizadas acerca daqueles acometidos pela moléstia não faziam mais parte do imaginário social. O pensamento médico via a tísica como um problema de saúde, no qual o enfermo precisava ser isolado por conta do grau de transmissão. Além deste fato, era muito comum a associação da doença a pessoas com vida desregrada, sem muita higiene. O medo da propagação da moléstia veio à superfície em vários momentos da história do Sanatório em Friburgo. Em 1920, o então prefeito da cidade, Gustavo Lyra da Silva, enviou ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul Veiga, um telegrama relatando que a chegada de uma leva de marinheiros com TB no município e isto colocaria a vida dos friburguenses em vulnerabilidade. O recado foi transcrito no jornal “Cidade de Friburgo” em 11 de janeiro daquele ano:

Doutor Raul Veiga – Presidente do Estado – Petrópolis – Solicito autorizada intervenção Vossa Excelência junto ao Ministro da Marinha contra a providencia internamento tuberculosos Sanatório Naval, situado montante cidade, importará grave risco população, afetando igualmente credito salubridade local. Saudações – Lyra” (JORNAL CIDADE DE FRIBURGO, 1920, p. 125).

Porém, a recepção de inúmeros marujos adoecidos no Sanatório Naval foi uma realidade que acabou se concretizando. A administração do espaço chegou a receber elogios em alguns periódicos, como por exemplo o jornal “Cidade de Friburgo”. Este trouxe em matéria do dia 02 de abril de 1916 elogiosas e eufóricas palavras sobre a vinda do Ministro da Marinha a Nova Friburgo. Este teria tido “a melhor impressão da visita ao Sanatório, sendo unânime o elogio ao Dr. Barros Palacio e officiaes pela ordem e limpeza encontrados no magnífico estabelecimento” (JORNAL CIDADE DE

FRIBURGO, 1916). Três meses depois, o mesmo jornal transcreve um relatório na íntegra do então diretor do Sanatório, o Dr. Bergamo Barros Palacio, elogiando Nova Friburgo pelo clima e localização, ou seja, distante de onde havia maiores concentrações urbanas, além de descrever o Sanatório como benéfico aos ânimos dos enfermos que ali se encontravam. Assim descrevia:

Sua influência estimulante exerce-se diretamente sobre as funções da respiração, às quais comunica uma amplidão e energia notáveis (...). Onde o ar puro, isento influências miasmáticas, e o edifício distanciados dos povoados (JORNAL CIDADE DE FRIBURGO, 1916, s.p.).

É possível notar neste relato a confirmação de que, para tratar doentes tísicos, a questão do clima e isolamento eram cruciais, indo ao encontro das concepções médicas para o tratamento de tuberculosos na época. No Sanatório, a exemplo de outros existentes na Europa e no Brasil, era comum a prática de atividades físicas e alimentação saudável. Grande parte do espaço que pertencia à Marinha era muito próximo da mata e com topografia interessante para caminhadas terapêuticas. Alguns anos mais tarde, foi construído no próprio terreno um anexo destinado à utilização das duchas hidroterápicas, ainda vistas como auxiliares durante o tratamento da TB. Em 1936, o Sanatório passa a atender exclusivamente pacientes tísicos, tornando-se um HT - Hospital de tuberculosos, encerrando suas atividades nesta área em 1966. O local onde a corporação se instalou era um bairro operário, fato que acabou não projetando em demasia certos alardes em relação aos doentes que ali se alojariam

Alguns anos mais tarde, foi construído no próprio terreno um anexo destinado à utilização das duchas hidroterápicas, ainda vistas como auxiliares durante o tratamento da TB. Em

1936, o Sanatório passa a atender exclusivamente pacientes tísicos, tornando-se um HT - Hospital de tuberculosos, encerrando suas atividades nesta área em 1966. O local onde a corporação se instalou era um bairro operário, fato que acabou não projetando em demasia certos alardes em relação aos doentes que ali se alojariam. Além do hospital da Marinha, Friburgo contaria com outro espaço com a mesma função: tratar pessoas tuberculosas. Em 1945, começam as notícias de que dentro em breve naquele ano seria inaugurado um novo Sanatório com o nome de Santa Teresinha. Este foi visto com bastante entusiasmo por parte da Imprensa local na época, pois iria solucionar um problema visto como muito sério na cidade: aonde ficariam os tuberculosos. O jornal A Voz da Serra de 3 de junho de 1945 trazia entre suas notícias a seguinte afirmação: “A hospedagem de tuberculosos em Friburgo é um problema grave e pode-se dizer até agora insolúvel” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1945, p. 01).

Este novo sanatório seria inaugurado em uma localidade distante da parte central da cidade, em um bairro chamado Catarcione. Entre os nomes dos diretores deste novo HT estava o do Dr. Amâncio Mario Azevedo, médico fisiologista e figura importante inclusive no meio político da cidade. A questão de ser mais afastado do que o próprio HT da Marinha parecia trazer certa “paz” para população que não enxergava com bons olhos a proximidade com tuberculosos. Assim, a sensação transmitida, pelo menos pela imprensa, era positiva, pois estaria “curando e separando, do seio da população os doentes de tuberculose” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1945, p. 01). Outra preocupação era referente aos segmentos que teriam acesso ao hospital. Esta inquietação foi apresentada no mesmo periódico próximo à data de inauguração do sanatório, afirmando que, apesar de ser uma “propriedade particular, não deixará, no entretanto, de atender aos indigentes, estando para

esse fim, pleiteando do Estado e da Municipalidade, uma subvenção” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1945, p. 04). A partir desta notícia é possível observar que o acesso ao tratamento por parte da classe social mais baixa não era fácil, fato que revela a natureza desigual do sistema.

Contudo, o maior exemplo friburguense da indesejada proximidade com doentes tísicos foi o caso do Sanatório do Parque Cascata, na zona norte do município. O hospital, caso tivesse se tornado realidade, estaria inserido em uma localidade mais próxima ao Centro e contando com uma vizinhança relativamente mais abastada. O prédio havia sido construído inicialmente para ser um hotel cassino, por iniciativa de outra figura conhecida à época em Nova Friburgo, Dr. Dermeval Barbosa Moreira⁴. O empreendimento acabou não se concluindo, visto que, em 30 de abril de 1946, foi assinado pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra o Decreto-Lei número 9.215 que proibia jogos de azar no país. A idealização e construção do prédio eram anteriores a esta Lei. Diante desta situação infortuna, o médico que havia se aventurado em um negócio fora do âmbito da medicina, resolveu procurar um novo destino ao prédio.

Dermeval, então, buscou junto ao corpo de médicos fisiologistas do IPASE⁵ uma solução para o espaço no Parque Cascata. O Instituto dava assistência aos servidores estaduais do Rio de Janeiro e encaminhava para cidades como Petrópolis e Nova Friburgo doentes tuberculosos para os sanatórios dali. A ideia seria, então, que através desta articulação, o Sanatório Bela Vista em Corrêas, em Petrópolis, que havia sido adquirido pelo IPASE em 1943, utilizasse o espaço do Parque Cascata para abrigar doentes tísicos. Entretanto, ao tomar ciência de

⁴ Médico de muito prestígio em Nova Friburgo até sua morte em 1974.

⁵ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

tais fatos, o alarde foi imenso entre alguns segmentos sociais friburguenses, a começar pelos moradores da área mais próxima do antigo hotel cassino. Estes chegaram a fazer abaixo-assinados contra a tratativa. Não apenas moradores levantaram a voz neste caso, como também autoridades da época, como o prefeito João Eugenio Muller e a imprensa local.

O jornal *A Voz da Serra* trazia, em algumas edições, o tema com tons de crítica. Na edição de 18 de maio de 1945 o periódico trouxe em destaque na primeira página uma entrevista com o Dr. Dermeval questionando-o sobre os rumores do HT no Parque Cascata. O médico procurou se defender de todas as acusações que estavam sendo feitas em relação a ele, buscando ao mesmo tempo defender a ideia do Sanatório. Segundo ele, o empreendimento seria positivo pois os doentes que chegassem não se hospedariam em pensões, evitando a “promiscuidade (...) que se tornaram verdadeiros focos de infecção” (*JORNAL A VOZ DA SERRA*, 1947, p. 107). Além disso, ainda afirmava que o hospital estava destinado “a repouso, convalescência e tratamento das afecções bronco-pulmonares tão somente” (*Idem*). Sua defesa procurava claramente amenizar a imagem negativa da TB, pois além de tais afirmações, Dermeval indicava que o HT não atenderia apenas ricos, mas também haveria uma ala para pessoas menos favorecidas.

A grande questão é que o Sanatório do Parque Cascata não se concretizou. As elites encontravam-se muito arredias em relação à empreitada e os estigmas criados em torno da doença mais uma vez se mostraram fortes, sobretudo por se tratar de algo muito próximo ao olhar da sociedade mais favorecida. Inclusive, é curioso notar o uso do termo “promiscuidade” pelo próprio médico durante sua entrevista ao periódico citado acima. A palavra em si já traz, por parte do próprio defensor do

Sanatório, um tom um tanto preconceituoso, inerente à perspectiva que se tinha sobre os doentes da *peste branca*.

O caso deste Sanatório repercutiu de tal maneira que foi montada uma comissão médica cujos nomes estavam ligados ao meio político da cidade para uma avaliação do tema. Foram levantadas hipóteses de que o espaço poderia poluir as águas da cidade, visto que sua localização era um pouco mais acima da parte mais urbanizada. A manchete do Jornal a Voz da Serra de 25/05/1947 trazia o seguinte título: “A palavra da sociedade de medicina e cirurgia. A reposta da instalação do Sanatório Parque Cascata” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1947, p. 01), abordando, na sequência, que os médicos “Dr. Salim Lopes (presidente), Dr. Hélio de Araújo Maia (relator), Dr. Silvio Braune, Dr. Silva Araújo, Dr. Francisco de Moraes Holanda, Dr. Amâncio de Azevedo e Dr. Ademar Araujo” (Idem) seriam os responsáveis pela análise do caso. O parecer final deste grupo foi favorável à instalação do referido Sanatório, contando que todas as medidas profiláticas deveriam ser adotadas.

Entretanto, de nada adiantou este parecer. As forças contrárias ao empreendimento pesaram de maneira significativa e no mês de junho daquele ano, o A Voz da Serra trouxe na edição de 22 de junho de 1947 que o então Governador do Estado Rio de Janeiro havia decretado a proibição da “instalação de hospitais nas zonas urbanas das cidades” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1947, p. 112). A visão que se tinha era a de que um sanatório para tísicos bem próximo às áreas urbanas seria, na perspectiva de Jamil El-Jaick⁶, “um entrave ao progresso da cidade” (JORNAL A VOZ DA SERRA, 1947, p. 106). Este último personagem era um dos organizadores da área do Parque Cascata (da área residencial), além de estar entre aqueles que moveram uma ação contra a

⁶ Professor e intelectual friburguense do século XX.

Empresa Grandes Hotéis Ltda – sociedade responsável pelo empreendimento que tinha a frente o médico Dermeval -, no sentido de barrar a instalação do HT.

Além do mais, Nova Friburgo recebeu no século XIX levas de imigrantes europeus, em especial suíços e alemães. Havia em curso no município um projeto “civilizador” que enxergava que os rumos do progresso friburguense estavam atrelados à industrialização, à disciplina e ao controle da classe trabalhadora – metas típicas das ideias da “ordem e do progresso” positivistas. A construção de um passado branco e promissor, livre da ordem negativa da escravidão, procurou se fundamentar justamente nos aspectos de “civilizados, do povo helvético⁷”, como por exemplo “o amor ao trabalho, a disciplina, à livre iniciativa” (COSTA, 2018, P. 40). Este projeto ficou conhecido posteriormente em trabalhos historiográficos de grande importância na região, como o “o mito da suíça brasileira”. Se torna fácil correlacionar a ideia de que para uma cidade, cujas elites buscavam um alvo de progresso baseado em elementos da prosperidade liberal, civilizada e sadia, o fato de uma possível associação do município como sede de hospitais para tuberculosos, em nada contribuía para o sucesso de tal objetivo. Todavia, os anos 20 trouxeram a conquista da vacina BCG e ao longo da década de 1950 percebemos grandes avanços na descoberta de antibióticos capazes de possibilitar a cura da doença. À medida que o remédio contra a TB foi sendo introduzido e seu uso gradativamente ampliado no país, os sanatórios começaram cessar suas atividades, como foi o exemplo da Sanatório Naval e Santa Terezinha em Nova Friburgo.

⁷ Relativo ou pertencente à Helvécia, antiga região da Europa, habitada pelos helvécios, povo gaulês, correspondendo, atualmente, à Suíça

3- Considerações finais

A tuberculose acompanha a humanidade por séculos. Adquirindo inúmeros nomes ao longo dos tempos, foi responsável pela morte de milhares de pessoas ao longo da história. As indagações a respeito de suas causas e possíveis curas atravessaram a linha do tempo dos homens, impulsionando buscas por conhecimento sobre a doença. A OMS, hoje, possui como meta reduzir drasticamente o número de mortos e infectados pela TB até 2035, delineando uma estratégia que “prevê o estabelecimento de três pilares, sendo o primeiro voltado para a atenção ao paciente, o segundo para o componente social e o terceiro para a pesquisa e inovação”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 30). Romantização, estigma, isolamento e preconceito são palavras que rondaram a realidade dos doentes tuberculosos durante séculos a fio. O olhar dentro de uma perspectiva regional sobre o problema de saúde tratado nesta pesquisa permite que haja uma apresentação de maior nitidez sobre o assunto, evidenciando traços das relações sociais inerentes ao lidar com pacientes tuberculosos ao longo da história, como uma espécie de lente de aumento por sobre características históricas que, por vezes, parecem distantes de nós. Nova Friburgo, como explicitado, experimentou a existência da moléstia, convivendo com uma dura realidade epidêmica. Destarte, o objetivo deste estudo foi ressaltar parte da história de doentes tuberculosos, partindo de uma breve análise mais geral, chegando, então, ao nível regional e fazendo, assim, emergir atores e circunstâncias por vezes negligenciados.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Janaína. A imigração alemã e seu legado. História e Memória. A voz da Serra, 2021. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/imigracao-alema-e-seu-legado>> acesso em 21/12/2021

BRASIL. Brasil Livre da Tuberculose: Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRIGGS, Asa. “Cholera and Society in 19th Century”, Past and Present, 19, 1961.

BROUSSAIS, F. J. V. De l'irritation et de la folie, Paris, Ed. 1839, T. I, p. 3.

CHEVALIER, Luis. Le choléra: La première épidémie du XIXe siècle. Le Roche-sur-Yon: Impr. Centrale de l'ouest, 1958.

CONDE, M. B., SOUZA, G. M., KRITSKI, A. L. Tuberculose sem medo. São Paulo: Editora Atheneu. 1. ed. 2002. Disponível em: <https://redetb.org.br/historia-da-tuberculose/>. Acesso em 15/11/2021.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. Visões do Paraíso Capitalista. Editora Revan, 1. Ed. 2018.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges. História do corpo: da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FERREIA, Gláucia Regina Dantas. FRUTUOSO, Regis Augusto Maia. A tuberculose nos arquivos da perícia médica na Marinha do Brasil – histórico e atualidades. Arq. Bras. Med. Naval, Rio de Janeiro, 77 (1): 5-14, 2016.

FILHO, Claudio Bertolli. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950 Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, (Coleção Antropologia & Saúde), 2001.

FOUCAUT, Michel. O nascimento da Clínica. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, 1ª. Ed. Brasileira, Tradução: Roberto Machado, 1977

FRUTUOSO. Regis Augusto Maia. Hidroterapia na marinha do Brasil. Arquivo Brasileiro de Medicina Naval, 2014. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/> >

GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos Hist. cienc. saúde-Manguinhos, 7 (2), out. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300004>

JORNAL A CAPITAL. 12 de janeiro de 1892. Ano 1 N. 8 <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> acesso em 21/12/2021.

JORNAL A VOZ DA SERRA. 03/07/1945, Anno 1, n. 9, p. 1 – Fundação D. João VI. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> > Acesso em: 15/11/2021.

JORNAL A VOZ DA SERRA. 29 de julho de 1945, Anno 1, n. 17, p.1. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> > Acesso em 15/11/2021.

JORNAL A VOZ DA SERRA. 28/04/1945, Anno 1, No. 4, p. 4 – Fundação D. João VI. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> > Acesso em: 15/11/2021

JORNAL A VOZ DA SERRA. 18/05/1947, Anno3, n. 107. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> > Acesso em 15/11/2021.

JORNAL A VOZ DA SERRA. 22 de junho de 1947. Anno, n. 112. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> Acesso em 15/11/2021

JORNAL A VOZ DA SERRA. 11 de maio de 1947. Anno 3, n. 106. Acervo digitalizado. < <https://drive.google.com/drive/folders/1psjAndE-rpBSPZfU5PPI1GUd4cBWGKEH> > Acesso em 15/11/2021

JORNAL A PAZ. 14 /08/1910, Ano IV, p.2. Acesso: Fundação D. João VI, Nova Friburgo – acervo não digitalizado. Acesso em 10/10/2021.

JORNAL CIDADE DE FRIBURGO. 20/04/1916. Anno I, no. 30. Fundação D. João VI. Acervo digitalizado.

<<https://drive.google.com/drive/folders/1AE-3Hs9Z9E1fOQnD3uEft2fBu360z2WA> > Acesso em: 20/10/2021.

NETO, Coelho. Esphinge. Porto, Imprensa Moderna, 2. ed., 1920.

NOGUEIRA, J. M. R.; MIGUEL, L. F. S. Conceitos e Métodos para a Formação de Profissionais em Laboratórios de Saúde, vol. 4. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2010. [Em linha]. Disponível em <http://www.fiocruz.br/ioc/media/ConceitosMetodos_volume4.pdf> acesso em: 4/02/2017

PIRES, Joana da Cunha Vaz. Robert Koch (1843-1910). Percursos científicos de um bacteriologista. Universidade Fernando Pessoa Faculdade Ciências da Saúde Porto, 2017.

PROENÇA, Ane Thereza de Almeida. Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Éboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz Casa Oswaldo Cruz, 2017.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Ébole de Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880). (Dissertação de mestrado), curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017.

ROSEMBERG, José. Tuberculose – aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. Boletim de Pneumologia Sanitária, vol. 7, n. 2 – Jul/dez – 1999.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico Especial. Tuberculose. Número Especial | Tiragem: 1ª edição Mar. 2021.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. Casas de banho – mais que um lugar de limpeza do corpo, um espaço de sociabilidade nas territorialidades urbanas do Brasil e do mundo (1860-1930). XXIX Simpósio de História Nacional, UNB – Brasília, 2017.

SILVEIRA, Anny Jaqueline Torres. Epidemia: evento ou narrativa. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora / Aids e suas metáforas. Tradução: Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo, Companhia das letras, 2007.

VIEIRA, Ana Thereza Basílio. Reflexões sobre a recepção da medicina na obra de Plínio o velho Rónai. Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, v.7 n.1 – pp. 41-50 – UFJF– Juiz de Fora, 2019.

Los Procesos Migratorios en América Del Sur con Especial Referencia Al Ámbito Mercosur Y Estados Asociados

Un Panorama Actualizado

Cristina Retta

Introducción

América del Sur ha sido y continúa siendo, una región de origen, destino y tránsito de migrantes internacionales de diversas procedencias. No obstante, desde principios del siglo XXI, las migraciones internacionales en América del Sur presentan variaciones respecto de la dirección, intensidad y composición de los movimientos de población. Hoy encontramos flujos simultáneos de emigrantes, inmigrantes y refugiados o solicitantes de refugio dentro de dicho territorio.

Como datos a considerar tomando en cuenta la región Mercosur y Estados Asociados se señalan: la intensificación de los intercambios de población intrarregional; el crecimiento y diversificación de los países de origen y destino de la inmigración extra-regional y la persistencia de la emigración extra-regional. Entre el 2010 y el 2015 la migración de sudamericanos dentro de la región creció en un 11%. A su vez, el promedio regional de la inmigración es del 2,1% sobre el total de la población, mientras que el promedio regional de la emigración es del 5,4% sobre la población total.

Se mencionarán en primera instancia las principales bases institucionales que se fueron consolidando con el correr del nuevo siglo y su enfoque en relación a la cuestión migratoria. También se hará hincapié en los efectos que representó la irrupción de la pandemia de COVID-19 en el fenómeno migración, al igual que el aumento de los cruces irregulares de

migrantes extra regionales y sudamericanos y lo que ello significa en el campo de derechos humanos.

Por otra parte se analiza el alcance del otorgamiento de residencias (temporarias y permanentes) otorgadas en el marco del Acuerdo de Residencia del Mercosur (período 2009-2021) y su comparación con otras medidas de regularización para población extranjera cuyos países de origen no adhieren al mencionado acuerdo MERCOSUR (ejemplos: Visa de Responsabilidad Democrática en Chile -2018 -; o Portaria Interministerial N°9 en Brasil 2018-; Visa de Reunificación Familiar, Chile - 2018).

En atención a estos datos con foco en América Latina/Mercosur, podrá auspiciarse una reflexión crítica a nivel del Foro, que considere el impacto socio-cultural y económico de estos movimientos migratorios según las regiones. Se hará mención también a los efectos de la evolución del cambio climático y la emigración, aunque este tema requiere un tratamiento en profundidad que considere un enmarque global y no sólo continental.

Bases institucionales

La Conferencia Suramericana sobre Migraciones (CSM), ha acompañado los cambios de políticas migratorias en la región de los últimos 20 años e intenta profundizar las sinergias con el MERCOSUR, la Comunidad Andina de Naciones (CAN), la Conferencia Regional sobre

Migración y otros espacios regionales, al mismo tiempo que reitera su compromiso con la Agenda 2030 y con los Objetivos del Desarrollo Sostenible. Con ello se busca influir en la evolución del Pacto Mundial para una Migración, Segura,

Ordenada y Regular, y estar a tono con el Pacto Mundial sobre Refugiados.

Por otro lado, la Red Iberoamericana de Autoridades Migratorias (RIAM) fue creada en 2012 y se constituye como un espacio de intercambio de buenas prácticas y cooperación entre las autoridades migratorias que participan. Los países miembros son: Argentina, el Estado

Plurinacional de Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El

Salvador, España, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y la República Bolivariana de Venezuela. Los países asociados son Australia, Canadá, Estados Unidos y Reino Unido.

La RIAM tiene por objetivos el intercambio de información y capacitaciones, junto a la unificación de criterios y medidas respecto a delitos internacionales que afecten a personas migrantes, como la trata de personas y tráfico de migrantes y la falsificación de documentación, en la región según los marcos legales y normativas de cada país.

A su vez, el Proceso de Quito se originó en 2018 con miras a generar intercambio técnico, de información y de buenas prácticas en torno a la movilidad humana de los migrantes y refugiados venezolanos en América Latina y el Caribe. Sus declaraciones no son vinculantes y, está integrado por Argentina, Brasil, el Estado Plurinacional de Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Guyana, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana y Uruguay. Cuenta con un grupo de países amigos compuesto por Alemania, Canadá, España, Estados Unidos, Francia, Países Bajos, Italia, Reino Unido y Suiza.

El Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de Naciones Unidas (DAES) analizando la población migrante en América del Sur mediados de 2020, realizó como estimaciones

generales que existen tres patrones migratorios principales: la emigración de nacionales sudamericanos y sudamericanas fuera de la región, la inmigración intrarregional y la inmigración proveniente de otras regiones. Entre 2015 y 2020 hubo un aumento de 5,8 millones en el número total de emigrantes de origen sudamericano a nivel mundial, lo que implica un crecimiento del 49%.

Los países con mayor población emigrada fuera de sus territorios son, en primer lugar Venezuela, con 5,4 millones, seguida de Colombia con 3 millones, y en tercer lugar Brasil con casi 1,9 millones de emigrados y emigradas a mediados de 2020.¹ Según datos del DAES, el carácter intrarregional de la migración en América del Sur es del 79% y es de origen sudamericano. También ha aumentado el número de migrantes residentes en la región, tanto extra regionales como sudamericanos (período 2018- 2022), pasando de 6 millones a casi 11.

Los países con poblaciones extranjeras más importantes en términos cuantitativos son:

Argentina: 2.3 millones, Chile: 1,6 millones, Colombia: 1,9 millones y Perú: 1,2 millones.

Según cifras del DAES 2020, la población migrante en América Latina originaria de otras regiones representa el 21% de la migración total. Las principales nacionalidades son la española, la haitiana, la italiana, la portuguesa, la estadounidense, la china, la japonesa, la cubana y la dominicana.²

¹ ONU Migración: *Movimientos Migratorios Recientes en América del Sur. Informe Anual 2022. Foro Especializado Migratorio del MERCOSUR y Estados Asociados (FEM)*.

² *Ibidem*, pág.2

Población migrante y emigrante por país a mediados 2020 (Fuente: Elaborado en base a datos del DAES, 2020.)

	INMIGRACIÓN	EMIGRACIÓN
Argentina	2.271.728	1.076.148
Bolivia ³	164.121	927.244
Brasil	1.079 708	1.897.128
Chile	1.645 015	643.800
Colombia	1.905 393	3.024.273
Ecuador	784 787	1.127.891
Paraguay	169.567	896.484
Perú	1.224.519	1.519.635
Uruguay	108.267	367.060
Venezuela	1.324.193	5.415.337

Tendencias migratorias en épocas de excepción

La pandemia de COVID-19, con sus subsecuentes restricciones a la movilidad, sus consecuencias socioeconómicas y el estado de riesgo que implicó para la salud de las gentes, generó cambios en los patrones de movilidad humana, re- dinamizando los ya existentes y planteando nuevos desafíos en materia de gobernanza migratoria en la región. Pese a ello, entre 2020 y 2021, la migración de ciudadanos venezolanos a países sudamericanos se dio a un ritmo menor que en años previos pero de forma sostenida: en febrero 2020, se registraba en la región un total de 3,7 millones

de personas migrantes y refugiadas venezolanas y en 2021, eran 4,5 millones, lo que representa un aumento de un 20%.

En base a estos datos se desprende que la pandemia COVID-19 ralentizó de forma muy relativa estos flujos migratorios aunque sí implicó la necesidad compulsiva de las medidas preventivas pertinentes. Las medidas dispuestas por los gobiernos para preservar la salud de la población, se reflejaron tanto en los permisos de residencia otorgados como en los movimientos internacionales.

De acuerdo a los datos disponibles, Argentina, por ejemplo muestra una importante baja en el total de residencias temporarias y permanentes entregadas en 2020 con respecto al año 2019. En tanto que para Chile y Brasil, pese a manifestar caídas en los valores totales de residencias otorgadas, los valores siguieron siendo elevados en 2020 y para el siguiente año 2021, según las cifras disponibles, se observa un repunte en el número total de residencias, debiéndose a la flexibilización, a las restricciones de movilidad internacional. A su vez, las tendencias emergentes y aquellas redinamizadas por la pandemia, muestran que existen tránsitos irregulares desde América del Sur hacia el Norte del continente. Dichas irregularidades refieren a falta de documentación, cierre de fronteras y requisitos sanitarios.

Evolución interanual del total de residencias otorgadas para el período 2015-2021³ (Información proporcionada por las autoridades migratorias y Ministerios sudamericanos con jurisdicción en la temática, 2021.)

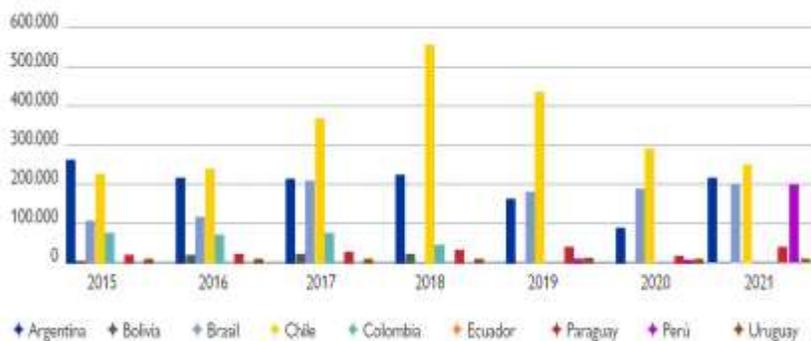
³ Para el año 2016 no se cuenta con información de Bolivia. Para 2019, 2020 y 2021 no se cuenta con información de Bolivia ni de Colombia. Los datos de 2021 de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay corresponden al año completo. Fuente: *Informe Anual 2022* antes citado, pág.3.



Tránsitos Irregulares de fronteras

Hay que considerar el incremento de los cruces irregulares por parte de migrantes extrarregionales y sudamericanos por la frontera entre Colombia y Panamá por la zona del Darién con el propósito de llegar a Norteamérica, lo que implica graves riesgos y amenazas para su integridad física y sus derechos humanos. Según cifras oficiales del Servicio de Migraciones de Panamá (SNM), en 2021 se registraron un total de 134.000 cruces irregulares. El 62% de los mismos fue de nacionalidad haitiana (muchas de estas personas habiendo residido de manera regular en países sudamericanos como Chile y Brasil); le siguen los cubanos con un 14%. También se registran nacionalidades sudamericanas (venezolana, colombiana, argentina) y de otros continentes como África (senegaleses y ghaneses) y Asia (india, uzbeka y bengalí). Las largas trayectorias implicadas en estos desplazamientos (muchas comenzando desde Chile y Brasil), representan fuertes riesgos para estos migrantes y refugiados dado el uso de redes de tráfico de migrantes y por las condiciones en las que estos viajes se realizan.

Evolución del total de residencias por país, período 2015-2021⁴
(Información proporcionada por las autoridades migratorias y Ministerios sudamericanos con jurisdicción en la temática, 2021.)



Principales nacionalidades receptoras de residencias por país, período 2015-2021⁵ (Información proporcionada por las

⁴ Fuente: *Informe Anual 2022: Movimientos Migratorios recientes en América del Sur*. Pág.4 Para el año 2016 no se cuenta con información de Bolivia. Para 2019, 2020 y 2021 no se cuenta con información de Bolivia ni de Colombia. Los datos de 2021 de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay corresponden al año completo.

⁵ Los datos de 2021 de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay corresponden al año completo. No se cuentan con datos desagregados por nacionalidad para el caso de Uruguay 2021. Fuente: *Informe Anual 2022: Movimientos Migratorios recientes en América del Sur*. Pág.4

autoridades migratorias y Ministerios sudamericanos con jurisdicción en la temática, 2021.)



Tendencias migratorias en la primera mitad 2023

Según el Informe de febrero 2023 de ONU Migración, no se evidencian grandes cambios respecto al Informe del año anterior citado reiteradamente en esta exposición. Así se expresa que:

“Los grandes movimientos migratorios del continente americano mostraron un incremento considerable durante el 2022 en comparación con años anteriores. La frontera terrestre entre Panamá y Colombia mostró un aumento interanual del 86% con un total de 248.284 entradas irregulares. El número de encuentros en la frontera Suroeste de Estados Unidos aumentó 27% (total 2.577.669) comparado con el 2021, con nacionalidades de suramericanas apareciendo por primera vez entre las nacionalidades principales. Los movimientos han

aumentado por la pandemia de COVID-19 y sus efectos económicos adversos, que han llevado a migrantes estancados y previamente residiendo en otros países del continente a realizar viajes peligrosos. Factores adicionales incluyen cambios reales y percibidos en las políticas, inseguridad alimentaria exacerbada, inestabilidad política y violencia en algunos países de origen y vulnerabilidades relacionadas a la degradación ambiental y desastres, entre otros. Los traficantes de personas se han aprovechado de esta situación para explotar a migrantes en movimiento.”

“De manera complementaria a los movimientos irregulares, la región también experimentó un incremento en los movimientos regulares entre algunos países. Por ejemplo, del 2021 al 2022 hubo un incremento de 22% en la cantidad de visas H2-B otorgadas a migrantes, para empleos no relacionados con agricultura. La cifra total pasó de 87.047 visas H2 –B a finales del 2021 a 106.016 para finales del 2022. Durante enero y febrero de 2023, 18.000 nacionales venezolanos, y 12.000 nacionales ecuatorianos ingresaron a Panamá, de manera regular, principalmente desde puntos de entrada aéreos.” “El inicio del 2023 también ha mantenido esa tendencia en la mayoría de fronteras excepto la estadounidense. Los venezolanos son quienes tienen un papel protagónico en los grandes movimientos de las Américas, impulsados por la compleja situación en su país de origen y en los países de tránsito. Otras nacionalidades relevantes en estos grandes movimientos durante el 2022 e inicios del 2023 han sido haitianos, cubanos, nicaragüenses y ecuatorianos en su ruta hacia América del Norte”.

“A enero del 2023 el 20% de las residencias registradas en Brasil correspondían a nacionales de la República Bolivariana de Venezuela. En Uruguay durante el 2022 se estima el mayor saldo migratorio en el último quinquenio, con un dominio importante de venezolanos. Paraguay y el Estado Plurinacional de Bolivia se han mostrado como países de tránsito hacia el Cono Sur, especialmente Chile. En Uruguay, Perú y Colombia los datos de entradas son mayores que los de salidas de migrantes, lo que puede indicar una

mayor tendencia a permanecer en esos países por más tiempo.”⁶

A modo de conclusión

Dada la precedente exposición basada en datos empíricos, ha quedado reseñada la complejidad que reviste este tema migratorio y las diversas aristas por las que el mismo puede ser abordado. Como dijimos en la introducción conviene discutir el impacto socio-cultural y económico que estos flujos migratorios traen aparejados según las diversas regiones y las diferentes medidas asumidas a nivel de los gobiernos para hacer frente a los mismos. Asimismo conviene sugerir en la discusión, formas viables de evaluar positivamente, estos cambios que se están viviendo en nuestras sociedades.

Como un elemento más para auspiciar los comentarios críticos de este Foro, proyectaremos un audiovisual corto realizado en 27.03.2021 en el marco de la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de la República Oriental del Uruguay (UDELAR): *Emigrantes en estado de excepción*.
<https://youtu.be/0Xn9CuAFdUY>

⁶ ONU Migración. Tendencias migratorias en las Américas. Febrero 2023. Pág. 2

O Contraponto à Representação Negativa da Vivência LGBTQIAPN+ na Mídia Através de RuPaul's Drag Race

Eduardo Bianchi¹

Felipe Giorgi Redivo²

Universidade Veiga de Almeida

Resumo

Nesse artigo aponta-se como a popularização do *reality show* RuPaul's Drag Race desempenha um papel relevante para a comunidade LGBTQIAPN+ no que tange os imaginários sociais na mídia *mainstream*. Foi observada a importância da projeção de vivências, experiências marginalizadas e que historicamente são destrutivas, mas que foram superadas pelos participantes do programa. As narrativas de superação são geradoras de esperança para membros da comunidade em meio as muitas representações estigmatizadas e estereotipadas da mesma. Evidencia-se, neste trabalho, como as performatividades de gênero desviantes ganham projeção e notoriedade por meio dos participantes do *reality show* e inspiram os diferentes públicos que passam a se identificar com as narrativas ou com as estéticas apresentadas.

¹ Doutor e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGCOM UERJ, graduado em jornalismo pela UERJ. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade – CAC UERJ. Professor na Universidade Veiga de Almeida – UVA – eduardo.bianchi.cs@gmail.com

² Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Veiga de Almeida – UVA - fgredivo@gmail.com

Palavras-Chave: LGBTQIAPN+; *Drag Queen*; representatividade; mídia; RuPaul's DragRace.

Resumen

En este artículo se señala cómo la popularización del reality show RuPaul's Drag Race desempeña un papel relevante para la comunidad LGBTQIAPN+ en cuanto a los imaginarios sociales en los medios de comunicación mainstream. Se ha observado la importancia de proyectar vivencias y experiencias marginadas que históricamente han sido destructivas, pero que han sido superadas por los participantes del programa. Las narrativas de superación generan esperanza para los miembros de la comunidad en medio de las muchas representaciones estigmatizadas y estereotipadas de la misma. Este trabajo evidencia cómo las performances de género desviadas adquieren proyección y notoriedad a través de los participantes del reality show e inspiran a diferentes públicos que comienzan a identificarse con las narrativas o estéticas presentadas.

Abstract

This article highlights the significance of the popularization of the reality show RuPaul's Drag Race for the LGBTQIAPN+ community regarding social imaginaries in mainstream media. It acknowledges the importance of projecting marginalized experiences that have historically been destructive but have been overcome by the show's participants. The narratives of overcoming adversity generate hope for community members amidst the numerous stigmatized and stereotypical representations they face. This work demonstrates how deviant gender performances gain visibility and prominence through the show's

participants, inspiring diverse audiences who begin to identify with the narratives or aesthetics presented.

Introdução

Quando se estuda a imagem da comunidade LGBTQIAPN+ no imaginário social, temos alguns pontos que aparecem com uma certa frequência. Indivíduos membros da comunidade, são regularmente lidos de formas negativas mais frequentes como pecaminosos, hereges, devassos e agressivos. Outras associações feitas à comunidade, como a feminilidade, são muito prejudiciais quando se entende que vivemos em uma sociedade patriarcal que enxerga o masculino acima do feminino com frequência. Estereótipos também dificultam muito a criação de identificação dos próprios membros da comunidade com ela mesmo, uma vez que, ao não seguir esses comportamentos, indivíduos LGBTQIAPN+ não compreendem seu lugar na comunidade e muitas vezes acreditam que esse lugar nem mesmo exista. Os estigmas que recaíam sobre a comunidade foram refletidos na mídia logo nas primeiras tentativas de representar essa parcela da sociedade na TV e no cinema, reforçando estereótipos e dificultando ainda mais uma leitura real e transparente do que era ser LGBTQIAPN+. Como citado a seguir:

A homossexualidade, o sujeito homossexual ou, como é mais comumente denominado na sociedade brasileira, o *gay* são ‘invenções’ do século XIX. Até então, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia, sendo um comportamento vergonhoso ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir (Souza e Pereira, 2012, p. 4)

Portanto, a relação social com o que entendemos hoje como homossexuais, data de poucas décadas atrás. Sendo assim, percebe-se que desde que a sociedade concebeu o primeiro “*gay*”, a mídia falada e escrita já ocupava um enorme espaço na influência individual das pessoas.

É importante que também sejam citadas as participações da Igreja Católica Romana e de suas vertentes religiosas na estigmatização do que é o ser homossexual no imaginário social. As Américas contam com 48,6% de todos os católicos batizados no mundo, fazendo com que a influência política, econômica e social do cristianismo seja forte no ocidente, como apresentado por Woods (2005).

O imaginário social vem sendo construído ao longo do processo histórico do “*pecaminização*” dos desviantes de gênero e seus estigmas consolidados pelo conservadorismo cristão, ao machismo e ao surto do HIV na década de 80, resultou na marginalização da comunidade LGBTQIAPN+ tanto na privação de ascensão econômica, como também, através da redução de espaço social e escassez nas representações midiáticas que trouxessem autoestima e esperança a membros da comunidade (Terto Jr., 2002). A associação dos atores sociais LGBTQIAPN+ com o vírus do HIV foi tão forte e se perpetuou por tantas décadas, que apenas no dia 08 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal brasileiro derrubou a restrição que proibia membros da comunidade de doarem sangue, depois de um julgamento que durou mais de 3 anos, de acordo com o portal G1³. Nesse mesmo ano, nota-se também um caso que tomou as redes

³ Fonte: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/19/apos-decisao-do-supremo-hemocentro-de-brasil-muda-protocolos-e-aceita-doacao-de-sangue-de-homens-lgbt.ghtml> Acessado em: 17/07/2023.

sociais abordando a relação dos homossexuais com o HIV, porém, dessa vez, com forte impacto negativo. A pastora de grande destaque no cenário musical Gospel, Ana Paula Valadão, em depoimento durante o evento “Congresso Diante do Trono”, do ano de 2016, disse: “A AIDS está aí para mostrar que a união sexual entre dois homens causa uma enfermidade que leva à morte”, sustentando uma associação direta do surgimento e perpetuação do vírus à comunidade LGBTQIAPN+. O caso tomou repercussão apenas 4 anos após seu ocorrido, motivando Ana Paula a bloquear todas as suas redes sociais devido a repercussão negativa, motivando também inúmeros membros e frentes de movimentos de defesa da comunidade a abrirem processos contra a pastora (Veja, 2020)⁴.

Os feitos da americanização

Nesse trabalho, foi escolhido iniciar o relato sobre a história LGBTQIAPN+ na mídia observando sua participação na teledramaturgia brasileira, pois o estudo é feito a respeito do território nacional, porém, é importante que seja estudada a americanização⁵ para que possamos conectar nossa história à influência contemporânea do *reality show* que está sendo analisado, *RuPaul’s Drag Race*.

Debates existem há décadas em relação a quanto a cultura vinda do país anglófono pode estar ocupando espaços demasiadamente grandes no cotidiano dos brasileiros a ponto de turvar para nós mesmos, nossas próprias culturas e raízes.

⁴ Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/pastora-ana-paula-valadao-culpa-homens-gays-por-aids/> Acessado em: 17/07/2023.

⁵ Termo usado para explicar a influência que os Estados Unidos possuem sobre a cultura de outros países.

A influência da americanização no povo brasileiro se torna ainda mais perceptiva quando se observa que indivíduos que, nem mesmo tiveram um contato direto com a língua inglesa, entendem palavras americanas e as usam para expressar aspectos de sua vivência brasileira (Marcondes, Buenos e Santos, 2017). Os estrangeirismos anglófonos estão tão enraizados na vivência nacional que, muitas vezes, não reparamos quando os reproduzimos, mostrando que as fronteiras entre nossa cultura e a do país norte americano estão cada vez menos nítidas. John D. Godinho (2001) exemplifica de forma concisa essa realidade: “Depois de um dia participando de um *workshop* com um *expert* em *top marketing*, quem não gosta de um *drink* na *happy hour* no seu bar preferido, mesmo tendo que enfrentar a hora do *rush*?” (John D. Godinho, 2001, p 15), mostrando a alta frequência do uso de palavras inglesas no vocabulário contemporâneo do brasileiro.

No momento em que inserimos tal vocabulário em nosso cotidiano, aos poucos, moldamos nossa vida para se alinhar com essas palavras, alterando comportamentos culturais brasileiros e os substituindo por comportamentos típicos norte-americanos (Marcondes, Bueno e Santos, 2017).

Principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, percebe-se um aumento significativo na importação de filmes, músicas e quadrinhos e no uso da língua inglesa na moda do brasileiro, enraizando ainda mais esses elementos no cotidiano nacional. É importante evidenciar que trocas culturais não são a origem do debate, e sim a sobreposição de uma cultura fruto de uma realidade distante da brasileira, sobre a cultura nacional (Marcondes, Bueno e Santos, 2017). Evidenciamos, todavia, que mesmo com a incorporação de

⁶ Destaque do autor

elementos culturais estrangeiros, há um processo de ressignificação, de resistência, de adaptação. O local resiste. Forças culturais e táticas buscam se evidenciar disputando espaço com narrativas verticalizadas pela indústria cultura massiva.

A razão para o efeito da americanização ter sido estudado nos últimos parágrafos é referente ao fato de que o objeto de estudo desse artigo, *Rupaul's Drag Race*, é um produto da indústria cultural Norte Americana, e tornou-se necessário o entendimento dos efeitos causados pelos produtos midiáticos de grande disseminação dos EUA, na cultura brasileira, para, então, contextualizar o conteúdo a seguir.

Drag Queens na mídia e o surgimento de RuPaul.

Seguindo o objetivo principal do estudo, traçar um histórico de representações nocivas à comunidade LGBTQIAPN+ e observar como o *RuPaul's Drag Race* interferiu nessa dinâmica, é muito importante que entendamos o surgimento também das *Drags* na mídia e a importância que tiveram e têm no que tange questões de gênero, moda, performance artística, feminilidade e militância.

O conhecimento sobre o surgimento das *Drag Queens* é impreciso e deixa as informações um pouco turvas, uma vez que existem inúmeras versões da origem dessa arte relatadas e aceitas por historiadores. “Desde a origem grega do teatro, o palco foi negado às mulheres e estas não podiam interpretar personagens nas montagens teatrais, mesmo que de figuras femininas. Isto aconteceu em diversos locais: desde a antiga

Grécia até em países do Oriente como Japão e Indonésia”, como citado por Reis e Ferreira (2017, p. 2).

Tais condições se deram até a indústria teatral, até o ano de 1674, quando o rei Carlos II emitiu um decreto permitindo a inclusão de mulheres nas peças, contudo, apenas no século XVIII encontra-se as primeiras associações dos termos *Drag Queens* com homossexuais (Reis e Freita, 2017).

Observando um recorte mais contemporâneo, a partir da década de 1960, as *Drags* começaram a ter uma participação mais forte na batalha por direitos LGBTQIAPN+ quando em 1969 ocorreu a famosa Rebelião de Stonewall⁷, conhecida como o primeiro momento de grande projeção das problemáticas acerca da LGBTQIAPNfobia e o surgimento do movimento organizado de luta pelos direitos da comunidade. Apesar da atenção da sociedade sobre os LGBTQIAPN+ ter recaído majoritariamente sobre os homens *gays*, foram mulheres transexuais, travestis e homens “montados”⁸ que protagonizaram o estopim da luta contra a homofobia e por direitos iguais (Almajás, 2015).

Desde então, o movimento *Drag* começou a construir socialmente seu teor de militância, apesar de ainda sofrer forte discriminação da própria comunidade. Ainda reproduzindo fortemente os conceitos patriarcais de superioridade masculina, muitos homens *gays* entendiam a aproximação do

⁷ Série de manifestações violentas de membros da comunidade LGBTQIAPN+ contra a invasão da polícia de Nova Iorque ao bar Stonewall Inn, em 28 de junho de 1969. O ocorrido é considerado o evento mais importante no movimento de luta pelos direitos LGBTQIAPN+. Hoje em dia, comemora-se mundialmente o dia do “Orgulho LGBTQIAPN+” neste dia.

⁸ Montação: Processo no qual, através de aplicação de maquiagem e figurino, incorpora-se uma persona “drag”.

masculino com aspectos, vestimentas e trejeitos afeminados, como um comportamento digno de repúdio e difamação. Existe, sobre os corpos LGBTQIAPN+, forças coercitivas, que buscam controlar, domar, limitar e determinar para enquadramento nos modelos padrões de normas historicamente construídas, tanto para o masculino quanto para o feminino, portanto, construindo as normativas de homem e mulher. São sistemas de controle que se apresentam no social, não apenas pelas instituições, mas também pelos atores sociais que estão enquadrados na normativa dos gêneros e não reconhecem a diversidade das existências e experiências humanas.

Para entender tal sistema de vigilância, controle e poder, recorreremos a Foucault (2011, 2012) quando o autor desdobra sobre genealogia, para nos dar margem para pensar outras formas de saber, de fazer e de agir no mundo em fuga e resistência dos sistemas de controle. Assim, o que se observa é o corpo com suas marcas e o que o constitui no mundo, lhe dando base para ver e reagir a ele. Dessa forma, construir a verdade da sua existência, desconstituindo a ideia do Eu (que foi dada previamente pela identidade que marca o corpo), que dá base para buscar o que possa se ver no mundo, reagir ao mundo e aos próprios desejos. *Drags* são corpos que, performaticamente (Butler, 2003), são disruptivos, rompem com as determinações, usam de táticas na resistência e fuga dos sistemas de controle marcados pelas instituições de controle que buscam determinar os corpos. Drag é queer, portanto, fluido. A performatividade *Drag* é (re)construída para além, se apresenta e se refaz pelas forças das subjetivações, nos símbolos que se ressignificam, fugindo dos rótulos e extravasando os sentidos.

A discriminação não se resumia apenas às *Drag Queens*, se estendendo também, a mulheres trans ou homens

afeminados, e reservando então, a arte *Drag*, durante muitas décadas, à espaços conhecidos como os “*Balls*”⁹. Essa dinâmica caracterizou outra nuance de marginalização dentro de uma comunidade já marginalizada, e pode ser vista com detalhes no premiado documentário “*Paris is Burning*”¹⁰.

Uma das principais responsáveis por trazer o movimento para as mídias de massa foi Divine, persona *Drag* do artista Harris Glenn Milstead. Divine, através de inúmeros papéis em filmes do controverso diretor John Waters, incluindo seu maior sucesso “*Pink Flamingos*”¹¹, no qual interpretou o polêmico papel de “*Babs Johnsons*”, fez com que seu nome e sua arte fossem popularizados até mesmo fora da bolha LGBTQIAPN+, atingindo também indivíduos de outras comunidades e vivências e apresentando a arte e humor *Drag* para um novo público (Reis e Ferreira, 2017). O impacto de Divine fora do meio LGBTQIAPN+ também pode ser observado através do uso que Howard Ashman e Rob Minkoff, ilustradores e compositores da Disney, fizeram da imagem e atitudes do artista para a criação da antagonista “*Ursula*”, no longa metragem de grande sucesso, “*A Pequena Sereia*”¹².

Na década 1980, mesmo com inúmeros outros nomes famosos surgindo dentro do segmento da arte *Drag* e sendo notados pelas mídias de massa, foi quando RuPaul, persona *Drag* do artista RuPaul Charles, apareceu e iniciou uma carreira que traria impactos globais na percepção social sobre

⁹ Cultura underground latina e negra LGBTQIAPN+, original da cidade de Nova Iorque, onde pessoas competiam por troféus, prêmios em dinheiro e prestígio dentro da comunidade

¹⁰ Miramax Films, 1991. Direção: Jennie Levingstone

¹¹ Saliva Films, 1972. Direção: John Waters.

¹² Walt Disney Pictures, 1989. Direção: Ron Clementes e John Musker.

Drag Queens, no espaço ocupado por elas no mundo do entretenimento e nas percepções do que tange as barreiras entre o masculino e feminino dentro da comunidade LGBTQIAPN+ (Vieira, 2015).

RuPaul iniciou sua carreira em Atlanta, capital do estado da Geórgia, nos Estados Unidos, porém apenas no final da década de 1980, mudou-se para Nova Iorque, onde se tornou conhecida e coroada pelos donos dos clubes noturnos da cidade como “Rainha de Manhattan” (Reis e Ferreira, 2017). Seu maior sucesso até então e início de sua projeção nacional, sederam, no entanto, apenas no ano de 1993, quando lançou um álbum intitulado de “Supermodel Of The World”¹³, que a levou a grandes produções de cinema como “Crooklyn”¹⁴, de Spike Lee, a gravar uma canção com o cantor Elton John e a assinar um contrato com a gigante do mundo dos cosméticos, MAC¹⁵. Apenas em 2009, já tendo também experiências passadas como apresentadora de TV pela VH1¹⁶, RuPaul fez a estreia de RuPaul’s Drag Race, um *reality show* de competição, no qual *Drag Queens* enfrentariam desafios que explorariam diferentes talentos para, no final, a vencedora ser coroada como a “America’s Next Drag Superstar”¹⁷ (próxima superestrela *Drag* americana) (Reis e Ferreira, 2017). O programa teve sua estreia na emissora Logo TV, associada a Viacom (Rogers, 2014), mas hoje é produzida pela Paramount.

O *reality* não apresenta apenas entretenimento, sendo construído em cima de referências, muitas vezes, desconhecidas ou esquecidas principalmente pelos membros

¹³ Tommy Boy, 1993.

¹⁴ Universal Pictures, 1994. Direção: Spike Lee.

¹⁵ Empresa multinacional de cosméticos

¹⁶ Canal de televisão por assinatura com sede em Nova Iorque.

¹⁷ Expressão em referência ao famoso título dado à vencedora do reality America’s Next Top Model.

mais jovens da comunidade LGBTQIAPN+. Os *Balls* estadunidenses já citados, são responsáveis por inspirar boa parte dos segmentos do programa, como o vocabulário usado em inúmeras situações, com gírias típicas desse cenário e as “*runaways*”¹⁸ onde as competidoras são cobradas para que sigam uma categoria proposta e “*servam*”¹⁹ um figurino de acordo. Outro momento em que é possível notar um resgate da cultura dos *Balls*, é no segmento em que RuPaul pede para as participantes do programa executarem “*reads*”²⁰ sobre suas concorrentes. Essa expressão é fruto de um hábito comum nos *Balls* onde um dos competidores “lê” os outros, normalmente fazendo piadas ácidas com quem está sendo “lido”. Apesar de “politicamente incorreto”, devido ao teor dos comentários que, muitas vezes, ridicularizam características físicas, inseguranças e questões étnicas, dentro da comunidade *Drag*, a prática ainda é bem comum. RuPaul dá origem a esse segmento com a frase “*the library is officially opened*”²¹, fazendo referência a frase popularizada pelo documentário já citado, “*Paris is Burning*” e associando à brincadeira que está prestes a acontecer (Reis e Ferreira, 2017). Além disso, durante as temporadas do *reality*, que hoje em dia conta com 15 temporadas principais, 8 temporadas secundárias, intituladas de “*All Stars*”²², promovendo a competição entre ex competidoras – além de edições de outros países (a versão brasileira já está sendo

¹⁸ Provas referentes a escolha de uma composição de roupa, maquiagem e cabelo, para desfilarem na passarela como feito no mundo da moda.

¹⁹ Servir = apresentar

²⁰ Read = fazer uma leitura cômica de alguém normalmente com o uso de humor ácido.

²¹ Tradução: a biblioteca está oficialmente aberta.

²² Termo da língua inglesa para designar grupo de figuras “famosas”. É usado amplamente no meio esportivo e de competição no geral.

anunciada para 2023) – é nítida a iniciativa de um programa de ensinar e enaltecer a cultura *Drag* para os diferentes públicos. Desafios que colocaram em pauta os *Club Kids*²³ e figuras conhecidas e populares em momentos passados da cultura *Drag*, como a própria Divine, mostram a preocupação do *reality* em trazer conhecimento sobre as origens do que está sendo consumido.

O motivo de listar brevemente algumas das inspirações para quadros e vocabulário do *reality* se deu devido à necessidade de contextualizar *RuPaul's Drag Race* como uma peça midiática que vai além do entretenimento comumente encontrado nesse segmento, proporcionando também uma imersão na cultura dos *Balls* da década de 80 e todas as nuances da comunidade que ali se originaram, trazendo conhecimento das gírias, e deixando claro que muito do que consumimos, falamos e usamos, é fruto dessa cultura. O programa também se preocupa em mostrar a influência da cultura *undreground* dos *Balls* nas mídias de massa, que se apropriaram desses elementos sem oferecer os devidos créditos, uma vez que a comunidade, enquanto marginalizada, não trazia uma leitura social positiva aos produtos aos quais fosse associada.

²³ Movimento de jovens dentro do cenário de casas noturnas nova-iorquinas que, com moda, atitude e discursos, criticavam moda, gênero e arte. Chamados também de clubbers, foram considerados os responsáveis por reivindicar e conquistar mudanças significativas para o cenário LGBTQIAPN+.

A influência RuPaul's Drag Race na percepção da comunidade sobre a própria comunidade

Inicialmente é preciso contextualizar a projeção midiática que o *reality* conquistou nos últimos doze anos de exibição e que falemos um pouco da relação da comunidade brasileira com o objeto em questão. Drag Race já acumula, desde sua estreia, 24 Emmy Awards²⁴, deixando clara sua relevância para o meio televisivo, e mantém desde sua primeira temporada.

O formato dos *reality shows* deu seus primeiros passos ainda na década de 1970, quando “An American Family”²⁵ teve sua estreia nos Estados Unidos. Se tratava de uma série documental que acompanhava uma mulher passando por um divórcio e trabalhando seu psicológico na aceitação de seu filho homossexual (Silva e Satler, 2019). No Brasil, ocorreu uma construção do gosto popular por *reality shows* em um período mais recente, tendo início no começo dos anos 2000, quando essa vertente de entretenimento televisivo começou a se popularizar por todo o mundo e a proporcionar às emissoras no país, quebras de recordes de audiência devido à proposta dos programas e ao apelo de participação do público (Moraes, 2015). Além da pré-disposição dos brasileiros para o consumo de *reality shows*, em parte, pelo contato há décadas com programas de muita projeção como “Big Brother Brasil”²⁶ e mais recentemente, “A Fazenda” e “Masterchef Brasil”, e também por ter proporcionado altos índices de audiência à *reality shows* em canais de TV por assinatura desde suas

²⁴ Prêmio de maior prestígio para programas e profissionais de televisão – Fonte dos dados: <https://screenrant.com/ruPauls-drag-race-11-emmy-nominations-2022/> Acessado em: 17/07/2023.

²⁵ WENT, 1973. Criação: Craig Gilbert

²⁶ Rede Globo, de 2002 até os dias atuais. Criação: John de Mol.

estreias no país, *Drag Race* está também disponível no catálogo da Netflix, sistema de *streaming* muito popular no território nacional, contanto hoje, com 260 milhões²⁷ sendo 50 milhões no Brasil²⁸ de assinantes no mundo e fazendo com que o acesso a seu conteúdo seja facilitado.

No Brasil, a exibição de *Drag Race* foi inicialmente feita pelo canal VH1, que exibiu suas 4 primeiras temporadas, e sendo comprado para exibição exclusiva pela Globosat apenas em 2015, fazendo com que 2 temporadas do *reality* nem mesmo tivessem sido transmitidas no país. Em 2017, o canal Comedy Central adquiriu os direitos de *Drag Race* para a transmissão da 8ª temporada do programa, e apenas depois desse período, a Netflix comprou os direitos, disponibilizando todas as temporadas exibidas até então, em seu catálogo (Freitas, Baracat e Galvão, 2017)

Devido a esse histórico fragmentado de exibição do *reality* no Brasil, a *internet* desempenhou um papel muito importante na transmissão desse conteúdo para o público brasileiro. Muitos dos que acompanharam o *reality* desde o início, começaram a assistir aos episódios virtualmente, já que poucos tinham acesso a TVs por assinatura e não existia outra forma legalizada de consumo do *reality* (Pazatto, 2019). A convergência dos meios de comunicação⁴⁶ foi essencial para que o movimento *Drag* crescesse no país e trouxesse para as mídias de massa, figuras como Pablio Vittar, Gloria Groove, Lia Clark e Aretuza Lovi, dando origem inclusive, a um movimento musical chamado *Drag Music*, no Brasil, e

²⁷ Fonte: <https://exame.com/invest/mercados/netflix-supera-expectativas-com-mais-de-230-milhoes-de-assinantes-no-mundo/> Acessado em 17/07/2023.

²⁸ Fonte: <https://mundoconectado.com.br/noticias/v/34839/netflix-lidera-streaming-no-brasil-com-mais-de-50-milhoes-de-assinantes#:~:text=Uma%20pesquisa%20recente%20da%20Comscore,de%2050%20milh%C3%B5es%20de%20assinantes.> Acessado em: 17/07/2023.

apagando parcialmente os estigmas e estereótipos associados à arte drag (Silva e Satler, 2019). Pabllo Vittar, que hoje é conhecida internacionalmente e é uma das cantoras pop mais relevantes em vendas no país, começou a se montar por ter entrado em contato com o programa logo em suas primeiras temporadas (Pazatto, 2019), uma relação vista na história de inúmeras outras *Drag Queens* do cenário contemporâneo brasileiro. Raja Gemini, vencedora da 3ª temporada do programa disse em entrevista que os brasileiros foram um dos primeiros grupos de fãs do programa com quem teve contato: “Os comentários e as mensagens de brasileiros vieram desde muito cedo para mim. Eu nem sabia como vocês nos assistiam, se Drag Race passava na televisão. Isso é maravilhoso” (Oliveira, 2018).

Além da projeção que o *reality* trouxe para as *Drag Queens* e conseqüentemente para todos os tópicos abordados no programa acerca de sexualidade e gênero, RuPaul desempenhou um papel essencial na leitura que a sociedade e até mesmo a comunidade LGBTQIAPN+ passou a ter da arte *Drag*, trazendo uma ótica mais plural e realista sobre o que era aquela vivência e do que se tratava aquela forma de arte (Pazatto, 2019).

O crescimento do programa e os impactos que gerou no mundo *Drag* fora dos Estados Unidos podem ser percebidos pelos *spin off*²⁹ não americanos do programa, como Drag Race Holland³⁰, RuPaul’s Drag Race UK³¹, Drag Race Thailand⁵⁰, Canada’s Drag Race³², dentre outros, trazendo participantes de diferentes vivências e com diferentes tempos

²⁹ Tradução: Obra derivada.

³⁰ Videoland, de 2020 até os dias atuais. Criação: RuPaul.

³¹ BBC Three, De 2019 até os dias atuais. Criação: RuPaul.

³² Kantana, de 2018 até os dias atuais. Criação: RuPaul.

de carreira na arte *Drag*. A versão brasileira já está sendo anunciada e será apresentada pela Grag Queen³³ (Drag Queen brasileira, vencedora da primeira edição do programa “Queen of the universe”, reality show musical da franquia de RuPaul, a segunda temporada contou com a participação da drag brasileira Chloe). Além disso, através de depoimentos até mesmo de competidoras que já trabalhavam com esse tipo de arte antes da estreia do programa, percebe-se os impactos positivos que ele trouxe para o cenário das cidades onde atuam.

É importante ressaltar que a narrativa do programa aborda outros tópicos além da vivência dos participantes exclusivamente como *Drag Queens*. Durante as temporadas, acumulou-se nas dezenas de episódios, observados nos depoimentos dos competidores, inúmeros relatos sobre homofobia, trazendo narrativas de agressões físicas e verbais, expulsões de suas próprias casas, quebra de laços com familiares, entre outras formas de opressão que recaem sobre os corpos LGBTQIAPN+. Porém, apesar de deixar clara e presente a existência das dificuldades da vivência da comunidade, o programa traz também momentos de esperança e amenização das dores relatadas pelas *Drags*. Um quadro que contextualiza de forma clara essa situação, é quando, nas semifinais de cada temporada, RuPaul mostra às competidoras, fotos suas ainda crianças, e pergunta o que elas, hoje em dia, diriam para elas mesmas naquela fase. Os depoimentos normalmente causam bastante comoção aos jurados e trazem com frequência mensagens de perseverança, esperança e motivação, como podemos notar no discurso da

³³ Para mais informações: <https://queer.ig.com.br/2023-07-12/grag-queen-anunciada-apresentadora-drag-race-brasil.html>

participante Kennedy Devenport³⁴, na 7ª temporada do programa, que disse “Está tudo bem se você é diferente de outras crianças. Todas as noites nas quais você chora até dormirem terminar em breve e você vai ser respeitado pelo seu dom”. É muito comum também, nos episódios finais das temporadas, que diferente dos outros que compõe a mesma, são feitos com uma plateia ao vivo, que RuPaul evidencie as famílias que estão lá para apoiar as competidoras que muitas vezes, reconstruíram seus laços com elas devido à projeção do programa e terem entrado em contato, através dele, com a arte *Drag*, passando a enxergá-la com outros olhos.

Foram coletados para esse trabalho os depoimentos de duas *Drag Queens* que conheceram e se dedicaram a essa arte por influência do programa. Gui Mauad³⁵ e DaCota Monteiro³⁶ são duas figuras de destaque em seus cenários *Drag* locais, Rio de Janeiro (RJ) e São José dos Campos (SP), respectivamente. Em depoimento, quando questionada em relação à sua percepção de *Drag Queens* antes de assistir ao programa, Gui diz: “Do mesmo jeito que foi com o conceito de ‘comunidade LGBT+’, eu não me lembro nem de pensar sobre a existência de *Drag Queens*. Mas me encantei no primeiro segundo em que entendi o que era aquilo e com todas as possibilidades que a arte oferece”. Além disso, Gui também falou um pouco sobre o crescimento da comunidade devido à visibilidade do programa e as mudanças que acompanhou desde que, ainda durante a adolescência, se envolveu pela primeira vez com esse tipo de arte:

³⁴ Persona drag de Reuben Asberry Junior, dançarino, cantor e Performer americano.

³⁵ Premiada Drag Queen do cenário carioca. Maquiadora, performer e responsável por suas próprias criações.

³⁶ Drag Queen, militante e Youtuber.

O programa deu a possibilidade não só de elevar e melhorar o caminho de suas participantes, mas também de outros aspirantes que hoje têm o mundo. Por mais que seja prazeroso, muitas vezes trabalhar em casas noturnas é opressivo para o desenvolvimento dos artistas *Drag...* a maioria de nós acabapagando para trabalhar e criar coisas que muitas vezes mudam e influenciam o mundo da beleza, da moda e da mídia” e completa “Depois do programa tivemos a chance de pular para passos além disso. Hoje temos *Drags* no teatro, nos museus, na televisão, nos filmes, até na literatura. E esse é o lugar dessa figura: em qualquer lugar.

No depoimento de DaCota Monteiro, podemos perceber que, enquanto jovem, a artista encontrava dificuldades de se sentir representada na televisão brasileira: “Antigamente eu tinha duas referências, que eram as caricaturas ‘nojentas’ da gente, como o “Pit Bicha”³⁷ ou “Lobichomem”³⁸, ou então os homens *gays* brancos de classe média, que eram fúteis e reproduziam o quanto você precisava se modificar pra ser aceito dentro da comunidade”. Em seu depoimento, DaCota também comentou o quanto o *reality* foi importante para introduzi-la ao tipo de arte da qual vive nos dias de hoje e em sua aceitação como LGBTQIAPN+:

Em Drag Race, foi a primeira vez na vida em que eu vi “bichas” sendo “bichas” e celebrando isso! Até então, eu acreditava que precisava me masculinizar, senão eu ia ser rejeitada e seria uma “vergonha para comunidade”. Foi aí que eu comecei a parar de me segurar, mas só bem mais tarde fui formar uma personalidade. O programa fez sim, muito por mim, em relação à representatividade e ver que existia outras formas de viver e de ser “viada”. E foi também

³⁷ Personagem criado pelo humorista Tom Cavalcanti no programa de humor da Rede Globo, Zorra Total, no início dos anos 2000.

³⁸ Personagem criado pelo humorista Paulo Silvino no programa de humor da Rede Globo, Zorra Total, do ano de 1999, até o início dos anos 2000.

uma boa porta de entrada para eu entender o que é uma *Drag Queen*.

Como apontado por Silva e Satler (2019, p.8), ao conhecer as participantes do programa, conhece-se também suas histórias e vivências, desdobrando camadas ainda não exploradas da comunidade LGBTQIAPN+ por inúmeros de seus membros, evidenciando a definição de *Drag Queens* como muito além de “transformistas”, mas também como cantoras, atrizes, dançarinas etc.

Considerações finais

Diante do exposto, observamos que vem se construindo uma forte associação da vivência LGBTQIAPN+ como uma prática nociva à sociedade. Essa construção, no ocidente, foi gerada em grande parte, pela igreja católica, que, como mostrado no estudo de Woods (2012), desempenhou um fortíssimo papel na construção dos códigos éticos aceitos e entendidos como norma nessa região. Da mesma forma, para além da ética e dos dogmas, a religião vem sendo um guia moral. O medo de explorar o corpo e sua potência, as travas na experiência do prazer, das zonas erógenas, estão ligadas ao moralismo religioso cristão. Essas relações não permissivas com os desejos, são travadas pelo medo e pela culpa, vemos essa análise fortemente presente nos estudos de Foucault. No que tange o controle social, dentro e fora da comunidade religiosa, há um sistema de controle e vigilância do outro, do corpo do outro, daquele que se permite as luxúrias, aos prazeres do gozar a vida pela carne. Os sistemas de vigilância social punem a materialidade e a imaterialidade LGBTQIAPN+, pois são corpos dissonantes, que buscam, por

meio das táticas, fugir das estruturas normativas de dominação.

Nos períodos subsequentes, observa-se o debate acerca das práticas homossexuais sendo transportado do âmbito moral, ou seja, das mãos da igreja, para o âmbito científico, às associando, dessa vez, a patologias. Podemos constatar que no imaginário popular, solidificava-se mais uma vez o LGBTQIAPN+ como algo nocivo à sociedade e agora, nocivo à até ele mesmo, dificultando que outros grupos desenvolvessem empatia pelos indivíduos e, conseqüentemente, à comunidade e conseqüentemente sentissem o ímpeto de se aproximar dela, à condenando a uma marginalização que perduraria até os dias de hoje, tendo sido intensificada de forma significativa durante a década de 80, com o mencionado, o peso do HIV e da Aids sobre essa população, deixou marcas profundas de preconceito.

Os corpos LGBTQIAPN+ que crescem recebendo informações da mídia e de seus ciclos de convívio social, apresentam grandes chances de, ainda muito novos, entrarem em contato com pontos de vista negativos sobre a comunidade, uma vez que receberão informações da mídia e de pessoas próximas, que em parte, tendem a reproduzir os conceitos enraizados no imaginário popular, como preconceito, ódio e intolerância com a diversidade. Essa dinâmica tende a atrasar qualquer tipo de contato que esses atores sociais possam ter com os aspectos positivos sobre os LGBTQIAPN+, fazendo com que um jovem membro da comunidade viva parte de sua infância e adolescência acreditando fazer parte de um grupo nocivo à sociedade e que, conseqüentemente, possui pouquíssimas chances de receber aceitação e afeto da mesma. Além disso, quando buscam observar as mídias de massa, que teoricamente estão reproduzindo o que entendemos enquanto sociedade sobre a

existência LGBTQIAPN+, e não se veem ali representados ou se veem de forma distorcida e caricata, encontram-se com grande dificuldade de identificação e conseqüentemente de entendimento de seu verdadeiro espaço social, lhes sendo furtado a dignidade e a cidadania.

É importante também lembrar que, como mostrado, as associações constantes dos homossexuais com feminilidade evidenciam o imaginário popular de uma sociedade patriarcal, pois esses corpos ficam em uma posição de vulnerabilidade, apresentados como frágeis e sensíveis, o que aos olhos desse modelo de sociedade é algo negativo. Sendo o machismo reproduzido entre seus membros para dentro da própria comunidade, recaindo sobre aqueles que performam mais a feminilidade.

RuPaul's Drag Race foi escolhido como objeto de estudo para essa pesquisa por projetar uma perspectiva rara e inusitada sobre a comunidade nas mídias de massa. O programa estreou em 2009, quando essas representações eram ainda mais afastadas da realidade e escassas do que são nos dias de hoje, e trilhou um caminho para fora da bolha dos LGBTQIAPN+, chegando a números de audiência equivalentes aos produtos midiáticos de massa e fazendo com que uma narrativa sobre a comunidade, produzida e protagonizada pela própria comunidade, conseguisse grande apelo popular.

As histórias contadas no programa são reproduzidas pelos seus autores e protagonistas, trazendo realidade e humanidade para as representações LGBTQIAPN+ e dando ao público, a oportunidade de identificação com personagens autênticos. Outro ponto levado em consideração, é que Drag Race constrói fortemente o discurso da individualidade e da liberdade de expressão, deixando claro que, mesmo que a maioria dos participantes seja afeminada e inserida em

alguns dos estereótipos comumente mostrados na mídia nas últimas décadas, esses traços de personalidade e perfis não devem ser encarados como normas e apenas a realidade das pessoas em questão, deixando inabalada a sensação de pertencimento trazida pelo programa.

O movimento *Drag* é caracterizado pela banalização da importância que se dá ao binarismo de gênero, mostrando que gêneros podem ser visitados, explorados, fluidos ou (re)definidos. Em uma sociedade que reproduz de forma explícita a sobreposição de poder do masculino sobre o feminino, observar a dinâmica de “não se levar a sério” as imposições binárias chegando às mídias de massa, nos faz perceber os impactos que o *reality* pode causar. Com sua projeção, *Drag Race* aproxima grupos que antes viviam afastados dessas pautas, para perto dessa discussão e, conseqüentemente, de um entendimento mais respeitoso do que é ser LGBTQIAPN+ e do questionamento de códigos morais antes “intocáveis”.

Drag Race traz mudanças para uma outra dinâmica comum nos meios de comunicação de massa, referente ao modo como a homofobia é comumente abordada. Os LGBTQIAPN+ são fortemente associados a crimes de ódio, e se mostra desgastante para esses atores sociais entrarem em contato diariamente com matérias e notícias que o façam experimentar a sensação de perigo e vulnerabilidade. Em *Drag Race*, casos de homofobia são relatados com frequência, deixando claro que o programa não deseja levar essa realidade a um plano de esquecimento, porém, é visível que a abordagem de pautas possivelmente desgastantes emocionalmente aos espectadores, é rapidamente equilibrada com relatos positivos sobre suas vivências, brincadeiras e lembranças de que as situações relatadas são apenas uma

parcela do todo que compõe a existência dos membros da comunidade.

Observa-se, portanto, que Drag Race traz um equilíbrio para membros da comunidade no que tange a representação LGBTQIAPN+ na mídia, mostrando nuances normalmente não abordadas sobre essa vivência, normalizando comportamentos comumente associados a conceitos negativos na sociedade e trazendo constantes mensagens de encorajamento, esperança e que gerem a sensação de pertencimento aos espectadores. Para muitos, como pode-se observar no decorrer do trabalho, representa o primeiro contato com uma perspectiva positiva enquanto LGBTQIAPN+, ajudando na consolidação de suas identidades e cidadanias se tornando uma “válvula de escape” para situações de opressão, pensamentos pessimistas, e para a escassez de representações realistas e saudáveis nas mídias de massa.

Referências bibliográficas

AMANAJÁS, Igor. Drag Queen: Um Percurso Histórico Pela Arte dos Atores Transformistas. Belas Artes, 2015. Disponível em: <https://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/16/drag-queen-um-percurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas.pdf>. Acesso em: 06 de outubro 2020.

BARBIERI JR, Miguel. Pastora Ana Paula Valadão culpa homens *gays* por aids. Veja, 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/pastora-ana-paula-valadao-culpa-homens-gays-por-aids/>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BIAL, Pedro. et al. Guia Ilustrado TV Globo: Minisséries e Novelas. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BUTLER, Judith. Le pouvoir des mots: discours de haine et politique du performatif. Paris: ÉditionsAmsterdam, 2004.

. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. Scielo, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700300. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

COLLING, Leandro. Personagens Homossexuais nas Telenovelas da Rede Globo: Criminosos, Afetados e Heterossexualizados. Cult, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/Artigos/Personagens%20homossexuais%20nas%20telenovelas.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

FREITAS, Alice; BARACAT, Fabiana. Análise Da Exibição e Repercussão de Episódios de RuPaul's Drag Race. LABCON, 2017. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/analise-da-exibicao-e-repercussao-de-episodios-de-rupauls-drag-race/>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de fazer. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011.

. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GODINHO, John. Once Upon a Time um Inglês...: A História, os Truques e os Tiques do Idioma Mais Falado do Planeta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

KESKE, H. I. G; SCHERER, M. M. Telenovela Brasileira e a Cultura de Massa: Uma Revelação Muito Além do Zapping. E-Publicações, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6424/4853>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

LAUMANN, Edward; GAGNON, John. The Social Organization of Sexuality: Sexual Practices in the United States. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

MALCHER, M. A; FADUL, Anamaria. A Legitimação da Telenovela e o Gerenciamento de Sua Memória: o Núcleo de Pesquisa de Telenovela da ECA-USP, 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARCONDES, F. S; BUENO, L. S; SANTOS, V. Z. O Impacto da Invasão Norte-Americana no Aspecto Cultural Brasileiro. Revista Pandora Brasil, 2017. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/letras_83/fernando_luana_vanessa.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

MARQUES, Marília. Após decisão do Supremo, Hemocentro de Brasília muda protocolos e aceita doação de sangue de homens LGBT. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/19/apos-decisao-do-supremo-hemocentro-de-brasilia-muda-protocolos-e-aceita-doacao-de-sangue-de-homens-lgbt.ghtml>. Acesso em: 06 de outubro de 2020.

MORAES, R. R. C. RuPaul's Drag Race e Seu Fandom: Um Nicho em Expansão. Periódicos Eletrônicos, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/3611/1627>. Acesso em: 22 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Samir. Raja Gemini: “Drag Começou Como Uma Revolução”. Vos, 2018. Disponível em: <https://vos.social/samir-oliveira/raja-gemini-drag-comecou-come-uma-revolucao/>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

PAZATTO, Deivid. O Efeito RuPaul's Drag Race e a Ascensão das Drag Queens. Central Sul, 2019. Disponível em: <http://centralsul.org/2019/o-efeito-rupauls-drag-race-e-a-ascensao-das-drag-queens/>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, K. A. S.; FERREIRA, R. M. C. Shantay, You Stay: o consumo de RuPaul's Drag Race no Brasil. Revistas, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/135292>. Acesso em: 04 de outubro 2020.

ROGERS, Katie. RuPaul: Drag Race 'Has Exactly The Effect We Thought It Might Have'. The Guardian, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2014/feb/24/rupaul-drag-race-lgbt-impact-pop-culture-tv>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

SILVA, V.O; SATLER, L.L. RuPaul's Drag Race e o Impulsionalismo da Cultura Drag. CERCOMP, 2019. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/971/o/gt1_texto1.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

SILVA, Lucas; SANTOS, Rayan; ANDRADE, J. M. S. B. A Abordagem Homossexual Nas Telenovelas Brasileiras. Portal Intercom, 2014. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1253-1.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

SOUZA, E. M; PEREIRA, S. J. N. (Re)produção do Heterossexismo e da Heteronormatividade Nas Relações De Trabalho: A Discriminação de Homossexuais por Homossexuais. Scielo, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712013000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

TERTO JR, Veriano. Homossexualidade e Saúde: Desafios Para a Terceira Década de Epidemia de HIV/AIDS. Scielo, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832002000100008&lng=en. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

VIEIRA, Willian. Graças a RuPaul, Drag Queens Estão na Moda. Glamazone, 2015. Disponível em: <http://www.glamazone.com/2015/03/gracas-rupaul-drag-queens-estao-na-moda.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

WOODS, Thomas. How the Catholic Church Built Western Civilization. Califórnia: Regnery History, 2012.

O Lugar e Não Lugar das Ideias: O Caso do Federalismo Argentino, na Primeira Metade do Século XIX.

João Pedro Leal Moço¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo pretende versar sobre a Historiografia do Federalismo argentino oitocentista e como o debate do lugar e não lugar das Ideias pode engessar a temática. Demonstrando como essa percepção limita o debate uma noção normativa da problemática, não permitindo explorar outros aspectos políticos possíveis do Federalismo.

Resumen

Este artículo pretende abordar la historiografía del federalismo argentino en el siglo XIX y cómo el debate del lugar y no el lugar de las ideas puede enyesar el tema. Mostrando cómo esta percepción limita el debate a una noción normativa del problema, no permitiendo explorar otros posibles aspectos políticos del Federalismo.

Abstract:

This article intends to deal with the Historiography of 19th century Argentine Federalism and how the debate about the place and non-place of Ideas can hamper the theme. Demonstrating how this perception limits the debate to a

¹ Mestrando PPGH da UERJ. Historiador associado ao Núcleo/ UERJ. Graduado em Bacharel e Licenciatura em História pela UFF.

Latinidade

normative notion of the problem, not allowing the exploration of other possible political aspects of Federalism.

Introdução

A temática do Federalismo é assunto vital para a compreensão política e social das formações latinas americanas pós independente. Foi pauta extremamente levantada na construção das realidades estatais depois do fim do vínculo colonial, estando presentes nos debates e matérias políticas do período. O caso argentino não destoa nesse sentido. Com a Revolução de Mayo², em 1810, começa o processo de construção da autonomia platina, Conforme essa construção avança, como consequência, gera um atrito entre Buenos Aires e as outras regiões do vice- reinado da Prata.

De acordo com a historiadora Nora Souto³, a acefalia do trono espanhol com a deposição de Fernando VII, afirmou um processo de retroversão da soberania, a legitimidade dessa questão, antes no centro realista, trasladou se para o “pueblos”. Com esse processo há o estabelecimento das concepções de federalismo e unidade como opostos, ao mesmo tempo que a nível de pauta de objeção eram enquadrados como descentralização/ anarquia e indivisibilidade/poder central claro. Para a historiadora, o conceito de Federalismo reafirmava perante a construção hegemônica de Buenos Aires

² Essa Revolução, conhecida também como Revolução de Mayo, é responsável pelo começo do desenvolvimento da autonomia platina. A partir desse período, o território que conforma o Vice Reinado do Prata não voltaria ao poder da monarquia espanhola borbônica.

³ Souto, Nora. Federalismo. Argentina – Rio de la Plata. In: Diccionario político y social del mundo Iberoamericano, p. 451- 461

que outros entes do vice reinado também eram entes de direitos soberanos.

Em 1813, com o Congresso de los Pueblos Libres, objetivando uma coordenação institucional e jurídica entre os entes políticos platinos, foi reafirmada a pauta Federal, a partir da exigência de um modelo confederacional, de pacto recíproco entre as províncias que formariam o Estado. Assim, a soberania, a liberdade e a independência seriam aspectos políticos originários e imbuídos do setor provincial. A visão federal e confederal defendiam assim a união com uma soberania provincial inquestionável, não sobre unidade, que era um termo usado para expressar as partes das outras regiões para além de Buenos Aires que, por sua vez, não aceitava a divisibilidade da soberania política.

A oficialidade da independência no Congresso de Tucuman em 1816, reavivou os debates sobre a questão das formas de governo. A falência do projeto constitucional centralizador de 1819 e a derrubada do governo de Buenos Aires, em 1820, pela aliança de determinadas províncias do interior, trouxe uma visão desfavorável ao advento do Federalismo, principalmente por parte dos portenhos. A decadência pecuniária de vários erários provinciais e o despovoamento dessas regiões eram argumentos usados no combate do Federalismo, qualificando esse sistema como semelhante à ausência de ordem.

Apesar das renovações historiográficas sobre o Federalismo Platino e, por consequência, sua oposição a visões anacrônicas que enquadram o próprio como vácuo de poder, seu estudo não expande para além do núcleo jurídico e institucional do seu conteúdo. A historiografia desse campo não avança sobre terrenos possíveis, não exploram o conceito em outros níveis políticos. Não há um esforço de compreensão do Federalismo como aspecto de peso do Campo Político geral,

Latinidade

capaz de aglutinar valores e identidades políticas em comum. Além disso, não basta só entender o Federalismo como produto de seu contexto histórico e de seu normativismo legalistas, é necessário compreender as formas complexas em que sua Ideia mobilizou politicamente a sociedade argentina em inúmeras facetas.

As Ideias, Seus Lugares e Não Lugares

O debate das idéias no campo histórico e historiográfico latinoamericano é longo e complexo. Entre suas inúmeras disputas está o debate sobre o “lugar” das Ideias. A complexidade do intercâmbio cultural das Ideias políticas possui uma longa tradição teórica e metodológica.

Um dos marcos dessa temática é a noção de “Ideias fora de lugar”, protagonizada por Schwarz⁴, em sua análise sobre Machado de Assis. Neste trabalho, é verificado o Liberalismo brasileiro oitocentista como alienígena, ou melhor, como Ideia de segundo grau, cujo sua integração com a realidade nacional era tortuosa. Seus críticos veem uma inconsistência nessa análise, no sentido das Ideias sempre se adequarem ao lugar que são empregadas e por isso são usadas e difundidas.

Entretanto, como definido por Bernardo Ricupero⁵, na análise das críticas ao trabalho de Schwarz(1992) é exposto uma parcela anulada na compreensão das Ideias e seu contexto.

⁴ SCHWARZ, R. (org.). 1992. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades. _____, 1999. Seqüências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras.

⁵RICUPERO, Bernardo Da formação à forma: ainda as "idéias fora do lugar". Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2008, n. 73 [Acessado 22 julho 2022] , pp. 59-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003>>. Epub 09 Set 2008. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003>

Além, das condições de países como o Brasil e outros periféricos precisarem tomar "emprestados" Ideias de outras localidades, o processo de formação das Ideias vem da condição de conciliação externa e interna dessas e nunca encontra se em formatação completa. Esse complexo processo de adequação ao contexto nem sempre é finalizado, já que as Ideias não são entes fixos na sociedade. As Ideias, ao mesmo tempo que representam essa tensão com o contexto, não são representações inadequadas e desconectadas da realidade, elas são imbuídas na realidade em processo de convergência.

Essa tensão entre as Ideias e sua adequação à realidade política social é explorada por Palti⁶ historiador e cientista político. Na sua concepção as Ideias nunca estão fora do lugar e, paralelamente, estão fora do lugar. Elas estão no lugar, visto que sua significação pressupõe condições de inteligibilidade e estão fora do lugar, já que a leitura dentro do sistema inserido abriga questões contraditórias que levam a sua assimilação ser conflituosa.

O Federalismo Argentino, Na Primeira Metade Oitocentista.

A historiografia tradicional argentina relativa ao federalismo na primeira metade oitocentista enquadra seu objeto como exógeno tanto da literatura política quanto do contexto histórico que estava inserido. O jurista Ricardo Becú⁷, representante dessa visão clássica, acredita que o empoderamento do Federalismo atrasou uma união nacional. Mas, ao contrário do que diz a tradição liberal clássica, ele identifica o grande protagonismo do movimento federal nas

⁶ PALTÍ, Elías. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI 2007.

⁷ BECÚ, Zorraquín, Ricardo, *El federalismo argentino*, 2a ed.. La Facultad, Buenos Aires, 1953

Latinidade

Cidades. Os Cabildos tiveram uma importância marginal na consolidação do Federalismo, e o principal fator de estabelecimento foi a grande distorção econômica entre os pólos territoriais. Para o autor, o fracasso da predominância política e econômica portenha seria sinônimo do fracasso da doutrina liberal como um todo na Argentina. Essa ideologia, segundo ele, não se encaixava bem na realidade platina, sendo o federalismo, ideal oposto ao de Buenos Aires, um aspecto mais realista do período.

Becú (1953) expressa que há um antagonismo entre uma Buenos Aires exportadora e com uma visão positiva de livre comércio, e um Interior, com economia plenamente externa e com tendência protecionista. Além disso, ele relata que há, sobretudo, uma divisão política entre a elite portenha, que bebe inteiramente do liberalismo político, e as elites provinciais que, acostumadas com a política monárquica, não eram familiarizadas com a visão liberal.

José Carlos Chiaramonte⁸, historiador político do período oitocentista argentino, se opõe à visão tradicional de interpretação do Federalismo argentino desse período, recusando sua percepção como anarquia. Para o autor, apontar a necessidade de um aparato constitucional como vácuo de poder, é um equívoco. Apesar da ausência de uma Constituição escrita, existia orientações que respaldam as legitimidades políticas e estatais das Províncias.

O Federalismo, na concepção de Chiaramonte (2016), tem seu berço nas Províncias que vão desenvolvendo gradativamente seus processos de autonomia. A partir das

⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. Raíces Históricas del Federalismo Latinoamericano- 1ª ed. – Buenos Aires, Sudamericana, 2016.

análises das Constituições, regulamentos e tratados das províncias, é definido pelo autor que a única realidade que traz estabilidade social, é a provincial. As delegações das funções estatais eram amplamente de responsabilidade das províncias. Além disso, o desenvolvimento e estabelecimento do aparato administrativo e jurídico das províncias perapassva por uma gama de referencias de legalidade e legitmidade o que demonstra um afastamento da percepção dos atos províncias como “anarquia caudilhesca”, muito reafirmado pela historiografia tradiciona e nacionalista argentina.

A visão clássica e tradicional, representada e difundida pelos estudos de Becu(1953), identifica no Federalismo como Ideia distorcida e fruto de um imaturidade política das províncias em relação a institucionalidade. Há uma percepção do Federalismo como um acidente histórico na formação nacional argentina, ou seja de uma Ideia que representa de forma distorcida a realidade, com mal funcionamento dado o atraso social do período. Era abordada e absorvida pelos agentes de forma errônea. Para o jurista, um dos símbolos dessa inconstância era a ausência de uma Constituição de caráter normativo que definia uma Estado Federal, com centro de poder claro.

Os novos aportes historiográficos sobre o Federalismo e suas percepções nas construções políticas argentinas, demonstram que a Ideia Federal relacionou se com o contexto e foi usada de maneira racional pelos agentes nas construções políticas e institucionais. Como expressado por Chiamonte (2016), que contesta a visão da falta de legitimidade e legalidade do Federalismo argentino. Nessas construções teóricas e metodológicas, o Federalismo é visto como uma Ideia que estaria dentro de seu “lugar”, visto que servia claramente a um propósito e demonstrava junção com a conjuntura contextual.

O Federalismo argentino da primeira metade do século XIX foi analisado, primeiramente, como um organismo estranho, fruto de uma despolitização, e também, na sua renovação historiográfica, enxerga o fenômeno como fruto de uma apropriação política completamente regulamentada. Esse ambiente de debate, muito comum na América Latina, tem uma extensa preocupação em localizar o lugar e não lugar da Ideia Federal no Político oitocentista argentino.

Ambas percepções não exploram a temática do Federalismo em outras diligências possíveis. Na visão de Palti (2007), as Ideias e sua historicidade, no contexto latino americano são expressados pelo seu referencial ético e normativo, e esse formato deixa de lado o aspecto político de seus conteúdos. A compreensão desse processo histórico precisa abordar as antinomias que constituem seu conteúdo político. Conteúdo, esse, que, com a complexidade da problemática, não se organiza de maneira logicamente integrada e autoconsciente, mas sim se forma atuante e labiríntica na sua construção.

A explanação do Federalismo argentino foi transportada nessa ótica. A partir de um vício institucional e jurídico nas suas articulações, não houve uma projeção na definição das Ideias Políticas do Federalismo a partir de seus núcleos de problematização, somente no seu papel como discurso formulador de bases normativas da política platina. Essa percepção, limita sua compreensão, visto que enxerga nas derivações ideológicas do Linguagem Política do Federalismo um objeto rígido e não um aspecto capaz de gerar diversas instâncias e alternativas para os agentes do contexto.

O real significado do Federalismo como eixo formador do Político, capaz de contemplar a compreensão das Ideias

Políticas, e a racionalidade dos atores políticos em suas ações, não é explorado de maneira necessária. As inter-relações filosóficas dos entes federalistas com seus efeitos conceituais e sociais, enraizada na perspectiva de seus empreendimentos, são vistas de maneiras monolíticas e simplificadas. Logo, desconsiderando suas atuações e determinações no campo da prática política que rodeava os agentes e suas práticas no desenvolvimento de novas sociabilidades oriundas da Linguagem Política Federalista.

O Federalismo Argentino e Seu Lugar como Ideia.

Dessa forma, a historiografia federalista argentina precisa reoxigenar a temática para que a compreensão desse campo se torne mais propícia. Para tal, alinhado com a proposta de Elias Palti, o tema do Federalismo precisa ser abordado pelo seus significados na construção política dos atores históricos, usando a História da Linguagem Política podemos desenvolver não só os limites semânticos do conceito de Federalismo, como podemos constatar sua formação como Ideia Política nas constituições e confrontos da estruturação de seus objetivos políticos.

Além disso, o debate das Ideias e seus lugares, seu realce nos modelos e desvios, não ajuda a esclarecer o Campo Político Federalistas e suas atuações. É preciso uma compreensão do que está fora do lugar e dentro do lugar em cada contexto discursivo, como é explorado e apropriado pelos agentes. Um enfoque nas Linguagens Políticas e suas percepções históricas, ressaltando seus modos de articulação, circulação, apropriação e desajustes podem restaurar a visão que temos da Ideia do Federalismo para os contemporâneos e sua relação com o contexto.

Latinidade

Dessa forma, dado que o Federalismo não atua em uma sociedade completamente orgânica e sem contradições internas, mas sim em uma complexidade agentes e modelos de intervenção das apropriações das ideias, fica claro sua complexidade. Expressar o Federalismo argentino como Linguagem Política de um Ideário exige um esforço de pesquisa dos “atos, circunstâncias e comportamentos dos agentes políticos expostos a Linguagem” (POCOCK, 2003, p. 64). Além disso, identificar o Federalismo como Linguagem Política ajuda a esclarecer os pontos de partida e as articulações dos grupos políticos que evocavam esse ideal para além do seu impulso normativo. Assim é vital uma interpretação dos significados e usos da Ideia Política Federal e sua expressividade na coerência histórica do contexto social.

Logo, a temática do Federalismo, no caso argentino, pode ser desengessada com uma qualificação do seu conteúdo como Linguagem Política ativa que coordenava as referências do Campo Político e dos agentes históricos. Ao superar a visão da Ideia Federal como apropriada ou não no seu contexto, e analisar suas formas de apropriações e os desgastes gerados nesses processos, pode-se buscar uma congruência mais refinada na busca das significações desse conceito e seus usos.

Bibliografia

ALFORD, Robert e Roger Friedland, Los poderes de la teoría, Manantial, Buenos Aires, 1991

BECÚ, Zorraquín, Ricardo, El federalismo argentino, 2a ed.. La Facultad, Buenos Aires, 1953

BORDIEU, Pierre, Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción, Barcelona, Anagrama, 1994.

BOBBIO, Norberto, Estado, Governo e Sociedade, Paz e Terra, São Paulo/Rio de Janeiro. 1995. [original de 1985].

CANSANELLO, Oreste C. De súbditos a Ciudadanos. Ensayo sobre las libertades en los orígenes republicanos 1820-1852. Imago Mundi, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos, "El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX", en Marcelo Carmagnani (coord.), Federalismos latinoamericanos: México/ Brasil/ Argentina, México. Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 81- 132.

CHIARAMONTE, José Carlos. Raíces Históricas del Federalismo Latinoamericano- 1ª ed. – Buenos Aires, Sudamericana, 2016.

DEVOTO, Fernando y PAGANO, Nora. Historia de la Historiografía Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2010

DONGHI, Tulio Halperín. Revolución y Guerra: Formación de una élite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. 5a ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 53-74.

PALTI, Elias. El tiempo de la política. Buenos Aires: Siglo XXI 2007.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003

SKINNER, Quentin. Visões da Política: sobre os métodos históricos. Alges: Difel, 2005

RICHTER, M. The History of Political and Social Concepts: A Critical Introduction. Oxford: Oxford University Press, 1995.

RICUPERO, Bernardo Da formação à forma: ainda as "idéias fora do lugar". Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2008, n. 73 [Acessado 22 julho 2022], pp.59-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003>>. Epub 09 Set 2008. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003>

RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Latinidade

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SCHWARZ, R. (org.). 1992. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades. _____. 1999. Seqüências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUTO Nora. Federalismo. Argentina – Rio de la Plata. In: Diccionario político y social del mundo Iberoamericano, p. 451- 461

Los procesos de integración en América Latina y su relación con el Sur Global: 2015-2020

Adolfo Alberto Laborde Carranco¹
Johannes Maerk

Resumo

Atualmente, destaca-se a importância da incidência de diversos fatores externos, que vão desde as dinâmicas e processos de globalização; a emergência de novos intervenientes, especialmente no Sul Global; os diferentes metaprocessos de integração nas diferentes regiões do mundo; levaram a repensar as contribuições do regionalismo para o desenvolvimento regional. Assim, este trabalho utilizará uma metodologia de estudo comparativo baseada no estudo de caso, seu principal objetivo é identificar as diferentes etapas da integração regional na América Latina e sua relação com o Sul Global entre o período 2015 e 2020. Foi o período O período 2015-2020 foi selecionado porque é precisamente quando a Aliança do Pacífico (2015) entrou em vigor e marcou um antes e um depois na lógica dos processos de integração (híbridos) na região. Entretanto, em 2020, o novo USMCA foi ratificado entre o Canadá, os Estados Unidos e o México.

¹Dr. Adolfo Alberto Laborde Carranco
<https://orcid.org/0000-0002-4925-5229>

Filiación: Profesor Investigador de la División de Estudios de Desarrollo del Centro de Investigación y Docencia Económica A.C. (CIDE), México.
<https://www.cide.edu>

Classificação JEL: Integração Económica (F15), Impactos Económicos da Globalização: Desenvolvimento Económico (F63); Redes Internacionais de Desenvolvimento; Papel das Organizações Internacionais (O19); Políticas comerciais; Organizações Comerciais Internacionais (F13).

Palavras-chave: América Latina, Desenvolvimento, Integração Económica, Regionalismo, Mecanismos de Cooperação.

Resumen

En la actualidad, la importancia de la incidencia de diversos factores externos, que van desde las dinámicas y procesos de globalización; el surgimiento de nuevos actores sobre todo en el Sur Global; los diferentes meta-procesos de integración en las distintas regiones del mundo; han llevado a repensar sobre las aportaciones del regionalismo al desarrollo regional. De ahí que el presente trabajo, utilizará una metodología el estudio comparado sustentando en el estudio de caso, tiene como objetivo principal identificar las diferentes etapas de integración regional en América Latina y su relación con el Sur Global entre el periodo 2015 y 2020. Se ha seleccionado el periodo de 2015-2020 porque es precisamente cuando la Alianza del Pacífico (2015) entró en vigor y marcó un antes y un después en la lógica de los procesos (híbridos) de integración en la región. Mientras tanto, el año de 2020 se da la ratificación del nuevo T-MEC entre Canadá, Estados Unidos y México.

Clasificación JEL: Integración Económica (F15), Impactos Económicos de la Globalización: Desarrollo Económico (F63); Redes Internacionales para el

Desarrollo; Rol de Organismos Internacionales (O19); Políticas Comerciales; Organismos de Comercio Internacional (F13).

Palabras clave: *América Latina, Desarrollo, Integración Económica, Regionalismo, Mecanismos de Cooperación.*

Abstract

At present, the importance of the incidence of various external factors -ranging from the dynamics and processes of globalization; the emergence of new actors especially in the Global South to diverse meta-processes of integration in different regions of the world - have led to rethinking about the contributions of regionalism to regional development. Hence, the present paper by applying a comparative and case study methodology has as its main objective to identify the different stages of regional integration in Latin America and its relationship with the Global South during 2015 to 2020. The period 2015-2020 has been selected because it is precisely when the Pacific Alliance (2015) came into force and marked a before and after in the logic of the (hybrid) integration processes in the region. Meanwhile, the year 2020 is the ratification of the new United States–Mexico–Canada Agreement (USMCA).

JEL Classification: Economic Integration (F15), Economic Impacts of Globalization: Economic Development (F63), International Linkages to Development; Role of International Organizations (O19), Trade Policy; International Trade Organizations (F13).

Key words: *Latin America, Development, Economic Integration, Regionalism, Cooperation Mechanisms.*

Introducción.

En la actualidad, se buscan alternativas para la cooperación e integración regional que estén más acordes con la realidad y capacidades de cada Estado. Los Estados más homogéneos, y que tienen condiciones económicas similares, han intentado formar subregiones, sobre una base de integración con características de tipo homogéneo. Sin embargo, paralelamente han proliferado los Acuerdos Bilaterales de Libre Comercio, así como una infinidad de acuerdos bilaterales entre los diversos países de América Latina.

Los acontecimientos económicos recientes, muestran un panorama en el que las formas multilaterales de cooperación e integración están cediendo frente al bilateralismo, es decir, ante un "nuevo regionalismo", en el que se establecen acuerdos para crear preferencias comerciales bilaterales o plurilaterales, o bloques de competencia económica; cuyos objetivos inmediatos se observa un incremento del intercambio o flujo entre los participantes, pero también con ello, una discriminación entre los que no participan dentro de las dinámicas del bloque.

Así se observa que el regionalismo y la globalización, son fenómenos con procesos correlacionados entre sus objetivos, pues ambos proponen entre sus dinámicas, la ampliación de los mercados nacionales a través de la cooperación y la integración. A su vez se diferencian, porque la noción de regionalismo supone la discriminación de terceros países; en

cambio, en teoría, la globalización no admite la exclusión de ningún país.

A pesar de que, en América Latina, la idea de la integración con el fin de alcanzar un desarrollo económico en la región inició su proceso desde el siglo XIX, aún los esfuerzos de cooperación a través de bloques comerciales o mecanismos de cooperación económica no han reflejado un tránsito hacia una verdadera integración en la región.

Por ello, el presente trabajo, tiene como objetivo principal identificar las diferentes etapas de integración regional en América Latina, así como analizar la integración de América Latina con el llamado Sur Global² entre 2015 y 2020 para relacionarlas con las principales teorías del desarrollo, a través de una metodología descriptiva, que permitirá conocer los grados de interdependencia entre los distintos mecanismos de cooperación tanto regional como internacional.

a) Procesos y características de la integración

En los últimos años hay una clara reestructuración del proceso de integración regional y subregional en el continente. En contraposición al proceso integracionista latinoamericano, es decir, a la integración autónoma de los países latinos, se formula un esquema que gira alrededor del Tratado de Libre Comercio de América del Norte -TLCAN, hoy T-MEC- y los algunos casos, a otros esquemas de integración fuera de la región.

² Aquí se utiliza el término de “Sur Global” para describir los países de África, Asia (incluyendo Rusia), América Latina y el Caribe y “Norte Global” para países de la Unión Europea, América del Norte, Japón, Australia y Nueva Zelanda. Desde luego, esta clasificación es una simplificación de las realidades políticas y sociales debido al hecho que existen también zonas del “Sur” en el “Norte” y viceversa.

Esta alternativa de integración y desarrollo económico romperá con el esquema anterior, obligando a que los países interesados se adecúen a las exigencias que les imponga, dejando a un lado los antiguos paradigmas de integración, para dar paso a una futura zona continental de libre comercio en torno a Canadá y los Estados Unidos.

Este proceso de integración (TLCAN) ha marcado un rumbo diferente en el continente, y los efectos que causó el TLCAN en el proceso de integración en América Latina se reflejan en diversos aspectos, entre ellos en el cambio de las políticas económicas y comerciales que varios países latinos habían emprendido a partir de los años setenta que abarcaron hasta hoy en día.

La concertación política que ha caracterizado a los procesos integracionistas en América Latina como el G-3 conformado por Colombia, México y Venezuela (hoy desaparecido y sustituido en cambio por la Alianza del Pacífico, sin Venezuela), puede acelerar la puesta en marcha del nuevo modelo, pues ya ha dado frutos, como se demostró en el Grupo Río y Contadora, que coadyuvaron a la pacificación de Centroamérica.

Es necesario precisar que la idea de integración contiene distintos niveles, que incluyen desde la integración económica, hasta la integración política, proceso que se inicia con la primera, como ocurrió en Europa, donde la integración comenzó con la formación de un Mercado Común y posteriormente se expandió para conformar la Unión Europea, organismo que rebasa el ámbito económico y busca la unión política de las naciones participantes.

Entre los significados del concepto de integración, destacan el de Zelada Castelo (1989), para quien la integración consiste en una identificación de tipo racional entre las distintas áreas de cooperación entre los Estados y en la

elaboración de un interés común, principalmente enfocado hacia la cooperación.

Puede entonces distinguirse entre cooperación económica e integración. La cooperación entre países se refiere a determinar acciones dirigidas a reducir las barreras para el intercambio, mientras que la integración económica supone suprimir dichas barreras. La cooperación tiende a disminuir la discriminación económica, mientras que la integración procura suprimir todas las formas económicas discriminatorias entre los países miembros. A pesar de estas precisiones conceptuales, es difícil referirse en forma separada a cada una de ellas, por lo que se hace necesario profundizar más en sus implicaciones.

Tanto los procesos de integración como los de cooperación están encaminados a conformar un espacio económico ampliado en donde los factores de producción tengan libertad de movimiento.³ Para lograrlo, los países involucrados priorizan sus relaciones especiales y establecen distintos grados de exclusión o discriminación con respecto de terceros. Dichos procesos - cooperación e integración - suponen diferencias. El proceso de integración exige una serie de acciones de acoplamiento de estructuras nacionales, que implican la transferencia de una parte de las decisiones a entidades comunitarias de carácter supranacional, por medio de las cuales ceden una parte de soberanía; en cambio, en la cooperación no se adoptan medidas y decisiones que impliquen modificar la soberanía de los Estados miembros.

Capraro (1991), señala que las formas clásicas de integración y de cooperación se distinguen de acuerdo con el grado de concertación de las políticas entre sus miembros y por ende por el grado de cesión de soberanía, a favor de una

3 Salvo en el área de preferencia arancelaria.

estrategia conjunta. Las formas clásicas de integración son: área de preferencia arancelaria; zona de libre comercio; unión aduanera; mercado común; y finalmente, unión económica.

El sistema arancelario preferencial, la zona de libre comercio y la unión aduanera, son formas y procesos relativos a la cooperación, que pueden o no concluir en la integración; en cambio, el mercado común y la unión económica siempre forman parte de ella.

Capraro (1991), señala las características de las formas clásicas de integración:

b) **Área de preferencia arancelaria:** Bajo esta modalidad, dos o más países gravan los productos que comercializan entre ellos con tarifas inferiores a las que aplican a los productos que importan de terceros. Un ejemplo de este tipo de instrumento está contenido en el artículo 5º del Tratado de Montevideo de 1980, en el que se establecía una diferencia entre el monto que se aplicaba a todos los productos originarios de los países del área, y el nivel de los aranceles que regía para terceros.

c) **Zonas de Libre Comercio (ZLC):** El Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) establecía dos principios básicos de las relaciones comerciales internacionales; la no-discriminación y la obligatoriedad de todas las cláusulas para la nación más favorecida, la excepción en esta regla estaba contenida en el artículo XXIV en donde se definían la Unión Aduanera y la Zona de Libre Comercio. El artículo XXIV del GATT⁴ consideraba que la ZLC era un

4 Existe una ZLC cuando en "... dos o más territorios aduaneros (...) se eliminan los derechos de aduana y demás reglamentaciones comerciales, con respecto a lo esencial en los intercambios comerciales de los productos originarios de los términos constitutivos...". Esta modalidad no incluye el

espacio territorial y económico en el que se eliminaban las restricciones arancelarias y paraarancelarias al comercio entre sus miembros. El concepto apunta en dos direcciones: una en función de los países miembros y otra respecto a los terceros países. Es importante destacar que una ZLC, sigue subordinada a las decisiones nacionales, ya que no existe un arancel externo único.

Ambos movimientos son definidos como de "creación y desviación del comercio": Este último concepto tenía cierta importancia cuando las únicas restricciones eran de tipo arancelario; sin embargo, en la actualidad hay otro tipo de restricciones conocidas como "no arancelarias" que relativizan todavía más el concepto de desviación del comercio.

d) **Unión Aduanera (UA):** EL GATT definía como unión aduanera a la "sustitución de dos o más territorios aduaneros por el sólo territorio aduanero de manera:

- Que los derechos de aduana, y demás reglamentaciones comerciales restrictivas, sean eliminadas con respecto a lo esencial de los intercambios comerciales entre los territorios constitutivos de la unión, al menos, en lo que concierne a lo esencial de los intercambios comerciales de los productos originarios de dichos territorios, y
- Que cada uno de los miembros de la unión aplique al comercio con los territorios que no estén comprendidos en ella, derechos de aduana y demás reglamentaciones de comercio que, en sustancia, sean idénticos". De dicha definición se desprende que la UA es una ZLC con arancel externo común,

arancel externo común, se trata de concesiones recíprocas que no implican una política común hacia productos externos.

diferenciándose en el monto de los gravámenes que se aplican a la importación de terceros países.

En la práctica la UA protege a los países en tanto que fija un arancel externo común que nunca es inferior al arancel que se aplica en la relación comercial entre sus miembros. En resumen, en la lógica de este instrumento se contempla que los productos que se importan de terceros sean desplazados por los de la unión, a través de un arancel externo común.

e) **Mercado Común (MC):** Los procesos de integración regional y en particular la formación de un mercado común, implican un conjunto de acciones para lograr la libre circulación de bienes, servicios, y factores productivos; el establecimiento de un arancel externo y la adopción de una política comercial, la coordinación de políticas macroeconómicas y la integración de los regímenes jurídicos de los países miembro. De esta manera, la conformación de un Mercado Común, además de reorientar la política económica de cada Estado, la decisión de trasladar parte de su soberanía en función de los objetivos comunitarios.

f) **Unión Económica (UE):** La unión económica es el estadio superior de un proceso de integración, en el que además de cumplirse con las condiciones de un mercado común se suma el establecimiento de la unión monetaria y económica; es decir, la creación en común de una moneda, de políticas en el dominio de lo agrícola, industrial, científico-tecnológico, energéticos, así como respecto a la política de protección social, que implique una plataforma mínima en materia de salarios, pensiones, seguridad social y condiciones laborales.

En el Mercado Común se trata de hacer compatibles y armónicas un conjunto de variables macroeconómicas y jurídicas, mientras que en la Unión Económica se estipulan

políticas comunes para los Estados miembro. En este sentido, la Unión Económica, significa una mayor pérdida de atributos soberanos del Estado-Nación y el correlativo fortalecimiento de las instancias supranacionales.

El análisis sobre la profundización de la integración continental no debe centrarse sólo en las facetas comerciales del mismo, sino también considerar cuestiones como la función reguladora del Estado. En este sentido, puede entenderse que la integración es un ejercicio de voluntad política entre diferentes soberanías estatales, que supone una gestión con implicaciones técnicas complejas, de acuerdo con el nivel en que se establezca.

g) Los procesos de integración en América Latina

En la década de los 50's, la mayoría de los países de América Latina presentaban similitudes en sus modelos de desarrollo, pues habían promovido un proceso de industrialización que estuvo acompañado de crecimiento urbano, descampenización y proletarización de la fuerza de trabajo, lo cual afectó de manera directa su mercado interno. De acuerdo con Ramírez (1991), el conjunto de estos cambios estructurales, aunados a las readecuaciones políticas que se establecieron a nivel de los Estados como expresión de la nueva correlación de fuerzas políticas, conforman las características del patrón de reproducción social en América Latina (Ramírez, p.35-36). Así, con los recursos provenientes del sector agropecuario, la política económica en América Latina se orientó al desarrollo industrial, adoptando el Estado algunas ideas de la CEPAL. De esta forma, los gobiernos empezaron a ocupar un lugar central en la vida económica, a través de otorgar incentivos fiscales, protección arancelaria y la promoción de una política de integración económica (Ramírez, 1991, p. 37).

Cuando fue evidente que el modelo de sustitución de importaciones no permitiría alcanzar los objetivos propuestos, se empezó a promover la creación de un mercado común latinoamericano. Para la CEPAL, la integración económica latinoamericana era un elemento indispensable de la industrialización, que, además, desde una perspectiva política e ideológica, constituía un mecanismo de defensa frente a la superioridad económica de los Estados Unidos. Su principal defensor fue el argentino Raúl Prebisch, quien estaba convencido de que, al ampliarse los mercados internos dentro de la región, las industrias se fortalecerían. Los primeros pasos dentro de este proceso fueron el establecimiento de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) y el Mercado Común Centroamericano (MCCA) seguidos en por el Acuerdo de Cartagena por el cual se crea la hoy llamada Comunidad Andina.

Durante la primera etapa de integración económica, que abarcó desde principios de los años sesenta y comienzos de los 70's, el Estado intervino directamente en la economía, estableciendo plazos para eliminar las barreras comerciales intrarregionales y para adoptar aranceles externos comunes. Ante el fracaso de esas medidas, los gobiernos se enfocaron a firmar acuerdos comerciales bilaterales de alcance parcial. La última etapa de integración comenzó a finales de la década de los 80's, estableciéndose como meta estimular la participación de las exportaciones latinoamericanas en los mercados mundiales, en particular en las economías industrializadas.

Durante la primera etapa se crearon cuatro organizaciones comerciales regionales, las cuales integraron a la mayor parte de los países latinoamericanos, al 95 por ciento de la población, del PIB y del comercio internacional. El Tratado del Mercado Común Centroamericano (MCCA) se firmó en 1960, que incluía a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras y

Nicaragua, se conforma la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC, actualmente conocida como ALADI) que era la agrupación más grande de la región pues incluía a todos los países hispanoamericanos del cono Sur, además de México. En 1969 Bolivia, Colombia, Chile, Ecuador y Perú, a los que se unió Venezuela cuatro años después, establecieron el Pacto Andino, que ha sido el intento más ambicioso de integración ya que sus miembros conservaron sus vínculos a través de la ALALC.

Por su parte, los países caribeños crearon el Área de Libre Comercio Caribeña (CARIFTA), que posteriormente fue reemplazada por la Comunidad Caribeña (CARICOM). Aunque estas organizaciones lograron sus objetivos en un inicio, pronto se estancaron pues los intereses creados impidieron profundizar los acuerdos en muchas áreas, por otra parte, los objetivos que se plantearon eran muy ambiciosos y, aunque parezca paradójico, en algunos casos, hasta ingenuos.

En este contexto, ¿Cuáles podrían ser las causas de la poca integración en el contexto latinoamericano?

Carlos Malamud (2015) identifica dos razones:

(i) La "diplomacia presidencial" que se refiere al papel excesivamente central desempeñado por los presidentes latinoamericanos en la política exterior, junto con el presidencialismo prevaleciente en la mayoría de los países de las regiones debido a las constituciones actuales.

Uno de los problemas con la diplomacia presidencial es la subordinación de las leyes e instituciones a la gestión práctica de los líderes. La debilidad de ambos, especialmente a nivel regional, llega tan lejos más fácil. La plena integración del Mercosur venezolano se llevó a cabo sin el gobierno de Caracas habiendo armonizado la legislación comercial con el "acquis communautaire.". Otro ejemplo fue el de la suspensión de Paraguay del Mercosur y Unasur tras el juicio político de

Fernando Lugo. Como lo señaló el presidente uruguayo José Mujica (citado en Malamud, 2015, p. 96) los presidentes decidieron privilegiar lo político sobre lo jurídico.

(ii) Un “Nacionalismo exagerado” El nacionalismo ha distorsionado la idea de soberanía en la región. Cuando se menciona la soberanía, lo que se quiere decir es soberanía territorial, la patria y sus valores, más que soberanía cívica. Para el caso de la integración regional, el progreso es imposible sin ceder un mínimo de soberanía a las instituciones supranacionales. Más allá de las declaraciones retóricas, se ha hecho muy poco en América Latina al respecto. Como ejemplo podrían servir los parlamentos regionales o subregionales. América Latina tiene el mayor número de asambleas de este tipo en el mundo, incluidas las siguientes⁵:

Parlatino (Parlamento Latinoamericano, creado en 1964 e institucionalizado en 1987); Parlamento Andino (vinculado a CAN, creado en 1979, institucionalizado en 1984); Parlacen (Parlamento Centroamericano, cuyas reuniones comenzaron en 1991); Parlasur (Parlamento del Mercosur, establecido en 2005 y en funcionamiento en 2007); y el Parlamento Suramericano o el parlamento de Unasur. A estos ejemplos se puede agregar el Parlamento Amazónico. En todos estos casos no hay ninguna eficiencia palpable con atributos o competencias insignificantes. Un problema adicional son los gastos (instalaciones, gastos de viaje, salarios de los miembros, asesores y personal de apoyo).

h) Enfoque de las teorías del desarrollo

De manera general, y dentro de la literatura del desarrollo económico de la posguerra, las teorías más representativas se

5 La lista está en Malamud, 2015, p.98.

pueden ubicar en la obra de Michael P. Todaro (2000), quien destaca principalmente, las siguientes teorías de desarrollo económico:

1. La del modelo de crecimiento lineal,
2. La del modelo del cambio estructural,
3. La de la dependencia internacional,
4. La neoclásica.
5. Neoestructuralismo

La teoría del modelo de crecimiento lineal, por su parte, responde a la necesidad de crear conceptos para poder explicar el crecimiento económico de las sociedades agrarias, caracterizadas por la virtual ausencia de una moderna infraestructura económica. Como respuesta a esto, y en un ambiente acompañado por el fantasma de la guerra fría y la reciente independencia de algunas naciones, surge el modelo de desarrollo por etapas de crecimiento.

Todaro (2000), señala que uno de sus principales teóricos fue el norteamericano W.W. Rostow, cuya doctrina destaca que “la transición del subdesarrollo al desarrollo se puede describir en términos de una serie de pasos o niveles por los cuales todos los Estados deben proceder” (Todaro, 2000, p. 79). Rostow, en este sentido destaca que los Estados avanzados o desarrollados, tuvieron necesariamente que pasar por estos niveles para llegar al crecimiento sustentable. Uno de los principales secretos para el desarrollo es la movilización del ahorro nacional e internacional para generar suficiente inversión y así acelerar el desarrollo.

En cuanto a la teoría del cambio estructural, destaca los mecanismos por los cuales un país en un estado o nivel de subdesarrollo económico transforma su estructura económica, poniendo un mayor énfasis en la modernización, que en el

esquema de agricultura de subsistencia; es decir, con más urbanización, con mayor diversificación industrial-manufacturera y con una economía de servicio. Esta teoría emplea las herramientas neoclásicas de los precios, la teoría de asignación de recursos y la econometría moderna para describir cómo se ejecuta el proceso de transformación. Dos ejemplos que representan esta propuesta son el modelo teórico de W. Arthur Lewis y el análisis empírico de Hollis B. Chenery (Todaro, 2000, p. 84).

La teoría de la dependencia internacional comenzó a tener auge en la década de 1970, especialmente entre los intelectuales de los países del tercer mundo. En esencia, esta teoría sostiene que los países en vías de desarrollo están institucionalmente acosados, tanto desde el punto de vista económico como del político, por el orden internacional que genera una relación de dominación y dependencia por parte de los países ricos hacia los pobres. Las principales interpretaciones de esta teoría son el modelo de dependencia neocolonial, el modelo del falso paradigma y la tesis dualista del desarrollo.

La teoría neoclásica surge en 1980, apoyada por los gobiernos conservadores en los Estados Unidos de América, Gran Bretaña, Canadá y Alemania Occidental. Esta teoría se orienta a favorecer la privatización del sector público e invita al libre mercado, al desmantelamiento de la propiedad pública, a una planeación estatal y a la regulación de la participación del gobierno en las actividades económicas. Ha ganado terreno y poder en los organismos financieros internacionales y puede considerarse como la columna vertebral de muchos de los programas que se aplican en los países en vías de desarrollo.

u argumento fundamental es que el subdesarrollo no se debe a las actividades de los países del primer mundo y de las agencias internacionales, sino a la corrupción y a la falta de incentivos económicos. No plantea la necesidad de una

reforma en el sistema económico internacional, sino que llama a una reestructuración del dualismo del desarrollo económico a incrementar la ayuda internacional y a controlar más el crecimiento de la población en los países en vías de desarrollo. Finalmente, cabe mencionar que la teoría neoclásica puede dividirse en tres grandes propuestas: la del libre mercado, la de opción pública y la denominada mercado amigable (Todaro, 2000, p. 84).

El Neoestructuralismo fue desarrollado sobre todo por la CEPAL (Bárcena, 2016) y es una respuesta a la adopción del Consenso de Washington en la década de 1990, de su austeridad y políticas orientadas al libre mercado como la forma en que los países (sobre todo del Sur global) pueden resolver sus problemas de desarrollo. El neoestructuralismo se opone a los principios del Consenso de Washington, es decir, la privatización y la liberalización comercial.

En este sentido, consideramos que el ALBA esta más cerca de las ideas clásicas del estructuralismo (Celso Furtado Raúl Prebisch, Aníbal Pinto Santa Cruz ; Osvaldo Sunkel y otros) como: relaciones de poder entre el centro y la periferia, la crítica a la ventaja comparativa , el carácter dual del desarrollo económico en diferentes niveles, la necesidad de una inserción regional e internacional adecuada, la necesidad de un desarrollo guiado por el Estado especialmente en infraestructura y desarrollo productivo.

Y desde luego todavía mas cerca está ALBA con la teoría de la dependencia (Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank entre otros): la idea en un desarrollo endógeno, la cooperación Sur para salir del intercambio desfavorable con el Norte, creación de propias industrias nacionales – todo bajo la lógica del estado como rector de la economía.

i) América Latina y su rol en la Geoeconomía regional

La geoeconomía es el estudio de los aspectos espaciales, temporales y políticos de las economías. La formación de la geoeconomía como rama de la geopolítica se atribuye a Edward Luttwak quien publicó en 1990 el artículo *From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce* (Luttwak, 1990). Su hipótesis central fue que después del fin del guerra fría entre Estados Unidos y la Unión Soviética la confrontación entre los bloques ya no sea político-militar sino más bien económico: “Al parecer, todos están de acuerdo en que los métodos de comercio están desplazando a los métodos militares, con capital disponible en lugar de poder de fuego, innovación civil en lugar de avance técnico-militar y penetración en el mercado en lugar de guarniciones y bases.” (Luttwack, 1990, p. 17). El eje central del análisis de Luttwack es el enfoque en el estado-nacional y desde una óptica de corte realista. La geoeconomía funciona con la lógica de la estrategia que es uno de los puntos principales de Luttwak, él mismo un estratega militar.

El autor destaca la competencia y la posibilidad de resultados de suma cero (zero game), así como las perspectivas temporales a medio y largo plazo y la jerarquía del posicionamiento de poder de los estados en los asuntos mundiales. La estrategia o sea "gran estrategia", En principio, la estrategia da coherencia a los objetivos de política exterior. La geoeconomía configura y gestiona el entorno estratégico en el cual operan los estados. Además, es la búsqueda de sus intereses nacionales por medios económicos. Para Luttwak, la geoeconomía implica intervención estatal y políticas proteccionistas y neo-mercantilistas.

En el siglo XXI hay dos modelos que queremos analizar de manera mas detenida: ALBA y la Alianza del Pacífico.

d)1) ALBA – un contramodelo al neoliberalismo

La *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos* (ALBA-TCP) fue inaugurado oficialmente en diciembre de 2004 por Hugo Chávez, presidente de Venezuela, y Fidel Castro, presidente de Cuba y surgió como una alternativa explícita al Área de Libre Comercio hemisférica de las Américas (ALCA) que en ese momento contaba con el apoyo de gran parte de la región y fundamentalmente de los EE. UU. bajo Bill Clinton y George W. Bush.

Después del abandono del ALCA en 2005, ALBA se volvió un agente proactivo lanzando iniciativas para contrarrestar la influencia de la globalización neoliberal en la región y reforzar los modelos de desarrollo. Surgieron nuevas formas de cooperación como por ejemplo "petróleo para médicos"⁶ entre Venezuela y Cuba y se sumaron a lo largo de la primera década del siglo XXI países como Bolivia bajo Evo Morales y Ecuador bajo Rafael Correa (así como Nicaragua, Dominica y otras islas del Caribe anglófono contribuyendo a la ola rosa de esta década).

Desafiando la naturaleza y la conveniencia de la liberalización del comercio al proponer un forma de contra-globalización basada en la cooperación, la complementariedad y la solidaridad.

A lo largo de la primera década fueron implementados varios paso de esta integración regional liderado económicamente por Venezuela: Petrocaribe – también

⁶ Este programa – en la retórica de Hugo Chavaez misiones tambien se llamó Misión Barrio Adentro que resolvió a un lado la carencia de doctores (y clínicas) en las áreas rurales de Venezuela y por el otro lado Cuba recibió su necesitado suministro de petróleo. Dentro de Venezuela el programa fue financiado por Petróleos de Venezuela, SA (PDVSA).

llamado diplomacia del petróleo – es un programa para ayuda en el suministro de petróleo se lanzó en 2005; 17 los países se adhirieron al esquema de Petrocaribe durante su primera década. Luego vino el Tratado de Comercio del Pueblo (Tratado de Comercio de los Pueblos - TCP) en 2006 y 2009, cuyo objetivo era establecer un marco para negociar acuerdos comerciales cooperativos compatibles con los principios del ALBA.

Empresas conjuntas internacionales conocidas como empresas "nacionales" (2007), impulsaron el comercio y la inversión en áreas estratégicas. La compensación regional Sistema Unitario de Compensación Regional (SUCRE) de moneda virtual fue un incentivo el comercio intra-ALBA reduciendo los costos de transacción, así como ahorrando a los estados miembros divisas. Las reservas mismas fueron mantenidas por el Banco ALBA (creada en 2008) e invertidas en proyectos productivos o sociales. El SUCRE busca – algo que no se ha logrado - reemplazar progresivamente al dólar estadounidense en el comercio interregional que existe entre los países miembros de ALBA. El colapso de los precios del petróleo en 2014 dio un golpe duro a ALBA. Con la salida de Ecuador bajo el presidente Lenín Moreno en agosto de 2018 y de Bolivia en noviembre de 2019 bajo la presidenta interina Jeanine Áñez Chávez el proyecto se debilitó aún más.

d)2) Alianza del Pacífico – un modelo liberal de integración

Este mecanismo data del año de 2013, cuando los presidentes de México, Enrique Peña Nieto; Chile, Sebastián Piñera; Colombia, Juan Manuel Santos y Perú, Hollanta Humala; acordaron, en el marco del mecanismo Alianza del Pacífico, alcanzar el libre mercado, con la eliminación en un 92% aproximadamente el arancel al intercambio comercial, los obstáculos técnicos al comercio y consolidarán una

colaboración aduanera. Con el arancel cero los miembros del bloque se beneficiarán del acceso seguro de sus productos y servicios a los mercados. Su objetivo, de acuerdo con la Declaración de Lima, es formar un bloque comercial que sirva de integración para que se propicie la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas en la región y sirva de plataforma para una mayor vinculación económica con el Asia Pacífico. La ventaja de este mecanismo comercial es su naturaleza pragmática e híbrida que se aleja de los pasos que sigue la teoría de la integración económica tradicional para dar paso a un esquema innovador que se adapta a las necesidades de los países miembros (Oropeza, 2017).

Ante la pregunta si la Alianza del Pacífico puede contribuir a la integración Latinoamérica real, nos parece que abona a la estrategia de la diversificación de las relaciones económicas de sus miembros, sin embargo, para lograrlo se tendrán que incrementar los esfuerzos de promoción de las ventajas que ofrece este tipo de mecanismo. En este contexto, nos parece que sus alcances están alineados también a una estrategia geopolítica, el cual, desde una perspectiva de la teoría realista (Morgenthau, 1948), la Alianza del Pacífico ha contrarrestado la influencia de Brasil y Venezuela en el marco del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) que marcó, en ese momento de la historia de la región, a la división de América Latina en dos proyectos económicos, políticos y sociales. En esta doble vertiente, pensamos se puede ubicar a los miembros de la Alianza del Pacífico; primero, como un destino para la diversificación de sus exportaciones a través de la incorporación gradual de la Pequeñas y Medianas Empresas (PYMES) a la cadena de valor intra-Alianza y como un mecanismo y/o instrumento de balance geopolítico regional.

d)3) Comparaciones entre ALBA y Alianza del Pacífico (AP)

La Alianza del Pacífico sigue el modelo del regionalismo abierto mientras que el ALBA adopta un modelo posliberal con un papel protagónico del Estado en la economía y en la dirección del integración si se prefiere en términos ideológicos: una neoliberal (AP) la otra con una visión estadista-socialista (ALBA)

Con su agenda de liberalización comercial, la AP se diferencia de otras organizaciones regionales latinoamericanas como Mercosur o ALBA y aporta una nueva dinámica a la integración económica de América Latina. También ha devuelto a México al sistema regional sudamericano como actor externo.

Desde una perspectiva geopolítica, la AP está fortaleciendo la inclinación de algunos países de la región hacia el Pacífico, reforzando sus los lazos económicos con Asia, tal es el caso de Chile, México y Perú en el Tratado Integral y Progresista de Asociación Transpacífico (TIPAT). Asimismo, cabe resaltar que, además, tres miembros de la AP pertenecen al foro APEC. México es miembro desde 1993, Chile es miembro desde 1994, Perú desde 1998. A diferencia del AP, el ALBA se mantiene con enfoque en la región latinoamericana. Si esto lo llevamos al terreno de las comparaciones económicas entre ambos esquemas, de acuerdo a los datos del Banco Mundial, la AP ha sido más exitosa que el ALBA, tal y como se demuestra en el siguiente cuadro:

Gráfico 1 Crecimiento económico países ALBA vs crecimiento económico países Alianza Pacifico



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Banco Mundial. Los datos de cada zona económica se calcula como una media ponderada por población

Fuente:<https://www.libremercado.com/2020-02-13/socialismo-liberalismo-alianzas-comerciales-podemos-venezuela-nicaragua-cuba-alianza-del-pacifico-alba-1276652132/>

La AP también presenta debilidades aún mayor que ALBA al respecto con la integración económica regional latinoamericana. Por ejemplo, el porcentaje de comercio intrarregional (exportaciones) entre países de la AP no ha aumentado; de hecho, disminuyó del 3,5% en 2013 al 3,2% en 2015. Pero esta cifra bajísima está muy influenciada por México, cuyo principal socio comercial es Estados Unidos y que en general tiene vínculos comerciales débiles con el resto de América Latina. En los casos de Chile, Colombia y Perú, el porcentaje de exportaciones a los demás países de la AP osciló entre el 6% y el 8% en 2015 y ha aumentado desde 2013 (Nolte, 2017:7).

Para Gilberto Aranda y Sergio Salinas (2015) la diferencia básica entre estos dos modelos de integración y cooperación es que “son parte de dos esquemas de cooperación con

diferencias ideológicas, pero también con elementos comunes. Coincidentemente ambas propuestas no se ciñen al credo funcionalista de integración y al modelo arquetípico de la experiencia de la Unión Europea. Criterios como la proximidad geográfica o el "desborde" por áreas no son requisitos para ninguno de los dos casos. Lo anterior explica que ambas alianzas sean heterogéneas respecto a su composición, superando el horizonte sudamericano para afincarse en Latinoamérica. EL ALBA tiene adherentes que participan en diversos acuerdos subregionales: MERCOSUR, CAN, SICA y CARICOM, mientras que la Alianza de Pacífico tiene miembros que son parte de la CAN y el NAFTA (hoy T-MEC), y con postulantes del SICA", es decir, mientras el ALBA tendía a un modelo de integración más horizontal y simétrico, la Alianza del Pacífico plantea un modelo de regionalismos abierto expuesto por la CEPAL (1994) y en donde las condiciones económicas entre sus miembros es diferente.

En tanto para Raúl Bernal-Meza (2015), "de manera general, la Alianza del Pacífico ha sido vista como la versión del Pacífico del Mercosur", mientras éste sería la versión "atlántica" del regionalismo sudamericano. Pero, mientras el Mercosur y ALBA son vistos como modelos proteccionistas, la Alianza del Pacífico es vista como el modelo de apertura que seguiría la visión del "regionalismo abierto". Las opiniones más críticas, que comparten Argentina, Venezuela, Bolivia y Ecuador, identifican, por tanto, a la Alianza del Pacífico como un proyecto neoliberal y mercantilista.

e) América Latina y su rol en la Geoeconomía hacia el Sur Global:

Con el fin de la Guerra Fría y la caída del muro de Berlín la situación geopolítica mundial ha cambiado de manera

sustancial las relaciones desiguales y unilaterales entre el llamado "Primer Mundo" y el denominado "Tercer Mundo". El nuevo orden internacional se caracteriza (independientemente del breve intervalo de unipolaridad estadounidense) cada vez más por la tendencia hacia un sistema multipolar en el que poco a poco, pero sin pausa, el predominio de las viejas fuerzas de Occidente (o sea del Norte) se ve cuestionado cada día más por la emergencia de los países anteriormente catalogados como "en vías de desarrollo".

En el transcurso de las dos últimas décadas han aparecido nuevas formas y posibilidades de cooperación Sur-Sur. Éstas se han venido intensificando, se han profundizado y se han venido anclando en nuevos marcos institucionales.

El más conocido de estos nuevos formatos es el llamado BRICS que representa la cooperación entre Brasil, Rusia, India, China, y desde abril de 2011, Sudáfrica. América Latina. El término BRICS fue acuñado en 2001 por el analista Jim O'Neill de Goldman Sachs.

e)1) China, Rusia, BRICS

De acuerdo con Wang Lei (2018)⁷, especialista chino, la gobernanza global es "la forma en que la comunidad internacional se organiza para atender los grandes retos del mundo, tales como la paz y estabilidad internacional; las finanzas internacionales; el comercio internacional; el cambio climático; el movimiento de la población global (migración internacional); salud y epidemias y el desarrollo global, así como lucha contra la pobreza, entre otros". La naturaleza de estos temas radica en la cooperación (negociación, reglas y

⁷ Conferencia dictada en el seminario internacional titulado: "*Reglas Comerciales para Oficiales de países en desarrollo,*" organizado por el Ministerio de Comercio en el mes de septiembre de 2018, Beijing, China.

regulaciones), temas orientados (transnacionalismo y globalismo) y los actores múltiples (estados nacionales, multinacionales, movimientos civiles y la gente). Todo esto está enmarcado en un contexto globalizado e interdependiente, que en palabras de Wang Lei, “está sustentado bajo una organización internacional de 3 fuentes de poder: el G7, los BRICS y el G20. De estos tres pilares, el G20 es la plataforma para la gobernanza económica global”.

Estos conceptos, naturalmente se contraponen con los principios e instituciones de la arquitectura económica y financiera de la posguerra (Banco Mundial, Fondo Monetario Internacional, GATT, hoy Organización Mundial del Comercio). En entrevista, para este trabajo Lei respondió sobre nuestro cuestionamiento sobre la interpretación teórica de la gobernanza global que “desafortunadamente no puedo dejar fuera del análisis mi visión académica de las cosas, dado que durante mi formación académica aprendí que la teoría sirve para explicar una realidad determinada y en este caso, no sería la excepción”. A Wang Lei le sorprendió nuestro cuestionamiento, de hecho, no la esperaba. “China desde hace 10 años ha cambiado su narrativa; pasamos de una visión idealista a una realista, bueno, neorrealista del mundo, sin embargo, seguimos creyendo en la gobernanza global a través de esquemas de cooperación sur-sur” concluyó.

Así, paradójicamente, estamos frente a una concepción y práctica de la gobernanza global híbrida. Esto es, que, desde un enfoque teórico, las prácticas y la concepción de la gobernanza económica global china, se llevan a cabo a través de un enfoque neorrealista, utilizando estructuras de poder que no cuentan con un alto grado o nivel de institucionalización, y que, por lo tanto, conllevan hacia un enfoque negativo de la cooperación, en el que esperan a través de esas estructuras de poder, obtener ganancias relativas, es decir en el corto plazo. Por el otro lado,

la visión china de la gobernanza global a través de la cooperación, para atender los retos o problemáticas mundiales, en sí misma contempla una visión neoliberal, pretendiendo como objetivo principal, la búsqueda del desarrollo o un mayor bienestar. Esto tiene implicaciones importantes para el sistema internacional, principalmente en cómo está organizado el sistema y cómo está distribuido el poder, desde el enfoque chino. Así, la gobernanza global desde la perspectiva china se puede entender como híbrida, en el que se mezclan, de acuerdo con sus prácticas y ganancias esperadas, dinámicas de cooperación a través de estructuras de poder, que con el tiempo se irán institucionalizando e impactando dentro del sistema internacional. Bueno de Mesquita (2006) lo esquematiza muy claramente, cuando señala que para los neorrealistas el sistema internacional es anárquico y no jerárquico, mientras que, para los neoliberales, la distribución del poder se basa en la existencia de hegemonías regionales y no en un desbalance o balance de poder.

En la práctica, el pragmatismo chino reflejado en su política económica y comercial: sé es neoliberal cuando es necesario, o mercantilista cuando la situación lo amerita. Asimismo, apuestan al multilateralismo con insumos propios tal es el caso los instrumentos financieros de los BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica) como el Nuevo Banco de Desarrollo (NBD) o su programa llamado la nueva ruta de la seda que pretende dotar de recursos económicos e infraestructura terrestre y marítima a países de Asia y Europa Central. Esto, en síntesis, es lo que yo llamo el nuevo orden internacional del que he hablado con anterioridad en este espacio, y en el que China pretende continuar como el hegemónico dentro del continente asiático.

La lección de esto es que China a través de sus capacidades está adaptándose a una transición de poder global (Barnett &

Duvall, 2005) en donde las reglas del juego y los intereses nacionales de los principales actores globales han cambiado. Para ello, están pavimentando el camino con una propuesta de un nuevo orden internacional, donde insertarán no sólo instituciones a la nueva arquitectura internacional, sino que abogarán por un mundo desde una perspectiva china, misma que debemos conocer, más aún cuando se ha pensado en este país como una opción real para lograr la tan anhelada diversificación comercial de México. Aquí la importancia de conocer a la naturaleza pragmática de China que va más allá de los libros y de interpretaciones idealistas.

Por lo que toca a Rusia, podemos decir que está de regreso recuperando su hegemonía a escala global. Si los principios de la geopolítica no fallan (González, 2011), en los últimos años ha desarrollado un poderío e influencia local gracias al conflicto en Ucrania y anexión de Crimea; regional, por su apoyo al régimen de presidente Bashar al-Ásad que ha dado como resultado la prolongación de la guerra civil en Siria y global, con su respaldo al régimen de Nicolás Maduro en Venezuela. Tras la caída del muro de Berlín, la desaparición de la Unión Soviética que transitó a la Federación de Estados Independientes, Rusia se alejó de los escenarios internacionales para dar paso a la reconfiguración y construcción de un nuevo modelo político y de desarrollo (capitalista) a través de una economía abierta y la consolidación del poder de un hombre como lo es el presidente Vladimir Putin que de alguna manera le ha dado cierto grado de estabilidad en los últimos años al país muy a pesar de las sanciones políticas y económicas impuestas por algunos países europeos y Estados Unidos luego del conflicto con Ucrania.

En este proceso, América Latina quedó relegada de la estrategia rusa en la región, sin embargo, de acuerdo con la investigadora Alexandra G. Koval de la Universidad Estatal de

San Petersburgo, ⁸eso cambiará muy pronto. La académica rusa destacó que, además de las visitas oficiales de primer nivel realizadas a la región en la última década, esto se ha plasmado en el concepto de la Federación Rusa (2016) para América Latina que estableció que: “Rusia buscará consolidar sus lazos con sus socios latinoamericanos en los foros regionales e internacionales, expandiendo la cooperación a través la asociación multilateral con América Latina y las estructuras de integración en el Caribe, incluyendo la Comunidad Latinoamericana y Caribeña, el Mercado Común del Sur, la Unión de Naciones del Sur, el Sistema de Integración Centroamericano, la Alianza Bolivariana para la gente de nuestra América, la Alianza del Pacífico y la Comunidad del Caribe”.

Esto, en términos discursivos podría ser parte de una narrativa a nivel político, no obstante, se ha acompañado de la presencia de Rusia en la región no solo en términos geopolíticos, sino comerciales. En este sentido, Koval resaltó que el comercio con la región ha aumentado desde el año de 2001 llegando casi 16 mil millones de dólares en el año de 2018. De la misma manera, señaló que a partir del año de 2008 la tasa en promedio de las exportaciones rusas se ubicaron en 1.5% y sus importaciones en un 3.8% respectivamente. Por su parte, América Latina ha mantenido un promedio en sus importaciones procedentes de Rusia en 1.8% y sus exportaciones promediaron 3.8% para el mismo período. Vale la pena mencionar que la región ha mantenido un superávit comercial con respecto a Rusia quien tradicionalmente exporta a Latinoamérica fertilizantes (32%), minerales (25%), hierro y acero (23%), Cereales (4%), Caucho (2%), Maquinaria (1%), otros

8 Conferencia “México titulada “La relación entre Rusia y América Latina” dictada en la Universidad Anáhuac en el mes de septiembre de 2019, Estado de México, México.

(13%) e importa frutas (19.8%), carne (15%), Soya (14%), Vehículos (7.3%), pescado (7.2%), químicos inorgánicos (4.1%), maquinaria (3.5%) y otros productos (29.6%). Los tres principales socios comerciales de Rusia son Brasil (32%), México (18%), Ecuador (10%). Es preciso apuntalar que Venezuela no figura como un importante socio comercial, ubicándose en la 11 posición.

Ante este escenario, la relación entre ambas partes puede mejorar, para ello, es necesario encontrar un equilibrio en el intercambio comercial y promover más misiones comerciales, así como despejar las dudas del sector empresarial latinoamericano por el temor a la lejanía. De la misma manera, se deberá pasar de un esquema de economías competitivas a uno de complementariedad económica. Esto se puede hacer a través del mutuo conocimiento, el cual deberá de respaldarse por un sistema comercial multilateral institucional por medio de la Organización Mundial del Comercio (OMC), la eliminación del proteccionismo, el alto costo de los transportes, mayor acceso a la oferta-demanda comercial entre ambas partes. De darse esto, se estaría en condiciones de explorar la posibilidad de firmar Tratados de Libre Comercio con los países de América Latina. Mientras esto suceda, es necesario dar paso a una mayor cooperación entre Rusia y la región en temas comunes en la agenda global, tal es el caso del multilateralismo y la gobernanza global, conceptos usados también por el gobierno chino en su narrativa concerniente al nuevo orden internacional. Es aquí donde los BRICS podrían jugar un rol importante para profundizar los lazos de cooperación y apuntalar hacia una nueva gobernanza global planteada por China.

e)2) IBSA⁹

Aparte de BRICS, existe¹⁰ otra plataforma de cooperación y diálogo entre los principales países emergentes y probablemente futuras superpotencias –el foro de diálogo IBSA (India, Brasil y Sudáfrica). Estos tres países se conciben a sí mismos como fieles seguidores de los principios de la democracia (liberal), de los derechos humanos y de una economía de libre mercado, mismos que consideran haber adaptado exitosamente a sus particularidades regionales. Cada uno de estos países cuenta con una gran y joven población y con una enorme diversidad étnica y cultural. Geopolíticamente representan las principales potencias en sus respectivas regiones del mundo - en el sur de Asia (India), en América del Sur (Brasil) y en el África subsahariana (Sudáfrica).

Antecedentes históricos

En junio de 2003, participaron en la Conferencia del G-8 los representantes de Rusia, Canadá, Estados Unidos, Francia, Italia, Alemania, Reino Unido, y Japón. Por su parte, los tres jefes de gobierno de la India, Brasil y Sudáfrica - Atal Bihari Vajpayee, Luiz Inácio Lula da Silva y Thabo Mbeki sólo participaron simbólicamente, en calidad de observadores.

Esta ubicación en la segunda fila se percibía, de alguna manera (y con razón) como una burla, según expresó en un comentario de aquella época Lula: "De poco sirve ser invitados

⁹ Parte de esta sección sobre IBSA es una versión actualizada del texto de Maerk, Johannes & Nissel, Heinz (2010). Cooperaciones entre el Sur: el caso de IBSA. SASKAB: Revista de Discusiones Filosóficas desde Acá 12 (1): http://www.ideaz-institute.com/sp/CUADERNO_10/C102.pdf

¹⁰ IBSA deja de funcionar a partir la parte militar. En marzo de 2020 se anunció que IBSAMARThe seventh iteration of the exercise is scheduled for 25 September to 2 October 2020 with South Africa the lead nation.

para el postre en el banquete de los poderosos.”¹¹ Solo tres días después, los entonces secretarios de asuntos exteriores de estos países -Yashwant Sinha, Celso Amorim y Nkosazana Dlamini-Zuma- se reunieron en Brasilia como el propósito de explorar la situación para fomentar mecanismos de mejor interacción entre sus países; una reunión que ellos mismos describieron como un encuentro pionero. El resultado fue la llamada "Declaración de Brasilia"¹² que estableció formalmente el Foro de Diálogo IBSA. En esta declaración ya fueron definidos los ejes centrales que jugarían un papel clave en todas las futuras cumbres de IBSA: Se trata, entre otras cosas, de impulsar una reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas exigiendo asientos permanentes este consejo -sin éxito hasta la fecha debido a la resistencia de China y Rusia. Un segundo punto clave de la Declaración subraya la importancia de la cooperación trilateral para el desarrollo social y económico de los tres socios.

Altos funcionarios representantes de los tres gobiernos se reúnen una vez al año en diferentes lugares para la preparación de las reuniones de ministros o jefes de gobierno extranjeros (los llamados "puntos focales"). La reunión de ministros de Relaciones Exteriores se realiza solo una vez al año. Los ministros de Relaciones Exteriores de los países miembros se reúnen entre sí antes de la Asamblea General de las Naciones Unidas para tratar asuntos de interés general. Esto significa que realmente no existe una estructura formal que los represente, más bien hay reuniones informales y estructuradas por

¹¹ Para mayor información, favor de consultar: <https://www.ultimahora.com/lula-pide-lugar-el-banquete-poderosos-n68682.html> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

¹² La declaración completa se encuentra en: <http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/243.html> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

sectores, como la cooperación de las instituciones científicas, las empresas líderes y de sus representantes y las organizaciones de la sociedad civil, lo cual dificulta, sin duda alguna la concreción de propuestas, así como el establecimiento y seguimiento de los compromisos establecidos.

Sin embargo, el humilde comienzo de este esfuerzo de coordinación para el alcance de los objetivos del acuerdo del Foro se ha venido convirtiendo en algo cada vez más sofisticado durante los últimos años. La Declaración de Brasilia mencionaba inicialmente que “los tres países con democracias vibrantes en tres regiones del mundo en desarrollo han decidido intensificar aún más el diálogo en todos los niveles, para así organizar reuniones de expertos y altos funcionarios responsables de las cuestiones de interés mutuo”. Un poco más tarde se trató de precisar y ampliaron las bases para el logro de sus objetivos: en la declaración conjunta de los tres ministros de Asuntos Exteriores de 2004 se afirmaba que IBSA ayudaría “para avanzar en el desarrollo humano mediante la promoción de potenciales de sinergias entre los miembros”. En la reunión de los jefes de gobierno 2006, el foco estaba en un “orden mundial justo y equitativo” y la Cumbre de 2011 que ya se habló de un “nuevo orden mundial”; aun cuando la evidencia empírica para justificarlo era todavía débil, la intención de impulsarlo era ya claramente manifiesta.

Los logros de IBSA

En la primera década de su existencia, el IBSA ha desarrollado una gran variedad de actividades. Diversos comunicados fueron publicados en forma de declaraciones y se crearon un enjambre de grupos de trabajo en prácticamente todas las posibles dimensiones de la cooperación. Hay cuatro dimensiones de estas actividades:

1. Coordinación política; 2. Cooperación por sectores; 3. El Fondo IBSA y por último 4. "People-to-People Foros" (actividades en asuntos de la sociedad civil)

Desde sus inicios, el Foro IBSA ha llevado a una cada vez mejor coordinación de las políticas entre los socios. Esto es cierto no sólo para los niveles más altos del gobierno y de las secretarías de Relaciones Exteriores, Hacienda y Defensa que desarrollan una línea conjunta en asuntos globales (como las Naciones Unidas). Los representantes del grupo también han estado participando en una gran variedad de otros foros internacionales, como el Consejo de los Derechos humanos, la OMC, el Tratado del Antártico y la conferencia para la Restauración de Palestina.

El grupo busca la cooperación a través de sectores en las siguientes áreas: agricultura, cultura, defensa, educación, energía, medio ambiente, salud, hábitat, transporte e infraestructura, administración pública, finanzas (sobre todo política tributaria), ciencia y tecnología, desarrollo social y comercio así como el turismo. Y busca, sobre todo, fórmulas innovadoras para la concreción de los proyectos de cooperación más allá de la retórica. La coordinación y ejecución de los proyectos está en manos de altos funcionarios de las respectivas secretarías en cada país.

Por lo general, en cada uno de los sectores de interés conjunto, uno de los países asume el liderazgo en una agenda concreta. Por ejemplo, la India ha asumido la responsabilidad en el área de la educación y distribuye las tareas de la siguiente manera: la India se ocupa de la educación en general, con un enfoque en la igualdad de género, Brasil optó por la enseñanza superior y profesional y Sudáfrica por la educación "abierta" y el aprendizaje a distancia.

El Fondo IBSA (su nombre completo en inglés es: India, Brazil and South Africa Facility for Poverty and Hunger

Alleviation) fue creado en 2004 para llevar a cabo proyectos de desarrollo, no sólo en los tres países socios, sino también en países menos desarrollados (PMD). El objetivo es la implementación de proyectos acordes con los Objetivo de Desarrollo del Millenio (ODM) de las Naciones Unidas.

Si bien el Fondo dispone de solo un millón de dolares por país y por año, a la fecha ha ejercido un efecto positivo en los pequeños países en vías de desarrollo. De este modo, varios proyectos en los campos de la agricultura, la energía y la salud han podido realizarse con resultados alentadores.

El Fondo es un elemento fundamental para la cooperación Sur-Sur y tiene la intención de no reproducir las desiguales relaciones Norte-Sur en la cooperación para el desarrollo. Los proyectos de IBSA se llevan a cabo en colaboración con las Naciones Unidas (con la Unidad Especial para la Cooperación Sur-Sur así como con organizaciones gubernamentales y no-gubernamentales en los países involucrados).

En 2012 el Fondo IBSA fue galardonado con el Premio South-South and Triangular Cooperation Champions Award, en 2010 con el premio Millennium Development Goal (MDG) Award y en 2006 con el premio United Nations South-South Partnership Award. El fondo ha gastado hasta ahora unos 27 millones de dolares en unos veinte proyectos en trece países del Sur Global. Por ejemplo, los proyectos de alcantarillado en Haití, la capacitación de los agricultores en Guinea-Bissau, un centro cultural y un hospital en Gaza / Palestina, así como un centro para la prevención del SIDA en Burundi.¹³

El cuarto campo de cooperación que promueve IBSA consiste en los llamados people to people fora (encuentros de personas a personas), es decir comités de expertos, ciudadanos

¹³ Para más información, consultar: <http://www.ipsnoticias.net/2011/08/brasil-impulsa-cooperacion-sur-sur/> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

preocupados, activistas de base de la sociedad civil, científicos de diferentes disciplinas, expertos, parlamentarios, foros de editores y foros de mujeres, etc.,

Si se comparan las diversas actividades y la estructura organizativa de IBSA, puede decirse que es una organización flexible, en contraste con la de la ONU, la OMC u otros foros internacionales de carácter más tradicional. Esto se puede ver, al mismo tiempo como una ventaja o como una desventaja, dependiendo de los que nos interese enfatizar.

Es cierto que faltan normas y reglas obligatorias y vinculantes, y que la diversidad de temas y proyectos pueden resultar en la dilución de las directrices y competencias de los involucrados. IBSA intenta de cumplir con dos tareas al mismo tiempo: formar una alianza para fortalecer tanto la posición común de las tres economías emergentes en las instituciones globales (diplomacia trilateral) así como crear una plataforma para la cooperación Sur-Sur en su totalidad, tanto para los países emergentes como para el resto de los países en vías de desarrollo.

El Foro de Diálogo IBSA se ha convertido desde 2003 en una de las creaciones más notables de la política internacional de la primera década del siglo XXI. IBSA se ha transformado en una importante plataforma de cooperación Sur-Sur y ve su tarea en las siguientes áreas:

- un foro de instituciones políticas y económicas globales de reforma (en contra de la dominación occidental) como una contrapropuesta del "Consenso de Washington"

- un espacio de nuevas formas de cooperación para el desarrollo con los países más débiles del Tercer Mundo (con los principios de igualdad, solidaridad, suplemento mutuo)

- y por último una plataforma trilateral entre los tres países en todas las áreas importantes de cooperación tanto a nivel civil como militar.

A nivel militar se lleva a cabo cada dos años el IBSAMAR¹⁴ - un ejercicio conjunto naval con estrategias de seguridad trilateral, por ejemplo, la lucha contra la piratería y la coordinación de operaciones de seguridad de los tres marinas en el Océano Índico (Pereira 2013). El primer ejercicio se llevó a cabo en 2008: Esta cooperación militar se debe ver en el contexto del interés geoestratégico especial de Brasil (un país con la costa atlántica más grande del mundo) en el Atlántico Sur, que se extiende desde la costa noreste hasta África occidental y es de crucial importancia para el comercio mundial. El pasaje sur, que conecta el Atlántico con el Pacífico, forma una ruta alternativa al Canal de Panamá, especialmente para grandes barcos. La ruta del Cabo de Buena Esperanza conecta el Atlántico Sur con el Océano Índico y, por un lado, ofrece una alternativa al Canal de Suez. Esta es la importancia geoestratégica del foro IBSA (India, Brasil, Sudáfrica), que en su dimensión militar tiene como objetivo asegurar estas rutas comerciales por un lado y, por otro lado, quiere contrarrestar la influencia de China en esta región. Un instrumento importante de los tres estados, India, Brasil y Sudáfrica, son los ejercicios marinos regulares IBSAMAR (India-Brasil-Sudáfrica Marítimo). A pesar de la actual situación con el COVID-19, las marinas de los tres países han anunciado que se llevaran a cabo las próximas maniobras: La séptima iteración del ejercicio está programada para el 25 de septiembre al 2 de octubre de 2020 con Sudáfrica como la nación líder. Simon's Town, donde la flota de la Marina de la SA tiene su sede central, y la costa oeste del Cabo será utilizada por las marinas participantes durante el ejercicio.¹⁵

14 Por sus siglas en inglés India-Brazil-South Africa Maritime

15 Planning underway for Exercise Ibsamar in September, <https://www.defenceweb.co.za/featured/planning-underway-for-exercise-ibsamam-in-september/>

e)3) Comparaciones IBSA - BRICS

En lugar de una gran celebración por el décimo aniversario de IBSA, se canceló la sexta Cumbre de Jefes de Gobierno en mayo de 2013 en Nueva Delhi. La explicación oficial fue que hubo problemas con la coordinación de la fecha más adecuada para llevar a cabo la reunión. En el fondo, se sospecha que hubo otras razones para la cancelación, después de todo, ¿no era ese el mismo año que ya tenía ya programada una reunión para la 68ª Asamblea General de las Naciones Unidas en Nueva York? No obstante, la reunión de Nueva York fue al mismo tiempo ocasión propicia para un encuentro entre los miembros del BRICS. De tal forma que, inevitablemente surgieron especulaciones respecto a que IBSA ya entró en su fase final y que finalmente el proyecto se va a integrar de manera completa al marco más amplio de BRICS.

Visto de cerca, no hay duda de que BRICS tiene un alcance mayor y un peso mucho más grande que IBSA. Sus cumbres sí tuvieron lugar con regularidad -2013 en Sudáfrica y en Brasil en 2014 así como en Rusia en 2015. Además, debe señalarse que, a final de cuentas el traslape es incuestionable; los niveles de diálogo, los temas y los participantes (como los funcionarios de alto nivel que vienen de los mismos ministerios y niveles sectoriales) se superponen entre ambas organizaciones. No obstante, si bien es cierto que el peso político específico de IBSA parece ser más débil, también es cierto que hay un mayor interés entre las organizaciones de la sociedad civil que participan del esfuerzo. Esto se debe al enfoque explícitamente democrático que los tres países quieren dar a sus acciones, en contraste con los demás miembros del BRICS: China y Rusia.

China e India, los dos países más poblados del planeta están en franca competencia no sólo por el poder en Asia sino también en África. China –no solo por motivos altruistas–

fomentó la entrada de Sudáfrica a BRIC para extender la organización a BRICS. Uno de los objetivos era debilitar el foro de diálogo IBSA, en el que China no está representado. La India entendió este movimiento por parte de la diplomacia china de modo que el primer mandatario indio Manmohan Singh formuló en el año 2010 el siguiente comentario: "*El IBSA tiene personalidad propia. Reúne a tres continentes separados, tres democracias. El BRIC es un concepto diseñado por Goldman Sachs al que estamos tratando de darle vida*"¹⁶

La gran tradición de la India como el país líder de los Países No Alineados bajo el liderazgo del difunto presidente Nehru y sus intereses geoestratégicos propios son contrarios a los de China (por ejemplo, en el Océano Índico). Aparte de esta influencia geopolítica tangible, India enfatiza la importancia de la democracia (entendida como sistema pluralista de partidos) y el respeto de los derechos humanos tanto a nivel interno como en el de la sociedad internacional. Mientras la India y los otros integrantes de IBSA hacen reclamos para obtener un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU, China y Rusia seguirán haciendo todo lo posible para evitar precisamente eso.

Los esfuerzos de IBSA por involucrarse con una sola voz en el mundo político global han sido hasta ahora realmente poco exitosos. Esto se evidenció con claridad en la fallida visita de una delegación de IBSA al presidente de Siria, Bashar Al-Assad en agosto de 2011¹⁷, la poca exitosa declaración sobre el conflicto de Gaza en noviembre de 2012 o las diferentes

16 Para mayor información, favor de consultar: <http://www.ipsnoticias.net/2011/03/ibsa-brics-o-ambos-el-dilema-de-africa-austral/> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

17 Para mayor información, favor de consultar: <http://www.ipsnoticias.net/2011/08/siria-ibsa-busca-incidir-en-diplomacia-mundial/> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

acciones que ha tenido dentro de la Comisión de los Derechos Humanos de la ONU. Además, como ya mencionamos, los esfuerzos conjuntos para obtener a un asiento permanente en el Consejo de Seguridad de la ONU hasta ahora no han tenido éxito y es muy poco probable que lo tenga en el futuro previsible. Aunque el Fondo IBSA tiene evaluaciones positivas por todos los lados, en realidad dispone de pocos recursos para la implementación de sus objetivos y tiene poca transparencia en la selección, puesta en marcha y evaluación de sus proyectos (Lechini, 2007).

En general, todo parece indicar que IBSA y BRICS tienen diferentes prioridades en su agenda y cubren áreas complementarias en el ámbito internacional, aunque no por ello dejen de haber zonas de intereses encontrados entre ambas entidades. El lema del grupo IBSA es "Desarrollo y Democracia", y es claro que ambos elementos están inextricablemente unidos en la visión que ellos tienen de sí mismos. Entre los tres miembros integrantes hay un interés manifiesto por mantener un modelo de desarrollo común, en el que los valores democráticos están asociados con la participación social y la acción política con la defensa de los derechos humanos.

Esto es algo muy importante para los socios integrantes del grupo, ya que lo ven como elemento distintivo de la organización; en comparación, los otros dos socios, Rusia y China en el otro intento de cooperación son claramente de tendencia autocrática y, por lo tanto, manifiestan poco interés en la promoción de la democracia, a la vez que son sumamente sensibles a cualquier crítica que ponga en tela de juicio sus políticas domésticas sobre derechos humanos.

Mientras BRICS se involucra más cada vez en la nueva ponderación de la política internacional entre el Norte y el Sur (bajo el lema "Occidente contra el resto"), IBSA tiene su

enfoque en mejorar el diálogo Sur-Sur, quizás incluso encabezarlo. De este modo, IBSA podría jugar un papel de liderazgo internacional con la introducción de nuevos puntos de vista y la resolución creativa de conflictos entre los propios países en desarrollo - junto con o incluso más allá de los complicados mecanismos de la ONU. Para ello sería necesario, sin embargo, que la India, Brasil y Sudáfrica apliquen seriamente los altos principios morales que dicen sustentar, tales como agendas socioeconómicas en el interior, que luego califican como un "modelo a seguir" para un mundo mejor.

IBSA no ha mostrado ninguna estructura organizativa jerárquica -esto significa en la práctica que es un trabajo con menos consistencia, pero al mismo tiempo con una mayor flexibilidad. Con la inclusión de Sudáfrica en el grupo BRIC (abril de 2011) muchos pensaron que habría una fusión entre IBSA y BRICS. Sin embargo, la India, Brasil y Sudáfrica se posicionan como defensores de la democracia (liberal, de los derechos humanos y los aspectos innovadores de cooperación Sur-Sur) se perfilan como países opuestos a los demás socios del grupo BRICS: China y Rusia.

En consecuencia, se ve como tendencia que los tres países miembros de IBSA buscarán en cuestiones financieras y del desarrollo a nivel mundial a los otros países que integran BRICS como socios. Al mismo tiempo, los temas de gobernanza democrática y la seguridad se van a desarrollar más en la organización de IBSA. Mientras que, por ejemplo, los tres socios tratan de conseguir puestos permanentes en el Consejo de Seguridad de la ONU, Rusia y China están tratando de evitar que eso llegue a ocurrir. Desde luego que hay convergencias entre IBSA y BRICS, simplemente por el hecho que los representantes de los políticos y altos funcionarios se ven regularmente en las dos organizaciones. Sin embargo, en nuestra opinión, IBSA no debería desaparecer como una forma

de organización independiente. IBSA es sin duda alguna, a pesar de sus deficiencias arriba mencionadas, un elemento importante para el logro de una mayor cooperación Sur-Sur que está alterando cada vez más el peso en la geopolítica internacional.

Conclusiones

La guerra comercial entre Estados Unidos y China es una realidad. El preámbulo fue el anuncio del presidente Donald Trump de imponer aranceles compensatorios a las importaciones del acero y aluminio procedentes del extranjero y otros sectores tecnológicos como la red social TikTok y a la empresa Huawei (BBC, 19 de septiembre de 2019). Esta política comercial restrictiva llevaba un mensaje claro y específico a un destinatario: China, que sin mayor titubeo respondió con una política comercial espejo, o mejor conocida como recíproca, imponiendo aranceles que van de un 15% a un 25% a 128 productos de Estados Unidos. No es un hecho aislado que se haya dado esto en el contexto de la reorientación de la política comercial de Estados Unidos con miras a reducir el déficit comercial con China que de acuerdo con el Censos Bureau de los Estados Unidos en el 2017 ascendió a 375,227.5 millones de dólares. En el terreno geopolítico, las cosas tampoco andan muy bien. La reciente visita del presidente norcoreano Kim-Jong Un a Beijín marcan la pauta de lo que en realidad estamos viviendo, es decir, un enfrentamiento por la supremacía económica, política y miliar global (tridimensional). China está jugando sus cartas y lo hace en estos tres terrenos. El poder suave, duro e inteligente de este país se ha dejado notar en los hechos arriba mencionados, sin embargo, todo parece indicar que la nueva fuente de poder denominado "poder agudo" (*Sharp Power*), sigue siendo un pendiente para la diplomacia

norteamericana. De acuerdo Christopher Walker y Jessica Ludwig (2017) el poder agudo es una especie de poder duro que se manifiesta principalmente en los regímenes autoritarios y que se refleja por ejemplo, en la difusión de información falsa en los medios de comunicación masiva, tratando de influir así en las percepciones y preferencias sociales, a través de los medios de comunicación o de redes sociales. La guerra comercial con China, además de estar aderezada de una gran cantidad de declaraciones por parte de Trump sobre la seguridad nacional de su país, tiene que vincularse necesariamente con otros fenómenos de las relaciones internacionales como lo es el papel que jugó Rusia en las elecciones en los Estados Unidos en el año de 2016, o bien, recientemente con la crisis diplomática entre este país y algunas naciones europeas por el envenenamiento con una sustancia química (Novichok) de un ex espía (doble) ruso, Serguéi Skripal junto con su hija, Yulia que vivían en Reino Unido en calidad de refugiados. A pesar de que aún no se ha determinado si la sustancia con la que fue envenenado el exagente Skripal fue fabricada en Rusia, esta acción dio como resultado la expulsión de una gran cantidad de diplomáticos de ambos bandos, así como el cierre de dos consulados, uno de Rusia en San Francisco, Estados Unidos y otro estadounidense en San Petersburgo, Rusia lo que ha generado una crisis diplomática similar a las que se daban en el contexto de la guerra fría. Nuevamente el poder agudo se manifiesta principalmente por el estilo diplomático disruptivo y muy característico de Donald Trump. Estados Unidos se enfrenta a un nuevo estilo de hacer política internacional, en donde a los elementos tradicionales de poder se le suman otras variables que ponen en jaque a la diplomacia estadounidense, la cual tiene grandes retos en los meses venideros: la visita a Pyongyang de Trump en el mes de mayo, la respuesta a las sanciones chinas a

los productos estadounidense y la posible visita de Putin a Washington a pesar de la crisis diplomática con Rusia. En todo ello, una nueva versión del poder duro, que está utilizando como herramienta el poder agudo de las capacidades, podría ser la respuesta.

En el contexto global, podemos concluir que, en América Latina, los esfuerzos para consolidar el desarrollo económico y los lazos entre las naciones latinoamericanas no han podido concretarse, debido, por una parte, a las presiones económicas y a las asimetrías entre las economías de la región. Los procesos de integración actuales en América Latina, principalmente se limitan al ámbito económico-comercial.

Uno de los desafíos para la integración económica regional en América Latina es la participación relativamente baja del comercio intrarregional en comparación con otras regiones del mundo. Las exportaciones están muy concentradas en el sector de las materias primas (como resultado del auge de los precios de las materias primas en la primera década del siglo XXI).

Las dinámicas de la globalización representan un espacio y herramienta hacia la diversificación y a las dinámicas multilaterales de cooperación internacionales. La integración puede convertirse en el medio para que la región obtenga más capacidad para competir en los mercados mundiales e incremente su participación en las negociaciones internacionales. Por ello, es necesario plantear una América Latina unida que busque a toda costa ascender al desarrollo.

En esta estrategia, la integración será la pauta para definir los criterios, objetivos, estrategias y lineamientos para enmarcarse en el entorno mundial, bajo un esquema. Así, la idea de la unidad latinoamericana mediante un esquema de regionalismo abierto adquiere dimensiones más acotadas y complejas, pues habrá que sumar esfuerzos para crear las normas y disposiciones, parciales y complementarias, que

precisen los mecanismos de integración y cooperación. Aquí, todos los modelos de desarrollo e integración abordados en el presente trabajo tendrán un rol fundamental en la orientación de las políticas nacionales en un entorno económico y sanitario convulso en la era del post-covid-19.

Referencias.

- Aranda, Gilberto & Salinas, Sergio (2015). *ALBA y Alianza del Pacífico: ¿Choque de integraciones?*, Universidad de Talca, Vol. 30, No. 1, Chile.
- Bárcena, A. & Prado, A. Ed. (2016). *Neoliberalism and heterodox thinking in Latin America and the Caribbean in the early twenty-first century*, ECLAC Books No. 132 , Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)..
- Balasa, B. (1984). *Teoría de la Integración Económica*. UTHEA.
- Barnett, M., & Duvall, R. (2005). Power in international politics. *International organization*, 59(1), 39-75.
- Bernal-Meza, Raúl (2015), *ALIANZA DEL PACÍFICO versus ALBA y MERCOSUR: Entre el desafío de la convergencia y el riesgo de la fragmentación de Sudamérica*, PESQUISA & DEBATE, SP, volume 26, número 1(47) pp.1-34, jan-mar, Brasil.
- Capraro, M.H. (1991). *Definiciones previas. El concepto de Integración*. BID/INTAL.
- CEPAL, (1994), *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*, CEPAL, Santiago, Chile,
- De Mesquita, Bueno, B.(2006). *Central Issues in the study of International Conflict*, *The Oxford handbook*, UK.
- Friedman; G.(2012). *The Next Decade*, Anchor Books.
- González Aguayo, L. Ed. (2011). *Visiones y Perspectivas de la Geopolítica Contemporánea*, UNAM.

- González Aguayo, L. Ed. (2011). *Los principales Autores de las Escuelas de la Geopolítica en el Mundo*, UNAM-GERNIKA.
- Lechini, G. (2007). IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur. *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*, Buenos Aires: CLACSO, 271-285.
- Luttwak, E. N. (1990). From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. *The national interest*, (20), 17-23.
- Maerk, J & Nissel, H. (2010). Cooperaciones entre el Sur: el caso de IBSA. *SASKAB: Revista de Discusiones Filosóficas desde Acá* 12 (1): http://www.idealz-institute.com/sp/CUADERNO_10/C102.pdf
- Malamud, C. (2015). Regional Integration and Cooperation in Latin America: Diagnosis and Proposals, *Global Journal of Emerging Market Economies*, 7(2), 92-120.
- Morgenthau, H. J. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* Knopf.
- Nolte, D. (2017). Trade: The Undervalued Driver of Regional Integration in Latin America, *GIGA Focus, Latin America*, (5).
- Nye, J. S. (2011). *The future of power*. Public Affairs..
- O'Neill, J. (2001). Building better global economic BRICs. *Global Economics Paper* No: 66
- Oropeza, García A. & Puyana Mutis, A. (2017). *La Alianza del Pacífico: Relevancia industrial en el nuevo orden global*, IDIC-FLACSO.
- Pereira, A. D. (2013). O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 2(4), 33-47.
- Ramírez, B.(1991). *Las Relaciones Económicas de México con América Latina, 1970-1990*. UNAM.
- Todaro, M.P. (2000). *Economic Development*. Pearson Education Limited.
- Zelada, A. (1998). *Derecho de la Integración Económica Regional*, BID/INTAL.

Walker, C., & Ludwig, J. (2017). The meaning of sharp power: How authoritarian states project influence. *Foreign affairs*, 16.

Páginas electrónicas:

<https://www.ultimahora.com/lula-pide-lugar-el-banquete-poderosos-n68682.html> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/243.html> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020

<http://www.ipsnoticias.net/2011/08/brasil-impulsa-cooperacion-sur-sur/> página electrónica consultada el 12 de agosto de 2020.

<https://www.bbc.com/mundo/noticias-49551605> página electrónica consultada el 11 de agosto de 2020.

<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power>

página electrónica consultada el 10 de agosto de 2020.

<https://www.defenceweb.co.za/featured/planning-underway-for-exercise-ibsamar-in-september/> página electrónica consultada el 1 de agosto de 2020.

<https://www.census.gov/en.html> página electrónica consultada el 9 de agosto de 2020.

<https://www.libremercado.com/2020-02-13/socialismo-liberalismo-alianzas-comerciales-podemos-venezuela-nicaragua-cuba-alianza-del-pacifico-alba-1276652132/> página electrónica consultada el 16 de agosto de 2020.

Información sobre los autores.

1) **Dr. Adolfo Laborde Carranco**

Datos generales: Dr. Adolfo Alberto Laborde Carranco

Centro o departamento adscrito laboramente: Facultad de Economía y Negocios, Universidad Anáhuac, Campus Norte.

Dirección postal institucional: Av Universidad Anáhuac 46, Lomas Anáhuac, 52786 Naucalpan de Juárez, Méx.

Correo electrónico: adolfo.labordec@anahuac.mx

Breve resumen académico: Postdoctorado en el departamento de Estudios México-Estados Unidos de la Universidad de Arizona, Estados Unidos. Es doctor en Ciencias Políticas y Sociales, orientación en Relaciones Internacionales por la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) y cuenta con estudios de Doctorado en Cooperación Internacional por la Universidad de Kobe, Japón. Sus líneas de investigación son: Relaciones y Negocios Internacionales, Japón, Asia – Pacífico, procesos de integración en América Latina y migración internacional. Cuenta con 15 libros sobre temas internacionales, así como numerosos artículos en revistas académicas de circulación nacional e internacional. Es articulista del periódico El Heraldo de México y participa regularmente en calidad de analista en asuntos internacionales en una gran variedad de programas televisivos y radio en medios nacionales y extranjeros. Ha sido profesor visitante en el Instituto Ideaz, Austria (2013); en la Universidad Central de Chile (2014); en la Universidad DePaul, Chicago, Estados Unidos (2015) y en la Universidad de Illinois en Chicago, Estados Unidos (2015), en el Instituto de Política Económica Internacional (KIEP por sus siglas en inglés) de Corea (2015), Universidad del Pacífico, Perú (2016) y en la Universidad de Fudan, China (2020 y 2016), Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, (2019) y la Universidad de Arizona (2018-2020). En la actualidad es Profesor - Investigador de la Facultad de Economía y Negocios de la Universidad Anáhuac, México.

2) Dr. Johannes Maerk

Datos generales: Dr. Johannes Maerk

Centro adscrito laboramente: Instituto Ideaz, Viena, Austria

Dirección postal institucional: Ortliebasse 9/25, 1170 Viena, Austria.

Correo electrónico: johannes.maerk@ideaz-institute.com

Breve resumen académico: Es doctor en Filosofía Política y Social de la Universidad de Innsbruck, Austria, y cuenta con estudios de Post-Doctorado de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Sus líneas de investigación son: Relaciones Internacionales, Epistemología de las Ciencias Humans, América Latina y la Viena Roja. Cuenta con 5 libros editados sobre temas de sus líneas de investigación, así como numerosos artículos en revistas académicas. Ha sido profesor visitante en la Universidad de West Indies, la Universidad del Estado de Rio de Janeiro (UERJ), en la UNAM, en la Universidad de Varsovia, Polonia; en la Universidad de Simon Fraser y en la Universidad de Barcelona. En la actualidad es director del Instituto Ideaz, profesor de la Universidad de Ciencias Aplicadas Campus Viena e imparte de manera regular cátedras en la Universidad de Viena y la Academia Diplomática de Viena.

Escravização, economia de mercado e comércio na Província do Rio de Janeiro durante o Século XIX.

João Ozório Rodrigues Neto¹
Cristiane Silveira Cunha¹
Carlos Alberto Bastos de Maria²

Resumo

Descobrir o preço real de custo do escravizado, durante o século XIX, e o lucro gerado por seu trabalho, deveria prover um rol de informações relevantes para se entender o panorama econômico da época, bem como os vários aspectos do comportamento social humano. A mão de obra escravizada deveria ser encarada nesta fase da história brasileira como uma *commoditie* e como tal, uma mercadoria de baixo valor agregado, mas que possuía um valor estratégico para a sociedade patriarcal da monocultura açucareira/cafeeira. O presente trabalho procurará estabelecer o preço médio do escravizado na Região cafeeicultora da cidade de Piraí, província do Rio de Janeiro, durante o século XIX, através da análise dos inventários das fazendas desta região do Rio de Janeiro, fazendo uma comparação de preço, com outros mercados de escravos, no Brasil, especialmente na Província do Rio de Janeiro, no Caribe e no Sul dos Estados Unidos, tentando correlacionar o progresso econômico do Império do Brasil, ao trabalho do escravizado.

Resumen

Descubrir el coste real de los esclavos, durante el siglo XIX, y el beneficio que generaba su trabajo, debe proporcionar un conjunto de información relevante para comprender el panorama económico de la época, así como los diversos aspectos del comportamiento social humano. El trabajo esclavizado debería verse en esta

etapa de la historia brasileña como una mercancía y, como tal, una mercancía con bajo valor agregado, pero que tenía un valor estratégico para la sociedad patriarcal de monocultivo de azúcar y café. Este trabajo buscará establecer el precio promedio de los esclavos en la región cafetalera de la ciudad de Piraí, provincia de Río de Janeiro, durante el siglo XIX, a través del análisis de los inventarios de fincas de esta región de Río de Janeiro, haciendo una comparación de precios, con otros mercados de esclavos, en Brasil, especialmente en la Provincia de Río de Janeiro, en el Caribe y en el Sur de los Estados Unidos, tratando de correlacionar el progreso económico del Imperio de Brasil, con el trabajo de los esclavizado.

Palavras-chave: escravização; economia; sistema comercial.¹

Abstract

Discovering the real cost price of the enslaved, during the 19th century, and the profit generated by their work, should provide a list of relevant information to understand the economic panorama of the time, as well as the various aspects of human social behavior. Enslaved labor should be seen at this stage in Brazilian history as a commodity and as such, a commodity of low added value, but which had a strategic value for the patriarchal society of the sugar / coffee monoculture. The present work will try to establish the average price of the slave in the coffee region of the city of Piraí, province of Rio de Janeiro, during the 19th century, through the analysis of the inventories of the farms in this region of Rio de Janeiro, making a price comparison , with other slave markets, in

¹ Doutor(a) em Ciências pela UniRIO ² Doutor em Bioquímica pela UFRJ; orientador de doutorado.

Brazil, especially in the Province of Rio de Janeiro, in the Caribbean and in the South of the United States, trying to correlate the economic progress of the Empire of Brazil, with the work of the enslaved. Key-words: enslavement; economics; commerce.

Introdução:

A origem da escravidão no Brasil possuiu como causas: a experiência anterior com a escravidão dos mouros empreendida pelos portugueses, durante os 8 séculos de dominação moura da Península Ibérica; o heroísmo português, que advinha do domínio dos mares e da navegação; a busca pelo lucro fácil e como consequência, o enriquecimento fácil; um sistema patriarcal de monocultura exportador (inicialmente a cana de açúcar e depois o café), através de um sistema feudal de exploração da terra. Outro fato relevante segundo Freyre, 2002; era o absoluto desprezo do fidalgo ou “*filho d’algo*” português, pelo trabalho. Trabalhar e receber pagamento pelo fruto do trabalho, se constituía em profundo desdouro. O ócio e a preguiça eram cultuados. O trabalho duro deveria ser realizado por um ser inferior- o escravizado. Sérgio Buarque de Holanda, 2014; diz a respeito disto: “um fato que não se pode deixar de considerar no exame da psicologia desse povo português era sua invencível repulsa a toda moral fundada no culto do trabalho” pag.44.

Assim posto, o escravizado serviria a vários propósitos: seria o agente efetivo do trabalho, um absurdo para um fidalgo, e seria fonte de lucro e enriquecimento para seu proprietário. Do ponto de vista econômico, ele poderia ser classificado como um bem patrimonial, arrolado em testamento, capaz de ser doado, vendido, comprado e alugado para outrem (FREYRE, 2007). Algumas vezes ouvimos alguém dizer em nosso país, que se o

Brasil tivesse sido colonizado por um povo diferente, talvez francês ou holandês, que aqui estiveram, nossa formação étnica e econômica seria diferente. A realidade é que todas as nações europeias estavam implicadas no tráfico negreiro. Caldeira, 2017; diz que escravização foi fruto da estratificação social, gerada pelas diferenças entre os homens, previstas na teoria aristotélica das desigualdades, teoria esta, corroborada pela Igreja Católica: o Rei era o único filho de Deus; a partir dele, as diferentes camadas do estrato social perdiam importância progressivamente, culminando com o ser mais inferior da pirâmide social: o escravizado. De acordo com Willians (2012); a descoberta do Novo Mundo em 1492 por Cristóvão Colombo, sob as ordens dos reis de Espanha, aguçou os sentidos das outras nações europeias, notadamente a França e a Inglaterra, na partilha de tão grandes extensões territoriais. Dirimidos os problemas de consciência- escravizar um outro ser humano- obtidos através da emissão de bulas Papais, que consideravam legítima a escravização para livrar os “infiéis” do pecado e “salvar suas almas”, os caminhos estavam abertos. Para este autor a escravização africana nada teria a haver com raça, e sim com lucro. Grandes latifúndios, com um sistema de exploração da terra, que remontava à idade média, exigiam grandes volumes de mão de obra para se obter grandes lucros.

A escravização africana no Novo Mundo seria a inauguração do capitalismo moderno com sua máxima: trabalhar pouco e lucrar muito, para tornando-se rico. Não só seria o embrião do capitalismo moderno, mas também, seria a primeira manifestação identificável do “mercado globalizado”: o açúcar, uma especiaria cara, consumida pela aristocracia europeia, era produzida nas Américas, utilizando mão de obra escravizada proveniente de um terceiro continente: a África. Esta atividade econômica era tão lucrativa, devido ao preço do açúcar, que financiava com abundantes lucros, o processo de produção, a

captação de mão de obra e a construção de palácios na Europa, como os vistos no Vale do Loire, na França, construídos com os lucros obtidos com o açúcar plantado no Haiti. Todos os latifundiários e sesmeiros sabiam que o trabalho escravo dava prejuízo: era preciso alimentá-lo, vesti-lo, providenciar uma logística para seu transporte e armazenamento e permitir que ele se reproduzisse com a finalidade de manter o *status quo* da escravidão (COVEY; 2009). De acordo com Bergard, Garcia e Barcias, 1995; embora existam argumentos tradicionalmente contrários, a escravidão africana parece ter sustentado as economias dos Estados Unidos América (EUA), de Cuba, e do Brasil, durante o século XIX. Embora o peso social e o tipo de economia fossem diferentes, baseados respectivamente, no algodão, no açúcar e no café, e do alto custo do trabalho, elas permaneceram lucrativas, até a década de 1870.

Para Fernando Henrique Cardoso, 2003; a economia da escravidão era a “economia do desperdício”: além da baixa produtividade na safra, comparando-se com a produção do trabalhador livre, na entressafra havia a necessidade de manter o escravizado trabalhando, mesmo que ele não gerasse riqueza, a título de manter sua disciplina, com a ilusão do trabalho. A Europa não dispunha de um número suficiente de trabalhadores caucasianos que pudessem cultivar a terra, e auferir os lucros desejados pelos seus proprietários. Ela só seria rentável se envolvesse seu cultivo, por grandes massas de trabalhadores, em que os mais afeitos ao trabalho árduo, compensariam os prejuízos gerados pelos indolentes. Nesta lógica, quanto maior a propriedade e o número de escravos, maior o lucro. O racismo seria, portanto, consequência do trabalho escravo e não a sua causa (GRANDY; 2011).

Com este dogma capitalista em mente, os grandes latifundiários plantadores de café para exportação da cidade de Piraí, no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, possuíam grandes

plantéis de escravizados em suas fazendas. Seu objetivo principal era o lucro e o financiamento de uma vida de riquezas e de luxo. Descobrir o preço real de custo do escravizado e o lucro gerado por seu trabalho proveria informações relevantes para se entender o panorama econômico da época, bem como os aspectos do comportamento social humano. A mão de obra escravizada deveria ser encarada nesta fase da história brasileira como uma *commoditie* e como tal, uma mercadoria de baixo valor agregado, mas que possuía um alto valor estratégico para a manutenção dos privilégios da sociedade patriarcal da monocultura açucareira e cafeeira. Utilizando-se um pensamento meramente capitalista e pragmático, a aquisição de um escravo para o trabalho na agroindústria, se assemelharia a comprar uma máquina nos dias atuais, como um trator, ou uma colheitadeira. Estavam em jogo: sua capacidade de trabalho decorrente de sua força física e de sua especialidade; seu preço de custo; o custo da manutenção de sua vida (roupa, comida e abrigo) e o lucro gerado por sua atividade laboral (PHILLIPS, 1941). Entre os economistas e historiadores dedicados ao estudo da economia escravista, sempre foi um motivo de debate se ela, teria representado uma forma de real lucro e crescimento econômico para as sociedades envolvidas, e qual seria o seu real custo social. Nas guerras entre as diversas nações africanas, um cavalo valia entre 10 e 24 escravos. Era mais lucrativo escravizar e vender, do que tecer, forjar, plantar e colher (BINGER, 1891). Para Caldeira, 2017; no Brasil, o melhor resultado econômico durante os 300 anos de escravização, foi o do pequeno produtor, do empreendedor, agente proprietário dos seus próprios meios de produção, e capaz de auferir um lucro identificável, com seu trabalho. Os grandes proprietários de terra e donos do latifúndio monocultor, focavam na economia de exportação, com todos os riscos inerentes ao comércio exterior, às taxas da burocracia portuguesa, aos problemas com a logística do produto

exportado. Para efeito econômico, saber o preço real do escravizado seria importante, para compreender a história do próprio país (BERGARD, GARCIA e BARCIAS, 1995). O grande problema nesta façanha é o de encontrar um valor confiável, em moeda corrente atual, para as diferentes moedas utilizadas para a compra e venda desta “mercadoria”, durante o século XIX.

Este trabalho se propõe a analisar o preço desta “mercadoria” em um grande polo cafeeiro e escravista durante o século XIX, comparando-o com relatos do valor do escravizado, em outros mercados, em colônias escravizadoras do Novo Mundo. Também foram elencados os preços de escravizados na África e no mercado escravista do Rio de Janeiro. Devido à dificuldade de estabelecer um preço facilmente identificável, devido ao valor das moedas, foram consultadas propagandas de jornal, que estampavam os preços dos escravizados da época, comparando-os com preços de gêneros alimentícios, salários e preços de moradia, na capital do Império. Foram avaliadas as planilhas de Inventários pós-morte de proprietários de fazendas plantadoras de café da região de Piraí, no sul do Estado do Rio de Janeiro; de 1850 a 1880. Foram analisados os inventários, observando os bens deixados pelo defunto e arrolados pelos inventariantes. Os dados foram colhidos pelo Grupo de Trabalho do Museu Histórico de Piraí e compilados em parceria com alunos de graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, e os resultados, foram cedidos para a análise. Foram também consultados os trabalhos de vários autores estrangeiros, sobre os preços praticados nos mercados de escravos dos EUA, do Caribe e do Brasil. A falta de documentos brasileiros sobre a economia baseada na escravidão, remonta ao infeliz episódio, do despacho do Ministério da Fazenda, assinado pelo exmo. Sr. Ministro Ruy Barbosa, em 14 de dezembro de 1890, mandando queimar todos os documentos sobre a escravidão, disponíveis nas repartições

e autarquias, do referido ministério, para evitar o ressarcimento, por parte do governo federal, dos prejuízos com a abolição da escravidão, aos latifundiários, proprietários das terras (LACOMBE, 1988).

O preço do escravo nos entrepostos da costa africana:

Até 1807 os ingleses eram os principais agentes transportadores e negociadores de escravos na costa africana. Os portugueses atuavam na costa de Angola e de Benguela, enquanto os ingleses negociavam no Zaire; na Senegâmbia, até o Gabão. Após 1807, com a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra, os portugueses reinaram no comércio e transporte de escravos através do Atlântico, embora boa parte do financiamento tivesse origem no capital inglês. Lovejoy e Richardson, 1995; fizeram uma análise econômica à procura do preço médio, pago por escravo, por ingleses e portugueses na costa africana. Eles constataram, que após a proibição inglesa do tráfico negreiro em 1807, os preços caíram nos principais mercados fornecedores de escravos. Os ingleses pagavam mais caro: entre £ 14 a £ 22, com uma média de £ 17-18. Os portugueses pagavam em média £ 11, em 1820; atingindo £ 23, em 1850. Além da proibição do tráfico pela Inglaterra, em 1807, outro fator que contribuiu para a queda dos preços, foi o embarque de um número cada vez mais elevado, de crianças do sexo masculino, a partir de 1807. De acordo com o conversor oficial de moedas estrangeiras de 1906, cada 15 libras equivaleriam a 1.000 réis; ou, de acordo com a estimativa de Gomes, 2011; a R\$ 42,85 de hoje. Isto posto, o preço do escravo, para compra nos portos da costa africana, variava de R\$ 40,00 a R\$ 65,70, por escravo, a preços de hoje.

O caso do Brasil:

Não existe dúvida que a produção do açúcar e depois do café, no Brasil e no Caribe, alterou o panorama econômico dos séculos XVIII e XIX. Pode-se, portanto, afirmar que o trabalho escravo foi crucial para o desenvolvimento econômico e social do Novo Mundo, após a colonização. Nações industrializadas da Europa na época, apresentaram um desempenho financeiro pior, do que aquele de suas colônias no Caribe. Por exemplo, o rendimento *per capita* na Jamaica, em 1830, era superior ao da Inglaterra e da França, no mesmo período. Enquanto as cidades industriais destes países exportavam de 2 a 2,5 libras/*per capita*, Barbados, no Caribe, exportava 7 libras (ELTIS, LEWIS, RICHARDSON, 2005). Segundo Robert E. Wright, 2017; a escravidão de um ser humano, já se constituiria em uma abominação, sob qualquer ponto de vista. A alegação de que ela sustentou o desenvolvimento econômico e social do Novo Mundo seria uma falácia. A escravidão roubou empregos de homens livres; os escravizadores, representantes da elite dominante (os amigos do Rei), influíram nas políticas de governo, para proteção do seu “negócio”; retiraram o dinheiro para o financiamento do latifúndio monocultor de outras atividades econômicas, canalizando recursos para sua atividade comercial; ela impôs e deixou como legado para as futuras gerações, um enorme ônus social, que várias sociedades modernas, continuam a pagar. Resumindo, ela se constituiria em um poluidor do meio econômico e social, para algumas sociedades modernas.

Com relação ao Brasil, Bethel, 1970; recuperou de documentos ingleses, o número aproximado de africanos escravizados, importados para o Brasil, durante os anos de 1831 a 1851. A tabela 1 abaixo, adaptada de seu trabalho, ilustra o volume das importações de escravos.

Tabela 1- Escravos africanos importados para o Brasil, 1831-1851

ANO	NÚMERO TOTAL
1831	138
1832	116
1833	1.233
1834	749
1835	745
1836	4.966
1837	35.209
1838	40.256
1839	42.182
1840	20.796
1841	13.804
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.061
1850	22.856
1851	200
TOTAL	462.790

Adaptado de Bethel, 1970.

Observa-se que a contagem por números oficiais, nem sempre fidedignos, apontam que, mais de 460 mil escravizados foram trazidos para o Brasil, em apenas 20 anos de tráfico. A contagem oficial, em 300 anos de escravidão, chegou, próxima a 12 milhões, incluindo os EUA, o Caribe e o Brasil. Gomes, 2011; estima que o tráfico não oficial, teria sido responsável por pelo menos, 30% a mais de escravizados importados da África, em números absolutos. A queda expressiva da importação, a partir de 1850, deveu-se ao bloqueio inglês dos mares, fazendo valer, pela força, a proibição do tráfico negreiro. Com isso, o mercado brasileiro de escravizados, com a compra e venda destes “ativos”, passou a depender, a partir destes anos, de um mercado “interno”, sustentado por transações comerciais entre grandes senhores de escravos, de acordo com o panorama econômico. A cultura do açúcar do Nordeste, em queda, cedeu ativos para o latifúndio cafeeiro do Vale do Paraíba e de São Paulo (CALDEIRA, 2017).

No caso do Brasil, existiria uma impossibilidade de se transformar o valor real da moeda oficial da época, o mil réis, para moedas mais modernas, inviabilizando uma estimativa razoável do preço atual de um escravizado. Assim seria preciso utilizar algumas ferramentas para propor estas transformações, como os dados presentes no Anuário Estatístico do Brasil, de 1937, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o Decreto 8512, de 11 de janeiro de 1911, da Câmara Legislativa do Brasil, que trataram da uniformização da conversão de moedas estrangeiras e de ouro. Porém, esta impossibilidade residiu nos vários mecanismos intervenientes no valor das moedas, como: reservas estratégicas do país, em ouro; sua estabilidade econômica; o custo país; os preços praticados para as commodities; etc. Isto posto, de acordo com Gomes, 2007; mil réis equivaleriam a R\$ 42,85 Reais atuais. Em sua descrição, ele cita o aluguel de um escravo, pelo viajante alemão Eltis: “por 700

réis, o que equivaleria a 30 Reais de hoje” p. 248. Ele não informa como chegou a este valor, mas que, por regra de 3 simples, obtém-se o valor de 1.000 réis, em R\$ 42,85. Segundo este mesmo autor, um escravizado sem habilidades de trabalho valia 35 mil réis (R\$ 1.500,00 aproximadamente) e um escravo habilitado para serviços de carpintaria, fundição ou maquinista, poderia valer até 715\$000 ou 31 mil reais aproximadamente. O trabalho do economista americano, Duncan, 1932; utilizou o valor do grama de ouro, como base de cálculo, para a conversão do mil réis, para dólares americanos e libras esterlinas. Segundo ele, mil réis valiam: 1,05 dólar, em 1825; 58 centavos de dólar, em 1850; e 55 centavos de dólar, em 1875; e um conto de réis, ou seja, 1 milhão de réis, comprariam 1 Kg de ouro. O trabalho deste autor informa que, por volta de 1860, 1 libra esterlina, valia 5 dólares americanos, e, cerca de 10 réis. Se tomarmos o valor do grama de ouro hoje, quase R\$ 300,00; um quilograma de ouro, custaria R\$ 300 mil Reais de hoje. De acordo com Mary Karasch, 2000; “o escravo era barato, e mesmo negros forros, poderiam adquirir-los sem muito esforço financeiro”. Ela encontrou um preço médio de 12.600 réis, em 1814; e 10 anos mais tarde, o mesmo escravizado masculino, custava 180 mil réis (de R\$ 539,90 a R\$ 7.736,00, a preços de hoje).

Para esta autora, o preço no Brasil, variava de acordo com a aparência física da criatura: os belos e bem feitos de corpo, chamados Minas, valiam mais; bem como os dotados de habilidades pessoais: ferreiros, cozinheiros, ceramistas. Os feios; os que exibiam defeitos de constituição física e desagradáveis ao olhar, valiam menos, e por isto, eram vendidos quase sempre, para o interior da Província. Podiam valer desde 12\$600 réis em 1814 (R\$ 540,00 de hoje), e dez anos depois, em 1824, valiam até 180\$000 réis (R\$7.722,00 de hoje) p. 84. De acordo com Gilberto Freyre, 2003; havia, no comércio de escravos, figuras como a do Comboieiro, um intermediário judeu que os comprava no porto,

pagava 100\$000 (R\$ 4.285,00), em média por cabeça, acrescidos de 20\$000 (R\$ 857,00) de despesas com impostos, e os vendia para mineiros e comerciantes do interior do país com cem por cento de lucro p. 117.

Na Bahia, Mattoso, 1986; empregou uma metodologia de análise de preços diferente, utilizando o preço da alforria do escravizado (preço cobrado para sua libertação), que representava o preço de mercado de venda de um escravizado, em Salvador. Portanto, este preço expressava o valor cobrado para um escravizado urbano. Ela encontrou que, 60% dos alforriados eram mulheres; 10% eram crianças, menores de 12 anos; 8%, eram “velhos” de 50 anos ou mais. Em 1820, o preço da alforria era de 151 mil réis (R\$ 6.470,00); em 1860, no auge da carestia, era de um conto de réis (R\$ 42.850,00); declinando para 365 mil réis (R\$ 15.640,25), em 1888, durante a abolição da escravatura. Como nos EUA, as escravas meninas, e jovens, tinham um preço 15% maior, que meninos da mesma idade, devido ao fato de amadurecerem primeiro, e serem mais efetivas no trabalho. Todos os autores buscam uma equivalência de valores monetários, em uma tentativa de chegar a valores comparativos, das diversas economias escravistas. Bergad, 1995; utilizando dados obtidos de autores ingleses e americanos, publicou nas conclusões de seu trabalho, p. 148-152; comparações dos preços dos escravizados nos EUA; em Cuba e no Brasil. Para esta autora, 1000 dólares americanos, equivaleriam a 421 pesos cubanos e a 902 mil réis do Brasil, na década de 1860. Por este trabalho, os mercados brasileiros de Rio Claro e Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, cobravam os preços mais elevados, que podiam atingir 2 contos de réis ou 2 milhões de réis, suficientes na época, para comprar 2 Kg de ouro. O preço mais baixo foi encontrado em Cuba, seguido do preço americano. Estes dados obtidos de vários autores, mostram a heterogeneidade de interpretações, quanto aos valores

financeiros, sem que possa definir um valor real, para o escravo, a preços do Brasil de hoje.

A Região de Piraí e o Vale do Paraíba Fluminense

O latifúndio cafeicultor da região Vale do Paraíba fluminense possuía inúmeros escravos. Cifras coletadas por Summerhill, 2003; dão conta da presença de 19 mil escravos nas fazendas de café de Paraíba do Sul, e de 21 mil, nas de Vassouras. A região registrou um progresso econômico crescente até a metade do século XIX, quando então, começou seu declínio. Este autor calculou que, apesar do grande crescimento na produção e exportação de sacas de café por esta região, o crescimento da renda regional per capita, durante este século foi nulo. O melhor desempenho em volume de grãos de café e na logística de distribuição, deveram-se a dois fatos: a inauguração da estrada União- Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis, em 1861; e a presença de ferrovia D. Pedro II, a cargo de trabalhadores ingleses, que chegou a Barra do Piraí, em 1864 (FREYRE, 2000; FREYRE, 2011). Outro fator identificado, para a melhoria no volume exportado de grãos de café foi a mecanização da colheita do café, a partir de 1860. O declínio absoluto do café coincidiu com as sucessivas leis abolicionistas, a partir da proibição do tráfico negreiro, em 1850. O preço médio do escravizado nesta região era de: 210 mil réis, em 1835; atingiu um pico de 1 conto de réis em 1859; declinou para 410 mil réis, em 1888 (SUMMERHILL, 2003).

Nas fazendas de Piraí, o preço médio pôde ser recolhido através da análise dos inventários de suas fazendas de café durante o século XIX, gentilmente cedidos pelo Museu Histórico da cidade. De acordo com a especialização do trabalho executado por ele, pode-se verificar um preço mínimo de 12.800 Réis (R\$ 547,00) pago por uma criança a 500.000 Réis (R\$ 21.485,00), por

um homem trabalhador especializado. As principais características das 4.248 propriedades, que foram analisadas, nos 564 inventários constantes nesta relação, estão expressas na Tabela 2. Os números de propriedades com mega proprietários (32,72%, n= 1.390) prevaleceram em relação aos mini proprietários (7,49%, n= 318), assim como, na maior quantidade de escravizados (49,84%, n= 8.072) à (1,77%, n= 287), respectivamente.

Tabela 2 Propriedades Rurais em Pirai R.J. por seu tamanho

Características das propriedades.	Número de propriedades		Escravos	
	n	%	n	%
Mini proprietário	287	1,8	318	7,5
Pequeno proprietário	1170	7,2	601	14,1
Médio proprietário	3560	22,0	1.158	27,3
Grande proprietário	3081	19,0	594	14,0
Mega proprietário	8072	49,8	1.390	32,7
Não Informado	26	0,2	187	4,4

Em um total de 16.195 escravizados, a maior parte era compreendida por homens, que representavam 61.2% do total (n= 9.910); as mulheres eram 38,3% (n= 6.202), sendo que em 0,5% (n= 85) não havia informação sobre o sexo. As suas respectivas idades variavam, sendo que: 12,3% tinham até 12 anos de idade; 47,1%, entre 13 e 60 anos de idade; 2,1% tinham mais de 60 anos idade e em 38,6% não havia informação sobre a

idade. O preço médio do escravizado foi de 424,5 mil réis (R\$ 18.200,00) (Tabela 3).

Tabela 3

Informações gerais dos escravos		
Idade		
	n	%
Até 12 anos de idade	1986	12,3
Entre 13 e 60 anos	7622	47,1
Maiores de 60 anos	341	2,1
Não informado	6246	38,6
Sexo		
	n	%
Masculino	9.910	61,2
Feminino	6.202	38,3
Não informaram	85	0,5
TOTAL	16.197	100,0
	n	%
Até 999,000	11.402	70,4
Entre 1.000,000 e 1.999,000	4.592	28,4
Entre 2.000,000 e 7.000,000	201	1,2

*Expresso em 1.000 réis

Como pode ser observada ainda na Tabela 4, a distribuição por categoria, difere de acordo com do tipo de cultura trabalhada pelos escravos. Dessa forma, a cultura do café era a lavoura mais expressiva, encontrada 79,5% das propriedades, porém, havia ainda as outras culturas, em algumas propriedades.

Tabela 4 Tipos de culturas que empregavam escravizados de Pirai

Características dos serviços dos escravos

Tipo de cultura trabalhada	n	%
Café	2646	79,5
Banana	63	1,9
Mandioca	70	2,1
Algodão	1	0,0
Inhame	19	0,6
Laranja	141	4,2
Milho	106	3,2
Jabuticaba	19	0,6
Arroz	55	1,7
Frutas	66	2,0
Ameixas	1	0,0
Cana	34	1,0
Feijão	36	1,1
Amêndoas	1	0,0
Pêssegos	1	0,0
Pomar	6	0,2
Mangueiras	1	0,0
Limões	4	0,1
Pinhões	1	0,0
Parreiras	1	0,0

Peras	1	0,0
Bambu	1	0,0
Hortas	1	0,0
Figueira	1	0,0
Sem cultura específica	54	1,6

O mercado dos Estados Unidos da América (EUA):

A escravização nos Estados Unidos foi importante para o desenvolvimento econômico do Sul do país, e foi importante fator de trabalho e renda, nos estados da Geórgia, das Carolinas do Sul e do Norte, e na Louisiana. Nos EUA o problema de estimar um preço real do escravo era o mesmo, daquele do Brasil. Assim, alguns economistas traçaram um preço médio, utilizando como padrão o preço da onça de ouro (28,3g), um valor que se manteria relativamente estável ao longo dos séculos. Baseando-se neste cálculo, o jornal *The New York Times*, 1863; propôs um preço médio de U\$ 2.500 dólares atuais para um escravo em boas condições de saúde (R\$ 8.500,00 convertido à moeda de hoje). Na verdade, este preço não pode ser tomado como muito fidedigno, e deve estar superestimado, já que inúmeras variáveis devem ser consideradas: a expectativa de vida do escravo; suas habilidades de trabalho; a ausência de vícios e de doenças crônicas; o tempo para sua adaptação ao novo ambiente; o valor de mercado de sua produção e o custo para mantê-lo vivo e saudável para o trabalho. Outras variáveis devem incluir a estabilidade do preço das diferentes moedas, sendo necessária a utilização de um cálculo matemático complexo. Assim, autores como Fogel e Engerman, 1974; e Kotlikoff, 1979; preferiram a análise das faturas de compra e venda dos escravos em Nova Orleans, encontrando um preço médio de U\$ 1.381

dólares americanos (R\$ 4. 695,00), entre 1804 e 1862. Neste mercado, em Nova Orleans, o escravo masculino era vendido por um preço 9% acima do da mulher, com a ressalva de que, até 32 anos de idade, para os homens e até 22 anos de idade, para as mulheres. Os compradores davam preferência para comprar escravos aparentados e famílias, para facilitar a disciplina e controlar o nascimento de sua prole. Neste mercado, também havia uma preferência por meninas de pele mais clara, que apresentavam maior produtividade que meninos da mesma idade. A maioria das meninas de 13 anos ou menos, era órfã de mãe e pai. Havia preferência para a compra de mãe e filhos, o que melhorava a saúde de todos, já que a expectativa de vida, nesta cidade, para escravizados, era muito baixa, cerca de 30 anos. Mancall, Rosembloom e Weiss, 1999; trabalhando com dados obtidos na Geórgia e nas Carolinas do Sul e do Norte; empregou o mesmo método do Fogel e Kotlikoff, acompanhando o preço, nas notas de compra e venda de escravos. O preço da criança era 42% do preço cobrado pelo adulto. Na Geórgia, ele encontrou um preço médio de U\$ 271, em 1815; e de U\$ 264, na Carolina do Sul. Após 1807, houve uma queda acentuada no preço, com a proibição do tráfico atlântico pelos ingleses.

O mercado no Caribe:

A invasão inglesa da Ilha de Cuba em 1762 deu início a uma bem-sucedida empresa açucareira na ilha, tocada por braço escravo. Nos 60 anos seguintes, até 1840, 780 mil escravizados foram trazidos da África, para Cuba, para as lavouras de cana de açúcar e para as de café, que começava a ser introduzido. A grande desproporção homem/mulher, entre a população escrava importada, com os homens representando, entre 60 a 70% do

efetivo escravizado, não permitiu um crescimento significativo do contingente de escravizados nascidos em Cuba.

Bergad, Garcia e Barcias, 1995; constataram que o preço do escravo no mercado de Cuba era mais estável, do que o praticado nos Estados Unidos. Isto se devia a uma importação com números mais estáveis e elevados, durante o ano, especialmente de africanos; sedo que o contrário ocorria nos EUA, onde havia uma alta taxa de natalidade e o escravo era local. Os compradores, no mercado cubano, preferiam homens, com idades entre 15 e 40 anos. Com a proibição do tráfico negreiro, em 1833, deram preferência, cada vez maior, para o escravo jovem de 15 anos, capaz de durar mais, e manter o lucro da *plantation*. A partir de 1840, o preço do escravo africano disparou, com a chegada de 6 mil trabalhadores chineses para as plantações de cana e de café da ilha.

O preço do escravizado urbano do Rio de Janeiro nos anúncios dos jornais:

Uma das melhores fontes de informação, para resgatar acontecimentos com mais de 100 anos de idade, e, portanto, pertencentes a um passado remoto, é o levantamento realizado em jornais de circulação geral, que traziam informações a respeito do povo e de seu modo de vida, através das notícias e propagandas, estampadas em suas páginas. Freyre, 2000; comentou a respeito da utilização da notícia de jornal como fonte historiográfica. Segundo ele, a história “subtraía das notícias, suas qualidades de vida e surpresa, assim, deformando os acontecimentos p. 54”. Porém, ao se analisar notícias de 100 anos ou mais atrás, somente as informações sobre a vida na época, seriam ainda úteis para a construção da história, já que a surpresa, ficou perdida com o passar dos anos. Seria algo como ler o jornal de uma semana atrás: as notícias impressas, só têm

valor, como fotografia do passado. Assim, o levantamento das notícias dos jornais de grande circulação, na capital do Império, a partir de 1800; procurando pelo preço de venda de escravizados, através de seus anúncios impressos, fazendo uso das palavras-chave “escravo”; “vende-se huma”; “quem quizer comprar”; apresentou inúmeros resultados. Nem sempre, o preço pedido estava estampado na notícia, mas, a pesquisa retornou outras informações relevantes para a compreensão do mercado de compra e venda de escravos urbanos, e sobre o custo econômico da vida, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Resolvemos avaliar os anúncios, com a finalidade de obter os preços, em três ocasiões diferentes, durante o século XIX: de 1809 a 1822; entre 1850 e 1870; e de 1880 a 1889. Para isso, utilizamos para a pesquisa, os dados encontrados e digitalizados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira, utilizando as palavras-chave mencionadas anteriormente. O primeiro período avaliado, de 1809 a 1822, corresponde ao início do século, onde, segundo a historiadora, Mary C. Karasch, 2000; houve um aumento do volume de escravizados trazidos da África para o Brasil, a partir de 1815; o segundo período, de 1850 a 1870; representa o período de alta dos preços, devido à aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, e ao bloqueio dos mares pela Marinha Britânica; o terceiro período, de 1880 a 1889, apresentou uma queda dos preços, devido à proximidade da Abolição. No primeiro período, foram localizados 363 registros, na Gazeta do Rio de Janeiro, de 1809 a 1822. Os anúncios estavam compilados na seção “Avisos” do jornal. O primeiro anúncio foi localizado em 1811 (v.74, n.1); com o anúncio de “Álvaro Martins dos Reis tem para vender, no nº 110 da rua do Alecrim, uma escrava cozinheira e um escravo”. De acordo com Karasch, 2000; a maioria dos escravos vendidos era de jovens; os mais feios e com defeitos físicos valiam menos; aqueles com

histórico de fugas também valiam menos; aqueles com alguma especialização de trabalho, valiam mais. De fato, a idade média encontrada nestes anúncios foi de 18 anos: o mais jovem tinha 9 anos e o mais velho, 24 anos de idade. Um anúncio torna-se bizarro, ao anunciar, em 1817: “vendo 2 escravos de 18 anos, sendo que a mulher está prenhe”. A maioria dos anúncios fazia menção a suas especializações de trabalho: cozinheiro, ferreiro, arrumadeira, ama de leite, pedreiro; que acrescentavam valor ao preço pedido. Raramente se encontrarão os preços, só descritos como “cômodos”; ou frases como “ao interessado se dirá o valor”. Em um anúncio de 1821, v.39, n.1; pode-se ler: “Quem tiver para vender, alguns escravos, dirija-se à casa Bourdon & Fry, rua Direita nº 18, sabendo algum ofício, serão preferidos”. Mencionavam também, as diversas nações africanas, de onde provinham: Cabindas, Congos, Macúas, Benguelas. As fugas eram frequentes e em todos os números do jornal, listam-se fujões e o encontro de outros tantos, às vezes, vagando pela cidade, sem saber de onde vieram. Este anúncio, de 1820, diz: “50 mil réis de prêmio, a quem entregar o escravo Vito, ao senhor Joaquim José Monteiro Torres, rua da Ajuda, ao lado do Correio”. Um outro de 1821, enuncia: “No domingo, 29 de abril, apareceu uma negrinha nova, que não sabe falar, escondida em uma vala da chácara em Mata-porcos (atual bairro do Estácio). Procurar na rua da Cadeia nº 30”. Quando se localizava e se entregava um fujão ao dono, este recompensava o entregador, pagando a “alvíssara”, como se pode ver neste anúncio de 1817: “10 patacas de alvíssaras, a quem devolver o escravo Cosme...”; a pataca era uma moeda de prata, com valor de 320 réis; assim o entregador do escravo fujão receberia 3.200 réis; R\$ 137,00 de hoje. Sobre esta prática, pode-se ler na edição de 1817, v.8, n.1; “por cada escravo fugido que for levado ao botequim do Cosme, no Largo da Carioca, se trará 8 mil réis”. Havia também ofertas de “amas de leite” escravizadas para alugar, o que tanto estarrecia

os médicos de então, devido ao risco de transmissão das doenças infectocontagiosas, aos amamentados por elas. Alguns anúncios exigiam que o comprador levasse para fora do Rio de Janeiro, o escravo comprado (para fora da terra): “vendo escrava com cria de 3 anos, boa cozinheira, somente para fora da terra”. De acordo com Neves, 2011; tratava-se de uma punição, decorrente de várias fugas, ou pela utilização sexual da escrava mulher, por parte do seu senhor. Os anúncios de membros do clero ou de conventos vendendo escravos, eram também, comuns: “quem quiser comprar um escravo Rebolo, bom cozinheiro, procurar o padre João Camilo”. Outro anúncio que foi publicado em 1821, dizia: “vende-se uma escrava muito moça, da residência dos capelães do Convento de Santa Tereza”. Levantamos alguns anúncios que indicavam o preço de venda; estes de 1820: “vende-se por 320 mil réis um escravo macúá ourives e boleiro de 18 anos”; “vendo por 200 mil réis, uma escrava boa lavadeira, rua do Cano, 16”; “vendo um moleque ladino de 16 anos que sabe lidar com cavalos, 300 mil; rua do Sabão 36”; “vendo por 300 mil réis, um escravo pedreiro, rua do Lavradio nº 25”; e um, de 1821: “no dia 28 do mês corrente, se há de se rematar o escravo Domingos, Monjolo, na praça dos Medeiros, avaliado em 108.800 réis”; vendo um preto Mina oficial de pedreiro, 300 mil, rua do Senado 12”. Os anúncios de jornal também forneciam preços de outros artigos à venda, que poderiam servir para efeito de comparação de preços: “há para vender na rua do Ouvidor nº 08, na Casa Bellard, vestidos de senhoras, desde 16 mil até 100 mil réis”. E outro indicava que: “um deputado provincial recebeu 6 mil réis por sessão na câmara”. Alguns imóveis também foram listados para alugar ou vender, informando sobre o custo econômico da vida no Rio de Janeiro imperial: “alugo sítio com mata virgem em Irajá, 32 mil por ano”; aluga-se uma casa térrea ou um sobrado, 16 mil mensais, rua da Alfândega 66”; alugo loja na rua das Latoeiros n. 79, 12.800”. No caso de compra e venda de casas

para moradia familiar acham-se alguns anúncios que estampam o preço: “vendo a casa 41 do Morro do Castelo, 8 contos”; “vendo casa com sala, alcovas, varanda, grande quintal, rua do Fogo, n. 22, 9,8 contos”; “no dia 17 do mês corrente, na Praça do Juízo, há de arrematar uma morada de casas, feita de pedra e cal, 2 sobrados na rua do Valongo, n. 36, 10 contos”. Para fins comparativos, levantamos o preço médio da carne seca ou charque, importado do Rio Grande do Sul. Como se tratava de um alimento presente universalmente na mesa do pobre, durante o século XIX, ele poderia servir de comparação com o custo de vida, nesta época. Em média, durante este período, que vai de 1809 a 1822; o preço médio foi de 2.300 réis por arroba (cerca de 15 Kg). Sua cotação foi obtida na seção “Commercio-cotações officiaes”, da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Outro valor que pode facilitar, como efeito comparativo, a análise do custo de vida, nestes diferentes períodos, durante o século XIX, foi o valor do salário (ordenado), do Escrivão Geral de Finanças. Trata-se de um funcionário da burocracia imperial, cujo valor que recebia como remuneração, estava disponível nos relatórios de despesas do governo imperial. Entre 1809 e 1822; seu salário médio foi de 400 mil réis por ano (33 mil por mês em 1816) (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, 1809-1822).

O período que vai de 1850 a 1870; foi marcado pela elevação acentuada do preço do escravizado, devido à proibição do tráfico. Os dados foram coletados dos anúncios do *Jornal do Commercio*, um dos mais antigos do Brasil, fundado em 1827 (FREYRE, 2000), na seção “Annuncios”, nas páginas 4 e 5, no período proposto. Foram encontrados 8.424 registros para a palavra-chave, “escravo”. A idade do escravizado era também muito jovem, verificando-se em alguns anúncios, a utilização de diminutivos: “vendo uma negrinha”; “aluga-se um molecote”; “dá-se um pardinho”. Porém, havia mais anúncios de escravos de mais idade e com mais qualidade de especialização, e, portanto,

mais caros; muito raros, no período anterior. Enquanto um preço médio de 300 mil réis foi encontrado no período anterior, os valores de venda pedidos, dispararam: “vendo um preto carregador de café 420 mil; uma preta que cozinha 400 mil; uma negrinha de 15 anos 440 mil. Rua da Ajuda 98”; “vende-se na rua Príncipe dos Cajueiros n. 165 um pardinho de 18 anos e mui linda aparência 650 mil”; “vendo um preto que sabe cozinhar 550 mil, rua da Alfândega 141”. A partir de 1852, os preços dispararam ainda mais: “vende-se pardinha de 15 anos 650 mil, pretinha de 16, 670 mil. Rua da Valla 66”; “vende-se uma preta linda que cozinha 800 mil, rua Aterrado 18”; “600 mil por uma crioulinha bonita para uma senhora acabar de criar, Alfândega 35”. A partir de 1855; os preços, em todos os anúncios excediam 1 milhão de réis (1 conto de réis): “vende-se uma preta muito sadia 1,25 milhão”; vendo rapaz de 25 anos 1,2; um cozinheiro de 30 anos, 1,6; uma preta de 46 anos, 850 mil”. O mercado da rua da Assembleia n. 66, também anunciava a venda e o aluguel de vários escravos; com preços variando de 1,2 milhão a 2 milhões de réis, para venda. Um anúncio inusitado dava a dimensão do valor atribuído ao escravizado, pela sociedade da cidade: “troca-se uma pardinha de 4 anos, por um moleque da mesma idade, ou por uma moça sem habilidade. Rua Silva Manoel de Brito, n. 22 (atual avenida Brás de Pina)”. Foi possível também, através da análise dos anúncios, levantar o preço de aluguel do escravizado. No começo da década era de 12 a 14 mil réis por mês, “na rua do Hospício (atual rua Buenos Aires), n. 217; ou na rua da Alfândega, n. 73”. Em 1855; os preços sobem mais de 50%: “aluga-se uma preta que sabe lavar 20 mil, r. dos Arcos n. 5”; aluga-se preta que sabe lavar, 25 mil, r. da Assembleia 66”. Apesar de haver inúmeros anúncios oferecendo o aluguel de amas de leite, só encontrei o preço, em um único deles: “aluga-se uma preta parida para ama de leite, carinhosa, 28 mil, r. de Matacavalos 34” (atual rua do Riachuelo). Os escravos fugidos

eram anunciados em todos os números do jornal consultado. Também havia enorme discrepância no prêmio (alvíssara), pago a quem o capturasse, e o levasse ao seu dono de direito. Os prêmios variaram de 50 mil a 400 mil réis: “400 mil a quem levar o pardo João, à rua da Quitanda 36”; “200 mil a quem levar o escravo Hermenegildo, à casa de Francisco José Pacheco, rua Direita (atual 1º de Março), n. 100”; 50 mil a quem entregar o pardo Cosme, rua do Cano, 20”. Eram frequentes também, os anúncios de crimes cometidos por escravos, na seção “Polícia”. Também se enunciavam os preços de imóveis, para efeito de comparação, com o preço do escravo: “vende-se uma casa boa, com vários quartos, rua Direita, n. 20, 5 contos de réis”; “vendo sobrado de 3 janelas com grade de ferro, muitos cômodos, construída de pedra e cal, 4 milhões de réis, rua Lavradio 22”; vendo terrenos no Catumby, Cosme Velho e rua das Laranjeiras, de 100 a 500 mil réis”. Os aluguéis de imóveis também variavam: “alugo sobrado 100 mil por mês, rua do Rezende 18”; “aluga-se casa estucada com 5 quartos na rua de São Januário, 55 mil por mês”. Um anúncio curioso, que estampava os preços da assistência médica privada, era o da Casa de Saúde Dr. A J Peixoto, situada na rua da Gamboa, 159: “casa, comida e remédios, exceto bixas e operações- quarto separado, 4 mil por dia; enfermaria, 3 mil; escravo, 2 mil”. As livrarias do centro anunciavam os livros mais vendidos: “dicionário de português, 12 mil; Medicina Homeopática Cochrane 2 v., 16 mil, rua do Ouvidor 121”. Para efeito comparativo, também foi levantado o preço médio da arroba de carne seca, do Rio Grande do Sul, que durante esta década, ficou em 4.300 réis. A avaliação do salário do Escrivão Geral, encontrou um valor de 800 mil réis por ano, para este período, em média, em 1855 (66 mil réis, por mês) (JORNAL DO COMMERCIO, 1850-1870).

O período de 1880 a 1889 foi investigado utilizando o Jornal do Commercio, em sua seção intitulada “Annuncios”, nas

páginas 4 e 5 deste periódico. Foram encontrados 8.613 resultados para a palavra-chave “escravo”. Esta época foi caracterizada pelo fim da escravidão, com a Abolição em 13 de maio de 1888. Verifica-se facilmente, ao se analisar os anúncios, é a pequena frequência de anúncios de venda de escravizados. Outro fato incontestável é a mudança de texto nos anúncios que procuram por trabalhadores especializados: o período anterior foi caracterizado pela busca de escravos para vender e alugar; agora, durante este período, vê-se que foi caracterizado pela busca de trabalhadores caucasianos livres: “aluga-se uma senhora branca como governanta, 35 mil”; aluga-se uma senhora engomadeira, 35 mil”; aluga-se um casal de alemães, ela cozinheira, ele, copeiro, 80 mil, rua da Quitanda, n. 41”. Excepcionalmente encontrou-se a citação: aluga-se um cozinheiro, 40 mil; aluga-se um outro escravo cozinheiro, 45 mil. Rua do Rosário, 34”. A imensa maioria dos resultados encontrados pela busca da palavra-chave, resultou em anúncios de escravos fujões, e em casos do envolvimento do escravo com crimes, investigados pela polícia. Encontraram-se com frequência anúncios com recompensas em dinheiro, como as encontradas nos períodos anteriores: “200 mil a quem capturar o escravo Geraldino, que fugiu de Paty do Alferes, rua da Quitanda 66 C”; 500 mil a quem levar o escravo Aristides à rua D. Pedro I n. 01”; “200 mil a quem devolver o escravo Manoel à Fazenda São Sebastião, metade a quem colocá-lo na cadeia”. Antigos entrepostos escravistas dão sinais de fim de negócio, e foram anunciados nos seguintes termos: “vendem-se 2 pretas de 26 anos; uma parda moleca de 15 anos e um preto de 28 anos, preços commodos para a liquidação do negócio. Rua do Rezende 76”. Embora as idades de venda estejam mais altas que nos períodos anteriores, ainda existia a venda de crianças; o número de pardos escravos também superou a descrição de “pretos” ou de “africanos”, ou “de nação” encontrados nos períodos

anteriores, especialmente no começo da década, entre 1880 e 1883: “vendem-se: 1 parda de 27 anos, 1,75 milhão; uma pardinha de 13 anos, 1,25 milhão; uma parda de 17, 1,55 milhão; 1 de 16, 1,40 milhão; e uma pardinha de 10 anos, 850 mil. Rua da Alfândega, 117”. Havia “pechinchas” anunciadas por particulares, bem mais “baratas”, que aquelas oferecidas pelos agenciadores de venda de escravos: “vende-se uma preta que cozinha, 400 mil. Rua dos Ciganos, n. 39 (atual rua da Constituição)”; “vendem-se duas pretas: uma boa cozinheira 650 mil; uma cozinheira, 350 mil; rua dos Inválidos, n. 81”; “vendo preta engomadeira, 450 mil, rua da Imperatriz 70 A”. Pode-se constatar que os preços finais de venda estão muito mais baixos, que no período anterior, de 1850 a 1870; onde a maioria se situava acima de 1 milhão de réis. Para efeito de comparação, como recorte para o custo de vida deste período, foram analisados os preços dos imóveis à venda e para aluguel, disponíveis nos anúncios, do *Jornal do Commercio*. Sua análise facultou perceber mudanças importantes neste mercado: quase não se anunciava a venda de casas para moradia no centro da cidade, a não ser, de quartos para alugar: “aluga-se quarto no sótão, rua Senador Euzébio 37, 10 mil”; “aluga-se casa pequena 1 quarto na rua Paula Matos, 40 mil”; e lojas comerciais para alugar no centro: “aluga-se loja de calçados na rua Conde D’Eu 122 A, 35 mil”. A maioria dos imóveis residenciais maiores à venda, encontravam-se afastados do centro: em Laranjeiras e em Botafogo, na zona sul; em São Cristóvão e no Catumbé e em Vila Isabel, na zona norte. Os preços anunciados eram muito maiores, que aqueles praticados durante o período anterior: “vendo chalet na rua São Francisco Xavier, 8,50 milhões, tratar rua das Cancellas n. 3”; vende-se casa pequena na rua Paula Matos, 5 contos de réis”; “vendo casa assobradada no Largo de São Joaquim, 28 contos de réis”; vendo chalet na rua Voluntários da Pátria, 35 contos de réis”; “vendo sítio em Cascadura, 6

contos”; “vendo prédio em Inhaúma, 12 contos”. Havia também a venda de imóveis com a finalidade de ganho com aluguéis: “vende-se casa na rua Voluntários da Pátria, alugada rende 1,20 contos de réis por ano; preço 30 contos de réis”. Foi levantado também, o preço médio da arroba de carne seca, no entreposto alfandegário, importada do Rio Grande do Sul. O preço médio atingiu 5.100 réis por cada 15 quilos, em 1886; com preços tão altos como 7.000 réis, em 1884. O salário do Escrivão Geral anotado para o ano de 1887, foi de 2 contos e 400 mil réis por ano (200 mil réis por mês). As tabelas 5 e 6 abaixo, apresentam um resumo do custo econômico e do preço do escravizado urbano, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Na tabela 5 estão indicados os preços médios obtidos nos anúncios de jornal, do salário do Escrivão Geral; do preço médio de venda do escravizado com especialização (o mais caro); o preço médio cobrado pelo aluguel de um escravo especializado (o mais caro); o preço de uma casa para moradia familiar em uma localização (a área central da cidade até 1850, depois o bairro de Botafogo, a partir de 1880); e o preço do aluguel de um imóvel com a finalidade residencial nas mesmas localizações. A tabela 6 apresenta o preço da arroba (15 Kg) de carne seca; o salário médio do escrivão; e três colunas sucessivas que comparam o custo percentual deste salário com a aquisição da arroba de carne seca; com o valor de um aluguel de imóvel para moradia e a quantidade de dias trabalhados por este funcionário, para adquirir no mercado urbano de escravizados, um escravo especializado; durante os 3 períodos de tempo avaliados (JORNAL DO COMMERCIO, 180-1889).

Tabela 5- Aspectos econômicos do custo de vida para um funcionário da burocracia Imperial, durante o século XIX (preços em mil réis).

Período	Salário do escrivão.	Preço médio do escravo.	Preço do aluguel do escravo.	Preço médio de uma moradia familiar	Preço médio de aluguel de moradia
1809- 1822	400	300	13	5 mil	16
1850- 1870	800	1 mil e 200	20	10 mil	50
1880- 1889	2 mil e 400	650	40	30 mil	80

Fonte: o presente trabalho.

Deve-se ter em mente que 10 mil mil réis eram iguais a 10 milhões de réis, ou no dizer corrente da época, 10 contos de réis.

Tabela 6- Correlação do salário médio do Escrivão Geral com alguns artigos que poderiam ser adquiridos no mercado do Rio de Janeiro (preços em mil réis).

Período	Salário mensal do Escrivão Geral.	Preço médio da arroba de carne seca.	Percentagem do salário relativo a compra da carne seca	Percentagem do salário mensal para o aluguel de uma boa moradia	Dias trabalhados para se comprar um escravo
1809-1822	33	2,3	0,7%	48%	182
1850-1870	66	4,3	0,6%	75%	363
1880-1889	200	5,1	0,2%	40%	65

Fonte: o presente trabalho

Como a carne seca era um alimento para o pobre e o valor da arroba (15 Kg) pode ser obtido no próprio jornal, na seção do movimento da alfândega, já que o charque era importado do Rio Grande do Sul; verifica-se uma relativa estabilidade do preço até 1870, quando se compara com a aumento de salário do Escrivão Geral. A elevação salarial do funcionário da burocracia imperial é real a partir de 1880, embora parece ter havido um aumento concomitante dos aluguéis e do preço de uma moradia familiar em um local considerado adequado para uma família de classe média. Para Lobo, 1993; isto se deveu à consolidação da burocracia imperial como atividade laboral, a partir de 1875. A última coluna é capaz de expressar e confirmar as observações

dos autores ingleses que se dedicaram a estudar a escravização no Brasil: os preços atingiram sua elevação máxima após a proibição do tráfico negreiro, para depois declinarem, com a aproximação da Abolição. O número de dias trabalhados foi considerado a partir da premissa de “dias efetivamente trabalhados”, retirados os sábados e domingos e feriados, o que dá uma média mensal de 20 dias efetivos.

Considerações Finais:

Existe uma considerável dificuldade em se definir uma equivalência facilmente perceptível, por pessoas comuns, não pertencentes à classe dos economistas, das diversas moedas que foram empregadas, nos muitos mercados das Américas, para a compra e venda de escravizados, durante o século XIX. As moedas não eram estáveis, do ponto de vista econômico; as economias baseavam-se em produtos diversos; o nível de industrialização e de produção de renda e lucro, eram diferentes. Assim, este trabalho estabeleceu um modelo, proposto por Gomes, 2007; como exemplo, meramente ilustrativo, da equivalência de 1.000 réis brasileiros, para R\$ 42,85 Reais de hoje. Contradições à parte, os 300 anos de escravização nas Américas, inauguraram o capitalismo moderno, e pode-se dizer, com pouca margem de erro, da primeira globalização da história do mundo civilizado, de inspiração europeia. Na última metade do século XIX, com as ações abolicionistas cada vez mais incisivas, o preço do escravizado nos grandes mercados das Américas disparou. Como não existem dados oficiais brasileiros, em decorrência da queima dos documentos, ordenada pelo Ministério da Fazenda da época, pesquisadores ingleses estabeleceram que o menor preço, ao redor de 1860, era cobrado no mercado de escravos em Cuba; e o maior preço, na região

cafeicultora do Vale do Paraíba fluminense. As tentativas de entender o passado, levaram os economistas e historiadores estrangeiros, a tentar responder a uma questão fundamental: foi a escravidão um sistema de trabalho rentável, que sustentou a economia de países e de suas colônias, durante os 300 anos de sua existência, no Novo Mundo? Infelizmente, a investigação histórica, com viés econômico, apontou para uma amarga constatação: a escravidão e seu sistema de trabalho “poluiu”, contaminou todo o sistema econômico colonial, com pesado ônus para o sistema social, entre os agentes envolvidos, notadamente para suas colônias. A desigualdade entre os homens, um conceito do filósofo grego, Aristóteles, emitido no século IV antes de Cristo (no seu livro *Política*), e referendado pela Igreja Católica e pelos reinos europeus, católicos e protestantes; permitiu a instalação de um sistema econômico abominável, baseado na escravidão de um ser humano por outro. As investigações históricas realizadas dão conta, de que o crescimento econômico *per capita*, foi nulo, durante o século XIX. O protecionismo e o nepotismo empregados pela administração colonial, canalizou recursos públicos para sustentar a escravidão e a economia baseada no latifúndio exportador, sempre protegendo “os amigos do Rei”, único herdeiro legítimo de Deus, e, portanto, capaz de tomar decisões para beneficiar este ou aquele, de seus súditos mais diletos. A massa trabalhadora detentora dos meios próprios de produção, como os comerciantes, os vendedores de bens e serviços, os artesãos; continuaram a trabalhar e a auferir o lucro, que sustentou a economia colonial, através do pagamento de impostos à Coroa Portuguesa. Este sistema perverso de administração dos recursos públicos persiste até hoje, com a manutenção desta excrescência maquiada de “democracia”; o sistema de governo baseado no “presidencialismo de coalizão”. Independentemente de serem colonizadas por ingleses,

espanhóis ou portugueses, as antigas colônias europeias no Novo Mundo e sua população, continuam a pagar pelo ônus de 300 anos de escravização. Ele é especialmente social, com a manutenção da pobreza e da subnutrição, e a falta de identidade de povo, nos territórios das ex-colônias, sendo que, no caso do Brasil, persistem o atraso da administração dos recursos públicos, a dependência do mercado de *commodities*, o mal-uso do dinheiro público; o nepotismo e o protecionismo de grupos escolhidos. Infelizmente isso faz parte da nossa triste herança colonial portuguesa, com a qual o povo brasileiro precisa conviver.

Referências:

BERGAD, L.W. GARCIA, F.I. BARCIAS, M.C. The Cuban Slave Market: 1790 a 1820. Cambridge University Press, 1995.

BETHEL, L. Abolition of the brazilian slave trade, 1807-1869. Cambridge U.K.: Cambridge University Press, p. 388-393, 1970.

BINGER, L. Esclavage, Islamisme Christianisme. Paris: Societé des Editions Cientifiques, 1891.

CALDEIRA, Jorge. História da riqueza no Brasil: 5 séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil; 2017.

CARDOSO. Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: 5ª ed. Civilização Brasileira; 2003.

COVEY, H.C., EISNACH, D. What the Slaves Ate. Library of U.S. Congress. Santa Bárbara, CA, 2009.

DUNCAN, J. S. Public and private operation of railways in Brazil. New York: Harvard Historical Studies, p. 183, 1932.

ELTIS, David; LEWIS, Frank; RICHARDSON, David. Slave prices, the African slave trade, and productivity in the Caribbean, 1674–1807. *Economic Historic Review*, 58 (4) 673-700, 2005.

FOGEL, R. W., ENGERMAN, S. L. *Time on the cross*. Boston: Little Brown and Co., 1974.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Top books editora, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Cia. Das Letras; 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. 14ª ed. São Paulo: Global; 2007.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

KOTLIKOFF, L. J. The structure of slave prices in New Orleans, 1804 to 1862. *Economic Inquiry*, v. 17, p. 496-518, 1979.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Edições de 1809 a 1822. *Commercio-cotações officiaes*. Disponível em: bn.digital.br/hemeroteca. Acesso em: 05 jul. 2020.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GOVERNO FEDERAL. SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA. Decreto 8512 de 1911: dispõe sobre a conversão libra-mil réis. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8512-11janeiro-1911-523344-tabela-pe.pdf>. Acesso em mar. 2020.

GRANDY, M. *Slavery in America*. In the Plantation of the mais. The Library of Congress. Washington DC, 2011.

HOLLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuario Estatístico Brasileiro de 1937*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em 2020.

JORNAL DO COMMERCIO. Edições de 1850 a 1870. *Annuncios*. Disponível em: bn.digital.br/hemeroteca. Acesso em: 05 jul. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO. Edições de 1880 a 1889. Anúncios. Disponível em: bn.digital.br/hemeroteca. Acesso em: 05 jul. 2020.

LACOMBE, A. J., SILVA, E., BARBOSA, F. A., *Ruy Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988.

LOVEJOY, P. E., RICHARDSON, D. British Abolition and its impact on slave prices along the atlantic coast of Africa, 1783- 1850. *The Journal of Economic History*. v.55, n.1, 1995.

MANCALL, P. C., ROSEMBLOOM, J. L., WEISS, T. University of Texas. National Bureau of Economic Research. Slave prices in the lower South, 1722-1815. Austin TX, 1999.

MATTOSO, K. M., KLEIN, H.S., ENGERMAN, S.L. Trends and patterns in the prices of manumitted slaves: Bahia, 1819-1888. *Slavery and Abolition*, v.7, n.1, p. 59-67, 1986.

NEVES, Raphael. Produzindo a liberdade e inventando a escravidão: esconderijos e fugitivos na Corte, 1809-1847. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

PHILLIPS, U.B. *Life and Labor in the Old South*. Boston: Little Brown; 1941.

SUMMERHILL, W. R. Productivity in the Paraíba Valley: assessing agricultural efficiency in the 19th century Brazil. Los Angeles CA: UCLA. Department of History, p. 1-31, 2003.

THE NEW YORK TIMES. Market Price of slaves. Published on August, 1863. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1863/08/22/news/market-price-of-slaves.html>. Acesso em 2017.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: 1^a ed. Traduzida. Cia. Das Letras; 2012.

WRIGHT, Robert E. *The poverty of slavery: how the unfree labor pollutes the economy*. New York: Palgrave MacMillan, 2017.

La creación de un nuevo espacio intercultural en el nuevo mundo: Treze Tílias (Dreizehnlinden) - un municipio austro-brasileño en Santa Catarina

Johannes Maerk¹
Selina Gusenbauer²

Resumo

Este ensaio conta a história de Treze Tílias (Dreizehnlinden), município austro-brasileiro de Santa Catarina fundado por migrantes austríacos na década de 1930. Desde as suas origens humildes, os colonos originais juntamente com os seus vizinhos criaram ao longo do século XX e início do século XXI uma comunidade que por um lado preserva as suas raízes e ao mesmo tempo está bem integrada na sociedade anfitriã. Este ensaio tenta explicar essa transformação.

Palavras-chave: Áustria, Brasil, interculturalidade, migração, integração

Resumen

Este ensayo relata la historia de Treze Tílias (Dreizehnlinden), un municipio austro-brasileño en Santa Catarina que fue fundado por migrantes austriacos en los años treinta del siglo XX. Desde sus humildes inicios los pobladores originarios juntos con sus vecinos crearon a largo del siglo XX y principio del siglo XXI una comunidad que a un lado preserva sus

¹ Prof. Dr, Universidad de Ciencias Aplicadas FH Campus Viena, Austria, johannes.maerk@fh-campuswien.ac.at.

² MSc. MA. Universidad de Ciencias Aplicadas FH Campus Viena, Austria, selina.gusenbauer@fh-campuswien.ac.at

raíces al mismo tiempo está bien integrada en la sociedad receptora. Este ensayo trata de explicar esta transformación.

Palabras claves: Austria, Brazil, interculturalidad, migración, integración

Abstract

This essay tells the story of Treze Tílias (Dreizehnlinden), an Austro-Brazilian municipality in Santa Catarina that was founded by Austrian migrants in the 1930s. From its humble beginnings, the original settlers together with their neighbors created throughout the 20th century and the beginning of the 21st century a community that on the one hand preserves its roots at the same time is well integrated into the host society. This essay tries to explain this transformation.

Keywords: Austria, Brazil, interculturality, migration, integration

Las Américas han sido por siglos un espacio de esperanza y de una mejor vida para millones de europeos. En este ensayo queremos enfocarnos como ejemplo empírico en un espacio de migración en Brasil - Treze Tílias en Santa Catarina que es un asentamiento de emigrantes austríacos que han mantenido en partes su idioma y tradición hasta hoy. Este municipio – en alemán Dreizehnlinden – se sitúa en el en el estado brasileño de Santa Catarina, que fue fundado en 1933. Cubre un área de aproximadamente 185 km² en el oeste de las tierras altas de Brasil.

Historia

El fundador de Treze Tílias fue Andreas Thaler un antiguo ministro de agricultura de Austria que nació el 10 de septiembre de 1883, en la comunidad de Oberau, municipio de Wildschönau, en el estado de Tirol, Austria. Fue hijo de Georg Thaler y Anna Schonner, agricultores en las montañas alpinas. Andreas Thaler ingresa en el seminario para formar sacerdote por indicación de sus padres. Después de algunos años sin adaptarse, vuelve a su casa y se dedica exclusivamente a la agricultura. Como agricultor, Thaler da inicio a su carrera política, eligiéndose a los 32 años Prefecto de Wildschönau durante la Primera Guerra Mundial. En 1919 fue elegido para el Parlamento Estatal del Tirol, donde por 10 años defiende intereses de los agricultores. Durante ese período, se convierte en Presidente del Consejo de Cultura. En el período de 1926 a 1929, y de septiembre de 1930, a marzo de 1931 es ministro de agricultura en el gobierno federal, cuando renuncia a su cargo para dedicarse al proyecto de colonización (MALLMANN SPECK, 2006, 27).

A menudo se había exigido subsidios para los planes de Andreas Thaler de emigrar porque quería permitir una existencia segura en América Latina debido al aumento del desempleo después de la Primera Guerra Mundial en Austria, una caída de los precios de los productos agrícolas y las sanciones impuestas de Alemania de Hitler en contra de Austria. Además desde 1921, año en que se inician las estadísticas en Austria, hasta 1937, emigraron más de 75.000 austriacos hacia fuera de Europa, de los cuales casi 14.000 para Brasil (31.000 para Estados Unidos, 11.000 para Argentina). La mayoría de los emigrantes de la Primera República de Austria dejaron el país por motivos socioeconómicos, suponiendo que Austria "reducida" (después del derrumbe del imperio multinacional austro-húngaro en 1918) no podría ofrecer en el

futuro la estabilidad para la creación de una base sólida de supervivencia como país (MALLMANN SPECK, 2006, 16).

En 1931 Thaler declinó como ministro de agricultura del gobierno federal para enfocarse en un nuevo proyecto: la creación de un asentamiento coorganizado por familias católicas de agricultores y artesanos en un estado donde la "preservación del carácter del pueblo" (tradición, fe, costumbres) y el lenguaje no se vean amenazados por la asimilación.

Estas condiciones encontró Thaler en Brasil: Las tierras fueron seleccionados por Walter von Schuschnigg, un primo del futuro canciller austriaco Kurt Schuschnigg y representante diplomático de Austria en Santa Catarina, que ya había llegado a Brasil a través de la iniciativa de migración por Othmar Gamillscheg un oficial austriaco quien fundó después de la primera guerra mundial una sociedad de emigración para ex-soldados.

Los planes de emigración de Thaler y Schuschnigg también tenían un aspecto cultural misionera: Querrian impedir la inmigración de colonos italianos en la región y conectar el proyecto Treze Tílias con las zonas de asentamiento alemán en Santa Catarina y Rio Grande do Sul. Además la zona fue escogida por la altura de más de 700 metros y de un paisaje similar al sur del Tirol.

Pero el proyecto de Thaler se insertaba también en la idea del Estado brasileño de que la ocupación europea traería consigo progreso y desarrollo en las zonas fronterizas con un vacío demográfico. Además se tenía en Brasil la preocupación que la región sea desado por Paraguay y Argentina con presencia de poblaciones oriundas de estos países. "Así la ocupación por colonos austriacos católicos, adeptos de ideologías comunitarias y pacifistas venía bien a la pretensión de Brasil llenar lagunas territoriales" (CAMARA, et al., 2019, 4).

A pesar de la considerable resistencia política en Austria, Thaler pudo realizar su proyecto a gran escala Dreizehnlinden (Treze Tiliás), diseñado para 10.000 personas debido a su amistad con el canciller austriaco Dollfuss, quien arbitrariamente le otorgó la mitad del presupuesto anual para colonización (500.000 chelines austriacos, hoy 2,9 millones de euros) para la adquisición de tierras, pasajes y equipos técnicos con el requisito de comprar el equipo en Austria.

A finales de marzo de 1933, se fundó la "Sociedad Austríaca de Asentamientos Extranjeros" („Österreichische Auslandssiedlungsgesellschaft“) con sede en Viena y sucursal en Innsbruck, la capital de la provincia de Tirol con el objetivo de establecer asentamientos austríacos en el extranjero.

El primer grupo de emigración consistía en 66 hombres, 9 mujeres y 11 niños, incluidos 80 Toneladas de equipaje y provenientes en su mayoría de la provincia de Tirol. Tirol es una región que incluye el Tirol del Norte (Nordtirol) y Este (Osttirol), que actualmente se unen al estado austríaco del Tirol y Tirol del Sur (Alto Adige en italiano; Suedtirol y Welshtirol en alemán), las provincias autónomas de Trento y Bolzano pertenecen a Italia. Algunos colonos provenían también de la provincia austriaca de Vorarlberg que es un estado federado austriaco al occidente que conlinda tanto con Tirol como con tres países: Baviera (Alemania), Suiza y el principado de Lichtenstein.

Salieron de Génova el 10 de septiembre de 1933 y llegaron después de tres semanas el 28 de septiembre a Río de Janeiro donde se quedan una semana. Andreas Thaler trata los arreglos finales con las autoridades del gobierno brasileño auxiliado por Walter von Schuchnigg quien dominaba la lengua portuguesa. De Río de Janeiro los inmigrantes austriacos llegaron en tren hasta la Estación de Barra de São Bento, ubicada en el municipio de Itapuí (hoy Ibicaré) en el estado de Santa

Catarina donde se encontraron con un pequeño grupo de austriacos de Krems (una ciudad cerca de Viena) que vivían allí desde 1930. El viaje fue relatado por María Moser (extractos de su diario):

Quase dois dias durou a viagem de trem, e pela manhã chegaram a Barra do São Bento. Em seguida, havia mais uma caminhada de 14 km até Papuan, era o nome da nova pátria. As mulheres puderam viajar em cima dos carros de boi, mas o caminho era tão ruim e elas eram sacudidas tanto, que algumas mulheres preferiram andar a pé. A estação de trem era uma pequena localidade, apenas uma fila de casas ao lado da rua. Bem íngreme o terreno, mas quanto mais subiam, tanto mais agradável tornava-se a região. Chegaram à tarde. Em cima da colina havia uma igrejinha de madeira, ao lado uma casinha, também de madeira, a casa paroquial. Uma grande cabana era, ao mesmo tempo, loja e cantina. E havia também inúmeras cabanas vazias, que puderam ser utilizadas pelos tirolezes. Havia muitas pessoas presentes para ver os tirolezes que chegavam. Já moravam lá, vinte famílias alemãs, que foram de grande ajuda para os tirolezes, elas haviam preparado tudo para a chegada. É que elas já sabiam como era o começo e já eram auto-suficientes. Foram muito solidárias. Os tirolezes estimavam muito essas pessoas e essas famílias não podem ser nunca esquecidas; já estavam lá, há cinco anos, e puderam oferecer segurança, pois também construíram para si uma pátria na região. Uma dessas pessoas, de nome Schauptenlehner, disse que tinha muito feno em casa, que poderiam buscar. O feno foi então espalhado nas cabanas vazias, e de noite, todos se deitaram nele feito sardinhas. Estavam contentes em poder dormir no feno. (MARIA MOSER citada em MALLMANN SPECK, 2006, 62)

El 13 de octubre de 1933, el nuevo asentamiento fue oficialmente fundado y nombrado según el épico concebido y escrito por el escritor austríaco Friedrich Wilhelm Weber “Dreizehnlinden” (portugués: Treze Tílias). En su obra Dreizehnlinden Friedrich Wilhelm Weber relata la batalla final entre los francos y los sajones en Europa Central, entre el

entonces emergente cristianismo y la desaparición gradual del paganismo germánico. Como los portadores principales de los ideales de la cristiandad en aquel período de la historia europea eran los monjes cristianos, el poeta insertó su obra en un claustro ficticio el cual él llamó "Dreizehnlinden" y en cuyos jardines existían trece tilos. Treze Tilias fue fundada como "Dreizehnlinden" y fue obligada a cambiar de nombre durante la represión a las lenguas minoritarias en Brasil durante la campaña de nacionalización de Getúlio Vargas.

La ola migratoria de colonos austriacos creció debido a los informes positivos y el deterioro de la situación económica en Austria. Y así, hasta 1938, un total de 789 personas en 14 transportes de todos los estados federales austriacos llegaron a Treze Tilias – aproximadamente 70% de ellos provinieron de Tirol o Vorarlberg. Se daba preferencia a personas con conocimiento agrícola incluyendo campesinos, trabajadores agrícolas, trabajadores de la construcción y jóvenes agricultores (PRUTSCH, 1996, 234). Los trabajadores industriales y los comerciantes fueron aprobados solo en unos pocos casos ya que fueron considerados como menos adecuados para la economía cooperativa campesina. No fueron admitidos divorciados, homosexuales, no-católicos y ciudadanos no-austriacos (RITTER, 2012, 14).

Después de más de un año de la llegada de los colonos ya funcionaron en Treze Tilias tres aserraderos, una fábrica de ladrillos, un molino de grano, una planta de refrigeración, maquinaria para trabajar la madera, taller mecánico y una central eléctrica que podría suministrar alrededor de mil bombillas. Para preservar la tradición austríaca se impulsó actividades como el tallado en madera, el hilado y tejido, el uso de trajes y la música tradicional de los Alpes austriacos.

Al respecto el tallado Eduardo Moser comenta en 2004:

Desde a fundação, Treze Tílias vem se destacando na escultura de madeira, pois já no primeiro grupo de imigrantes os escultores estavam presentes. Georg Thaler, irmão do Ministro Andreas Thaler, era escultor. Com a chegada do primeiro Natal em terras brasileiras em 1933, o Ministro fundador encarregou seu irmão Georg Thaler para esculpir um presépio para a pequena igreja na recém-fundada Dreizehnlinden. Em 1935, com vinda da Família Moser, veio também Josef Moser, escultor formado na Academia de Belas Artes de Munique, Alemanha, iniciando aqui seus trabalhos como primeiro profissional da escultura de madeira. Deixou como seus discípulos os escultores Hans Bachler e Conrado Moser. A escultura de madeira desenvolveu-se especialmente nas famílias Moser e Thaler tornando-se uma atração à parte dentro da comunidade. Aos poucos outras pessoas também começaram a desenvolver a arte de esculpir em madeira e aos 5 de abril de 2002 o governo do Estado reconheceu Treze Tílias como a "Capital Catarinense dos Escultores e das Esculturas em madeira", através da Lei 12.144." (LEMOS, 2004; 118)

Con la band de musica pasa algo parecido como relata el autor brasileño Gintner (1993, 16):

A "Banda dos Tiroleses" fundada ainda no navio, no qual vieram os pioneiros, é um dos grandes expoentes do folclore trezetiliense. Até os dias atuais, a Banda nunca interrompeu suas atividades, sendo uma de suas características mais marcantes o repertório, formado das mais belas páginas musicais austríacas, trazidas de uma distância de cerca de 10.000 km. Realizando uma série de 30 apresentações anuais, dentro e fora do município, desde sua formação, a Banda foi dirigida ininterruptamente por Gabriel "Goberl" Hausberger, durante 43 anos e, a partir de 1981, por Bernardo Moser.

En los primeros años cada trabajador masculino mayor de 18 años recibió el salario promedio en la agricultura de Brasil

correspondió - además había bonos por motivación. Había una tarifa de cupón, dinero propio que solo podía usarse en la colonia (PRUTSCH, 1996).

Al otro lado los autores austriacos Reiter, Rampel y Humer (1996, 26) reconocen también el papel positivo tanto de los migrantes como del país receptor: Desde el lado del Estado brasileño Thaler recibió mucha ayuda porque el estado fue dispuesto a recibir austriacos y en Brasil "Austria" tenía una buena reputación. Los austriacos ya residentes en el país no sólo eran conocidos por ser "Schuhplattler", asociaciones de música y de canto, sino también como trabajadores confiables. Aunque el idioma nacional fue el portugués en ese momento todavía muchos brasileños entendían en el Sur de Brasil alemán. Así la gente era feliz cuando los nuevos colonos trataron de aprender su lengua del país. Los brasileños fueron considerados muy educados, serviciales y hospitalarios. Así las autoridades brasileñas pusieron a la disposición de Thaler un avión para hacer vuelos de reconocimiento para detectar tierras aptas para la colonización.

Aparte de Thaler otro personaje clave en los primeros años fue el sacerdote Johann Reitmeier quien nació en 1888 en Dechantskirchen, Estiria y murió en 1977 en Austria. Los últimos nueve años de su vida los pasó de nuevo en Kirchberg, donde tomó especialmente los ancianos y los enfermos, y estuvo involucrado en el ministerio parroquial. Había recibido el título eclesiástico de honor de Monseñor por su trabajo en el Tirol y Brasil. Reitmeier llegó con el primer grupo de colonos y no sólo hizo una gran labor pastoral, pero resultó ser también un excelente organizador y promotor de la educación, ya que jugó un papel importante en la fundación de la escuela (todavía existe la "Escuela Municipal Monseñor João Reitmeier").

El régimen de Thaler fue autoritario y él mantenía el control político y económico sobre la comunidad hasta su

muerte accedida en una inundación en 1939. En 1938 Austria fue anexo a Alemania nazi. Como consecuencia inmediata el Viceconsulado austriaco en Dreizehnlinden fue cerrado y fusionado con el consuldo alemán en Cruzeiro do Sul. Todas las transferencias incluidas las monetarias desde Austria fueron prohibidas. Con la entrada de Brasil en la segunda guerra mundial el idioma alemán así como las asociaciones alemanas-austriacas fueron prohibidas y las escuelas de habla alemana fueron cerradas. Mallmann Speck (2006, 69-70) relata - basado en un relato en Gintner (2003) - la reacción de un miembro de la Banda de los Tiroleses frente a la prohibición del idioma alemán:

Recebemos a informação de que não poderiam tocar músicas alemãs e que não poderiam falar em alemão. Muitos músicos não dominavam ainda o português e acabavam falando algo em alemão entre eles. Como estavam sob vigilância, imediatamente apareceu uma autoridade policial, ameaçando-os de prisão. O dirigente não titubeou e disse que não estavam falando em alemão, mas sim em tirolês e que as músicas também não eram alemãs, mas sim tirolesas. O frágil argumento foi aceito imediatamente e os músicos acabaram não sendo presos.

Durante este periodo de nacionalización, Dreizehnlinden pasó a llamarse “Pápuan”. Solo hasta 1963 la ciudad recuperó su nombre original y se llamó “Treze Tílias”, portugués para Dreizehnlinden (RICHTER, 2012, 15-16). Después de la segunda mundial guerra, los inmigrantes austriacos no solo recuperaron con éxito su doble ciudadanía sino que también la usaron para la restauración de una Austria independencia (la cual fue lograda en 1955). En la década de 1970 se fundó el Consulado Honorario de Austria en Treze Tílias que desde entonces ha emitido más de 1200 certificados de ciudadanía

(LAGLSTORFER, 2012). En 1969 vino el sacerdote católico Gottfried Otto Küng a Treze Tílias y con él una buena dosis de energía y espíritu innovador. Küng provino de la provincia austriaca de Vorarlberg. Contra una resistencia considerable fundó la lechería "Tirol", hoy uno de los más grandes de Brasil. Además enseñó a los habitantes de Treze Tílias a ganar dinero con el turismo. Así fueron sustituidos las cabañas de madera pintorescas pero pobres por casas tirolinas construidas con piedras, que son muy populares entre los huéspedes brasileños. "O Tirol brasileiro" ("El Tirol brasileño") - ubicado a 800 metros de altitud - fue comercializado y se convirtió en un centro turístico popular con 7.000 habitantes. Küng se quedó en Treze Tílias hasta 1980 y murió en 2012 en su ciudad natal Bludenz, Vorarlberg Austria (KURIER, 2013). Otro impulso al turismo fue en 1978 durante la fiesta de los 45 años de fundación de Treze Tílias. Vino el gobernador de la provincia austriaca Tirol, Dr. Eduard Wallnöfer y se interesó en el rescate cultural de la comunidad debido al hecho que muchos austriacos que vinieron ya estaban con edad avanzada. La visita del gobernador trajo consigo el mejoramiento de la carretera de acceso a Treze Tílias de 13 kilómetros con la carretera principal, construcción que fue financiado por el gobierno del Tirol. Pero sobre todo se lamentó la lenta pérdida de expresiones culturales como el canto coral, el tallado de madera, el grupo de teatro en lengua alemana y principalmente la arquitectura alpina que no existía en las construcciones. Por iniciativa del gobernador se formó una comisión organizar el intercambio con la vieja patria y así dar impulsos a las tradiciones austriacas en la comunidad. Una persona fue escogida para un viaje a Tirol: Eduardo Moser. Entonces él vivía en Curitiba como músico y relata como integrando la banda de músicos:

Um estágio no Tirol foi o ponto mais importante no início dos trabalhos. Foram quatro meses estudando música

tiroleza e austríaca atual, e não a antiga que se mantinha em Treze Tílias. Também estudei as casas típicas, construções, estilos, modelos e fotos de casas, coral, danças. Vi que ser maestro da banda era pouco. Estudei outras coisas pelo desafio: transformar Treze Tílias no Tirol Brasileiro. Conhecendo o turismo no Tirol, as bandas de música, grupos folclóricos e principalmente a arquitetura alpina, seria possível dar um rumo à comunidade para transformá-la numa cidade tipicamente tiroleza (LEMOS, 2004, 127-128).

Durante el período en que se quedó en el Tirol, Bernardo Moser, se enteró de los principales elementos de la cultura tiroleza, se enteró las vestimentas típicas más actuales, la música, la danza y la arquitectura. Se trajeron a Brasil modelos, fotos y muestras para revitalizar la cultura austriaca en Treze Tílias (LEMOS, 2004, 128). El 9 de mayo de 1981, se creó la Secretaría de Turismo del municipio de Treze Telas y en posesión Bernardo Moser, como primer secretario. A partir de ahí, se inició la caminata para hacer de Treze Tias "El Tirol Brasileño". Bernardo Moser explica que el primer paso como secretario fue hacer que cada ciudadano analizara su propiedad por el aspecto visual: la casa en sí, estilo, color, estado de conservación, jardines, comparar con las demás casas de la calle. El mismo fue realizado junto a las industrias, casas, comerciales, talleres mecánicos, bares y cafeterías. Cada propietario era visitado individualmente y, en conjunto, se intercambiaban ideas, se daban sugerencias, se mostraban ejemplos. Una palanca clave para el cambio hacia una imagen del Tirol Brasileño fue que el poder público municipal logró una ley que a todo ciudadano que construyera una casa en el estilo alpino eximía del IPTU (impuesto pagado sobre las propiedades y terrenos urbanos) por un período de cinco años. Conforme a sugerencias y modelos de casas tirolezas, los propietarios aplicaban detalles específicos: aleros, balcones,

ventanas con ranuras de madera (LEMOS, FREGA & SOUZA 2009,67). El censo brasileño del año de 1980 indica como composición "étnica" de la población: de las 3553 personas contadas en Treze Tílias en 1980, 3081 indicaron que tenían un color de piel blanco, 17 un color de piel negro y 455 eran de piel oscura ("pardos"). Además, 89 personas con ciudadanía no brasileña vivían en Dreizehnlinden – entre ellos 17 italian@s y 57 austriac@s (KUHN, 2013, 85). Se estima que hoy unos 8 mil habitantes en Treze Tílias. Las actividades económicas hoy en día son a un lado las actividades económicas relacionadas con la agricultura. Actualmente, "Tirol Leite", la segunda más grande en el país, produce más de 200 productos desde leche pasteurizada hasta yogurt y queso. En la lechería que ahora tiene varias sucursales más de 1.600 personas están trabajando actualmente. Alrededor de 12,000 agricultores en un radio de 600 kilómetros entregan alrededor de dos millones de litros de leche por día a una de las empresas Tirol. (Vorarlberger Nachrichten, 2017). Los agricultores tienen buenos ingresos gracias a la cría de cerdos. Al otro lado el turismo, sobre todo el festival anual tirolés es muy conocido en todo Brasil y atrae a muchos turistas a la región. La tradición alpina se ancla particularmente en la artesanía de los escultores de madera y las bandas de música tirolés, el grupo Schuhplattler, el grupo de danza folclórica y la observación de días festivos con San Nicolás o las procesiones de Pascua y las numerosas flores en las casas. Todos estos elementos son vendidos como la marca "O Brasil Tirolés" que atrae mas de 160 mil turistas al año a Treze Tílias. La supeviencia tanto económica como cultural parece garantizado después de la fundación del pueblo en sus casi 90 años.

Bibliografia:

CAMARA Fabiana, Walmott Borges, A, de Almeida, Paulo Roberto. (2019): A política migratória do período Vargas (1930-1945) e o projeto de colonização de Andreas Thaler na região de Treze Tílias, Santa Catarina, mimeo.

GINTER, Luiz Jose (1993): *Gemütlichkeit & saudade: breve história de Treze Tílias e memórias da primeira infância*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor.

KUHN, Elisabeth (2013): „Tirolerknödel in Brasilien – Weitergabe und Veränderung von kulinarischem Wissen bei Tiroler Migranten und Migrantinnen in Brasilien“, tesis de doctorado, Universidad de Viena.

Kurier (2013): „Tiroler Dorf in Brasilien: Dreizehnlinden wird 80“ (Una aldea tirolesa en Brasil: Treze Tílias cumple 80 años, <https://kurier.at/chronik/weltchronik/treze-tilias-tiroler-dorf-in-brasilien-dreizehnlinden-wird-80/29.959.698>

Laglstorfer, Rene (2012): Schuhplattln auf Brasilianisch, der Standard, <http://derstandard.at/1343744748893/Schuhplattln-auf-brasilianisch>

LEMOS Iomara, FREGA Jose, SOUZA Alceu. (2009): “A cultura local como estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo em Treze Tílias”, SC, REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 59-74

LEMOS, Iomara. (2004): “Estratégias competitivo - cooperativas para o desenvolvimento regional sustentável via turismo - o caso de Treze Tílias – SC”. Administração. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

MALLMANN SPECK, Agatha Christina. (2006): “Raízes históricas da colonização austríaca: um estudo sobre a educação de treze tílias (1928 – 1938)”, Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba

REITER, Martin., RAMPL, Monika, HUMER, Andreas. (1993): *Dreizehnlinden: Österreicher im Urwald (Treze Tílias: Austríacos en la selva)*. Schwaz: Berenkamp, 1993.

RITTER, Thomas. (2012): *Die Identität von österreichischen MigrantInnen in Brasilien. Eine qualitative Primärerhebung in Treze Tílias (Dreizehnlinden), dem „Brasilianischen Tirol“* (Identidad de migrantes austriacos en Brasil), tesis de maestría, Universidad de Viena.

PRUTSCH, Ursula (1996): *Das Geschäft mit der Hoffnung. Österreichische Auswanderung nach Brasilien 1918-1938*. Wien, Köln, Weimar: Böhlau Verlag.

PRUTSCH Ursula (s/f): Das Projekt Thaler – Dreizehnlinden (El proyecto Thaler – Treze Tílias), <http://www.lateinamerikastudien.at/content/geschichtepolitik/brasilien/brasilien-27.html>

Vorarlberger Nachrichten (2017): Existenzgrundlage für Vorarlberger in Brasilien <https://www.vn.at/markt/2017/08/08/existenzgrundlage-fuer-vorarlberger-in-brasilien.vn>

ANEXO I:

A entrevista concedida por Andreas Thaler, em 16 de fevereiro de 1931, publicado pelo Jornal de Viena, a qual transcrevemos em português (Mallmann Speck 2006: 30-31)

Bem além dos círculos politicamente interessados, a notícia de que o ministro austríaco para agricultura e economia florestal, Andreas Thaler, pretende emigrar para a América do Sul com um grupo de agricultores, despertou enorme interesse em toda a opinião pública. Já se sabia de há muito que ministro Thaler se ocupava com o problema da emigração e que, desde sua visita na América do Sul há dois anos, ele havia mostrado interesse especial por esta região. Apesar disso, as notícias publicadas a esse respeito não foram reproduzidas de maneira correta. Evidentemente, pode-se ter certeza que o ministro Thaler, que em quatro anos de atividade conquistou os melhores louros por seu trabalho por nosso país, não irá renunciar a seu vasto campo de atividades como ministro da agricultura, a sua posição no partido e a seu raio de ação no Tirol, a fim de concretizar um plano vago e aventureiro. O que o ministro Thaler tem em mente é uma ação grandiosa, que irá abrir uma nova região econômica para a Áustria e uma parte de seus

habitantes. A generosidade e a importância econômica deste projeto requerem naturalmente um trabalho prévio profundo e abrangente, sobre o qual o ministro Thaler teve a gentileza de informar um de nossos colaboradores. Ministro Andreas Thaler, uma das figuras mais marcantes do governo austríaco dos últimos anos, recebe nosso colaborador em seu gabinete de trabalho durante uma pausa de reuniões. Este representante de seus conterrâneos tirolezes é imagem do verdadeiro austríaco, sempre pronto a ajudar e a servir o país, a encontrar soluções para a terrível crise econômica e criar ajuda, ao menos em sua área, para a população do campo e em círculos agrários, que sofrem terrivelmente com esta crise. Esta circunstância não é tão clara para o habitante da grande cidade, mas deve ser tratado com mais urgência exatamente por esta razão. O ministro comenta imediatamente as variadas publicações em jornais da última semana, falando sobre seu projeto e de sua pessoa, e diz: “Está acontecendo algo neste caso e como em todos os projetos que chegam ao conhecimento público antes de um trabalho minucioso. Facilmente se pode causar dano irremediável e sufocar uma boa causa em seu nascedouro. Realmente, estou me ocupando em criar uma possibilidade de colonização para agricultores austríacos em um país da América do Sul, pelo qual ainda não nos decidimos definitivamente. Desde a proclamação de nossa república, mais de 60.000 austríacos se espalharam pelo mundo, emigraram, e, dessa forma, deixaram de fazer parte do universo austríaco. O governo está totalmente de acordo com o meu plano, pois se trata de abrir de maneira generosa uma nova região econômica para austríacos, criar para muitas pessoas novas e melhores condições de vida e, simultaneamente prestar um grande serviço à pátria-mãe. Evidentemente não se trata de – como pôde ser lido nos jornais – vinte camponeses do Tirol, com os quais pretendo viajar para a América como o seu líder. Deve ser criada de forma planejada a possibilidade de colonização. Logicamente não se pode ir aos milhares logo de início, pois ainda não é possível avaliar como as circunstâncias se mostrarão na prática. É nossa intenção começar com um número pequeno de colonizadores e permitir que venham a seguir tantos quanto for aconselhável. Iremos escolher aquele país na América do Sul que possa oferecer as melhores condições de realização do nosso intento; estão ocorrendo tratativas neste sentido, mas não aconteceu nenhuma decisão ainda. A importância dada por mim a uma colonização desse porte em novas regiões,

com cidadãos austríacos, pode ser deduzida do fato de que eu me decidi, caso a ação assuma um desfecho favorável – e disso não tenho dúvidas -, ir eu mesmo para o exterior. Se eu desisto de um amplo campo de atividades de natureza política e econômica na Áustria, somente o faço na certeza de poder continuar sendo ativo para nosso país e ser bem sucedido em um novo lugar. É neste sentido que o governo provavelmente acederá a meu plano, e do qual poderá esperar grandes vantagens. Mas devo repetir expressamente: ainda não chegou o tempo de eu poder vir a público com um plano firme e trabalhado em todos os detalhes. Todas as conjecturas e interpretações que não estão totalmente de acordo com as minhas intenções, só servem para causar estragos, falsas esperanças. Estamos trabalhando aqui em um problema sério e grave, e é desejável que este trabalho não seja importunado por conclusões precipitadas e errôneas.” Deixamos o ministro Andreas Thaler, convictos de termos falado com um homem que trabalha incansavelmente na construção e organização tão necessárias para nosso estado e que em curto espaço de tempo, com o sucesso desse seu trabalho, propiciará uma agradável surpresa para toda a Áustria. Além disso, mostra-se ao mundo que ainda podemos nos ajudar a nós mesmos, com nossas próprias forças, e devemos ser gratos ao ministro Thaler, que nos aplaina os caminhos para esta meta final.

ANEXO II

Wegner Friedrich. Como surgiu a fundação de Treze Tílias. Österreichisch-Brasilianische Gesellschaft – Associação Austro – Brasileira Babenberg, São Paulo, n.44, 1985. (Tradução Vicente Naderer) – traduzido por Vicente Naderer (Mallmann Speck, 2006: 72-73):

Este relato aborda o tema: até que ponto a fundação da colônia de Treze Tílias está relacionada com os austríacos emigrados antes[...] As primeiras imigrações de indivíduos ou pequenos grupos para o Brasil já começaram no século passado [...] A primeira imigração de língua alemã, em parte austríaca, surgiu em 1828 e resultou na fundação do povoado “Colônia” em Santo Amaro, no Estado de São Paulo[...] Também nos estados do sul já existiam povoações de

antigos austríacos por volta do fim do século XIX(...) Mesmo no estado de São Paulo já surgiram desde aproximadamente 1870, algumas colônias de sul-tirolezes e italianos que, na época, ainda eram cidadãos austríacos. Em contrapartida, a primeira imigração expressiva, dirigida, deu-se só em 1919 com a chamada campanha Gamilschegg (...) Depois da Primeira Guerra Mundial, nos anos 1920, a situação era muito triste na nova Áustria, principalmente no Tirol [...] Lá foi um tirolês, o Ministro da Agricultura, o Senhor Andreas Thaler, da localidade de Wildschönau, que após deixar o cargo de ministro, tomou a resolução de fundar uma sociedade de emigração afim de criar melhores condições de vida para os agricultores, duramente atingidos. Realizou-se a fundação da Associação de Colonização Estrangeira e, em seguida, o Ministro Andreas Thaler percorreu diversos países da América do Sul e, entre outros, chegou também ao Brasil no ano de 1932, onde se encontrou com o enviado da Áustria da época, Anton Retschek e com o Cônsul Honorário alemão para o estado de Santa Catarina, Senhor Walter von Schuchnigg, um sobrinho do chanceler Kurt von Schuchnigg, o qual, na época, exercia seu ofício na localidade de Joaçaba. Schuchnigg chegou ao Brasil em 1919, junto com seus amigos Fritz von Hroch, Richard von Pichler e outros, com o navio “Francesca”. Todos eles eram bacharéis da Academia Militar em Wiener Neustadt e tiveram a honra de formar o salvo-conduto para o renunciado Imperador Karl de Habsburgo. Após o colapso das colônias austríacas em Corumbataí, no estado de São Paulo, a maioria desses imigrantes mudou-se para a cidade de São Paulo ou para os estados do sul. Walter von Schuchnigg, Richard von Pichler e outros estabeleceram-se mais tarde na cidade de Joaçaba, antiga Cruzeiro do Sul [...] Como era a situação na região de Papuan (distrito de Barra de São Bento) antes de chegarem lá os tirolezes? Já no século passado, viviam ali, alguns caboclos brasileiros[...]só por volta de 1920 estabeleceram-se ali também alguns colonos europeus, em parte já nascidos aqui[...] Mas a partir do início de 1930, estabeleceram-se ali, pela primeira vez, pessoas de língua alemã que, em parte, já haviam nascido no Brasil e começaram a colonizar aquela terra, não sem terem ocorrido graves atritos com gente e bandidos que viviam por lá. O centro dessa colônia, amplamente divulgada, era a praça em frente da atual igreja [...] O mentor dessa colônia era o Professor João Naderer, um austríaco nascido no Brasil, o qual, mais tarde, tornou-se até delegado de Papuan, fundou uma escola e, enquanto não existia padre no local, também presidia

o culto. Era um homem altamente talentoso e, no período inicial, prestou muito apoio ao Ministro Thaler [...] Na decisão sobre a compra da área de Papuan certamente houve a influência de Walter von Schuchnigg e João Naderer, mas provavelmente, também de outros que vieram para o Brasil com Gamilschegg [...] Quando então, no dia 13 de outubro de 1933, o ex-ministro Andreas Thaler chegou à localidade de Papuan, com 82 pessoas, ele, de modo algum entrou em pura selva, como foi presumido, mas numa colônia pequena, modesta e de agricultores de língua alemã, que lá estavam estabelecidos.

Narrativas e Noções de Identidade e Territorialidade Nos Desenhos e Relatos de Crianças da Comunidade Quilombola de Abacatal no Pará

Luana Camila da Silva Rosario¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará, financiado pela CAPES, com o propósito de problematizar a utilização de conceitos presentes em uma cartilha foi produzida para ser utilizada em uma escola de Ensino Fundamental, na Comunidade Quilombola de Abacatal, no município de Ananindeua – Pa, Região Metropolitana de Belém. É objetivo discutir os conceitos de identidade, territorialidade e racismo ambiental, relacionando-os às atividades realizadas em conjunto pela comunidade como a criação de desenhos, relatos de alunos e mobilização social contra uma grande empresa de energia elétrica. Na elaboração dessas reflexões,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista Mestrado Nota 10 da FAPERJ. Graduada em História pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (UFRJ) e membro do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia (UFPA). Atualmente pesquisa sobre trabalhadores petroleiros na Amazônia.

priorizamos as abordagens na perspectiva do ensino de história e memória afrodescendente. O estudo sobre comunidades negras é o caminho da construção do conhecimento sobre si mesmo.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Escolar. Remanescentes quilombolas.

Resumen

Este artículo forma parte de un proyecto de extensión de la Universidad Federal de Pará, financiado por la CAPES, con el objetivo de problematizar el uso de conceptos presentes en un cuadernillo que fue elaborado para ser utilizado en una Escuela Primaria, en la Comunidad Quilombola de Abacatal, en el municipio de Ananindeua – Pensilvania, Región Metropolitana de Belém, el objetivo es discutir los conceptos de identidad, territorialidad y racismo ambiental, relacionándolos con actividades realizadas en conjunto por la comunidad, como la creación de dibujos, informes estudiantiles y movilización social contra una gran empresa de energía eléctrica. En la elaboración de estas reflexiones priorizamos enfoques desde la perspectiva de la enseñanza de la historia y la memoria afrodescendiente. El estudio de las comunidades negras es el camino para construir conocimiento sobre uno mismo.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Enseñanza. Restos quilombolas.

Abstract

This article is part of an extension project at the Federal University of Pará, funded by CAPES, with the purpose of problematizing the use of concepts present in a booklet that was produced to be used in an Elementary School, in the Quilombola Community of Abacatal, in municipality of Ananindeua – Pa, Metropolitan Region of Belém. The objective is to discuss the concepts of identity, territoriality and environmental racism, relating them to activities carried out together by the community such as the creation of drawings, student reports and social mobilization against a large company of electrical energy. In preparing these reflections, we prioritized approaches from the perspective of teaching Afro-descendant history and memory. The study of black communities is the path to building knowledge about oneself.

Keywords: History Teaching. Schooling. Quilombola remnants.

Introdução

Este artigo parte das experiências do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Pará intitulado “*Ensino de História na Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal-Ananindeua-Pará: A produção de filme etnográfico e as exposições como estratégia*”, financiado pela CAPES. Este estudo contemplou a Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal, localizada no Município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, no Pará.

A execução do projeto se deu por meio das trocas de narrativas estabelecidas dentro da comunidade. Diante disso, foi possível perceber a relação dos alunos da Escola Manoel Gregório com a memória na compreensão sobre *lugares de memória e representação* por meio de práticas relativas ao Abacatal.

Além disso, abriu-se espaço para refletir sobre a possibilidade de aplicação de conceitos na realidade quilombola em debates de sala aula, respeitando as diretrizes curriculares voltadas para escolas não quilombolas, de forma que as discussões sobre a atuação desses grupos auxiliem os alunos a compreenderem sobre a pluralidade de trajetórias da população negra.

Este artigo é mais um exemplo de como diversidade brasileira pode ser apreendida e se soma aos trabalhos que buscam solucionar questões relevantes à educação escolar em escala local, respeitando a dinâmica das comunidades tradicionais e apresentando-os como preponderantes da pluralidade cultural.

Considerações sobre o material

As observações e o material colhido foram provenientes das atividades ocorridas no decorrer do ano de 2019 na comunidade. As atividades possibilitaram conhecer sobre esse espaço, onde a maioria dos alunos afirmaram aprenderem algumas questões do Abacatal por meio das experiências familiares. Nesse sentido, atribuindo valor ao debate das memórias individuais e coletivas para a produção de história das comunidades a partir dos usos da história oral, Éder Silveira afirma que:

A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. (SILVEIRA, 2077, p. 41)

A história oral é um dos principais caminhos adotados para analisar as percepções que as crianças do Abacatal têm sobre a comunidade que fazem parte. A incorporação das “conversas” com os alunos e os “desenhos” por eles produzidos representam o espaço de vida constituído desde o tempo da escravidão, quando se formou concepções de liberdade e territorialidade. As crianças compartilharam suas perspectivas através de desenhos e pequenos relatos escritos que conversam entre a experiência vivida e o saber científico.

Roger Chartier apresenta diferentes caminhos para análise da representação. Dois destes caminhos orientam na compreensão na experiência com os desenhos e as observações das crianças do Abacatal, uma vez que “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1988). Os desenhos fazem parte da percepção do real do indivíduo, por essa razão, torna possível conhecer parte da comunidade a partir da existência do grupo.

É importante destacar que aspectos encontrados no espaço, nas pessoas, nas músicas e no cotidiano, traduzem-se como características da comunidade e se fundamentam também como *lugares de memória* (NORA, 1993). O valor atribuído a estes lugares é de natureza simbólica, pois reúne lembranças das ações passadas com significados na memória. Até hoje, os significados ainda refletem no cotidiano destes remanescentes quilombolas.

Pierre Nora diferencia a história da memória. A memória está ligada ao vivido, ao “*eterno presente*” que criou laços simbólicos. A história seria a retratação desse passado, cheia de problematizações inacabadas. A memória dos abacataenses não se prende aos detalhes, encontrando-se “aberta à dialética da lembrança com o esquecimento” (NORA, 1993, p. 9). Entendo que, as memórias são as principais vias de reconstituição da razão e de sentido da comunidade, pois elas se ligam ao processo de identificação e à formulação de um conjunto de experiências comuns, rodeadas por meios simbólicos.

Quilombo, o direito à terra e a educação sobre si mesmo

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola têm a finalidade de garantir um ensino voltado à valorização das identidades quilombolas, seus traços culturais e memórias. Por meio do processo formativo auxiliam na estrutura dos sistemas locais de ensino, respeitando as singularidades, as tradições e a memória do local, englobando os 16 princípios do 7º e 8º artigos das diretrizes (BRASIL, 2012).

Através da intervenção pedagógica em diálogo com a estrutura escolar e o estado, o aluno tem acesso à base da sua formação. A dualidade entre a escola quilombola e a não quilombola é uma problemática. A primeira está inserida na formação escolar de maior parcela da sociedade e a outra direcionada à formação de um público específico com relações sociais e culturais, de conflitos e falta de garantias, devido à herança histórica. No último caso, é necessário criar mecanismos pedagógicos que garantam o exercício da identidade quilombola do aluno.

No Brasil colonial, os “mocambos” ou “quilombos” foram espaços fixos ou temporários de negros fugitivos da escravidão e compostos de heranças africanas. Com o passar do tempo, os

termos deixaram de ser somente apropriados para também, atribuídos. Os termos foram designados por autoridades coloniais para caracterizar negros que se afastaram do poder colonial e imperial. Flávio Gomes (2015) defende que os termos tinham heranças da África Central e faziam referência aos acampamentos improvisados ou aos suportes que erguiam choupanas.

O quilombo no Brasil ocupou o papel central da resposta política dos sujeitos à ordem escravocrata. Portanto, a formação do quilombo contribui na formação dos sujeitos em territórios institucionalmente elaborados, uma vez que, conscientes de si, continuaram/ão preocupados com a legitimidade do território.

A apropriação do termo pelos moradores desses espaços, atravessa uma rede de significações que demarcam novos signos e mudam o modo como o termo é confrontado. Na Comunidade de Abacatal, o reconhecimento pela condição quilombola reestrutura cotidianamente os sinônimos de resistência e luta. Dessa forma, em 1999 o Instituto de Terras do Pará concedeu o título de reconhecimento do território que engloba a comunidade, respeitando os direitos culturais, declarando como patrimônio cultural os bens materiais e memorial do grupo (BRASIL, 1999).

Em 1997, o governo do estado formou grupos de trabalhos no Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) - a Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), a Secretaria de Estado e Agricultura (SAGRI). Também, nas organizações de movimento negro, como na Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, (CEDENPA). Os grupos buscaram soluções para a

regularização das terras das comunidades negras no território paraense. (MARIN; CASTRO, 1999, p.78).

No Pará, até o ano 2000, o mapeamento feito pelo NAEA/UFPA/SECTAM/FADESP localizou 253 comunidades negras rurais, sendo 50 comunidades da Grande Belém, Região Guajarina e Marajó. As comunidades possuem suas particularidades, mas suas trajetórias encontram pontos convergentes, pois é comum a presença de agentes externos conturbando os espaços com projetos ou tentativas de tomar o território (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1999, p.78).

Apesar de reconhecida recentemente, a comunidade tem sua memória constituída a partir do século XVIII. *“Cada comunidade quilombola é única na forma como articula e negocia aspectos históricos, territoriais e culturais numa lógica de resistência à própria dissolução”* (MIRANDA, 2018, p. 198). Por essa razão, o objetivo central da educação quilombola engloba aspectos que caracterizam seu espaço e pessoas, atribuindo importância no processo formativo de cada componente do grupo.

Narrativas: desenhos e memórias

Sobre o surgimento do Abacatal, os relatos informam o Conde de Coma de Mello, que ocupou a região que hoje é o Abacatal. Os moradores compartilham que o envolvimento do Conde com uma de suas escravas e geraram três filhas, as Marias. Ao partir para Portugal, deixou a terra de herança para as filhas e seus descendentes que cuidaram do território, criaram laços, viveram desafios e enfrentaram inimigos externos.

Na atividade de 29/11/2018 desenvolvida pelos professores na escola da comunidade, os desenhos dos alunos possibilitam analisar narrativas. O que foi encontrado nos

desenhos é resultado de uma interação que liga a memória aos novos agentes, responsáveis pela completude da comunidade remanescente. Todas as trocas, aprendizado e cada história contada pelo familiar mais velho, fazem parte de um cotidiano formador de elos entre adultos e os jovens, entre o espaço e o indivíduo.

Figura 1: Desenho de pessoas trabalhando com as frases, “Vamos, vamos! Terminem com isso!”.



Fonte: Cardoso e Cardoso, 11 anos, 29/11/2018.

A imagem (figura 1) foi desenhada por uma aluna do Abacatal, representa indivíduos em situação de escravidão, homens e mulheres, acorrentados nos pés e mãos segurando pedras para a construção do caminho. Por remontarem ao tempo da escravidão, são considerados patrimônios do Abacatal. Por outro lado, alguém sentado em uma cadeira ordena a execução do trabalho com um chicote na mão, o que representa métodos de opressão do trabalho compulsório, mas também o lugar privilegiado do senhor, sentado, usando chapéu e exigindo produção.

[...] O meu desenho representa há 308 anos atrás quando os escravos construíram o caminho de pedras [...] o conde dava chicotadas nos negros escravos para eles alcançarem logo com o caminho porque pra mim o conde era muito mal. [...]

O caminho de pedras deu início a nossa história e na nossa resistência. Esse é apenas o começo (Cardoso e Cardoso, 2018).

A aluna também demonstra o que aprendeu com as histórias da comunidade, a condição das pessoas escravizadas e o que buscou retratar no seu desenho, além do homem com o chicote representando o Conde Coma de Melo. A figura 2 feita por uma aluna de 10 anos, também simboliza uma realidade semelhante:

Figura 2: Desenho de homens e mulheres construindo o caminho de pedras.



Fonte: Cardoso de Lima, 10 anos, 29/11/2018.

Para a aluna, “nesse tempo os escravos estavam construindo o caminho de pedras e levavam chicotadas enquanto o conde Antônio Coma de Melo ficava dormindo na rede dele”. Na figura 2, há a representação de pessoas carregando pedaços de pedras com a finalidade de construir um caminho e, quanto às nuvens desenhadas na parte superior, percebe-se riscos sinalizando a chuva no momento do trabalho.

Novamente o poder de comandar o trabalho é representado pelo que seria um homem com o chicote nas mãos.

As crianças também aparecem nesta relação de exploração e violência, dentro do estigma da escravidão, elas desenham alguém segurando um chicote, que até hoje compõe uma memória negativa que não é esquecida, pois ela incentiva a luta contra qualquer forma de exploração.

Na ilustração, há um indivíduo deitado na rede. Podemos inferir que quem segura o chicote e impõe o trabalho forçado, está a mando do Conde, enquanto este permanece na rede. No desenho, percebe-se que esses personagens estão sujeitos apenas ao trabalho como "instrumento animado das relações de produção" (FERNANDES, 1972, p. 42), por baixo de chuva, sendo fiscalizados, enquanto seu senhor descansa.

Tanto a Figura 1 como a 2 retratam a constituição de um espaço que é representativo dentro da comunidade. De acordo com os relatos das crianças, os desenhos remetem à construção do caminho de pedras, na Comunidade Quilombola Remanescente do Abacatal. Este tema é centro das discussões das pesquisadoras Rosa Acevedo e Edna Castro (2002), sobre experiências e memórias dos moradores que consideram o caminho de pedras como elemento simbólico e representativo para a comunidade.

Com relação ao caminho de pedras, os moradores nos contam, o conde não gostava de pisar na lama quando ia aos seus encontros amorosos e, por essa razão, ordenou que fosse construído um caminho de pedras para facilitar a sua locomoção. Na comunidade prevalece a história de que ele descia da embarcação pelo rio Uriboça, principal via de escoamento da produção do engenho, carregado pelos escravos, para seguir caminho até a sede de sua fazenda e encontrar sua amada, que era escrava.

Embora as professoras não tenham encontrado indícios da existência do Conde, elas reconhecem a importância da legitimidade construída na trajetória da comunidade. Hobsbawm (2006) denominou essa legitimidade de “tradição inventada”. Tomando como base o histórico das tradições inglesas discutiu as práticas e sua construção nas teias sociais e estigmas simbolistas. Essa reflexão se enquadra na realidade do Abacatal, porque se considera a ideia de origem do grupo constituiu-se por simbolismos.

Esses acontecimentos deram forma ao quilombo e refletem sobre a comunidade remanescente, pois vê a necessidade de relembrar que sua institucionalização é formada por heranças culturais, tornando-as simbólicas. É importante preservar as singularidades do espaço e tempo aos moradores do Abacatal, porque não são questões estáticas e sim de memórias sociais que assumiram significados relevantes na dinâmica que alimenta a relação entre passado e presente, questões sobre identidade e pertencimento.

Jacques Le Goff (1990) ao afirmar a diferença entre o passado e o presente situa a concepção sobre o tempo. Nesse sentido, a dimensão das representações nos desenhos e relatos assumem função de marcadores temporais, pois destacam momentos de transformações nas redes de significações que atribuíram sentidos às trajetórias e desenvolveram consciência histórica na comunidade.

A identidade quilombola é remetida e estruturada a um grau de existência nas crianças, pois nelas são trabalhadas a formação de uma consciência histórica. A escola da Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal condiciona o “ser quilombola” a agir dentro da comunidade e quando o grupo precisa ser transferido para outro cenário.

A intenção é fortalecer o vínculo com o que está “dentro” para que, quando estiver do outro lado, seja capaz de se afirmar

e defender os seus direitos. A comunidade, por exemplo, teve que passar por esse modo de constituição da memória para entrar em confronto com os grandes projetos de fora que afetam a comunidade.

[...] " o dentro" e o "fora", desse modo, constituem um processo articulado de fluxos de práticas e de bens econômicos, simbólicos e sociais diversificados, sendo um substrato para a (re) construção de novas configurações e processos identitários dos abacataenses, onde são acionados diferentes códigos simbólicos de afiliação e de pertencimento em um mesmo grupo". (AMORAS, 2020)

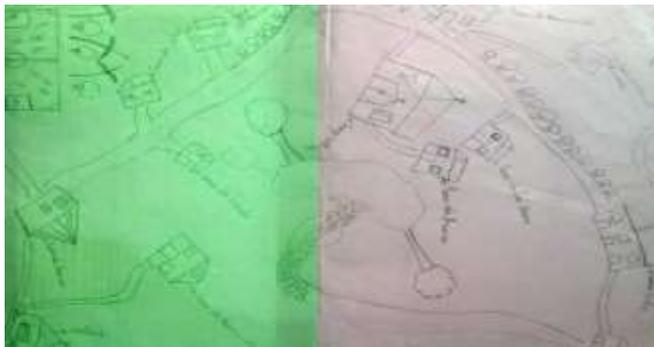
Esses códigos são frequentemente acionados porque o Abacatal possui uma trajetória recheada de conflitos, o que torna necessário levantar questões identitárias. Quando os conflitos envolvem suas terras, práticas sociais e culturais, as contravenções são enfrentadas pelas muitas vezes em favor da comunidade, principalmente pelas lideranças quilombolas que incentivam a participação dos moradores.

A consciência das percepções e memórias infantis sobre a comunidade em que vivem, permitem compreender que suas leituras sobre o passado e presente da comunidade de Abacatal são incentivadas dentro e fora do ambiente escolar, até porque este não é o único espaço de educação das crianças. As distintas expressões de resistência e pertencimento se fizeram presentes nesta pesquisa em 3 conceitos: territorialidade, racismo ambiental e identidade, os quais ocupam as próximas páginas.

Três conceitos e um breve exercício de compreensão no Abacatal: usos, sentidos e significados

Territorialidade

Figura 3: Desenho representando a comunidade.



Fonte: Cardoso e Cardoso, 11 anos, 20/11/2018.

Na figura 3, a representação do campo de futebol contém pessoas em momento de lazer. A aluna desenha casas ligadas por um caminho que leva até a igreja e as escolas da comunidade. O caminho de pedras é representado no meio do desenho. É possível notar como a territorialidade, mesmo implícita, está presente no cotidiano das crianças do Abacatal, não somente no desenho e relato, mas em suas práticas diárias. Esta concepção trata um conjunto de representações de identidades e valores relacionados ao espaço. Sobre o desenho 3, a aluna compartilhou:

O meu desenho representa a comunidade e algumas coisas e a beleza que a comunidade tem as suas riquezas, a natureza pura, o ar puro e os animais o Igarapé das pedras. E tudo que eu faço na comunidade e por que eu gosto de morar aqui e eu amo a comunidade Quilombola do Abacatal! (Cardoso e Cardoso, 2018).

Diante do desenho (figura 3) e do relato da aluna, a ideia de uma territorialidade está próxima ao que José Mauricio

Arruti discute em seus trabalhos sobre indígenas e quilombolas, um espaço concebido através das práticas sociais juntamente com o ambiente (ARRUTI, 1997). Este desenho, apresenta uma identificação com o espaço e propicia um conjunto de experiências que refletem nas condições da comunidade. As crianças crescem sendo ensinadas a cuidar e valorizar seu território, e têm o futebol símbolo de diversão. Ao fundo, as casas dos habitantes e desenhos da natureza aparecem como elementos fundamentais de pertencimento étnico-social e ambiental.

Sobre esta identificação, Acevedo e Castro (2004) afirmam que o Abacatal não é apenas um território, mas um espaço cheio de laços constituído por representação e dinâmica própria. Então, se há uma cultura própria herdada pela comunidade, que é a ligação simbólica com a terra e essa ligação se encontrar ameaçada, o espaço será afetado, mas principalmente a identidade do grupo.

Nas casas retratadas, a aluna nomeia os respectivos moradores, a maioria mulheres, deixando-nos a evidência sobre a possibilidade de que a maioria das lideranças nas habitações é de mulheres. Não somente isso nos faz questionar sobre esse tipo de informação, mas também o fato de as terras terem sido herdadas por três mulheres, como contam alguns relatos dos moradores.

As mulheres do Abacatal estão à frente no enfrentamento dos problemas que afligem a comunidade. A maioria atua na escola, na direção, no ensino e nas funções em geral. Também produzem, através do saber local passado por gerações, artesanatos que contribuem para a economia do espaço, e ainda participam ativamente de outras atividades, são as chefes da família e responsáveis pelas principais demandas do grupo.

A diretora da Escola Manuel Gregório, a Maria, também é moradora da comunidade e, sendo uma das principais porta-

vozes do grupo, é componente da Associação dos Moradores e Produtores de Abacatal e Aurá (AMPQUA), composta em maioria por mulheres.

A Ana Lúcia Silva lidera uma pequena fábrica de bebidas artesanais, localizada na comunidade e participa de vários festivais culturais, como o Festival do Licor, levando a sua produção e o sabor de sua bebida ao conhecimento da maioria. Outras artesãs, como a Maria Anunciação, também se destacam na produção de bebidas e outros artigos. Elas dominam a produção alimentícia do local, provendo um retorno satisfatório aos remanescentes.

Foi produzindo e inovando que as mulheres do Abacatal encontraram um caminho para mudar suas vidas. Essas mulheres demonstram que suas produções incrementam a renda da comunidade e expressam os sentidos de uma tradição que há muitas gerações sobrevive por meio do grupo.

A coordenação da Associação também fica a cargo de uma mulher, a Vanuza Cardoso, que lidera as ações impetradas em favor da liberdade de seu grupo e em defesa do território, das experiências sociais e autonomia da comunidade.

Racismo ambiental

Em novembro de 2019, os representantes da Comunidade Quilombola de Abacatal reuniram os moradores para execução do projeto "Semana da Consciência Negra". O evento finalizou com mobilização, cujo objetivo era demonstrar o descontentamento da comunidade em relação ao polo da Empresa Equatorial (do ramo da energia elétrica) nas proximidades da comunidade.

Houve uma caminhada até os portões da empresa, onde se realizou atividades ensaiadas na escola com a participação de todos. A Banda Toró- Açú, da comunidade, apresentou músicas com letras da trajetória do Abacatal. Na ocasião, a equipe do projeto fotografou alguns momentos da mobilização. Na

fotografia 1 há registrado a participação do grupo musical, dos moradores e das apresentações:

Fotografia 1: Manifestação no Dia da Consciência Negra.



Fonte: Fotografia da autora: arquivo pessoal, 20/11/2019.

Esta fotografia 1 representa um momento que já passou, tornando-se um documento com múltiplas simbologias. Ela gera interpretações que somente a fotografia nem sempre pode dar conta, suas leituras também dependem de quais espectros culturais o observador se apropriou antes de lançar o olhar sobre os signos contidos nela.

Os dois cartazes capturados traduzem o cerne da manifestação. De modo geral, toda a inovação que atinja o grupo não seria suficiente para amenizar suas trajetórias e suas conquistas, uma vez que seria o papel da comunidade decidir o que seria melhor para si. A escolha ao selecionar uma fotografia onde crianças aparecem diante de um posicionamento em prol de seu grupo é motivada por este trabalho discutir a importância da juventude nas ações cotidianas.

As crianças da fotografia estão diante de um contexto que os ligam às preocupações da comunidade, provocando consciência sobre a defesa da territorialidade. É o que se apreende através de “*olhares inocentes diante da ameaça ao território*” (fotografia 2), imagem em que alunos da escola Manoel Gregório, estão diante dos cartazes produzidos em sala de aula. O conteúdo do material contém ações prejudiciais na comunidade, como as tubulações de esgoto sendo despejadas no Igarapé Aracanga na Estrada do Abacatal; a permanência do Aterro Sanitário de Marituba e a falta de solução para a crise do lixo; a presença marcante de escavadeiras que representam os avanços de projetos privados e de cunho desenvolvimentista sobre o território próximo à comunidade;

As semanas de preparos para o Dia da Consciência Negra, proporcionou o exercício do autorreconhecimento dos alunos quilombolas. Tais conjunções permitem que as experiências traçadas no ambiente familiar e escolar facilitem o exercício da identidade por meio dos encontros políticos.

Fotografia 2: olhares inocentes diante da ameaça ao território.



Fonte: Arquivo pessoal, 20/11/2019.

O tema do racismo ambiental foi enfatizado, cantado, exaltado, discutido e debatido pelos moradores. Racismo ambiental é o que a comunidade defende que vêm ocorrendo nesta relação com a empresa Equatorial, onde os quilombolas sentem-se prejudicados e desrespeitados. Diante disso, entramos na discussão de Silene Herculano.

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (RANGEL, 2016, p. 11).

O racismo ambiental, seria oposto à concepção de justiça ambiental. Esta justiça assegura que nenhum projeto econômico poderá interferir em seus espaços ou afetar a dinâmica desses grupos. Porém, o Estado não tem cumprido sua parte, e, tanto a Equatorial quanto os projetos de construção de conjuntos habitacionais têm recaído de forma violenta às proximidades de Abacatal.

Os dejetos do condomínio construído são despejados nos mananciais da comunidade, poluindo fontes naturais e comprometendo a pesca e o lazer dos moradores do Abacatal. A água para o consumo da comunidade não tem origem nestes igarapés, mas estes são importantes recursos naturais que, para além de questões ambientais, integram dimensões relevantes à comunidade, seja no âmbito social, cultural ou espiritual.

A presença da empresa Equatorial e a forma como o condomínio atinge a comunidade também é uma agressão moral à autoestima e à cidadania. Ademais, a poluição destes espaços agride o aspecto territorial do Abacatal que têm nos

princípios da ancianidade e etnicidade, que forja a liberdade do grupo, o vetor fundamental de sua presença na localidade e no mundo.

Com isso, consideramos o conceito Racismo Ambiental, conseqüentemente, por ele responder a uma das principais demandas da comunidade na atualidade. É importante que este conceito esteja na cartilha para que os alunos passem a entender mais sobre seu uso, já que é muito acionado pelas entidades do quilombo.

A trajetória do Abacatal é marcada pela transgressão das suas redes de significações, por vezes moldadas para conseguirem se adaptar às novas ameaças, as quais chegam a atingir o corpo político maior como, por exemplo, as diversas problemáticas enfrentadas pelas comunidades quilombolas no Brasil, mesmo com a disposição do artigo 68, presente nos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição de 1988, que dá o direito à terra aos remanescentes.

Apesar dos seus direitos garantidos por lei, foi necessária uma movimentação maior de grupos que carregam a bandeira de luta em defesa dos remanescentes, com o objetivo de incentivar esse reconhecimento sobre o lugar ocupado pelos quilombolas. Muito dos integrantes são de origem indígena e quilombola e recebem apoio de associações que existem dentro e fora das universidades.

A mobilização foi uma proposta necessária de inclusão dos jovens nos debates da comunidade, por meio de atividades como a dança, cantos e com os cartazes. É um caminho interessante para trabalhar a pluralidade de valores e reivindicações como parte do aprendizado, favorecendo a elaboração de novas estratégias pela juventude, no enfrentamento futuro.

Identidade

Percebe-se que os alunos são atuantes no cotidiano, a maioria dos desenhos representam como uma parte da comunidade se comporta. Demonstram que no Abacatal há um espaço de lazer, onde as pessoas interagem, divertem-se e vivem normalmente. Compreende-se que os cotidianos podem ser diferentes em relação às vivências de fora, mas em um momento eles se encontram como, por exemplo, o campo de futebol, acesso às redes de televisão e rádio, aparelhos celulares, comidas, roupas e lazer. Estes aspectos não os afastam do “reconhecer-se” como quilombolas, a identidade não está somente no vestir-se, no falar e na forma de se relacionar, está além de tudo no reconhecer-se e se sentir parte daquilo.

Uma forma de trabalhar esta discussão em sala de aula, tanto na comunidade como fora, é levando ao conhecimento dos alunos vários exemplos de comunidades que atuam no presente, já que é importante mostrar a agência desses grupos de forma a dialogar com a lei 11.645/2008 que torna obrigatório também o ensino de história indígena e africana nas escolas (BRASIL, 2008). Este tipo de proposta fundamentaria que esses grupos possuem formas próprias de se viver no dia a dia, sem os deslocar de sua essência, como no caso do Abacatal.

Montar uma dinâmica em grupo, por exemplo, trabalhando com os conceitos que discutem as significações de uma comunidade quilombola dando exemplo de agências, em diversos pontos do Brasil, mostrando que as comunidades possuem dinâmicas próprias, seria interessante para incentivar aos alunos não quilombolas a conhecer a diversidade de relações existentes.

Levar em consideração os desenhos, relatos e o conjunto de experiências do cotidiano do grupo, justifica o conceito de identidade na cartilha. O Abacatal se torna um lugar em que os indivíduos se sentem pertencentes e ligados por heranças que

vão além do físico, demonstram isso por meio de músicas, danças, culinária, bebida e roupas. O conceito de identidade ganha esse sentido no Abacatal. Contudo, seus significados passam por diversas alterações no decorrer da temporalidade, mas estão sempre ligados ao passado de conquistas do Abacatal pelos abacataenses.

Considerações finais

No decorrer da trajetória do Abacatal, outros tipos de experiências vão surgir e as novas problemáticas trarão possibilidades sobre usos de outros conceitos. Neste trabalho, o esforço foi para refletir sobre as possibilidades de usos de conceitos no material didático e o respeito ao ensino, baseado nas diretrizes da educação quilombola, garantindo a valorização da comunidade, demonstrando o conhecimento compartilhado pelo Abacatal sobre seu cotidiano, sobre suas manifestações, sua participação na educação dos alunos, sobre a rede de solidariedade existente no espaço e a valorização da memória quilombola.

Entendo que demonstrar a vinculação entre questões de etnicidade e memórias sociais relacionadas às discussões sobre ensino, possibilita caminhos para compreenderem a si mesmo e ao mundo. Incentivar a consciência histórica construída sob as referências do grupo social, implica em diversificado conjunto de ações de resistência, pertencimento, identidade, autoestima e defesa da territorialidade, que legitimam a existência dessas comunidades.

Com isto, a possibilidade de se criar um currículo pensado para um grupo específico como uma comunidade quilombola e com sua participação em conjunto com representações do movimento negro, torna possível valorizar novas ferramentas que incentivem o ensino-aprendizagem por meio das experiências vividas. Essas ferramentas ganham sentidos

diversos, uma vez que cada grupo remanescente possui sua especificidade e dinâmica própria, que os diferenciam entre si.

As discussões levantadas contribuem para se pensar novos mecanismos que relacionam o ensino de história, o trabalho do professor-pesquisador e suas práticas, além de contribuir para novas discussões sobre comunidades remanescentes de quilombos e suas problemáticas.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Mobilização política de comunidades negras rurais: Domínios de um conhecimento praxiológico. *Novos Caderno: NAEA*, vol. 2, n°2, 1999.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. *No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. 2. ed. Belém: NAEA, 2004.

AMORAS, Maria do Socorro Rayol. Temos um jeito de se viver aqui: a identificação quilombola pelas crianças abacataenses. *Temáticas*, Campinas, 26, (51): 53-86, fev/jun. 2018, p. 58. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11617/6929>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA* 3(2):7-38, 1997. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de Março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 11 mar, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 08, de 20 de novembro de 2012. Parecer CNE/CEB n° 16 de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da*

União, Brasília, DF, 20 nov, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRITES, Olga; NUNES, Eduardo Silveira Netto. A criança na história e na educação. In: SILVA, Marcos (Org.). História que ensino é esse? Campinas: Papirus, 2013, p. 99.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: A História cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972, p. 42.

GOMES, Flávio. Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs.). A invenção das tradições. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LE GOFF, Jacques. Passado em presente. In: História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MIRANDA, S.A. de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil. v. 34, n. 69, p.193-207, mai/jun.2018. p.198

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> . Acesso em: 25 abr. 2020.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. In: RIDH. Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, jul./dez. 2016, p. 11. Disponível em <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/393/182>. Acesso em: 05 mai. 2020.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico.

MÉTIS: história & cultura – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007, p. 41.
Disponível em
<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/835>.
Acesso em: 23 abr. 2020.

Normas Editoriais

→ O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico evinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

→ Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

→ O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

→ Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

→ Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

→ As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo

autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.

→ As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

→ Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

→ Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).

→ Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

→ As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com

espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha. *Latinidade_2018_2_desbastado.indd 287*
11/06/2019 08:41:53

→ Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.

→ A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

→ Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

→ Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

→ Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

→ São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

→ Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.